

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXV



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1986

CONIMBRIGA

ISSN 0870-1709

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

DIRECTOR

JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

Josá d'ENCARNAÇÃO

Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para recensão,
pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
PALÁCIO SUB-RIPAS
P —3000 COIMBRA

CONIMBRIGA

(Página deixada propositadamente em branco)

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXV



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1986

(Página deixada propositadamente em branco)

J. M. PEIXOTO CABRAL e J. C. WAERENBORGH
Departamento de Química, Instituto de Energia, LNETI, Sacavém

M. O. FIGUEIREDO
Centro de Cristalografia e Mineralogia, IICT, Lisboa.

P. H. M. MATIAS
Department of Crystallography, University of Pittsburgh

**CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA CERÂMICA CINZENTA FINA
DE CONIMBRIGA E DE SANTA OLAIA POR ESPECTROSCOPIA
MOSSBAUER E DIFRAÇÃO DE RAIOS X**
Conimbriga, XXV (1986), p. 5-21

RESUMO : Estudaram-se por espectroscopia Mossbauer e difracção de raios X 30 fragmentos cerâmicos, 21 de Conimbriga, da Idade do Ferro e da época romana e 9 de Santa Olaia, da Idade do Ferro, que já haviam sido estudados por activação neutrónica. Os resultados obtidos foram depois analisados recorrendo a métodos de taxonomia numérica. Verificou-se, tal como no primeiro estudo, que a cerâmica de Santa Olaia se discrimina da cerâmica de Conimbriga. Observou-se, além disso, a existência de dois grupos de cerâmica de Conimbriga, que se caracterizam essencialmente pela presença ou ausência de illite. Todavia, ambos os grupos contêm cerâmica da Idade do Ferro e da época romana.

SUMMARY : Thirty sherds of fine grey ware from the Iron Age and Roman period, excavated at Conimbriga and Santa Olaia and which had already been analysed by neutron activation, were studied by Mossbauer spectroscopy and X-ray diffraction. The experimental data were then subjected to factor analysis. As in the first study, we have been able to distinguish between the Santa Olaia and Conimbriga pottery. Furthermore, in this study two distinctive groups of pottery from Conimbriga were recognized, differing essentially in their illite contents. We have not been able, however, to find significant differences between the Iron age and the Roman Conimbriga specimens.

(Página deixada propositadamente em branco)

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA CERÂMICA CINZENTA FINA DE CONIMBRIGA E DE SANTA OLAIA POR ESPECTROSCOPIA MÖSSBAUER E DIFRACÇÃO DE RAIOS X

1. Introdução

A cerâmica cinzenta fina é um tipo de cerâmica relativamente frequente, a partir da Idade do Ferro, em estações arqueológicas portuguesas nomeadamente Castro de Santa Olaia e Conimbriga.

Para a cerâmica de Conimbriga foi possível, com base num estudo tipológico e estratigráfico, distinguir dois grupos: (1) cerâmica torneada da Idade do Ferro, de tradição indígena; e (2) cerâmica alto-imperial, de feição romana. Contudo, não se conseguiu reconhecer nenhuma diferença significativa entre estes dois grupos seguindo um critério exclusivamente tecnológico, isto é, dando prioridade a aspectos relacionados seja com o processo de acabamento seja com a natureza da pasta e as condições de cozedura [1].

Por outro lado, estudos efectuados sobre a composição química da pasta dalguns fragmentos de cerâmica cinzenta fina achados naquelas duas estações arqueológicas, mediante análise por activação com neutrões térmicos, embora tivessem possibilitado discriminar a cerâmica de Santa Olaia da de Conimbriga e, por consequência, concluir que muito provavelmente estas cerâmicas teriam sido fabricadas localmente recorrendo a barreiros diferentes, também não permitiram discernir diferenças significativas entre a cerâmica torneada de Conimbriga de tradição indígena e a cerâmica de Conimbriga de feição romana. Estes estudos vieram, pois, apoiar a ideia de que a co-existência de tradições indígenas com as trazidas para Conimbriga pelos romanos terá conduzido

a uma influência recíproca em diversos campos designadamente no da produção de cerâmica para uso corrente [2,3].

É de notar que a análise de pastas de cerâmicas por activação com neutrões térmicos, ou por outros métodos de análise elementar, fornece informações que interessam sobretudo para determinar a proveniência das cerâmicas [4]. Torna-se pois indispensável para estudar as suas características tecnológicas efectuar outros tipos de análise, em particular a análise estrutural, fazendo uso de diferentes métodos nomeadamente de determinação da porosidade, de difracção de raios X, de análise térmica diferencial, de dilatação térmica, de microscopia óptica (transmissão ou reflexão), de microscopia electrónica de varrimento, de espectroscopia Mössbauer, etc..

Alguns destes métodos foram já utilizados no estudo da tecnologia da cerâmica comum local e regional de Conimbriga, particularmente a difracção de raios X, a análise térmica diferencial, a microscopia óptica e o método de determinação da porosidade [5]. No que diz respeito à cerâmica cinzenta fina as conclusões mais importantes que se retiraram foram em resumo as seguintes: (a) a pasta, em geral fina e compacta, contém quartzo (em secções muito pequenas), feldspatos alcalinos, plagioclases, minerais micáceos e grande quantidade de matéria orgânica; (b) teria sido fabricada com argilas provenientes da região de Pombal-Barracão; e (c) a temperatura de cozedura teria sido normalmente baixa (550-600°C), raras vezes atingindo 800°C. Infelizmente, porém, o relatório que foi publicado sobre as análises desta cerâmica não inclui uma grande parte dos resultados experimentais obtidos e, por isso, não permite compreender bem como se chegou a algumas destas conclusões.

O método de espectroscopia Mössbauer só começou a ser usado em estudos de cerâmica antiga a partir de 1969 [6]. O interesse da sua aplicação neste domínio reside sobretudo no facto de poder fornecer algumas informações importantes para o estudo das técnicas de cozedura empregadas pelos antigos oleiros, em particular no que toca à temperatura e à atmosfera dos fornos durante a cozedura [7]. Poderá ter interesse também em estudos de proveniência e cronologia de cerâmicas, embora subsistam muitas dúvidas sobre a importância da sua aplicação nestas duas áreas [7,8]. Essas informações acham-se nos valores dos parâmetros

do ^{57}Fe determinados a partir de espectros Mossbauer dos materiais cerâmicos, os quais estão relacionados com o comportamento químico do ferro, contido geralmente nas argilas utilizadas na sua manufactura numa percentagem oscilando entre 5 e 10%, nos processos de transformação destas argilas durante a cozedura. Informações importantes podem encontrar-se ainda em espectros Mossbauer dos materiais cerâmicos, depois de serem submetidos a reaquecimento no laboratório a diferentes temperaturas e em diferentes atmosferas.

Assim, atendendo à escassez de evidência experimental para demonstrar muitas das conclusões extraídas no citado relatório das análises da cerâmica comum local e regional de Conimbriga, e dado o interesse do método de espectroscopia Mossbauer para estudar as técnicas de cozedura usadas na manufactura de cerâmica, achou-se que poderia ser útil aplicar este método ao estudo da cerâmica cinzenta fina de Conimbriga. O presente trabalho constitui uma primeira tentativa neste sentido.

Porém, como não conseguimos confirmar por meio da análise por activação com neutrões térmicos que esta cerâmica teria sido fabricada com argilas provenientes da região de Pombal-Barracão nem encontrar por enquanto a fonte provável da matéria prima utilizada nessa fabricação [9], não se fizeram por ora ensaios de aquecimento de argilas. Por outro lado, uma vez que se verificou que a pasta da maioria dos fragmentos de cerâmica observados com auxílio da espectroscopia Mossbauer contém a maior parte do seu ferro no estado de oxidação II e se sabe ainda muito pouco sobre os processos que têm lugar durante a cozedura de argilas em atmosfera redutora, também não se fizeram ensaios de reaquecimento dos materiais cerâmicos. Quer dizer, esta primeira tentativa foi confinada simplesmente ao exame da pasta dos fragmentos de cerâmica tendo em vista sobretudo o seguinte: (1) averiguar se terá havido ou não diferenças nas condições de cozedura entre a cerâmica torneada de Conimbriga de tradição indígena e a cerâmica fabricada no mesmo lugar de feição romana; e (2) verificar se a cerâmica de Santa Olaia, «com influência da colonização púnica», e a cerâmica de Conimbriga, atribuível ao estádio final da Idade do Ferro contemporâneo dos inícios da romanização, que se diferenciam quanto à sua composição

química, diferem também relativamente a algumas características tecnológicas. Por se achar conveniente, o exame por espectroscopia Mössbauer foi complementado com radiogramas de Debye-Scherrer.

2. Material e Métodos

Amostras. Estudaram-se 30 fragmentos de cerâmica cinzenta fina, dos quais 21 achados em Conimbriga — quinze da Idade do Ferro (C16-C24, C26, C28-C32) e seis da época romana (C25, C27, C33-C36) — e nove achados em Santa Olaia, da Idade do Ferro (S01-S09). Estes fragmentos foram os mesmos que os utilizados no primeiro dos estudos já referidos sobre a composição química da pasta dessa cerâmica[2]. Deles recolheram-se amostras sob a forma de pó, as quais foram homogeneizadas conforme se descreveu nesse primeiro estudo. Note-se que nem todas estas amostras são cinzentas, em virtude de nalguns casos a cor da cerâmica no cerne diferir da cor à superfície. Achou-se, por isso, vantajoso precisar as suas cores, para o que se recorreu à carta de cores distribuída por *The Geological Society of America* [10].

Espectros Mössbauer. Utilizou-se um espectrómetro de transmissão de tipo convencional. Os espectros foram obtidos pelo método de aceleração constante e registados num subgrupo de memória de 400 canais de um analisador multicanal (gradiente da velocidade de 0,07 mm/s.canal); no caso de amostras apresentando uma componente hiperfina magnética apreciável os espectros foram acumulados em 1024 canais (gradiente da velocidade de 0,05 mm/s. .canal). O detector usado foi um cristal de cintilação de NaI (TI) com 0,2 mm de espessura. A calibração do espectrómetro foi feita utilizando uma lâmina de ferro metálico. Os absorvedores foram preparados com cerca de 60 mg/cm² de pasta de cerâmica em pó, cuja quantidade é equivalente a 2-5 mg/cm² de ferro natural consoante a amostra. Recorreu-se a fontes de ⁵⁷Co implantado numa matriz de Pd ou Rh, com uma actividade de cerca de 10 mCi, mas todos os desvios isoméricos foram expressos em relação ao absorvedor de ferro metálico. A fonte foi mantida à temperatura ambiente e o absorvedor foi arrefecido até à temperatura do

azoto líquido a fim de se tentar medir a componente magnética que, para a maior parte das amostras, se mostrava muito pequena mesmo a esta temperatura. No entanto, para algumas amostras fizeram-se também espectros com o absorvedor à temperatura ambiente. A análise dos espectros foi efectuada num computador PDP 11 usando o programa de Stone[11] com algumas alterações; este programa ajusta um somatório de Lorentzianos pelo método de regressão não-linear de Gauss.

Radiogramas de Debye-Scherrer. Utilizou-se a radiação Ka do cobre, produzida sob uma tensão de 40 kV e uma intensidade de corrente catódica de 25 mA, um filtro de Ni e colimadores especiais para argilas.

Análise de dados. A fim de facilitar a análise dos resultados obtidos recorreu-se aos métodos de análise em componentes principais e de análise em coordenadas principais [12].

Na análise em componentes principais, para caracterizar os fragmentos de cerâmica, usaram-se cinco caracteres quantitativos nomeadamente cinco parâmetros determinados a partir dos espectros Mössbauer: os desvios isoméricos 8Fe^{2+} e 5Fe^{3+} ; os desdobramentos quadrupolares $\text{AE}_Q \text{Fe}^{2+}$ e $\text{AE}_Q \text{Fe}^{3+}$; e a intensidade relativa IFe^{2+} do dublete devido a fases paramagnéticas com Fe^{2+} . Neste caso, efectuou-se a standardização de caracteres na matriz de dados e, para quantificar a dissimilaridade entre os fragmentos de cerâmica, calculou-se a distância euclidiana média, $d_j^{\wedge}$ definida por

$$=d_{jk} \left[\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (x_{ij} - x_{ik})^2 \right]^{1/2}$$

onde x_{ij} representa o valor standardizado do carácter i na amostra j , x_{ik} o valor standardizado do mesmo carácter na amostra k e n o número de caracteres [13].

Na análise em coordenadas principais os fragmentos de cerâmica foram caracterizados com oito caracteres, cinco quantitativos (os cinco acabados de referir) e três qualitativos de vários

estados (a cor das amostras e dois minerais detectados por difractometria de raios X). Aqui o coeficiente de semelhança entre cada par de amostras j e k foi calculado pela fórmula de Gower [14],

$$S_{jk} = 1 - \frac{|x_{ij} - x_{ik}|}{R_i}$$

onde x_{ij} representa o valor do estado do carácter i na amostra j , x_{ik} o valor do estado do mesmo carácter na amostra k e R_i o intervalo de variação dos estados desse carácter em relação ao total dos fragmentos de cerâmica. Para os caracteres qualitativos, S_{jkc} foi calculado a partir da expressão

$$S_{jk} = \frac{m_{jk}}{n_q}$$

onde m_{jk} é o número de caracteres codificados com o mesmo símbolo nas amostras j e k (número de caracteres qualitativos concordantes) e n_q é o número total de caracteres qualitativos.

Os cálculos relativos às análises em componentes principais e em coordenadas principais foram feitos num computador NORD 500 usando o sistema de programas NT-SYS[15] e o programa NUTAX2[16], este último para determinar a matriz de coeficientes de semelhança utilizada na análise em coordenadas principais.

3. Resultados e Discussão

Na Fig. 1 mostram-se os espectros Mössbauer típicos da cerâmica estudada, à temperatura ambiente e à temperatura do azoto líquido, os quais apresentam as características normais: 1) um dublete devido a fases paramagnéticas com Fe^{2+} ; 2) um dublete devido a fases paramagnéticas com Fe^{3+} ; e 3) uma estrutura hiperfina magnética M devida a fases ferromagnéticas. Há que notar, porém, que esta estrutura hiperfina só se revelou apreciável nos casos dos fragmentos C34 e S07.

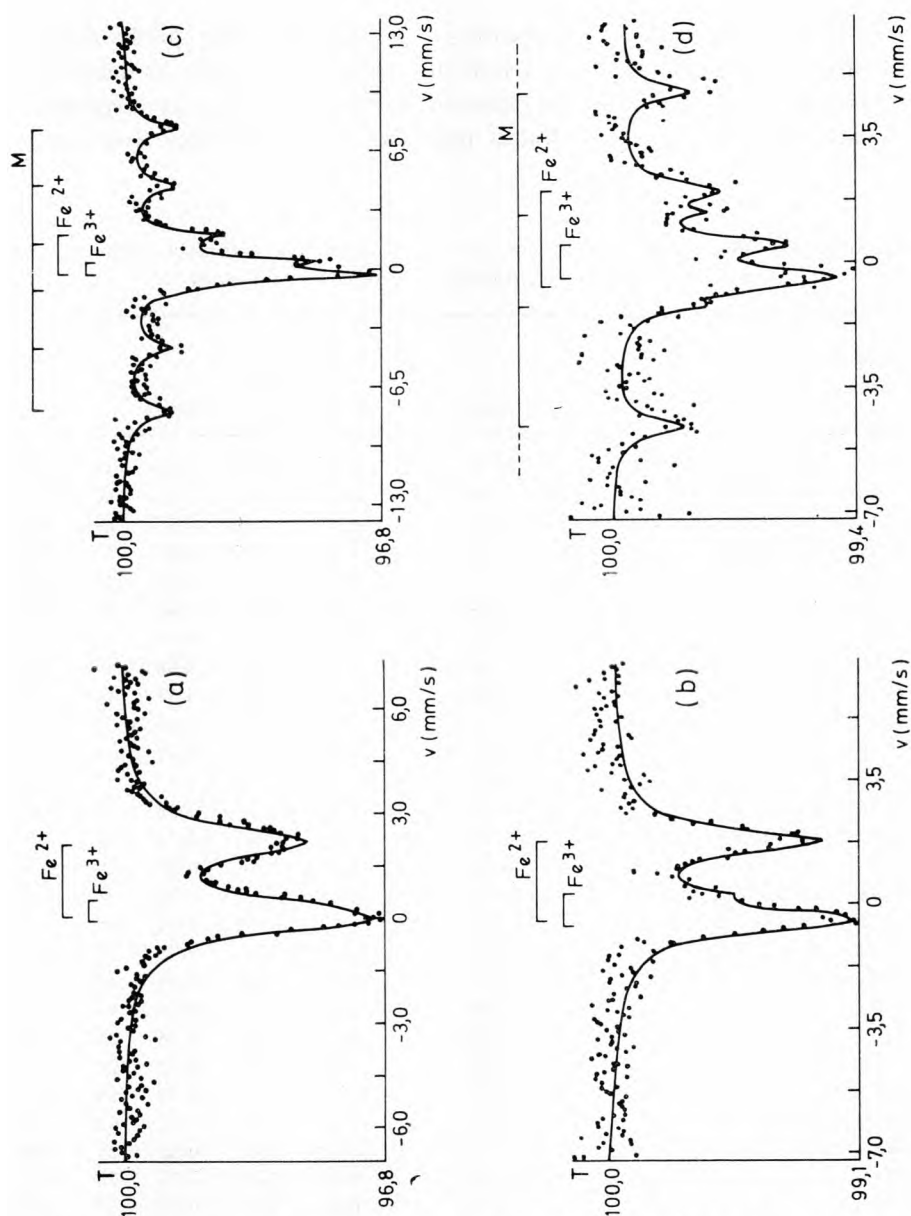


FIG. 1 — Espectros Mössbauer típicos da cerâmica estudada: (a) amostra C24 à temperatura ambiente; (b) amostra C24, $T = 80^\circ\text{K}$; (c) amostra C34 à temperatura ambiente; (d) amostra C34, $T = 80^\circ\text{K}$.

No Quadro 1 encontram-se os valores dos parâmetros Mössbauer determinados a partir dos espectros obtidos: os desvios isoméricos S , os desdobramentos quadrupolares ΔE_Q , as larguras das riscas l e as intensidades relativas / dos referidos dubletes

QUADRO 1 — Parâmetros Mössbauer de Fe^{2+} e Fe^{3+} em cerâmica cinzenta fina de Conimbriga e de Santa Olaia, à temperatura de 80°K.

Cerâmica	Cor	Fe^{2+}				Fe^{3+}				χ^2
		δ	ΔE_Q	l	I	δ	ΔE_Q	l	I	
		mm/s	mm/s	mm/s	%	mm/s	mm/s	mm/s	%	
C 16	10 YR 6/2	1.08	2.22	0.78	85	0.15	0.88	0.49	15	1.11
C 17	10 YR 6/2	1.07	2.18	0.80	70	0.29	1.05	0.64	30	1.09
C 18	10 YR 6/2	1.19	2.26	0.81	80	0.43	1.14	0.49	20	0.82
C 19	10 YR 7/3	1.16	2.31	0.64	25	0.38	1.15	0.80	75	0.91
C 20	N 7	1.19	2.30	0.75	84	0.29	1.00	0.43	16	0.86
C 21	10 YR 7/3	1.17	2.41	0.68	48	0.41	0.97	0.84	52	0.97
C 22	10 YR 6/2	1.19	2.28	0.83	93	0.36	0.96	0.35	7	0.80
C 23	10 YR 7/3	1.18	2.40	0.60	53	0.29	0.96	0.98	47	0.97
C 24	N 7	1.10	2.21	0.82	87	0.25	0.98	0.41	13	1.00
C 25	10 YR 7/2	1.26	2.39	0.52	28	0.37	0.92	0.67	72	0.77
C 26	10 YR 6/2	1.06	2.17	0.77	77	0.28	1.02	0.52	23	0.95
C 27	N 6	1.05	2.15	0.90	100					1.00
C 28	10 YR 6/2	1.14	2.36	0.75	45	0.45	1.08	0.99	55	0.99
C 29	5 YR 6/4	1.11	2.43	0.86	44	0.45	0.87	0.72	56	1.17
C 30	N 7	1.18	2.39	0.75	74	0.46	0.86	0.65	26	0.86
C 31	10 YR 7/2	1.15	2.27	0.62	37	0.34	1.02	0.70	63	0.83
C 32	10 YR 7/2	1.12	2.29	0.81	82	0.35	1.04	0.55	18	0.89
C 33	10 YR 6/2	1.11	2.34	0.78	70	0.40	0.87	0.95	30	0.94
C 34	10 YR 4/2	1.13	2.65	0.62	27	0.50	0.86	0.64	44	0.91
C 35	10 YR 6/2	1.07	2.18	0.79	81	0.25	0.97	0.56	19	1.05
C 36	10 YR 6/2	1.09	2.13	0.79	79	0.23	1.00	0.48	21	1.00
SO 1	10 YR 6/2	1.06	2.22	0.81	74	0.34	0.98	0.52	26	0.87
SO 2	N 7	1.01	2.32	0.75	76	0.42	0.77	0.79	24	0.83
SO 3	10 YR 7/3	1.04	2.27	0.70	32	0.37	0.98	0.72	68	0.92
SO 4	10 YR 6/2	1.11	2.43	0.74	79	0.43	0.62	0.63	21	0.86
SO 5	10 YR 7/2	1.08	2.61	0.62	27	0.48	1.06	0.77	73	0.87
SO 6	10 YR 7/2	1.11	2.38	0.79	48	0.45	1.04	0.72	52	0.94
SO 7	5 YR 6/4	1.24	2.39	0.50	22	0.42	1.00	0.80	51	1.02
SO 8	10 YR 6/2	1.01	2.29	0.72	71	0.46	0.60	0.82	29	1.06
SO 9	10 YR 6/2	1.18	2.47	0.65	66	0.45	0.95	0.72	34	0.95

(para os fragmentos C34 e S07 a soma destas intensidades não é de 100% devido à contribuição da estrutura hiperfina magnética). No mesmo quadro estão ainda registadas as cores das amostras da pasta dos fragmentos de cerâmica.

No Quadro 2 apresentam-se os resultados da análise mineralógica efectuada por difracção de raios X, os quais exprimem de modo grosseiro as quantidades relativas de dois minerais detectados na pasta desses fragmentos, ilite e feldspato. É de notar que esta análise permitiu observar ainda a presença de quartzo em abundância em todas as amostras. Contudo, não foi possível estimar as suas quantidades relativas.

QUADRO 2 — Abundância relativa dalguns minerais detectados nas pastas de cerâmica por difracção de raios X.

Fragmento de cerâmica	Ilite	Feldspato
C16, C17, C24, C26, C27, C32, C35, C36	n.d.	X
C18, C19, C21-C23, C25, C28-C31, C33, C34	X	X
C20, SO1, SO6	X	vtg.
SO2, SO8	n.d.	vtg.
SO3, SO4, SO7	X	X
SO5, SO9	XX	vtg.

n.d. — teor inferior ao limite de detecção nas condições experimentais adoptadas,

vtg. — vestígios.

Na Fig. 2 mostram-se as projecções dos pontos representativos dos fragmentos de cerâmica caracterizados por aqueles parâmetros Mossbauer, no plano das duas primeiras componentes principais e no plano da primeira e da terceira. Nesta ordenação não foram incluídos os fragmentos C34 e S07 por se ter reconhecido que eram *outliers*. As percentagens de variância total explicadas pela primeira, segunda e terceira componentes principais são respectivamente 50,3%, 24,0% e 14,0%, ou seja, a ordenação dos 28 fragmentos considerados no espaço das três primeiras componentes principais tem em conta 88,3% de variância total.

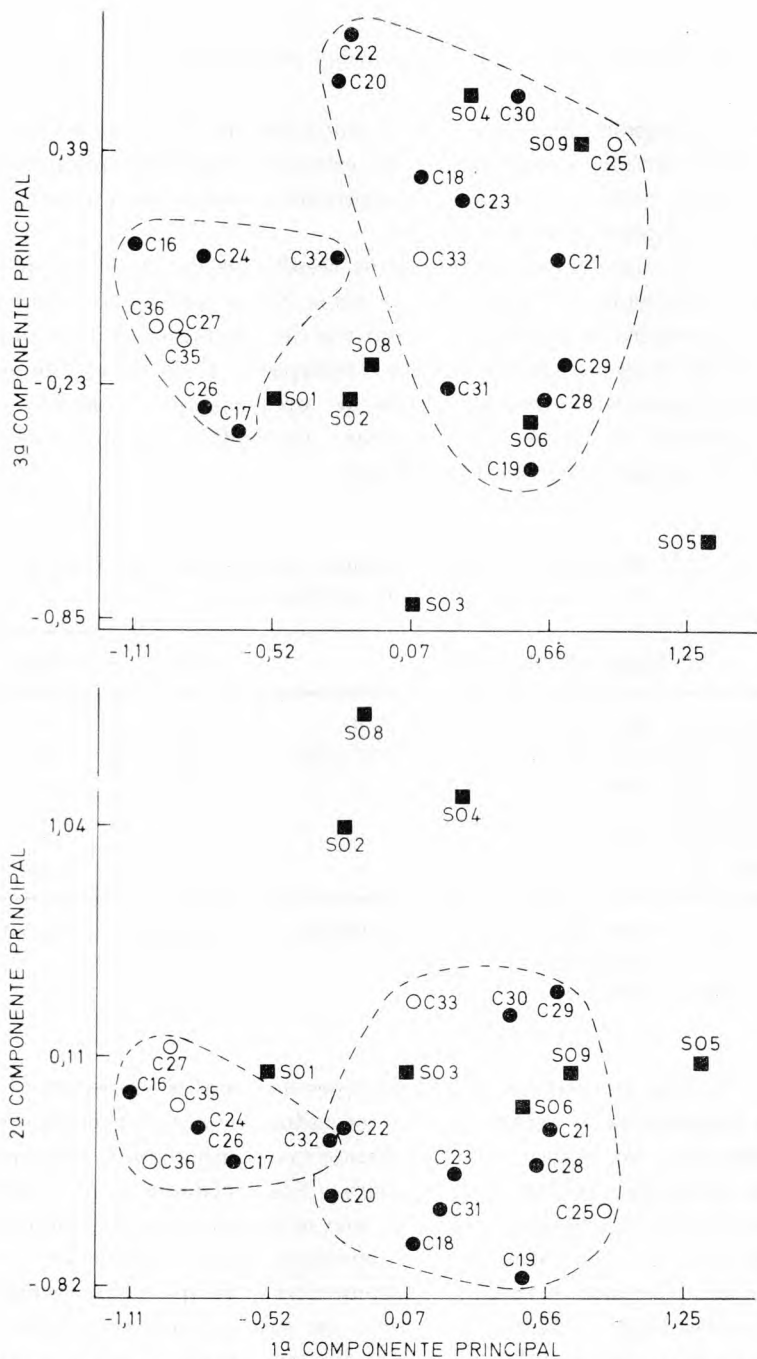


FIG. 2 — Projecções de 28 fragmentos cerâmicos, caracterizados pelos parâmetros Mössbauer, nos planos definidos pela 1.^a e 2.^a componentes principais e pela 1.^a e 3.^a. Os sinais e letras representam a proveniência: ● C (Conimbriga); ■ SO (Santa Olaia). Os sinais a cheio referem-se a cerâmica da Idade do Ferro e os outros a cerâmica da época romana.

As projecções dos pontos representativos dos mesmos fragmentos de cerâmica, caracterizados agora não só pelos parâmetros Mössbauer mas também pela cor e pela abundância relativa de ilite e feldspato nas respectivas pastas, no plano das duas primeiras coordenadas principais e no plano da primeira e da terceira, são apresentadas na Fig. 3. Neste caso as percentagens de variância total explicadas pelas três primeiras coordenadas principais são 26,9%, 17,0% e 11,0%, isto é, a ordenação dos referidos fragmentos no espaço das três primeiras coordenadas principais tem em conta 54,9% de variância total.

Como se vê na Fig. 2, a caracterização dos fragmentos cerâmicos pelos parâmetros Mössbauer, para além de permitir diferenciar imediatamente os fragmentos C34 e S07, em virtude de serem os únicos que apresentam uma estrutura hiperfina magnética apreciável, põe em destaque a existência de três grupos de cerâmica: (1) um grupo constituído por oito fragmentos de Conimbriga (C16, C17, C24, C26, C27, C32, C35 e C36); (2) outro formado pelos doze restantes fragmentos de Conimbriga e onde se encontram também dois fragmentos de Santa Olaia (S06 e S09) ; e (3) um grupo de seis fragmentos de Santa Olaia (S01, S02, S03, S04, S05 e S08) muito dispersos.. O primeiro grupo é caracterizado por baixos valores de SFe^{2+} , AE_Q Fe^{2+} e SFe^{3+} , e altas percentagens de ferro no estado de oxidação II oscilando entre 70 e 100%. O segundo grupo caracteriza-se por valores de SFe^{2+} , $\Delta 7\%$ Fe^{2+} e SFe^{3+} maiores que os do primeiro, e percentagens de ferro(II) em média mais baixas (média de 57%) embora para cinco fragmentos (C18, C20, C22, C30 e C33) elas sejam equivalentes variando entre 70 e 93%. O terceiro grupo não apresenta características tão bem definidas e daí a sua grande dispersão.

Note-se que os oitos fragmentos cerâmicos que constituem o primeiro grupo são precisamente os fragmentos de Conimbriga onde não se detectou ilite por difracção de raios X. Não é de estranhar, portanto, que a caracterização dos fragmentos cerâmicos não só pelos parâmetros Mössbauer como ainda pelos dois minerais cuja abundância relativa foi medida por aquele método tenha acentuado a diferenciação dos três referidos grupos (ver Fig. 3). Repare-se, por outro lado, em que a circunstância de se terem considerado mais estes dois atributos e a cor para efectuar aquela

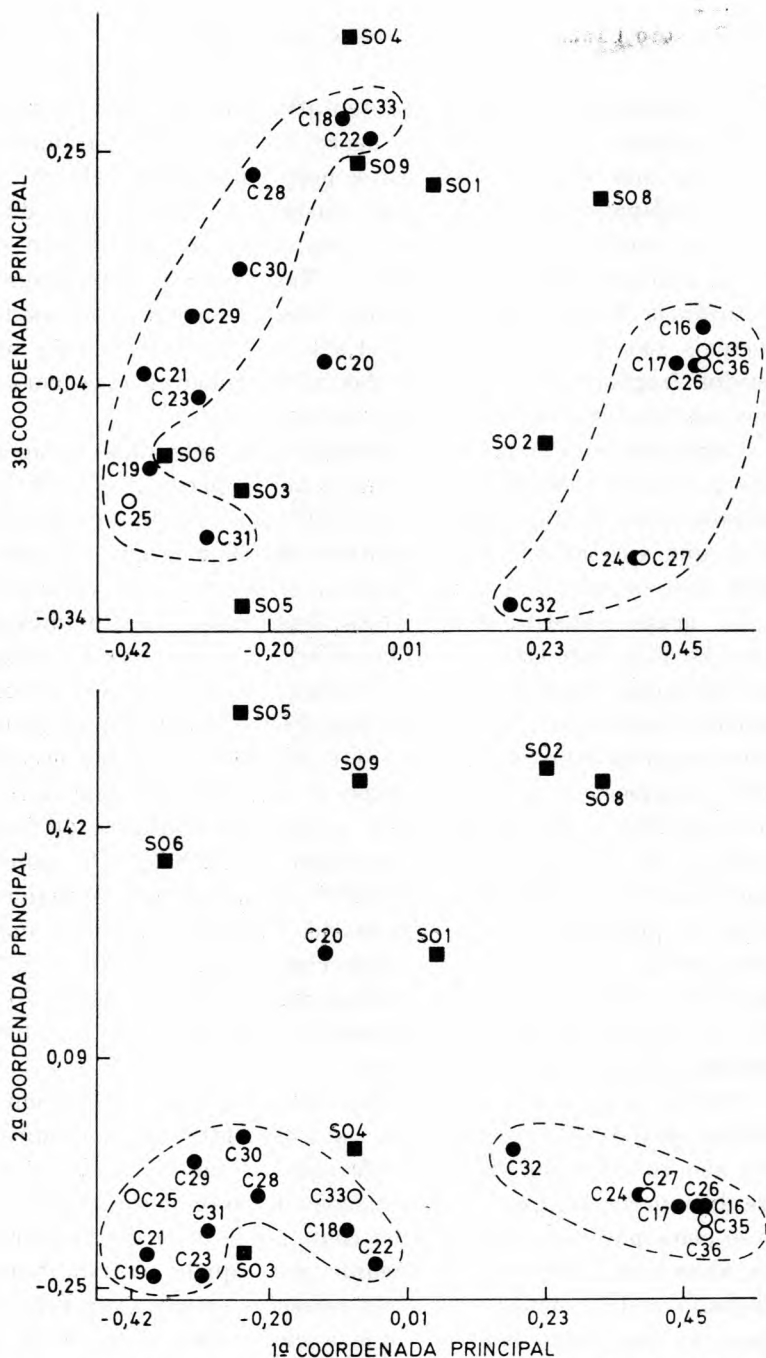


Fig. 3 — Projeções de 28 fragmentos cerâmicos, caracterizados pelos parâmetros Mössbauer, cor e abundância relativa de ilite e feldspato, nos planos definidos pela 1.ª e 2.ª coordenadas principais e pela 1.ª e 3.ª. Os sinais e letras representam a proveniência: ● C (Conimbriga); ■ SO (Santa Olaia). Os sinais a cheio referem-se a cerâmica da Idade do Ferro e os outros a cerâmica da época romana.

caracterização levou à transferência dos fragmentos C20, S06 e S09 do segundo grupo de cerâmica de Conimbriga para o grupo de Santa Olaia, cuja dispersão se manteve todavia muito acentuada. É de sublinhar que o fragmento C20 de Conimbriga já aparecera no grupo de Santa Olaia ao fazer-se a caracterização da cerâmica com base na composição química da pasta [2,3]. Quer dizer, tal como acontecera nos estudos efectuados nessa base, também neste estudo a cerâmica de Santa Olaia (incluindo o fragmento C20) se diferenciou da cerâmica de Conimbriga, sendo a discriminação maior quando à caracterização baseada nos parâmetros Mossbauer se juntaram atributos relacionados com a composição mineralógica e a cor da pasta. É de crer por isso que, não obstante esta discriminação poder resultar de diferenças de natureza tecnológica (verifica-se, por exemplo, que a percentagem de ferro (II) na cerâmica de Santa Olaia é em média um pouco menor que na cerâmica de Conimbriga), ela se deva principalmente a diferenças nas composições mineralógica e química das matérias-primas utilizadas na manufactura dessas cerâmicas.

Note-se além disso que, apesar de ter sido possível distinguir dois grupos de fragmentos cerâmicos de Conimbriga recorrendo aos resultados obtidos por espectroscopia Mossbauer, tanto um como outro contém cerâmica da Idade do Ferro e da época romana, isto é, mais uma vez não se conseguiu discriminar do ponto de vista tecnológico a cerâmica cinzenta fina de Conimbriga destas duas épocas. Importa assinalar ainda que a circunstância de não se detectar ilite nos materiais cerâmicos poderá não significar que as argilas utilizadas na sua fabricação não contivessem este mineral micáceo mas sim, simplesmente, que se tenha dado a sua decomposição térmica durante a cozedura. Uma temperatura de cozedura de 700°C poderá já ser suficiente para a desidroxilação da ilite se verificar [17]. Assim, o aparecimento de dois grupos de cerâmica cinzenta fina de Conimbriga ao fazer-se a sua caracterização pelos parâmetros Mossbauer levanta a questão de saber se esses grupos se devem ao uso de dois tipos diferentes de argilas que, não variando significativamente quanto à sua composição em oligoelementos, diferissem um pouco no que se refere à sua composição mineralógica, em particular à sua percentagem

de ilite, ou a diferenças nas condições de cozedura nomeadamente na temperatura de cozedura.

Infelizmente, porém, não é possível com base nos dados de que se dispõe dar uma resposta segura a esta questão, tornando-se necessário para tal adquirir um conhecimento mais alargado das composições química e mineralógica das cerâmicas. Um auxiliar precioso para a obtenção dessa resposta poderá ser o estudo cuidadoso de algumas argilas recolhidas de regiões vizinhas de Conimbriga, incluindo a observação dos processos que ocorrem durante a sua cozedura em atmosfera redutora. São esses novos dados e este estudo que nos propomos obter e fazer numa segunda tentativa.

Agradecimentos

Desejamos agradecer ao Dr. F. Teixeira de Queiroz, do Instituto Gulbenkian de Ciência, o precioso auxílio prestado na elaboração do programa de análise de espectros Mössbauer. Queremos agradecer ainda ao Dr. M. Bravo Lima, da Estação Agronómica Nacional, a amável cedência do seu programa NUTAX2 para determinar matrizes de semelhança.

REFERÊNCIAS

- [1] ALARCÃO, J., *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*, Coimbra. Suplementos de «Biblos», 8, 1974.
- [2] CABRAL, J. M. P.; GOUVEIA, M. A., *The application of neutron activation analysis and numerical taxonomic methods to the study of ancient fine grey pottery*. «Portugaliae Physica», 10, 1979, pp. 101-116.
- [3] CABRAL, J. M. P.; GOUVEIA, M. A.; ALARCÃO, A. M.; ALARCÃO, J., *Neutron activation analysis of fine grey pottery from Conimbriga, Santa Olaia and Tavadre, Portugal*. «J. of Archaeological Science», 10, 1983, pp. 61-70.
- [4] CABRAL, J. M. P., *Determinação da proveniência de cerâmicas*. «Arqueologia», N.º 4, 1981, pp. 74-82.
- [5] SEIXAS, M. T., *Relatório sobre a análise científica das pastas*, in «J. de Alarcão, Cerâmica comum local e regional de Conimbriga», Coimbra, Suplementos de «Biblos», 8, 1974, pp. 171-202.

- [6] COUSINS, D. R. ; DHARMAWARDENA, K. G., *Use of Mössbauer spectroscopy in the study of ancient pottery*. «Nature», 223, 1969, pp. 733-734.
- [7] ROSTIRÁS, A.; SIMOPOULOS, A.; GANGAS, N. H., *Analysis of archaeological artifacts*, in «R. L. Cohen, éd., Applications of Mossbauer Spectroscopy», Academic Press, 1976, pp. 241-261.
- [8] MANIATIS, Y.; SIMOPOULOS, A.; KOSTIKAS, A., *The investigation of ancient ceramic technologies by Mossbauer spectroscopy*, in «J. S. Olin & A. D. Franklin eds., Archaeological Ceramics, Washington, D. C., Smithsonian Institution Press, 1982, pp. 97-108.
- [9] CABRAL, J. M. P.; PRUDENCIO, M. I.; GOUVEIA, M. A., Trabalho não publicado.
- [10] GODDARD, E. N.; TRASK, P. D.; DEFORD, R. K.; ROVE, O. N.; SINGE WALD JR., J. T. ; OVERBECK, R. M., *Rock-colorchart*, The Geological Society of America, New York, N. Y., 1963.
- [11] BANCROFT, G. M.; MADDOCK, A. G.; ONG, W. K.; PRINCE, R. H.; STONE, A. J., *Mossbauer spectra of iron (III) diketone complexes*. «J. Chem. Soc. (A)», 1967, p. 1971.
- [12] HARMAN, H. H., *Modern Factor Analysis*, 2nd ed., University of Chicago Press, Chicago, 1967.
- [13] SNEATH, P. H. A.; SO KAL, R. R., *Numerical Taxonomy. The Principles and Practice of Numerical Classification*, W. F. Freeman, San Francisco, 1973.
- [14] GOWER, J. C., *A general coefficient of similarity and some of its properties*, «Biometrics», 27, 1971, pp. 857-871.
- [15] ROHLF, F. J.; KISHPAUCH, J.; KIRK, D., *NT-SYS Numerical taxonomy system of multivariate statistical programs*, Stony Brook, New York, Dept. of Ecology and Evolution, State University of New York, May 1982.
- [16] LIMA, M. B., Informação privada.
- [17] MANIATIS, Y.; SIMOPOULOS, A.; KOSTIKAS, A.; PERDI KATSIS, V., *Effect of reducing atmosphere on minerals and iron oxides developed in fired clays * the role of Ca*, «J. Am. Ceram. Soc.», 66, 1983, pp. 773-781.

(Página deixada propositadamente em branco)

TERESA JÚDICE GAMITO

Professora Auxiliar da Universidade do Algarve.
Departamento de Arqueologia

OS ESPETOS DE BRONZE DO SUDOESTE PENINSULAR — SUA INTERPRETAÇÃO SÓCIO-IDEOLÓGICA

«Conimbriga», XXV (1986), 23-39

RESUMO: Os espetos de bronze do Sudoeste peninsular ocorrem em duas zonas da Península Ibérica: o Sul de Portugal e o vale do Guadalquivir.

Em todo o Mediterrâneo e mais precisamente na sua zona oriental, os espetos de bronze aparecem relacionados com o culto de Hera, e como tal foram encontrados no Heraion de Samos, no Heraion de Perachora e no Heraion de Chipre, e também como consagrações a Hera e Herakles nos túmulos dos heróis. Como tal deverão ser considerados *obeloi*, isto é, objectos rituais onde determinados órgãos e partes da vítima sacrificada à divindade eram assados no fogo ritual e divididos entre os oficiantes durante a cerimónia religiosa.

No Sudoeste peninsular, embora na maioria dos casos os *obeloi* tenham sido recuperados já fora do seu contexto, há no entanto evidência arqueológica suficiente para relacioná-los com as práticas funerárias e atribuir-lhes o seu verdadeiro significado cultural. Nesse sentido procurei fazer na introdução a história da investigação e referir as suas áreas de ocorrência seguida da discussão das implicações sócio-ideológicas relacionadas com o seu aparecimento nesta região da Península Ibérica.

SUMMARY: The bronze spits occur in Southwest Iberia in two main regions: Southern Portugal and the Guadalquivir valley.

All over the Mediterranean, and more precisely in its Eastern area, the bronze spits are related to the cult of Hera. Thus

their occurrence at the Samos Heraion, at the Perachora Heraion and at the Chyprus Heraion, or in the heroes' burials as consagurations to Hera and Herakles. As such they were, in fact, considered *obeloi*, that is to say, cult objects used to burn some organs and parts of the victim sacrificed to the goddess which were then shared among the people involved in the religious ceremony.

Although most of the Iberian *obeloi* were found already out of their context, there is still sufficient archaeological evidence to relate them to the Southwest Iberian necropoleis, and so giving them their true meaning of *obeloi*.

The history of the research and the circumstances of their occurrence are described, followed by the discussion of their socio-ideological implications.

OS ESPETOS DE BRONZE DO SUDOESTE PENINSULAR — SUA INTERPRETAÇÃO SÓCIO-IDEOLÓGICA

Introdução

Os espetos de bronze do Sudoeste Peninsular foram pela primeira vez detectados e referidos por Frei Manuel do Cenáculo em 1791. Estas magníficas peças de bronze chamaram imediatamente a atenção dos estudiosos pelas suas características próprias: são longas e finas hastes de bronze, fundidas de uma só vez, com um cabo mais ou menos complexo, apresentando geralmente uma ponta de secção rectangular, fina e aguçada. Frei Manuel do Cenáculo salientou, desde o início, a sua ocorrência em túmulos especiais que ele classificou de «generais» ou de heróis, em oposição aos outros túmulos, que os não continham, de gente necessariamente considerada comum. Cenáculo, observando a sua forma específica, denominou estes objectos de «estoques», certamente por na forma se aproximarem deste tipo de armas.

Os espetos voltaram a chamar a atenção dos arqueólogos no final do século xix, sendo referidos por Augusto Filipe Simões (1878) e Estácio da Veiga (1891), tendo porém já despertado o interesse internacional, que vemos expresso em Cartailac (1886). Estácio da Veiga encontrou mais alguns espetos, acentuando a sua ocorrência em túmulos das famosas necrópoles do Sudoeste e salientando a decoração de tipo «hallstático» dos seus cabos. Leite de Vasconcelos retoma o interesse por estes objectos e publica todo o conjunto então conhecido (Leite de Vasconcelos 1920), mas atribuindo-lhes outra função, aquela que de facto têm:

espetos, e chamando a atenção para peças idênticas encontradas na Etrúria.

Entretanto, o número de espetos de bronze encontrados em Portugal] aumentou e novas publicações a eles se referem como a de A. Viana e Nunes Ribeiro (1958-59).

Em Espanha, Maluquer de Motes publicou em 1958 as escavações que efectuou em El Berrueco, referindo um espeto que aí encontrou, mas com características ligeiramente diferentes, chamando a atenção para a necessidade de se distinguirem dois tipos entre estes artefactos: um de tipo hallstático, onde situou o exemplar de El Berrueco, relacionado com as culturas da Europa Central, outro do Sudoeste peninsular, ocorrendo no sul de Portugal e Espanha. Blanco Freijeiro (1963, 62) refere três exemplares encontrados em uma sepultura de Cástulo, facto extremamente importante por se tratar de uma escavação moderna, em que os espetos foram perfeitamente identificados e localizados entre os objectos que acompanhavam o defunto, fazendo portanto parte integral do ritual funerário. Idênticas circunstâncias são as referentes à sepultura junto ao santuário de Cancho Roano, em Zalamea la Serena, onde Maluquer de Motes encontrou também três *obeloi* numa sepultura de incineração, fazendo parte do ritual funerário. Este aspecto será novamente abordado.

Finalmente Almagro Gorbea (1974) publica o *corpus* dos espetos do Sudoeste Peninsular, num trabalho verdadeiramente exaustivo, relacionando-os com as necrópoles e referindo alguns novos exemplares, mas não lhes conferindo o seu verdadeiro significado de *obeloi*.

Posteriormente novos exemplares são encontrados e referidos como é o caso dos fragmentos encontrados em povoados: Coroa do Frade (Arnaud 1979), um povoado do Bronze Final com sinais de ocupação até cerca de 700 a.C., e no *oppidum* de Segóvia (Eivas) (Evans, Arnaud e Júdice Gamito, em preparação), que apresenta vestígios de ocupação desde o Bronze Final até à época romana. Os novos achados aumentaram ligeiramente o número de espetos conhecidos bem com a sua área de distribuição: Zalamea la Serena (Badajoz) (Maluquer de Motes 1981), Puntal del Llops (Bonet 1981), e aqueles adquiridos pelos Museu de Sevilha (Fernandez Gomez 1982), provavelmente oriundos daquela região, mas apresentando

na sua maioria uma forma que os inclui entre o tipo de espetos do Sul de Portugal (^x).

(^l) Parece-me oportuno apresentar um breve catálogo de todos os espetos encontrados na Península Ibérica (mapa 1) até este momento, devendo ser considerados *obeloi* todos os do tipo do Sudoeste peninsular. Embora os espetos do tipo da Europa Central fossem também objecto de culto, as intenções e o significado com que eram usados, porém, escapam-nos:

Guimarães — 1 exemplar, tipo Europa Central
Bib.: Almagro Gorbea 1974.

Alvaiá^ere — 3 exemplares, tipo Europa Central, dos quais o mais perfeito é o apresentado na fig. 1.
Bib.: Almagro Gorbea 1974.
Mohen 1977
Coffyn 1985.

El Berrueco — 1 exemplar, tipo Europa Central
Bib.: Maluquer de Motes 1958
Almagro Gorbea 1974.

Painho (Cadaval) — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português
2 fragmentos de outros *obeloi*
Paradeiro desconhecido
Bib.: Estácio da Veiga 1891
Leite de Vasconcellos 1920
Savory 1968
Almagro Gorbea 1974.

Figueiras (Cadaval) — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português. Segundo Almagro Gorbea, tanto este como o exemplar de Aljuber estariam anteriormente expostos no M.N.A.E. entre os materiais de Pragança.
Bib.: Leite de Vasconcellos 1920
Almagro Gorbea 1974.

Aljuber (Cadaval) — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português
Bib.: Leite de Vasconcellos 1920
Almagro Gorbea 1974.

Estremoz (?)—apenas indicado por Savory 1968.

Évora — vários exemplares mencionados por Simões (1878) que terão sido fundidos nessa ocasião.

Peroguarda (Ferreira do Alentejo) — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português.
Bib.: Nunes Ribeiro 1965
Almagro Gorbea 1974.

Almagro Gorbea (1974) situa cronologicamente os espetos no século vi a.C., embora Savory (1968) pense que o tipo português deverá ter ocorrido um pouco mais cedo no início do século VII

- Beja — 3 exemplares desta zona do Alentejo, tipo Sudoeste, grupo Português; encontrados juntos por um trabalhador
Bib.: Estácio da Veiga 1891
Leite de Vasconcellos 1920
Viana e Nunes Ribeiro 1958
Almagro Gorbea 1974.
- Baixo Alentejo — 3 exemplares, tipo Sudoeste, grupo Português, paradeiro desconhecido
Bib.: Estácio da Veiga 1891
Almagro Gorbea 1974.
- Colecção Cenáculo — oriundos de:
zona de Ourique — 4 exemplares, tipo Sudoeste, grupo Português, paradeiro desconhecido.
- Cola — 2 exemplares, tipo Sudoeste, grupo Português
Bib.: Cenáculo 1791
Estácio da Veiga 1891
Almagro Gorbea 1974.
- Herdade de Guedelhas — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português
Bib.: Viana e Nunes Ribeiro 1958
Almagro Gorbea 1974.
- Cabo de S. Vicente — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português
Bib.: Estácio da Veiga 1891
Leite de Vasconcellos 1920
Almagro Gorbea 1974.
- Sul de Portugal — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português
Bib.: Leite de Vasconcellos 1920
Almagro Gorbea 1974.
- Faro — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português
Bib.: Savory 1968
Almagro Gorbea 1974.
- Azougada — 9 exemplares: 5 no Museu de Moura, 4 no M.N.A.E. tipo Sudoeste, grupo Guadalquivir
Os de Lisboa e a maior parte dos do Museu de Moura ainda inéditos (Judice Gamito em preparação)
Bib.: Almagro Gorbea 1974.
- Safara — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português
Bib.: Fragoso de Lima 1944
Almagro Gorbea 1974.
- Coroa do Frade — apenas fragmentos
Bib.: Morais Arnaud 1979.

a.C., devido a possíveis influências da Europa Central, sugeridas pelo tipo de decoração do cabo em SSS, geralmente interpretados como representando pequenas aves, em pequenos círculos, ou ainda

Segóvia — apenas fragmentos

Bib.: Evans, Júdice Gamito e Morais Arnaud, em preparação.

Sevilha — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português

Bib.: Almagro Gorbea 1974.

Carambolo — 3 exemplares fragmentados, tipo Sudoeste, grupo Guadalquivir

Bib.: Carriazo 1973

Almagro Gorbea 1974.

El Coronil — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português

Bib.: Almagro Gorbea 1974.

Penaflor — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português

Bib.: Almagro Gorbea 1974.

Gástulo — 3 exemplares, tipo Sudoeste, grupo Guadalquivir

Bib.: Blanco 1963.

Almagro Gorbea 1974.

Collado de los Jardines — 3 exemplares fragmentados

Bib.: Alvarez-Osorio 1941

7 miniaturas votivas

Bib.: Almagro Gorbea 1974.

Lantejuela — 4 exemplares, tipo Sudoeste, grupo Português (2 ex.), grupo Guadalquivir (2 ex.)

Bib.: Fernandez Gomez 1982.

Coria del Rio — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português

Bib.: Fernandez Gomez 1982.

Las Peñuelas — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português

Bib.: Fernandez Gomez 1982.

Utrera — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português

Bib.: Fernandez Gomez 1982.

Cerro de la Cabeça (Santiponce) — 3 exemplares, tipo Sudoeste, grupo Guadalquivir, embora um tenha umas pequenas alhetas laterais.

Bib.: Fernandez Gomez 1982.

Peñañor — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Português

Bib.: Fernandez Gomez 1982.

Torres Alocaz (Utrera) — 3 exemplares, tipo Sudoeste, grupo Guadalquivir

Bib.: Fernandez Gomez 1982.

Ecija — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Guadalquivir

Bib.: Fernandez Gomez.

Marchena — 2 exemplares, tipo Sudoeste, grupo Guadalquivir

Bib.: Fernandez Gomez 1982.

linhas paralelas ou cruzadas, associadas com algum dos motivos atrás referidos. Uma datação mais exacta relativa às necrópoles do Sudoeste poderá precisar melhor os parâmetros cronológicos da ocorrência de *obeloi* de bronze nesta região da Península Ibérica.

Interpretação sócio-ideológica

Os espetos de bronze surgem pela primeira vez no Mediterrâneo Oriental como objectos ligados ou associados ao culto de Hera, quer em templos, como é o caso do *heraion* de Samos (Samos 1969 a 1978, mais precisamente o primeiro volume; Walter 1976), ou o *heraion* de Perachora (Payne 1940), ou o *heraion* de Argos (Waldstein 1902, 61; 1905) ou nos túmulos de heróis, como consagrações a Herakles e Hera, como deusa do mundo subterrâneo. Deveriam ser usados uma só vez e depositados quer como oferenda votiva, quer acompanhando o defunto. Como tal, a sua verdadeira designação deverá ser a de *obeloi*.

Dechelette (1913, 797/804; 1914, 1415/1417) conta-se entre os primeiros arqueólogos que consideraram ser os espetos objectos de culto, e refere as suas áreas de ocorrência, além do Egeu: em Beilngries (Alta Baviera) e Etrúria, associados às culturas da Europa Central. Foram de novo claramente distinguidos por Jacobsthal (1959) como objectos de culto e diferenciados dos alfinetes de bronze, principalmente devido ao seu comprimento.

- EI Coronil — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Guadalquivir
Bib.: Fernandez Gomez 1982.
- Alcolea del Rio — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Guadalquivir
Bib.: Fernandez Gomez 1982
- Puente Genii — 1 exemplar, tipo Sudoeste, grupo Guadalquivir
Bib.: Fernandez Gomez 1982.
- Sevilla (área) — 3 exemplares, tipo Sudoeste, grupo Português: 2 exemplares,
grupo Guadalquivir: 1 exemplar
Bib.: Fernandez Gomez 1982.
- Cancho Roano (Zalamea la Serena) — 3 exemplares, tipo Sudoeste, grupo
Guadalquivir
Bib.: Maluquer de Motes 1981
Fernandez Gomez 1982.

Coffyn (1985, 178/179 e 224) considera os espetos de bronze originários nas culturas do Bronze Atlântico, sendo os do Sudoeste Peninsular uma versão simplificada daqueles que se encontraram a norte do Tejo — os de Alvaiázere (Fig. 1) — que apresentam grandes semelhanças com os da França ocidental. Mohen (1977, 38) também considera os espetos de um modo geral como originais da Europa Central, constituindo os espetos da França Ocidental um grupo separado, com a característica articulação e apoio. Tanto Mohen como Coffyn estão convencidos serem os espetos de bronze objectos de culto, relacionados com rituais funerários.

Na realidade, trata-se de espetos constituídos por duas partes distintas, unidas por uma espécie de articulação, sobre a qual surgem, no caso de Alvaiázere, dois pássaros e, no do depósito de Chollans (Vendée) (Mohen 1977), um veado, ambos os animais evocativos da vida de além-túmulo na mitologia céltica (Mac Cana 1983, Cunliffe 1979).

Do ponto de vista da origem destes objectos no Egeu, foi o problema novamente revisto por Kron em 1971, onde explica claramente o seu uso e significado. Também Furtwängler (1980) e Karageorghis (1973, 1980, 1983) se dedicaram a este assunto considerando os espetos de bronze essencialmente objectos de culto, em oposição a Courbin (1983), para quem os *obeloi* têm apenas um valor monetário, como uma das «moedas» correntes em transacções comerciais da época. Embora, de facto, este significado existisse atribuído aos *obeloi* de ferro, estes também aparecem nos templos, ganhando aí não só o seu significado votivo mas também o de oferenda valiosa.

No Sudoeste peninsular, os *obeloi* de bronze também aparecem associados a cultos religiosos e rituais funerários, ocorrendo essencialmente em duas áreas de distribuição (mapa 1), podendo assim distinguir-se, dentro do tipo característico do Sudoeste, dois grupos:

- 1) O grupo português penetrando desde a costa do Algarve até ao Baixo Alentejo e Extremadura espanhola, seguindo uma linha oblíqua, com alguns casos na zona de Sevilha;
- 2) O grupo do Guadalquivir, ao longo do vale do mesmo nome, mas atingindo ainda a margem esquerda do Guadiana, na

região do Castro de Azougada. Neste grupo incluem-se alguns exemplares com o cabo característico da zona, mas com pequenas e estreitas alhetas laterais, aproximando-se assim do grupo Português.

Algumas características externas definem estes dois grupos de *obeloi*:

a) os portugueses são longas barras de bronze (apenas dois são feitos de cobre), com cerca de 1,10 m de comprimento (podendo atingir no seu comprimento máximo 1,15 m e 0,80 m ou mesmo 0,60 m, no seu comprimento mínimo). Ainda se distinguem por apresentarem um cabo com elaboradas decorações e com umas pequenas alhetas laterais, separando o cabo da lâmina. A decoração é variável, podendo apresentar efeitos com traços paralelos, linhas entrecruzadas, pequenos círculos ou sucessões de SSS (Fig. 2);

b) os exemplares espanhóis do Guadalquivir são muito mais simples e curtos, geralmente com o comprimento máximo de cerca de 0,60 m, e o cabo distingue-se da lâmina apenas por apresentar um leve espessamento espalmado, sem qualquer decoração. Os exemplares do Castro de Azougada são perfeitamente idênticos aos do Guadalquivir (Fig. 3), apenas um apresenta uma notável semelhança com os exemplares de Samos publicados por Furtwängler (1980, 84 e 88). De salientar que o Castro de Azougada apresentou maior número de *obeloi* encontrados juntos, tendo sido, infelizmente, recolhidos em uma escavação da responsabilidade do Prof. Manuel Heleno que ficou por publicar, desconhecendo-se, assim, o seu contexto e localização estratigráfica (Júdice Gamito, em preparação).

Todos os exemplares espanhóis são feitos de bronze.

Os *obeloi* do Sudoeste peninsular, diferentes na forma dos exemplares atlânticos, apareceram geralmente associados aos rituais funerários nas chamadas «necrópoles do Sudoeste», famosas pelas suas inscrições ainda por decifrar. Tal é o caso da necrópole do Castro da Cola (Ourique) (Cenáculo 1791) e de Cástulo (Jaén) (Blanco 1963; Almagro Gorbea 1974) e do túmulo de Cancho Ruano (Zalamea la Serena) (Maluquer de Motes 1981, 1982; Fernandez Gomez 1982), ou em santuários, como oferendas votivas, como é o caso de Collado de los Jardines (Jaén) (Almagro

Gorbea 1974, Cancho Roano (Zalamea la Serena, Badajoz) (Maluquer de Motes 1981) e provavelmente na zona de Sagres (Faro) (Estácio da Veiga 1891), considerada pelos autores antigos como área de carácter sagrado (Avienus, *Ora Mar.*, 322, 334; Strabo, *Geog.*, III, 8). Os outros espetos foram encontrados em povoados, como é o caso da Coroa do Frade (Évora), Segóvia (Eivas), Azougada (Moura), Carambolo (Sevilha), Coronil (Sevilha), Peñaflor (Sevilha), mas provavelmente associados a rituais religiosos e áreas de culto.

Um novo espeto foi recentemente referido por Beirão (Beirão e Gomes) no que chamaram «o pequeno povoado de Fernão Vaz», por aí terem encontrado evidência de edifícios, fragmentos de cerâmica de uso comum, como grandes recipientes de largo bocai e um jarro de pequenas dimensões, e ainda um machado calcolítico com vestígios de reutilização (apresenta um orifício aberto no topo), e o espeto de bronze. (Todos estes objectos constavam da exposição do MNAE, 1980).

Uma visita ao local (mapa 2) levou-me a levantar a hipótese de ali, ou nas imediações, ter existido um altar ou pequeno templo, onde o culto de Hera ou outro culto idêntico fosse praticado. Tal hipótese baseia-se nas seguintes observações:

a) As características topográficas daquela zona da margem direita do rio Mira: na maior elevação, entre duas curvas do rio que corre célere em direcção ao mar, encontram-se os vestígios de um sítio arqueológico, com restos de muros de pedra solta, designado por Beirão como pequeno povoado da Cascalheira, cujo acesso é feito por um antigo caminho de campo assinalado na folha 563 da Carta Militar de 1952, na escala de 1:25.000 (mapa 2, a), e que o liga à necrópole de Fernão Vaz (Mapa 2, b), que se avista a curta distância e que é constituída por duas partes simétricas divididas por esse mesmo caminho, também assinalado na referida carta militar (fig. 4), e que, posteriormente, terá sido preterido pelo caminho de alternativa que contorna a necrópole pelo lado norte.

Na verdade, nota-se aqui, além da flagrante simetria, um grande túmulo circular, seguindo a tradição dos túmulos do final da Idade do Bronze, do tipo Atalaia, rodeado e integrado num conjunto de túmulos rectangulares característicos da Idade do

Ferro no Sudoeste peninsular, e ainda a evolução e continuidade das populações habitando esta região do Sul de Portugal, expressa nos seus túmulos.

As duas partes da necrópole foram consideradas como dois «territórios opostos» (comunicação pessoal de Varela Gomes e também de M. Alves Dias), exactamente marcados e delimitados pelas duas partes da necrópole. Penso, no entanto, que o significado da simetria e divisão da necrópole é salientar o caminho ritual em direcção ao rio, onde teriam lugar outros rituais de purificação subsidiários daqueles realizados junto ao altar e que seriam ainda assinalados pela presença de outra necrópole mais abaixo, designada por Beirão e Gomes por «povoado de Fernão Vaz»⁽²⁾ (Mapa 2, c), situado sob os vestígios do pequeno «monte» medieval.

Esta é a disposição de todos os outros *heraia*: com efeito o *heraion* de Samos apresenta uma disposição semelhante dos locais de rituais sagrados (*Samos*, 1969 a 1978; Walter 1976): a zona do templo ou do altar sobre uma elevação e sepulturas e oferendas votivas em ambos os lados do caminho que se dirige para o mar ou

(²) Sob os vestígios de um pequeno 'monte' medieval ou de época mais recente, Beirão localizou um sítio arqueológico que denominou «povoado da Idade do Ferro», e cuja planta e cortes apresentou na exposição do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia intitulada: «A Idade do Ferro no Sul de Portugal», em finais de 1980, respectivamente indicados pelos números 275 a 279. Os vestígios da Idade do Ferro encontram-se num fino estrato, sob várias camadas de abandono e do próprio 'monte' medieval. Os muros deste cortam o estrato da Idade do Ferro, aspecto que era também visível na planta do sítio arqueológico, mostrando assim tratar-se de construções posteriores. Naquela planta notava-se ainda a particularidade de, sob os muros medievais, se notarem nitidamente vestígios de construções redondas, perfeitamente nítidas no lado SW da planta (n. 277 do catálogo da exposição). Pessoalmente tive ocasião de observar no local esta mesma particularidade. Parece-me que se está perante uma necrópole da Idade do Bronze Final/Idade do Ferro Inicial, que vai precisamente aparecer representada no fino e bem delimitado estrato da Idade do Ferro, registado nos cortes da escavação. Julgo, portanto, que se trata de uma necrópole, onde eventualmente se encontrou o espeto (não pessoalmente encontrado por Beirão, mas sim retirado anteriormente) sobre a qual, em épocas posteriores, se construiu o pequeno 'monte' medieval. Admito, no entanto, a hipótese da existência de outras construções, além desta última necrópole, integradas no conjunto de locais de culto a Hera/Ataegina, na zona de Fernão Yaz.

para o rio próximo, como é também o caso do *heraion* de Perachora (Payne 1940, 257), e do *heraion* de Argos (Waldstein 1902-1905). Este aspecto é também referido por Kron (1971, 132/98).

b) Os materiais arqueológicos incluem também recipientes de cerâmica que poderiam ter sido utilizados nos rituais de purificação dos oficiantes e, igualmente, para recolher o sangue e as partes do corpo da vítima estabelecidas no ritual. A presença de um *obelos* de bronze é geralmente considerada em todo o mundo mediterrâneo durante os séculos viii e vii a.C., como reflectindo propósitos sagrados, e o machado calcolítico com vestígios de reutilização poderia servir para matar o animal oferecido em sacrifício à divindade em questão.

E interessante chamar a atenção para o facto de as datas mais antigas para estas necrópoles serem os séculos viii e vii a.C., com uma possível continuação durante o século v a.C., com base na ocorrência de algumas fíbulas penanulares ibéricas, de acordo com a cronologia proposta por Cuadrado (1957) ⁽³⁾.

c) Hera estava também associada à vaca, com os seus grandes olhos hipnóticos. Algumas representações da deusa foram, por vezes, feitas por meio da representação de uma vaca de barro, (mais pormenores em JÚDICE GAMITO 1987). Beirão também encontrou um vaso representando uma vaca na necrópole da Fonte Santa (Ourique) (Beirão e Gomes 1980, p. 23, n. 186b), situada na mesma área e apresentando as mesmas características que não diferem muito da vaca de barro do *heraion* de Samos (*Samos* 1969; Walter 1976).

Na *krater* de figuras vermelhas de Alcácer do Sal, próximo da cena do sacrifício, na qual a sacerdotisa usa três *obeloi*, vê-se no canto direito a cabeça de uma vaca, como se à distância estivesse presidindo à cerimónia (figs. 5 e 6). Penso que o culto

⁽³⁾ Na realidade, as fíbulas penanulares ibéricas são os elementos mais tardios e de datação relativa segura que aparecem no espólio destas necrópoles. Por enquanto não se possui ainda qualquer datação absoluta para as necrópoles do Sudoeste, embora um projecto de datações de ¹⁴C esteja em curso, da responsabilidade da autora e de Luís Coelho e Manuela Alves Dias, com a colaboração do Laboratório do British Museum, o que permitirá talvez obter uma ideia mais precisa sobre os parâmetros cronológicos destas necrópoles.

representado neste vaso poderá ser o culto de Hera e não exactamente o de Apolo, como Rocha Pereira (1962, 76) sugeriu. O número de três parece também ser o indicado neste tipo de sacrifícios, sendo exactamente esse o que aparece depositado nos túmulos de Cástulo (Blanco 1963) e de Cancho Roano (Maluquer de Motes 1981).

d) Por outro lado, o culto de Hera encontrava-se também sempre associado à renovação anual da natureza e a cultos vegetativos. Neste sentido foi, por vezes, identificado com o culto de Perséfone (Kron 1971, 124), adquirindo, mais tarde, os aspectos negativos deste mesmo culto. Na época romana, também se observou que ao culto de Juno, a deusa romana correspondente a Hera, se associou o culto de Prosérpina. Em toda esta área do Sudoeste peninsular um culto idêntico é conhecido dedicado a Ataegina, um culto céltico, como o próprio nome da deusa sugere (Leite de Vasconcelos 1905; Schmidt 1957; Blázquez 1975), cujos atributos são os mesmos de Hera. O culto a Ataegina persistiu até à época romana e também ele foi associado ao culto de Perséfone e, mais tarde de Prosérpina.

e) Os autores antigos dão-nos, ainda, notícia de que no Sudoeste peninsular o culto de Juno/Hera prevaleceu entre a população indígena mesmo quando a religião «oficial» tinha mudado. É interessante salientar que Plínio refere um culto indígena dedicado a Juno (a deusa equivalente a Hera no panteão romano) em Gades:

«vocatur ab Ephoro et Philistide Erythea, a Timaeo et Sileno Aphrodisias ab indigenis Junonis» (Plínio, 4, 120).

facto que aparece também mencionado em Éscimno (153) e Estêvão de Bizâncio.

Um templo dedicado a Hera/Juno, situado perto da moderna Trafalgar, também foi mencionado por Ptolomeu (2.4.5) e Mela, que diz exactamente:

«Tum Mellaria, et Belo, et Besippo usque ad Junonis promontorium oram freti occupat» (Mela, 2. 6,9).

Avieno (205-211 e 241-244) refere um culto semelhante perto do Promontorium Sacrum (Sagres) e na cidade de Herbi (La Rabida,

Helva), associando-o ao culto da deusa infernal, portanto Ataegina/Prosérpina:

*«lugum inde rursus et sacrum infernae deae
divesque fanum, penetrai abstrusi cavi
adytumque caecum, multa propter esi palus
E[ti]rebea dicta, quin et Herbi civitas»* (Avienus, 241-244).

Schulten também associa este culto aqui referido por Avieno com o de Ataegina (Schulten 1922, 97-99).

Abel Viana e Nunes Ribeiro (1958-59) dão notícia de uma inscrição romana dedicada a Juno na zona de Beja.

O facto de estes espetos de bronze ocorrerem, na sua maioria, nesta zona da Península Ibérica, exactamente a área onde se situaria Tartessos e a sua zona periférica, com a qual mantinha estreitas relações (Júdice Gamito 1984) e onde possivelmente se deram também os primeiros contactos com povos de origem grega que aportaram à Península, aspectos já referidos noutra publicação (Júdice Gamito 1985) e onde concluía, o que parece ser confirmado aqui, que deveria ter havido uma fixação de gregos orientais no Sudoeste peninsular, simultânea ou anterior à dos primeiros fenícios. Este aspecto é ainda reforçado pelo facto de serem exactamente esses gregos aqueles que maior devoção dedicavam a Hera, nomeadamente os Sâmios, os Eubeus e os Fócios. Talvez uma intensificação das pesquisas no campo linguístico, neste sentido, possa produzir resultados do maior interesse cultural.

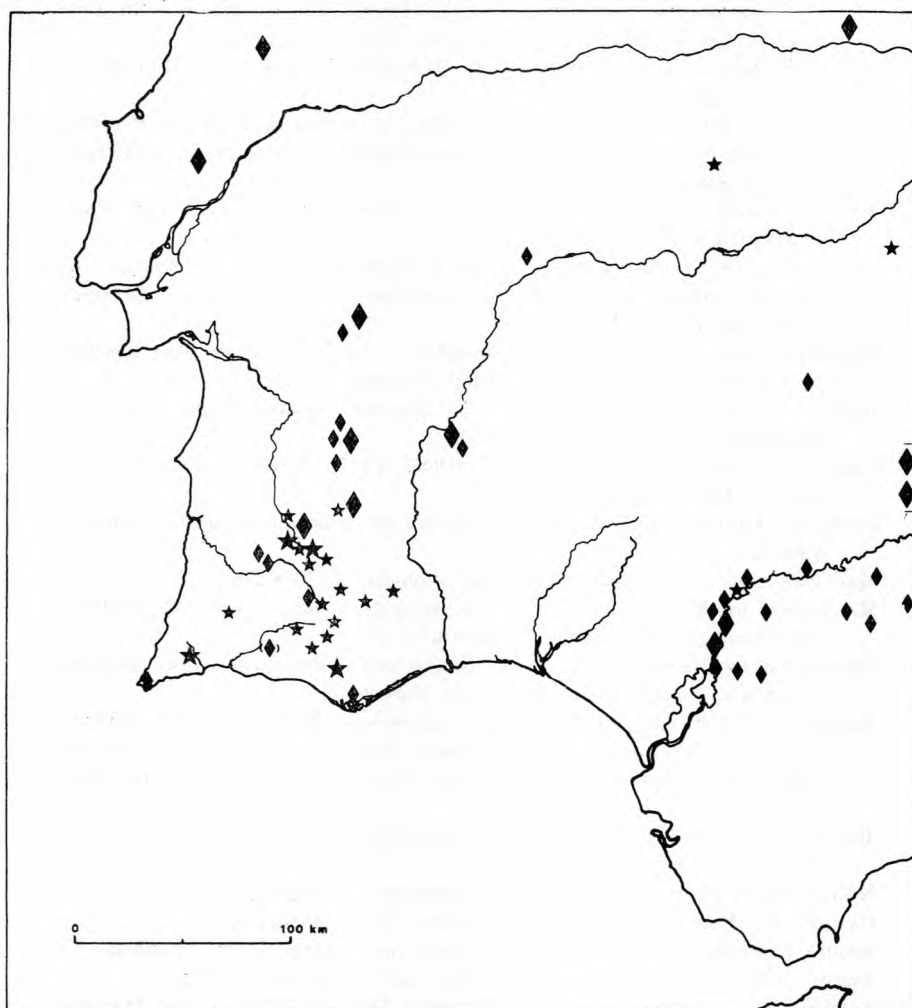
Todos estes pontos aqui referidos sugerem que muito possivelmente se deu no Sudoeste peninsular um caso de assimilação de cultos religiosos. Os atributos idênticos de Hera (Juno) e Ataegina (ambas posteriormente identificadas com Perséfone ou Prosérpina), portadores do mesmo conteúdo ideológico e social, facilitaram um processo de aculturação, incrementado pelo íntimo contacto de povos, usando objectos semelhantes, relacionados com rituais funerários e religiosos idênticos.

Agradecimento: Gostaria de expressar o meu agradecimento ao Professor Anthony Snodgrass pelo interesse que sempre manifestou por este ponto da minha investigação, e pelo encorajamento na pesquisa de mais detalhes e à Fundação C. Gulbenkian cuja bolsa me permitiu efectuar esta investigação em Cambridge.

BIBLIOGRAFIA

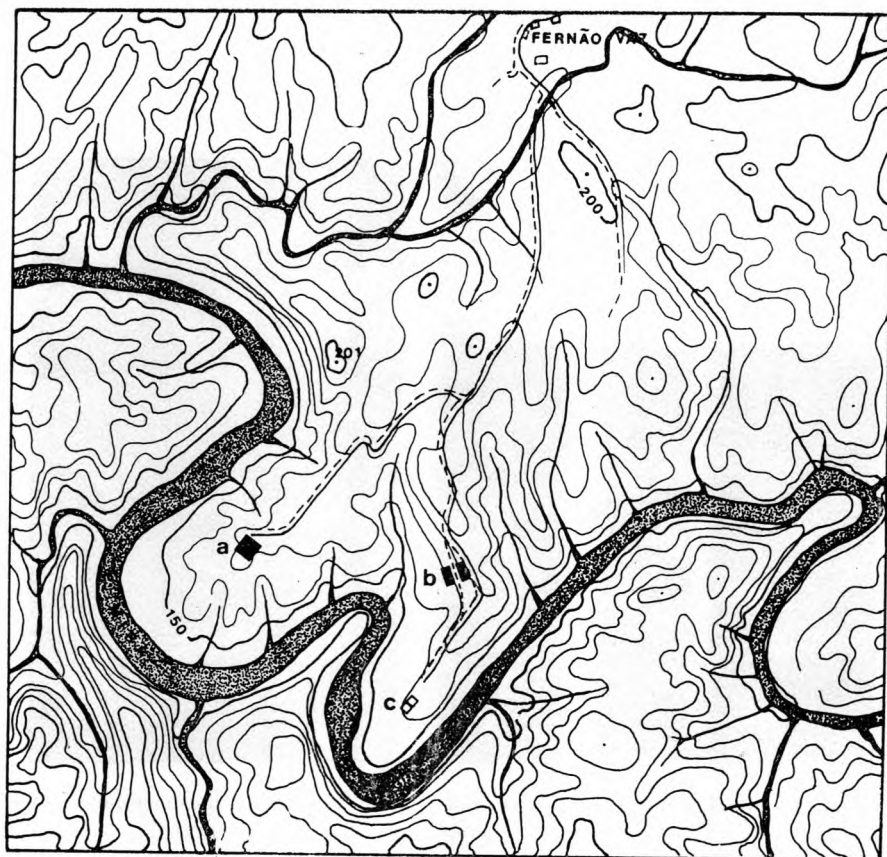
- ALMAGRO GORBEA, M., 1974, *Los asadores de bronce del Suroeste peninsular*, «Rev. Arch. Bib. Mus.», LXXVII, Madrid, 351-395.
- DEL AMO, M., 1976, *Restos materiales de lo: población romana de Onuba*, «Huelva Arqueológica», II, Huelva.
- ALVAREZ-OSÓRIO, F., 1941, *Catalogo de los exvotos de bronce ibéricos*, Madrid.
- ARNAUD, J. E. MORÁIS, 1979, *Coroa do Frade*, «Madrider Mitteilungen», 20, Heidelberg.
- BEIRÃO, C. M., e M. V. GOMES, 1980, *A Idade do Ferro no Sul de Portugal, epigrafia e cultura*, Catálogo da Exposição do Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia, Lisboa.
- BLANCO FREIJEIRO, A., 1963, *El Ajuar de una tumba de Cástulo*, «A.E.A.», XXXVI, Madrid.
- BLAZQUEZ, A. M., 1975, *Dicionário de las Religiones Prerromanas de Hispania*, Madrid, Istmo.
- BONET, H. et alii, 1981, *El poblado ibérico del Puntal dels Hops* (El Colemanar, Ulocan, Valencia), «S.P.P.», Valencia.
- CARTAILLAC, E., 1886, *Les Ages Prehistoriques de VEspagne et du Portugal*, Paris.
- CENÁCULO, FREI M. DO, 1971, *Cuidados Leterários do prelado de Beja*, Évora.
- COFYN, A., 1985, *Le Rronze Final Atlantique dans la Peninsule Ibérique*, Bordeaux, C.N.R.S.
- COURBIN, P., 1983, *Obeloi d'Argolide et d'ailleurs*, «The Greek Renaissance», Stockolm.
- CUADRADO, E., 1957, *La fíbula anular hispánica y sus problemas*, «Zephyrus», VII, Salamanca, 5-76.
- CUNLIFFE, B., 1979, *The Celtic World*, London, The Bodlen Head.
- DECHELETTE, J., 1913, 1914, *Manuel d'Archaeologie prehistorique et Gallo-Romaine*, 2. et 3. parties, Paris.
- ESTÁCIO DA VEIGA, S. P. M., 1891, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, v. IV, Lisboa.
- EVANS, J., T. JÚDICE GAMITO, J. E. MORAIS ARNAUD, *Segovia Oppidum — excavation campaign 1972*.
- FERNANDEZ GOMEZ, F., 1982, *Nuevos asadores de bronce en el Museo Arqueológico de Sevilla*, «Trabajos de Prehistoria», 39, Madrid, 389-410.
- FRAGOSO DE LIMA, J., 1944, *Aparecimento de um estoque de cobre ou bronze na freguesia de Safara*, «Jornal de Moura», 3 de Junho de 1944.
- FURTWÄNGLER, A. E., 1980, *Zur Deuting der Obeloi im Lichte samischer Neufunae*, «Tania», Mainz, 81-97.
- JACOBSTHAL, P., 1959, *Greek Pins*, Oxford, Univ. Press.
- JÚDICE GAMITO, T., 1984, *Ethnohistory: the ancient authors' reports on Southwest Iberia — an example*, «Archaeological Review From Cambridge», 3:2, Depart, of Archaeology, Univ. of Cambridge.

- JÚDICE GAMITO, T., 1985, *The wind of change blows from the East — Socioeconomic complexity in 6TT Iberia*, «The transition from Late Bronze Age to Iron Age in Europe», Oxford (in press).
- JÚDICE GAMITO, T., (em preparação), *O Castro de Azougada*, Monografias MNAE, Lisboa.
- JÚDICE GAMITO, T., 1987, *Os obeloi de bronze do Sudoeste Peninsular — seu contexto e interpretação sócio-ideológico*, Cong. Nac. de Historia Antiga, Santiago de Compostela.
- KARAGEORGHIS, V. M., 1973, *Pikes or obeloi, from Cyprus and Crete*, «Antichita Cretesi», 12, 168-172.
- KARAGEORGHIS, V. M., 1980, *Fouilles à Vancienne Paphos de Chypre: les premiers colons grecs*, «Comptes rendues Ac. Insc. Belles Lettres», Paris, 122-136.
- KARAGEORGHIS, V. M., 1983, *Palaepaphos — Skates, an Iron Age cemetery in Cyprus*, «D.A.I.», Univ. Verlag Konstanz.
- KRON, U., 1971, *Zum Hypogäum von Paestum*, «Jahrd. Rom. Germ. Z. Muzeums Mainz», Berlin, 117-148.
- LEITE DE VASCONCELLOS, J., 1897, 1905, 1913, *Religiões da Lusitania*, Lisboa, Imp. Nacional.
- LEITE DE VASCONCELLOS, J., 1920, *Historia do Museu Etnológico Português*, Lisboa.
- MAC CANA, P., 1983, *Celtic Mythology*, Jugoslávia, Newnen.
- MALUQUER DE MOTES, J. N., 1958, *Excavaciones en el Cerro d'El Berrueco (Salamanca)*, Universidad de Salamanca.
- MALUQUER DE MOTES, J. N., 1981, *El Santuário Protohistorico de Zalamea la Serena, Badajoz*, Universidad de Barcelona.
- MALUQUER DE MOTES, 1982, *Notas de arqueologia Extremeña. Los asadores de bronze del yacimiento de Cancho Ruano, en Zalamea la Serena (Badajoz)*, «Homenaje a Concepción Fernandez Chicarro y de Dios», Madrid.
- MOHEN, J.-P., 1977, *Broches à rotir articulées de Vâge du Bronze*, «Ant. Nat.», 9, 34-39.
- NUNES RIBEIRO, F., 1965, *O bronze meridional português*, Beja.
- PAYNE, H., 1940, *Perachora*, 2 v., Oxford, T. J. Dubabin.
- ROCHA PEREIRA, M. H., 1962, *Greek Vases in Portugal*, Univ. Coimbra.
- SAMOS, 1969 a 1978, 14 v., «Deutsches Arch. Institut», Berlin.
- SAVORY, H. N., 1968, *Spain and Portugal*, London, Thames and Hudson.
- SCHMIDT, K. ID, 1957, *Die Komposition in gallischen Personennamen*, «Zeitschrift für Celtische Philologie», 26, 31-301.
- SIMÕES, A. F., 1878, *Introdução à Archeologia doi Peninsula Ibérica*, Lisboa.
- SCHULTEN, A., 1922, *Fontes Hispaniae Antiquae*, v. I, Barcelona.
- VIANA, A., e F. NUNES RIBEIRO, 1958-59, *Notas históricas e etnográficas do Baixo Alentejo*, «O Arquivo de Beja», Beja.
- WALDSTEIN, CH., 1902 e 1905, *The Argive Heraeum*, 2 v., Boston, The Riverside Press.
- WALTER, H., 1976, *Das Heraion von Samos*, München.



- | | |
|--|---------------------------|
| ☆ 1 estela epigrafada do Sudoeste Peninsular | ★ 2 ou mais exemplares |
| ◆ 1 <u>obelos</u> de bronze | ◆ 2 ou mais <u>obeloi</u> |

MAPA 1 — Distribuição dos *obeloi* e das estelas epigrafadas do Sudoeste peninsular.



MAPA 2 — Área de Fernão Vaz, baseado na carta militar 1:25.000, N. 563
— Zonas a, b e c.



FIG. 4 — Caminho separando as duas partes simétricas da necrópole de Fernão Vaz.



FIG. 5 — *Krater* de figuras vermelhas de Alcácer do Sal: a sacerdotisa oficiando usa três *obeloi*. No canto superior direito, a cabeça de uma vaca (do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia).



FIG. 6 — Pormenor do vaso anterior.

(Página deixada propositadamente em branco)

JOÃO CARLOS L. FARIA

Director do Museu Municipal de Alcácer do Sal

MARISOL A. FERREIRA

Licenciada em História (variante Arqueologia)

**ESTAÇÕES INÉDITAS DA ÉPOCA ROMANA DO CONCELHO DE
ALCÁCER DO SAL— BREVE NOTÍCIA**
«Conimbriga», XXV (1986), p. 41-51

RESUMO: Enumeram-se e identificam-se estações romanas inéditas do concelho de Alcácer do Sal.

RÉSUMÉ: L'article fait l'inventaire de sites romains inédits des environs d'Alcácer do Sal, la *Salada* romaine, en Lusitanie.

(Página deixada propositadamente em branco)

ESTAÇÕES INÉDITAS DA ÉPOCA ROMANA DO CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL — BREVE NOTÍCIA*

No decurso de prospekções arqueológicas efectuadas no concelho de Alcácer do Sal, nos últimos dez anos, foram identificadas quinze estações ou monumentos arqueológicos distribuídos pelas freguesias de Santa Maria do Castelo (três), Santiago (oito), Torrão (três) e Santa Susana (um).

Freguesia de Santa Maria do Castelo

Olival de S. João x 166,7

y 156,7 (CMPC) f. 476)

Situado a 200 m a norte do castelo de Alcácer, junto à Azinhaga da Fonte da Talha. Aqui, podemos observar uma

* A maior parte das estações arqueológicas mencionadas constam no trabalho *Subsídios para uma Carta Arqueológica do Concelho de Alcácer do Sal* — 1985 (dactilografado), realizado por nós com o apoio da autarquia do nosso concelho, e apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O conhecimento de três destes monumentos, nomeadamente a cisterna do Olival de S. João, o marco miliário do Monte dos Carvalhos de Baixo e a calçada no Torrão, fomos buscá-lo a Gustavo MARQUES, *Inventário do Património Artístico e Cultural do Concelho de Alcácer do Sal* — 1983 (dactilografado), trabalho também feito com o apoio da Câmara Municipal. Aqui as noticiamos, para conhecimento no meio arqueológico, com algumas alterações. Embora este autor refira S.ta Catarina de Sítimos, esta *villa* já havia sido descoberta em 1977. Inéditos, sim, são os achados de ânforas romanas no Monte da Batalha (freg. de S.ta Maria do Castelo) a que também alude.

(x) Carta Militar de Portugal 1:25.000, 1944.

Conimbriga, 25 (1986), 41-51

cisterna romana (Est. I, 1), de planta circular. Feita com *lateres* dispostos na horizontal, está inserida no solo e apresenta as paredes internas forradas com *opus signinum* coberto com uma fina camada de argamassa. Tem a altura de cerca de 4 m e de diâmetro, medido internamente, 2,50 m. O fundo, rodeado com uma meia cana, apresenta ao centro uma concavidade circular afunilada. Devia ter sido coberta com uma abóbada, pois apresenta vestígios do respectivo arranque. O terreno envolvente acha-se juncado de fragmentos de cerâmica romana.

Horta do Crespo x 166,9
y 156,9 (CMP f. 476)

Apresenta fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, *lateres*, *dolia*, em quantidade considerável. Recolheram-se alguns pedaços de *opus signinum*. Foi parcialmente destruída pela antiga estrada nacional n.º 5.

Olival da Pedreira x 166,3
y 157,3 (CMP f. 476)

Num terreno plano, sobressai uma pequena elevação, ocupando uma área não muito vasta, onde podemos observar fragmentos de diversas cerâmicas romanas, juntamente com material de construção.

Bastante importante foi o achado de dois fragmentos de *imbrices* com marca de oleiro.

Fragmento n.º 1 (Est. I, 2 e II, 4) — Fragmento de *imbrex*, de pasta grosseira, dura, de textura folheada, com algumas fendas e alvéolos, bem cozida, de tonalidade alaranjada homogénea, muito arenosa, com areias de grão médio atingindo raramente os 4 mm. Ausência de mica. Superfície interior muito rugosa em contraste com a superfície exterior, alisada a trapo ou a pincel. O bordo de um dos topos é côncavo. Marca impressa verticalmente, na parte externa do *imbrex*, em cartela rectangular, danificada num dos extremos. Letras em relevo, bastante sumidas, atingindo toda a altura da cartela.

Leitura provável: [...] AVERNAS

Espessura média do *imbrex*: 2 cm

Altura da carteia: 12 mm

Fragmento n.º 2 (Est. II, 3 e 5) — Fragmento de *imbrex*, de pasta grosseira, dura, de textura folheada, bem cozida, de tonalidade laranja avermelhado, arenosa, com areias de grão médio. Ausência de mica. Superfície interior muito rugosa. Superfície exterior alisada a trapo ou a pincel. O bordo de um dos topos é côncavo, se bem que pouco acentuado. Marca impressa verticalmente, na parte externa do *imbrex*, em carteia rectangular, danificada num dos extremos. Letras centrais melhor impressas, devido à própria curvatura do *imbrex*. Caracteres em relevo, atingindo toda a altura da carteia.

Leitura provável: [...] AVERNAS

Espessura média do *imbrex*: 2 cm

Altura da carteia: 12 mm

As marcas pertencem ambas a um único oleiro, para o qual não encontrámos paralelo. Poderá ser lida VAERNAS ou AVERNAS.

Interessante o nexu AV ou VA e a particularidade do N invertido.

Freguesia de Santiago

Bairro do Crespo x 167,5

y 156,1 (CMP f. 476)

Quando se procedia à abertura dos alicerces para a construção de uma habitação neste bairro, foram postas a descoberto várias sepulturas de inumação feitas de *lateres* vulgares. Somente uma delas se conservou quase intacta. De formato rectangular, apresentava os lados e o fundo em terra argilosa. Contudo, a cobertura era formada por *lateres*, colocados em falsa cúpula.

No interior da sepultura, o espólio era constituído tão só por uma taça de vidro incolor bastante partida. Devido ao elevado grau de acidez do terreno, restos ósseos quase não continha. Apenas um pedaço de crânio occipital.

Segundo a população, existem aqui habitações que têm nos seus alicerces muitos «...ladrilhos grandes e de boa qualidade...», encontrados alguns anos atrás.

Tudo indica, pois, a existência, de uma necrópole, hoje totalmente destruída mas que, pelo tipo de sepulturas e ritual utilizado — inumação — poderá com certa segurança ser datada do séc. ui d.C.

Bairro Rio de Clérigos x 167,8

y 156,8 (CMP f. 476)

Descoberta de parte de um aqueduto romano (Est. III). Situado a 1 Km a NE de Alcácer do Sal, encontra-se relativamente bem conservado. Implantado em terreno plano, o canal (*specus*), de secção rectangular, assenta simplesmente numa parede feita de alvenaria, constituída na sua quase totalidade por pedra calcária, mas também por brecha. Nalguns trechos do aqueduto são visíveis restos de argamassa que cobririam o paredão de alvenaria. A largura interna do canal é de 0,32 m e, embora não seja visível, deve ter sido revestido no fundo e nos lados por argamassa ou mesmo por uma fina camada de *opus signinum*. A largura do aqueduto, medida externamente, é de 0,90 m. O comprimento total é de 36 m, sendo este cortado em dois pontos pela Azinhaga das Mastigas. Vestígios deste monumento encontram-se também no Olival da Sr.^a Emilia, onde apresenta o comprimento de 2,55 m. Nalguns pontos do canal aparecem fragmentos soltos de *opus signinum*, o que nos levou a supor ter tido o aqueduto uma cobertura deste material, a qual teria posteriormente caído. Orientando-se no sentido NE-SW e com uma cota mais elevada que o próprio morro acastelado de Alcácer, abasteceria tanto a parte alta como a parte baixa da cidade romana de *Salacia* (Alcácer do Sal).

De referir ainda a existência, a norte do aqueduto, de dois topónimos muito sugestivos: Águas Pousadas e Água Derramada.

Olival do José Lince x 167,9

y 156,7 (CMP f. 476)

Situado apenas a 100 m a sul do aqueduto a que aludimos. Trata-se de uma estação arqueológica que se nos afigura pobre e ocupando uma área restrita. No terreno, algumas cerâmicas romanas.

Igualmente à superfície encontra-se uma pedra de calcário, de formato rectangular, que terá servido porventura de soleira de porta.

Quando o terreno é remexido pelos trabalhos de lavoura, surgem materiais arqueológicos com maior abundância.

Olival de Nossa Senhora d'Aires x 168,5

y 156,0 (CMP f. 477)

Abundam à superfície vários tipos de cerâmica romana, entre as quais *terra sigillata* clara G, grandes pedaços de *opus signinum* e muita pedra proveniente de estruturas. Perto deste olival fica a Azinhaga de Nossa Senhora d'Aires onde, num corte, se pode ver um muro, em *opus mixtum*. A dispersão de materiais é de tal modo grande que vamos encontrá-los no Olival dos Cardos e no Olival da Mina, que confinam com este. Se tivermos em consideração a vasta extensão por onde se distribuem os materiais arqueológicos podemos sugerir estarmos em presença de uma *villa*.

Arapouco x 168,6

y 149,7 (CMP f. 486)

Neste local, na margem esquerda do rio Sado, identificámos dois fornos de planta circular, formados por *lateres* vulgares. Distanto do rio cerca de 70 m, situam-se numa encosta arenosa com dispersão de fragmentos de *dolia* e *imbrices*. Um dos fornos foi bastante danificado pela construção de uma vala de água. É um forno com o diâmetro de 3,10 m medido internamente e onde as paredes têm a espessura de 0,45 m.

Dada a ausência de qualquer fragmento de ânfora, estes fornos aparentam apenas ter fabricado *dolia*.

Próximo daqui, junto ao monte, aparecem pedaços de *opus signinum*, *tegulae*, *imbrices*, cerâmica doméstica. Destaque para o achado de dois tijolos em quadrante, completos.

Santa Catarina de Sitimos x 173,9

y 158,5 (CMP f. 477)

Em 1977, quando se procedia a trabalhos de alargamento de uma rua nesta aldeia, localizada na margem esquerda da ribeira de Sitimos, a máquina pôs a descoberto uma ânfora do tipo Dressel 14/Beltran IV, quase completa. Numa ida ao local, recolhemos ainda duas tampas de vasilhas, em cerâmica comum, e uma taça em vidro que infelizmente não pudemos totalmente recuperar. Na mesma altura verificámos que o terreno situado entre S.ta Catarina de Baixo e S.ta Catarina de Cima, denominado Pedrões está completamente juncado de fragmentos de cerâmica romana. Este terreno, sujeito, todos os anos, a trabalhos de lavoura, proporcionou achados importantes, tais como um grande *dolium*, que o antigo proprietário deste local deixou ficar enterrado. No entanto, recolheu uma coluna em mármore de S. Brissos-Trigaches, completa, decorada na base com folhas de acanto e flores de lótus, possuindo 1,43 m de comprimento e 0,20 m de diâmetro máximo (Est. IV, 7 e 8).

Igualmente achou um pedaço de fuste de outra coluna, também em mármore e do mesmo tipo da primeira. Certamente fariam parte do peristilo de uma *villa*. Uma mó manual em calcário proveio do mesmo sítio.

É bastante significativo o achado de *terra sigillata* itálica, sudgálica, hispânica e clara, assim como muito material de construção.

Junto a uma lavra de arroz, descobrimos um tanque de planta quadrangular, não muito grande, parcialmente danificado, revestido de *opus signinum*, fundo em meia cana e com pequeno canal assente sobre um dos seus lados. Na direcção deste, uma parede apresenta o mesmo canal. No corte, junto à rua, existem

cinco muros, distando uns dos outros cerca de 4,80 m e possuindo a largura de 0,50 m.

Consta que, quase em frente da escola primária, havia uma grande construção circular, que foi bastante destruída pela construção da rua.

Há pouco tempo recolheu-se do local da *villa*, uma mó industrial (Est. V, 9), assim como dois numismas em cobre, romanos, em mau estado de conservação. Na encosta, situada logo abaixo do Monte de Famais, a 100 m da *villa*, o sr. Aguiar descobriu uma sepultura de incineração, tipo recipiente rectangular em calcário, sem qualquer espólio. Aqui recolheu ainda urna esteia, completa, do mesmo material, anepígrafa ⁽²⁾, um pouco deteriorada.

Seria o local da necrópole desta propriedade rústica.

Monte dos Carvalhos de Baixo x 175,3

y 161,5 (CMP f. 468)

Próximo deste monte, na margem direita da ribeira de Sta. Catarina de Sítimos, está um monolito cilíndrico, de granito, com cerca de 0,50 m de diâmetro e saliente 1 m da terra. Parece ser um marco miliário anepígrafo ou poderá estar invertido e a inscrição coberta com terra. Pertence à via *Olisipo/Ebora*, por *Salacia* (Est. V, 9).

Pedrões x 175,2

y 160,9 (CMP f. 468)

Situa-se na margem esquerda da ribeira de S.ta Catarina de Sítimos. Estação arqueológica que foi parcialmente destruída pelas terraplanagens ali efectuadas, para o cultivo de arroz, mas onde ainda se podem recolher cerâmicas romanas. Na ribeira, fomos encontrar duas grandes pedras de calcário, de formato rectangular e uma laje em mármore, que fariam certamente parte

(2) Podia ter tido inscrição pintada ou mesmo gravada, que terá desaparecido com o tempo.

de uma construção. Junto a elas, um peso de lagar de azeite, em calcário, paralelepípedo.

Freguesia do Torrão

Calçadinha ou Via Romana x 191,5
y 148,3 (CMP . 487)

Localizada a 1 Km a norte da vila do Torrão. Troço bem conservado de calçada romana, com 319 m de comprimento por 2,40 m de largura máxima (Est. VI). Na sua construção foi utilizada pedra da região, sobretudo anfibolito, mas também diorito e quartzito, em menor quantidade. A julgar pela orientação, sensivelmente N-S, faria parte da estrada que ligava *Pax Iulia* (Beja) a *Ebora* (Évora), passando, entre outros lugares, pelo Torrão.

Este troço continua, pelo menos, até à ermida de S. Fausto, embora muito mais destruído, mas onde se podem observar algumas zonas empedradas. Vem assinalada na CMP como caminho carreteiro.

Fontainhas x 192,1
y 146,7 (CMP f. 487)

Local que apresenta imensa quantidade de escória de ferro, indicativo da existência de trabalhos de fundição. À superfície, podem observar-se vários fragmentos de *dolia* e *lateres*, nalguns casos com escória agarrada. Provavelmente estaremos perante a existência de um forno de fundição. Tem lenda associada: segundo a população, neste sítio existe um poço em pedra, recentemente tapado, a que dão o nome de «poço dos enjeitados», pois estes eram para ali atirados.

Orzalão x 183,6
y 136,9 (CMP f. 496)

A cerca de 3 km da aldeia de Rio de Moinhos situa-se a Várzea Redonda. Aí, num sítio denominado Orzalão, quando o

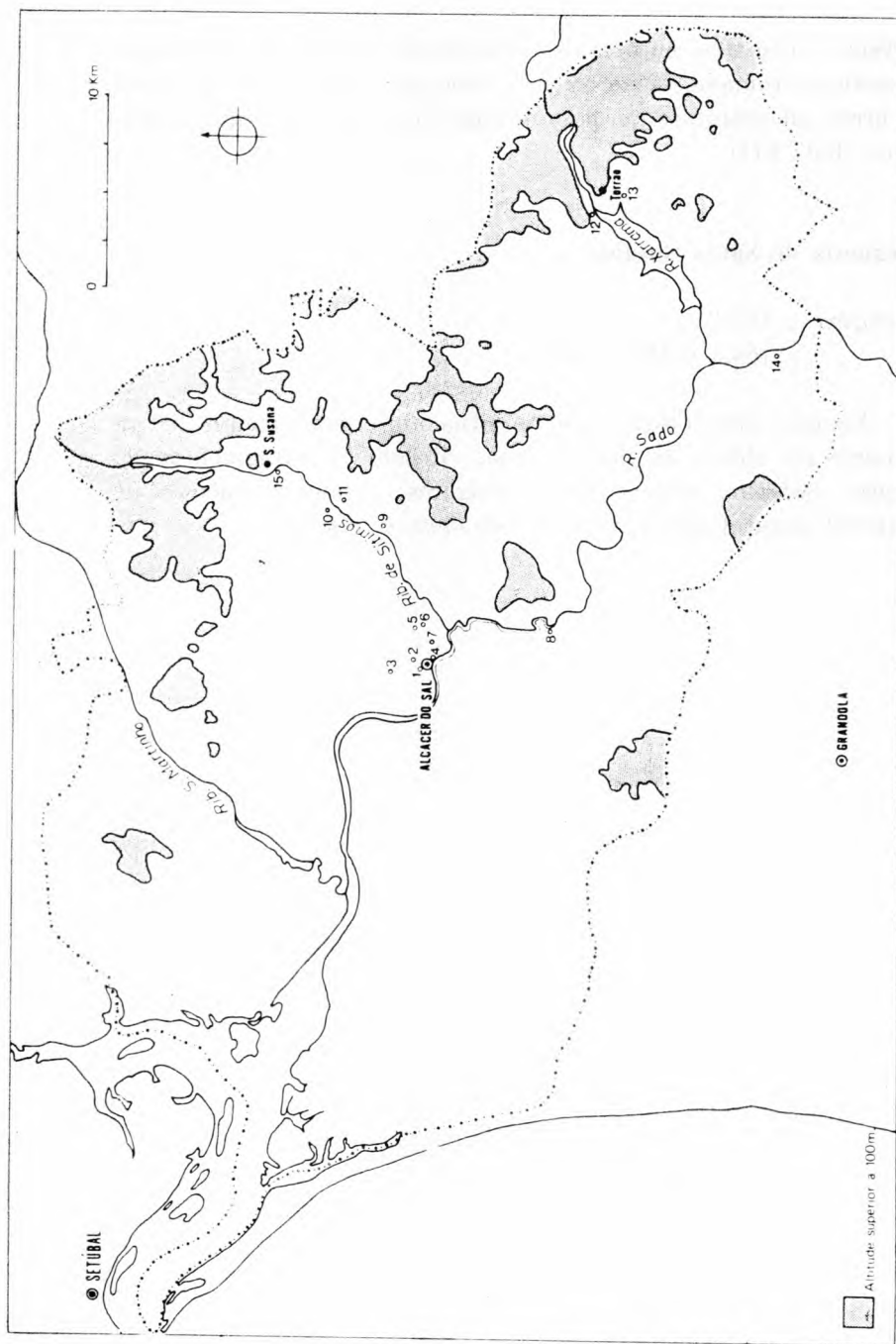
terreno é remexido, encontra-se abundante material de construção e cerâmica romana, como *tegulae*, *imbrices*, *dolia*. Perto da lavra do arroz, encontrou-se um peso de lagar de azeite, em granito, cilíndrico (Est. VII).

Freguesia de Santa Susana

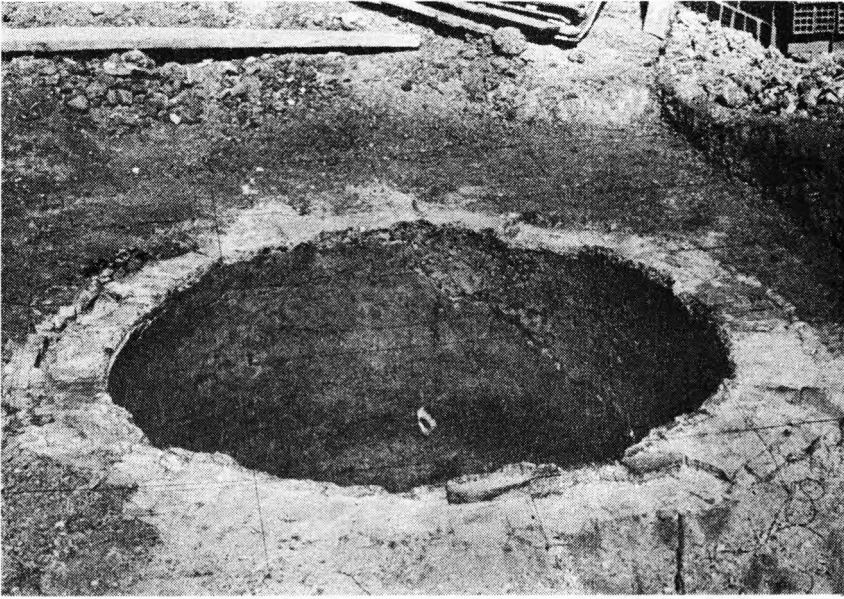
Portagem x 177,1

y 164,4 (CMP f. 468)

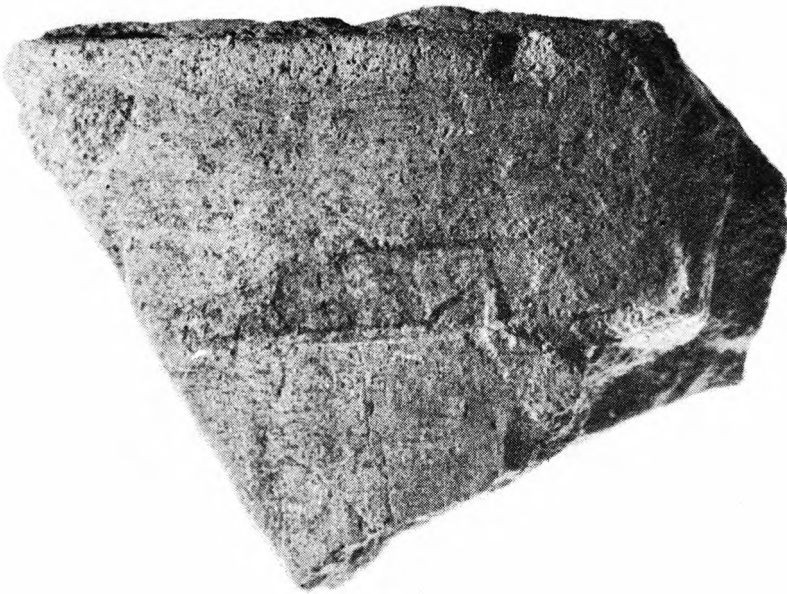
Estação arqueológica que se situa aproximadamente 200 m a norte da aldeia de Sta. Susana. Recolha de fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, *dolia* e *lateres* vulgares. Grande dispersão de material arqueológico. Ausência de *opus signinum*.



- 1 — Olival de S. João; 2 — Horta do Crespo; 3 — Olival da Pedreira; 4 — Bairro do Crespo; 5 — Bairro Rio de Clérigos; 6 — Olival do José Lince; 7 — Olival de Nossa Senhora d'Aires; 8 — Arapouco; 9 — Santa Catarina de Sítimos; 10 — Monte dos Carvalhos de Baixo; 11 — Pedrões; 12 — Calcadinha; 13 — Fontainhas; 14 — Orzão; 15 — Portagem.



1



2



3



4



5





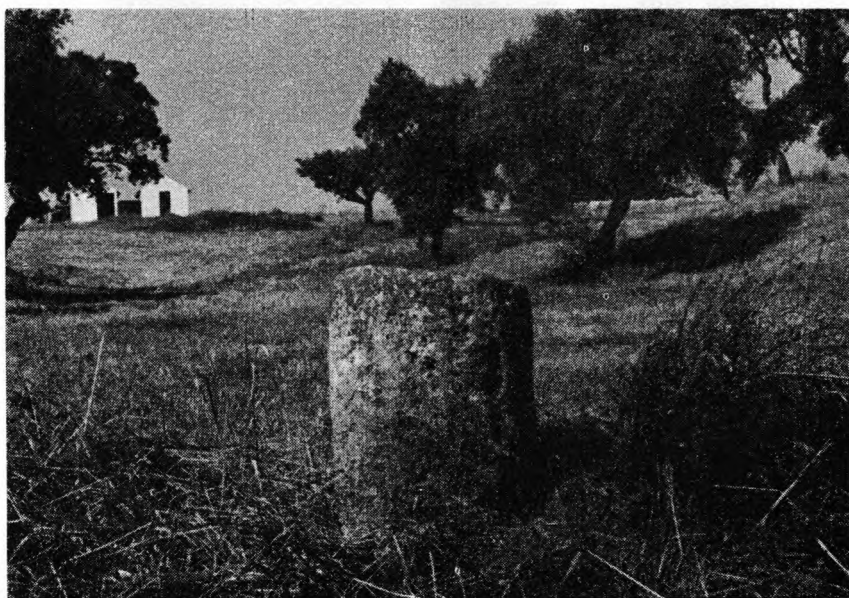
6



7



8



9





(Página deixada propositadamente em branco)

MIGUEL PESSOA

Conservador do Museu Monográfico de Conimbriga

SUBSÍDIOS PARA A CARTA ARQUEOLÓGICA DO PERÍODO
ROMANO NA ÁREA DE CONIMBRIGA

«Conimbriga», XXY (1986), p. 53-73

R E S U M O : O autor fornece pistas para o estudo da carta arqueológica na área de Conimbriga, assinalando mais de duas dezenas de locais de época romana, entre os quais algumas «villae» no concelho de Condeixa-a-Nova.

R É S U M É : L'auteur donne quelques éléments pour l'étude de la carte archéologique dans l'environnement de Conimbriga, en signalant plus de deux dizaines de sites d'époque romaine, parmi lesquels quelques «villae» de l'actuelle commune de Condeixa-a-Nova.

(Página deixada propositadamente em branco)

SUBSÍDIOS PARA A CARTA ARQUEOLÓGICA DO PERÍODO ROMANO NA ÁREA DE CONIMBRIGA

Introdução

Exceptuando, obviamente, a abundante bibliografia sobre Conimbriga, são escassas e pouco seguras as informações sobre os vestígios de época romana no concelho de Condeixa. A documentação referente às «Memórias Paroquiais» de 1758 ⁽¹⁾ é uma fonte escrita que poderá fornecer alguns dados com interesse. Os Livros de Matrizes Prediais Rústicas, manuscritos do princípio do século, são outra fonte de informações por recolher. Apesar de consultadas fotografias aéreas da região e de realizada uma preliminar análise toponímica por freguesias, foi do inquérito à população que resultou a localização de novos sítios arqueológicos e de achados avulsos romanos. Se, nalguns casos, a ausência de vestígios está intimamente relacionada com a inospitalidade dos locais entre a zona sul e sudoeste do concelho, noutros, porém, ela deve-se à simples razão de o nosso esforço não ter ainda incidido nessas áreas.

A elaboração do mapa de ocupação e a detecção dos achados avulsos levou-nos a sentir a necessidade de procurar registar o maior número possível de dados que permitam facilmente realizar futuras visitas. Daí o preenchimento de uma ficha que deverá ser aperfeiçoada para todos os sítios.

(!) Foram já consultadas as «Memórias Paroquiais» que dizem respeito às freguesias de Belide, Bendafé, Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha e Rabaçal (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa).

Torna-se imprescindível o levantamento em planta de pormenor dos locais dos achados pois se ela não for feita corre-se o risco de perder informações importantes para o estudo local da ocupação humana na época romana.

Carta arqueológica

Cada estação é designada pelo microtopónimo, seguida do nome da localidade mais próxima e do nome da freguesia em que se situa.

Em *a)* indicamos as coordenadas militares e a folha da Carta Militar na escala 1:25.000. Em *b)* fazemos uma descrição geomorfológica sumária. Em *c)* indicamos as condições da descoberta e os achados feitos. Em *d)* sugerimos o tipo de estação, *villa* ou casal. Em *e)* damos bibliografia, quando existe.

1 — *Pedrógãos*, Casével, Ega.

- a)* Coordenadas Militares: 163,55; 350,9; Folha 240.
- b)* O terreno apresenta uma camada de areão com abundantes calhaus rolados, sobreposto a uma camada argilosa, mais impermeável, o que possibilita a retenção de alguma água. O terreno está plantado de vinha e à volta abunda o pinheiro, a oliveira, árvores de fruto e diversas culturas de sequeiro. Deste ponto alto observa-se a Norte a planura de Belide/Ega cujos terrenos de aluvião estão sujeitos a inundações *.
- c)* Achados superficiais recolhidos em batida de campo. Foram seleccionadas amostras de «tegula» e cerâmica comum que deram entrada no Museu de Conimbriga em 1983. O denário dos finais do séc. n e início do i a.C.

* As descrições geomorfológicas foram orientadas pelo geólogo António F. Tavares, do Museu Monográfico de Conimbriga.

descoberto nesta zona poderá estar ligado ao sítio agora identificado (Est. III, 2).

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. Manuel Lázaro de Belide, empregado bancário. A propriedade pertence ao Sr. Manuel Pinão, guarda-rios de Casével.

- d) «Villa» ?
- e) Isabel PEREIRA, Miguel PESSOA, *Moedas Romanas de Condeixa. Achados dispersos*, «Filatelia-Numismática», 5, Lisboa, 1981, p. 28-30.

2 — *Areias*, Venda da Luisa, Anobra.

- d) Coordenadas Militares: 165,5; 352,15; Folha 240.
- b) Terra de cultivo, solta, leve, um pouco arenosa mas fértil e com água. Assenta numa plataforma que se estende em pendor muito suave até às várzeas da Ribeira de Anobra. Os campos de cultivo alternam com pequenos pinhais.
- c) Achados superficiais recolhidos em batida de terreno: «dolium» (Est. IV), mó dormente em grés, fragmentos de «tegula», «imbrex», tijolos de coluna, peso de tear e cerâmica comum. Deram entrada no Museu de Conimbriga em 1983. Os vestígios encontram-se dispersos por uma área de mais de mil metros quadrados.

Fomos acompanhados ao local pela professora da escola primária, Catarina Maurício.

A propriedade pertence ao Sr. Armando Vaz, da Venda da Luisa.

- d) «Villa»?

3—«Castro do Outeiro», Sebal.

- a) Folha 240.
- c) Não pôde ser determinada a localização exacta dos achados referidos na monografia de Condeixa citada em e).
- e) A. Santos CONCEIÇÃO, *Condeixa-a-N ova*, Coimbra, 1941, p. 219.

4 — *Moira/Fonte da Moira, Sebal.*

- a) Coordenadas Militares: 166,15; 349,7; Folha 240.
- b) Campos planos com terra barrenta humosa e funda de água abundante.

Cultiva-se vinha, um pouco olival e uma ou outra árvore de fruto.

- c) Os vestígios são muito dispersos e espalham-se por uma área de meio hectar.

Os achados superficiais foram recolhidos em batida de terreno e deram entrada no museu em 1983. Trata-se de fragmentos de «tegulae», «imbrices» e pesos de tear.

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. José Pinheiro Marques, de S. Fipo, de 41 anos de idade, funcionário dos Caminhos de Ferro (CP).

- d) Casal?

5 — *Barrios de Baixo, Ega.*

- a) Coordenadas Militares: 166,15; 349,25; Folha 240.
- b) Terra de cultivo quase plana, funda, barrenta e humosa com água entre pinhais e alguns carvalhos, culturas da vinha e hortícolas, algumas oliveiras e poucas árvores de fruto.
- c) Achados superficiais recolhidos em batida de campo. Os vestígios são muito abundantes, por vezes muito concentrados e espalham-se por uma área não inferior a meio hectar. Detectaram-se fragmentos de calcário de Porto de Mós e mós manuais em grés grosseiro. Foram recolhidos fragmentos de «tegulae», «imbrices», pesos de tear, tijolos segmentares de coluna e tijoleiras que deram entrada no Museu de Conimbriga em 1983. Um fundo de ânfora, um bordo de «dolium» e um fragmento de vaso de sigillata hispânica (Drag. 15/17, séc. i d.C. ou 1.^a metade do séc. ii d.C. pela boa qualidade de fabrico) foram aqui recolhidos nos anos 60 pelo Sr. João Pimentel das Neves, de Condeixa.

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. José Pinheiro Marques, de S. Fipo.

- d) «Villa» ?
- c) Até que ponto terá esta descoberta a ver com a referência que faz Pinho Leal «...às moedas romanas e ruínas de grandes edificios...» quando fala de Sebal Grande, transcrita no «Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses», 9, 4.^a Série, Lisboa, 1903, p. 39 e referida por Santos CONCEIÇÃO na *Mono-grafia de Condeixa*, editada em 1941, p. 209².

6—*Moroços*, S. Fipo, Ega.

- d) Coordenadas Militares: 167,3; 348,65; Folha 250.
- b) Terra funda, barrenta, vinha e culturas hortícolas, cereal e oliveira.
- c) Os vestígios espalham-se por mais de cinco mil metros quadrados.

As amostras recolhidas em batida de terreno (mosaico policromo, fragmentos de «tegula», «imbrex» e cerâmica comum) deram entrada no museu em Maio de 1983.

O terreno foi surribado em 1983 tendo-se verificado a destruição de estruturas e pavimento de mosaico. Esta propriedade pertence a José Pinheiro Marques. Fomos acompanhados ao local pelo Sr. Fernando Cera Areeiro, de S. Fipo. Tínhamos sido alertados algum tempo antes para este facto pelo Sr. Luís Simões Pato, de S. Fipo, sargento aposentado da Marinha.

- d) «Villa».

7 — *Ponte da Sancha*, Condeixa-a-Velha.

- a) Coordenadas Militares: 168,45; 347,75; Folha 251.
- c) d) Ponte romana conservando vestígios de alicerces dos três arcos e arranque do arco de um deles (alvenaria e silharia exterior) a 100 metros a juzante da Fonte da Sancha,

na margem direita do Rio dos Mouros, ao fundo do vale, depois do lavadouro e fonte da zona mais antiga de Condeixa-a-Velha.

- e) Augusto dos Santos CONCEIÇÃO, *Condeixa-a-Nova*, Coimbra, 1941, p. 261.

8 — *Selão, Sobreiro, Sebal.*

- a) Coordenadas Militares: 167,35; 351,9; Folha 240.
- b) Várzea da Ribeira de Cernache, de terrenos barrentos plantados de cereais, culturas hortícolas, vinha, olival e pinhal.
- c) Achado duma armela de sítula dos inícios do séc. m, realizado no decurso de trabalhos agrícolas.
Propriedade de Maria Emilia Bicho, de 79 anos, do Sobreiro.
- d) Casal ?

9 — *Canto, Quinta da Lapa, Serrado dos Pelomes, Condeixa*

- a) Coordenadas Militares: 168,7; 349,5; Folha 251.
- b) Plataforma intermédia dos tufos de Condeixa dum lado e outro da Ribeira de Condeixa.
- c) CANTO: Largo Rodrigo da Fonseca Magalhães, traseira da habitação n.º 15. As obras realizadas nos anos 30 revelaram a existência de tijolos segmentares de coluna e de pavimento de «opus signinum».
QUINTA DA LAPA: foi detectado pavimento de «opus signinum» no decurso de trabalhos agrícolas nos anos 60.
SERRADO DOS PELOMES: a abertura de alicerces para uma casa de habitação provocou a descoberta de tijolos segmentares de coluna no ano de 1984.
Testemunho oral do Sr. Álvaro Pedro Augusto, de 79 anos, de Condeixa. O último testemunho é do Sr. João Pimentel das Neves, de 69 anos, de Condeixa.
- d) «Villan»?

10 — *Capela*, Eira Peclrinha, Condeixa-a-Velha.

- a) Coordenadas Militares: 170,3; 349,75; Folha 251.
- b) O adro da capela e terrenos adjacentes assentam no rebordo duma plataforma dos tufos calcários de Condeixa.
- c) Os vestígios foram detectados durante os trabalhos de alargamento do adro e restauro da capela efectuados em 1937.

Foram então vistos não só tijolos segmentares de coluna mas também pavimento de «opus signinum».

- d) «Villa»?
- e) Vergílio CORREIA, A. Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Coimbra*, 4, Lisboa, 1953, p. 83.

11 — *Revolta Seca*, Avessada, Condeixa-a-Velha.

- a) Coordenadas Militares: 170,9; 349,1; Folha 251.
- ç) O local fica situado nos campos da Ribeira de Alcabideque, no sopé da colina de Avessada, junto à estrada alcatroada de Condeixa a Alcabideque, em terrenos plantados de oliveiras, cereais e culturas hortícolas.
- c) Achados superficiais, recolhidos em batida de terreno, pouco numerosos, onde se salientam alguns fragmentos de «tegula» que deram entrada no museu, em 1983. Fomos informados de que, na década de 50, fora aí descoberto um pavimento de mosaico. Não foi possível confirmar o sucedido.

As informações foram-nos transmitidas pelo Sr. José Alves, agricultor reformado, de 91 anos de idade, residente em Alcabideque.

O proprietário do terreno é o Sr. Manuel Miranda Vinagre, da mesma localidade.

- d) «Villa»?

12—*Vaiada*, Condeixa-a-Velha.

- a) Coordenadas Militares: 169,95; 348,65; Folha 251.
- b) Entrada poente da aldeia da Vaiada.
- c) Achado casual de um apito romano ocorrido durante a abertura de alicerces para uma casa de habitação em 1960, a cerca de 80 cm de profundidade (Est. III, 1).

Este instrumento sonoro de prata, de silvo estridente, tem a forma de elmo militar e está implantado em mesa no aro do anel (diâmetro 20 mm). O elmo tem 28 mm de altura e 9 mm de espessura.

Pertence ao Sr. Augusto Geada, de Condeixa, que está disposto a vendê-lo ao Museu de Conimbriga.

13 — *Carrascal*, Serra da Ponte, Condeixa-a-Velha.

- a) Coordenadas Militares: 171,25; 348,25; Folha 251.
- b) O local fica situado numa pequena plataforma que interrompe o pendor da encosta oriental da Colina da Ponta (terrenos Liássicos), plantada de oliveira, pinheiro e cipresses.
- c) Detectamos apenas um fragmento de «tegula» e alguma cerâmica de aspecto antigo durante a batida de terreno.

As amostras foram depositadas no Museu de Conimbriga em 1983.

Foi o proprietário do terreno, Sr. António Pita, agricultor, de 73 anos, de Alcabideque, que nos indicou o «Carrascal».

- d) Casal ?

14 — *Nascente*, Alcabideque, Condeixa-a-Velha.

- a) Coordenadas Militares: 141,7; 348,7; Folha 251.
- b) Exsurgência cársica da morfologia dos calcários de Alcabideque.
- d) Torre de captação de águas do aqueduto de Conimbriga.

- e) J. ALARCÃO, R. ÉTIENNE, A. M. ALARCÃO, S. da PONTE, *Trouvailles Diverses — Conclusions Générales*, «Fouilles de Conimbriga», 7, Paris, 1979, p. 211, 213, 216, 218, 223, 236.

J. ALARCÃO, R. ÉTIENNE, *L'Architecture*, «Fouilles de Conimbriga», 1, Paris, 1977, p. 51-53, 55, 62-64, 163, 275.

15 — *Algar*, Alcabideque, Condeixa-a-Velha.

- a) Coordenadas Militares: 172,75; 348,5; Folha 251.
ç) Socalco da encosta de calcários liássicos do algar de Alcabideque plantada de pinhal e olival.
c) As escavações para extracção de pedra (calcário liássico) na encosta do algar de Alcabideque trouxeram à superfície escassos fragmentos de «tegula» e outras cerâmicas de construção. Surgiu igualmente uma sepultura. As amostras foram recolhidas em batida do terreno e depositadas no Museu de Conimbriga em 1983.

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. Angelo Alves, de Alcabideque, motorista da Câmara Municipal de Condeixa.

- d) Casal?

16 — *Vinhal*, Bom Velho de Cima, Condeixa-a-Velha.

- a) Coordenadas Militares: 173,2; 348,85; Folha 251.
ç) O local situa-se no Vale, junto ao Bom Velho de Cima, assente em calcários liássicos, em terrenos não irrigados; culturas variadas, circundadas de oliveiras e pinhal.
c) Achados de superfície recolhidos em batida de terreno. As amostras de «tegula», «imbrex» e tijoleira foram depositadas no Museu em 1983.

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. Manuel Luís Simões, agricultor, de 70 anos de idade, do Bom Velho de Baixo. A propriedade pertence ao Sr. Avelino Lima de Bendafé.

- d) Casal?

17 — *Reconcos*, Bendafé.

d) Coordenadas Militares: 174; 348, 3; Folha 251.

ç) O local situa-se junto à estrada para o Casal Novo e os vestígios, muito dispersos e pouco abundantes, espalham-se desde a Várzea aos socalcos assentes em calcários liássicos por várias dezenas de metros.

c) Os achados superficiais foram recolhidos em batida de terreno e as amostras de «tegula», «imbrex» e tijolo de coluna deram entrada no museu em Março de 1985.

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. Olábio Figueira de Bendafé, enfermeiro, aposentado. Um peso de tear romano está a ser reutilizado num dos teares manuais de Bendafé.

d) «Villa» ?

18 — *Mourêdeos*, Bruscos, Vila Seca.

d) Coordenadas Militares: 176; 346,7; Folha 251.

b) Os vestígios encontram-se numa pequena várzea e na encosta de calcário virada a poente e espalham-se por cerca de cinco dezenas de metros quadrados em terrenos plantados de vinha e olival.

c) Achados superficiais recolhidos em batida de terreno. Trata-se de fragmentos de «tegula» que deram entrada no museu em 1983.

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. Alcino Melo João, de 43 anos de idade, residente em Bruscos e motorista da Câmara Municipal de Condeixa.

d) Casal ?

19 — *Choisos*, Bruscos, Vila Seca.

d) Coordenadas Militares: 176,1; 346,7; Folha 251.

b) Os vestígios estão dispersos pela várzea plantada de vinha e pelos socalcos da encosta adjacente virada a poente numa extensão de mais de um hectar.

- c) Achados superficiais recolhidos em batida de terreno: fragmento de mó movente, fragmentos de «tegula» e tijoleira. Deram entrada no museu em 1983.

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. Artur Duarte Lêda, agricultor, de 75 anos de idade, residente em Alcávideque. A propriedade pertence ao Sr. Joaquim Alegre, de Bruscos.

- d) «Villa» ?

20 — *Cascalheira, Traveira, Vila Seca.*

- a) Coordenadas Militares: 174,5; 346,5; Folha 251.
- b) Os vestígios encontram-se em plena várzea plantada de vinha, oliveira e culturas hortícolas de inverno, entre a Ribeira de Bruscos e a encosta de calcários liássicos virada a poente, e espalham-se por algumas dezenas de metros quadrados.
- c) Os achados superficiais foram recolhidos em batida de campo e depositados no museu em 1983. Trata-se de um fragmento de mó, tijolos segmentares de coluna, fragmentos de «tegula» e «imbrex» e pavimento de «opus signinum».

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. Arsénio Maria Fernandes, guarda do Museu de Conimbriga, o qual tinha detectado os vestígios durante a caça.

- d) «Villa» ?

21 — *Lameiros, Póvoa de Pêgas, Zambujal.*

- a) Coordenadas Militares: 172,7; 344,8; Folha 251.
- b) O local situa-se dum lado e doutro da estrada de Póvoa de Pêgas, na Várzea do Carálio Seco, onde as culturas praticadas são a vinha, pastagens, oliveira e poucos produtos hortícolas. Os vestígios espalham-se por uma área superior a um hectar.
- c) Os achados casualmente feitos no decurso de trabalhos agrícolas foram depositados no museu em 1964. Trata-se

de dois sestércios de Trajano e Adriano (cf. Isabel PEREIRA, Miguel PESSOA, *Moedas Romanas de Condeixa. Achados dispersos*, «Filatelia/Numismática», 5, 1981, p. 28-30), cujo estado de conservação não permite uma classificação cronológica precisa, fragmentos de mosaico policromo, anel de bronze com mesa, fragmento de almofariz de mármore, fragmentos diversos de cerâmica comum e de telhas.

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. Doutor Jorge Alarcão, em Outubro de 1984.

A propriedade pertence ao Sr. Diamantino Jorge Mendes, de Fonte Coberta, Zambujal, Condeixa.

d) «Villa».

e) Mário SAA, *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*, 3, Lisboa, 1960, p. 244-246.

22 — Covão da Póvoa, Zambujal.

a) Coordenadas Militares: 172,1; 342,6; Folha 251.

b) O local situa-se à beira da estrada para a Serra de Janeanes, numa encosta de terrenos calcários margosos do Liássico (Secundário), virada a nascente para o Vale do Carálio Seco, em frente à povoação do Zambujal. A encosta encontra-se cortada por vários arrifes paralelos à extensão desta e que pro'êm do afloramento das bancadas mais calcárias. Alguns vales encaixados cortam a encosta no sentido poente/nascente. Nas zonas mais margosas (entre os arrifes) pratica-se uma agricultura de sequeiro com pastagens, pouco cereal e oliveira. As várzeas do Carálio Seco, estreitas, permitem algumas culturas hortícolas e vinha, embora com dificuldades de água. As bancadas calcárias permitem o corte de pequenos blocos apropriados para a construção e pavimentação de passeios.

c) A quantidade de blocos paralelepípedicos que se amontoam nos muros de separação de propriedades sugere trabalho humano de desmonte e aperfeiçoamento desses blocos para fins de construção.

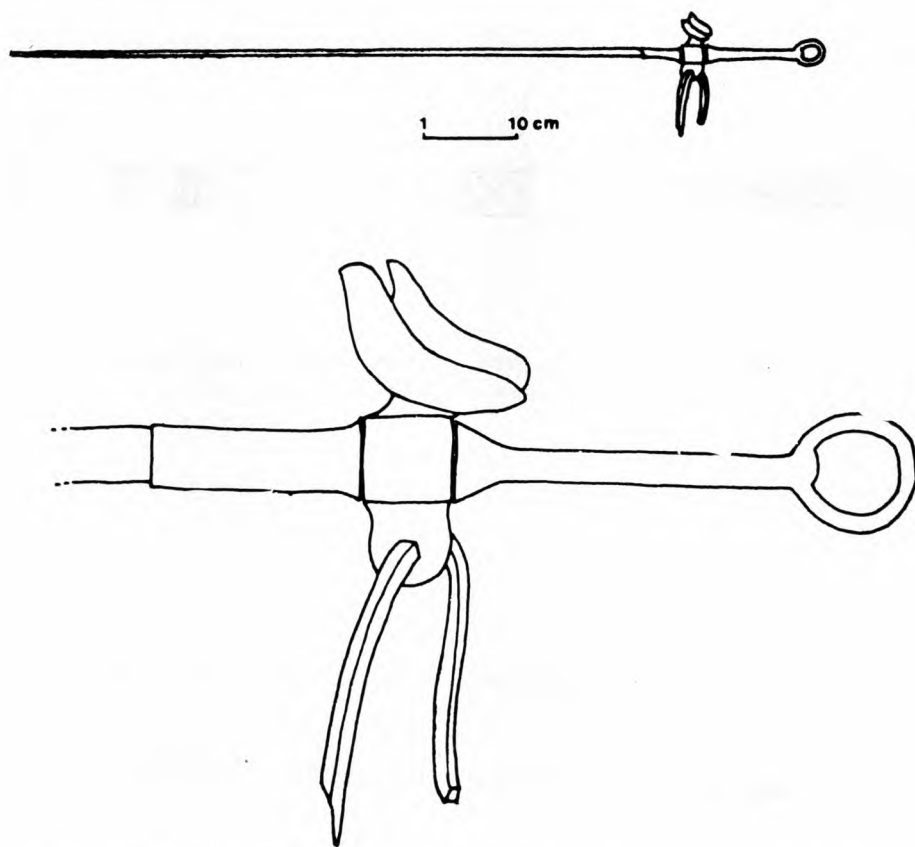


FIG. 1 — O espeto de Alvaiázere que apresenta as duas aves na articulação (baseado em Coffyn, 1985).

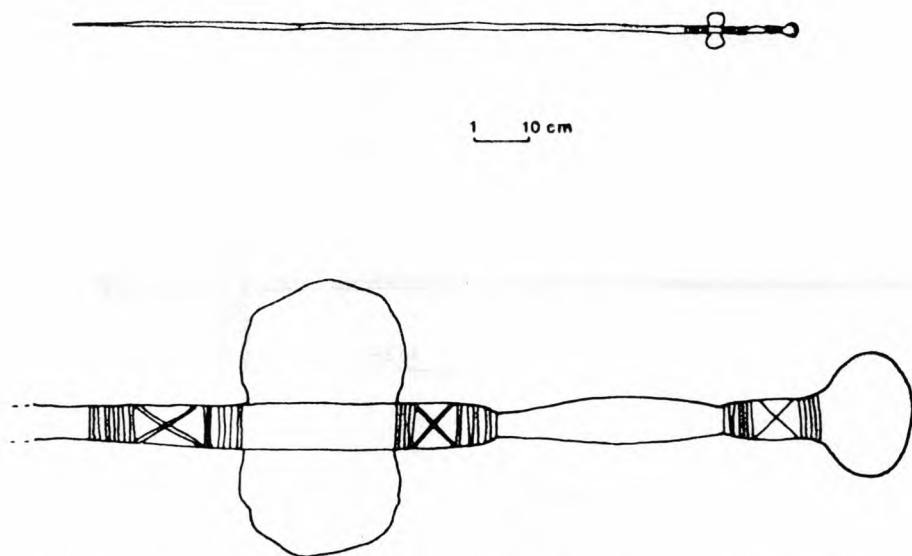


FIG. 2 — Espeto tipo Sudoeste, grupo Português. (Col. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, in Estácio da Veiga, 1891).

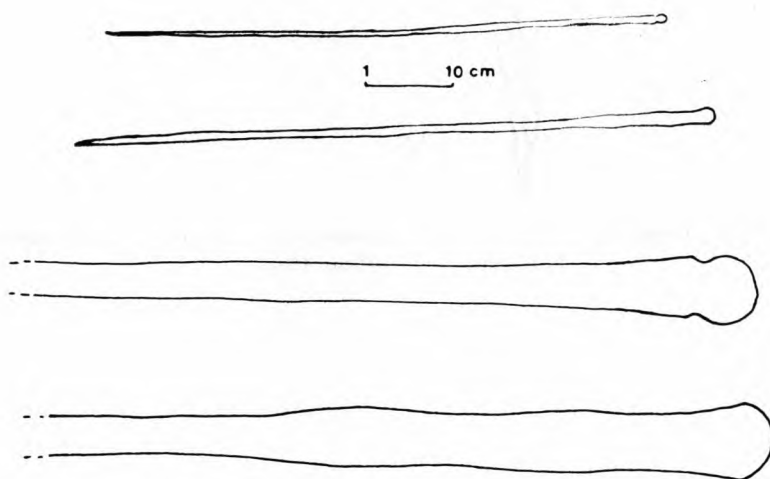


FIG. 3 — Espetos tipo Sudoeste, grupo do Guadalquivir (exemplares de Moura e Sevilha, baseado em Almagro Gorbea, 1974, e Fernandez Gomez, 1982).

Os vestígios encontram-se localizados num patamar sobranceiro a uma zona de forte pendor para Nascente, o que lhe dá uma situação altaneira perante o vale do Carálio Seco.

Os vestígios detectados (telhas, tijoleiras e cerâmica comum calcítica) estendem-se por várias centenas de metros quadrados dum lado e doutro da estrada de Janeanes.

Estes achados superficiais recolhidos em batida de terreno deram entrada no museu em 1983.

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. José Coelho, do Zambujal. A pedreira e terrenos anexos pertencem ao Sr. Abílio Carvalho, de Zambujal.

d) Casal ?

23 — *Algar*, Vale de Janes, Ega.

a) Coordenadas Militares: 166,2; 344,2; Folha 250.

b) Terreno encostado à Estrada Nacional n.º 1, em pequeno campo de oliveiras e pasto sobrejacente a calcários carsificados do *dogger*.

c) Achados superficiais recolhidos em batida de terreno.

Embora a cerâmica recolhida seja semelhante à cerâmica comum romana, nenhum exemplar nos permite dizer tratar-se categoricamente de cerâmica romana.

Fomos acompanhados ao local pelo Sr. Arménio Silva, restaurador de móveis em Condeixa e residente em Vale de Janes.

d) Casal ?

24 — *Moroiços*, Ordem, Rabaçal, Penela.

a) Coordenadas Militares: 172,3; 341,1; Folha 251.

Zona limite entre os concelhos de Condeixa e Penela.

b) O local situa-se numa das plataformas de rebordos alcançilados na base da encosta de Maria Pares (Jurássio Infe-

rior) percorrida por arrifes na direcção norte/sul. Trata-se de terras argilosas de sementeira e olival.

- c) Na sequência do inquérito lançado pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, em 1956, fora dada a informação da existência de vestígios de mosaicos romanos na «Aldeia», Ordem, Rabaçal. A obra de Jorge ALARCÃO, *Portugal Romano*, editada em 1973, assinala-o (Est. V).

O sítio é localizado em 1979 e, em 1984, são realizadas as primeiras sondagens e efectuadas, no ano seguinte, as primeiras escavações.

Os materiais estão depositados no museu.

- d) «Villa».

- e) M. PESSOA, S. da PONTE, *Escavações no Rabaçal*, «Arqueologia», 10, Porto, 1984, p. 113-116.

IDEM, *Morioços, Ordem, Rabaçal, Penela*, «Informação Arqueológica», 6, Lisboa, 1986, p. 39.

Miguel PESSOA, Lino RODRIGO, *A Exposição «Em Defesa da Memória de Todos» e os Fundamentos para a criação de um Ecomuseu em Condeixa*, Figueira da Foz, 1985, p. 26 e 29.

Considerações

A nossa análise abordará dois aspectos ligados ao desenvolvimento introduzido pela civilização romana neste território: a rede viária e o povoamento.

A circulação viária foi certamente, nalguns casos, uma forte razão de fixação. Não se detectaram por enquanto vestígios das estradas e ramais romanos para além das estradas de Conimbriga⁽²⁾.

O trajecto de «Sellium» (Tomar) para esta cidade estava integrado no traçado da grande via que ligava «Olisipo» a «Bracara Augusta». Ainda há poucas dezenas de anos, o trajecto por Tomar constituía o percurso obrigatório para quem demandava atra- (*)

(*) O tipo de lajeamento assinalado em «Vale Montum», Alfafar, Penela merece, apesar de tudo, referência. Afigura-se-nos difícil definir a sua época.

vessar o País. Também os mapas e roteiros dos sécs. xvii, xviii e xix fazem referência à continuidade da passagem da via por locais bem próximos, como sejam Ansião, Rabaçal, Fonte Coberta e Alcabideque ⁽³⁾.

Os vestígios romanos localizados nesta direcção comprovam a antiguidade do trajecto (ver Carta Arqueológica n.ºs 21, 22 e 24) ^(*).

Qual seria o trajecto para Norte? Passaria pelos locais assinalados em 11, 10 e 13, na direcção do acampamento romano de Antanhol ⁽⁵⁾ e *villa* romana da Palheira? ⁽⁶⁾. Ou a Nascente da Serra de Avessada e depois na direcção de Venda* do Cego e do acampamento romano de Antanhol? Qual o percurso para alcançar a margem esquerda em frente a «Aeminium»? ⁽⁷⁾.

⁽³⁾ Cf. Angel Sanches RIVERO e Angela M. de Sanches RIVERO, «Viaje de Cosme de Medicis por España y Portugal (1668-1669)», Madrid, 1933; «Mappa ou Carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve», por J. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica, Londres, 1790 (Roteiro do Museu de Óbidos, 1983, n.º 96); «Carta Militar das principais estradas de Portugal», desenhada por Lourenço Homem e gravada por «Romão Eloy de Almeida, Lisboa, 1808». (Roteiro do Museu de Óbidos, 1983, n.º 97).

⁽⁴⁾ A cerca de três quilómetros da povoação de Rabaçal, na direcção de Ansião, foi recentemente assinalado um local de nome «Barbealho» (terra de sementeira e olival), onde se detectam facilmente à superfície vestígios de «tegula», «imbrex» e cerâmica comum. As amostras recolhidas em 1985 foram depositadas no museu.

Perto deste local, em frente à povoação dos Tamazinhos (Carta Militar 1:25 000, n.º 263) foi descoberto um miliário do imperador Décio (250 d.C.). Deu entrada no Museu de Conimbriga em 1983.

⁽⁵⁾ Cf. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, *Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanhol*, «Biblos», 25, Coimbra, 1959, p. 599-652.

Cf. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, *Acampamento romano de Antanhol*, «Conimbriga», 2-3, Coimbra, 1960/1961, p. 12.

⁽⁶⁾ Cf. Vergílio CORREIA, *Notas de Arqueologia e Etnografia do Concelho de Coimbra*, «Biblos», 16/1, 1940, p. 107 e 108.

Maria Amélia Horta PEREIRA, *Sítula com inscrição encontrada em S. Silvestre, Palheira, Assafarge*, «Actas do 2.º Congresso Nacional de Arqueologia», 2, Coimbra, 1971, p. 365-369.

⁽⁷⁾ Cf. J. ALARCÃO, *As origens de Coimbra*, «Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro», Coimbra, 1979, p. 23-40.

Para Sudoeste, a saída pela «Ponte Romana do Rio dos Mouros» (ver Carta Arqueológica, n.º 7) sugere-nos uma ligação a «Roda», Redinha, Pombal (* S. * * 8), no ramal que serviria «Gollipo» (S. Sebastião do Freixo), Batalha e «Eburobritium» (Évora de Alcobaça ou Amoreira de Óbidos) (9).

E a ligação viária para Oeste? Far-se-ia na direcção de Soure? (10 *).

E para Noroeste? A proliferação de vestígios nesta zona («villae» e casais) leva-nos a aceitar a hipótese da existência de um ramal importante. Este seguiria mais em direcção a Norte ou derivaria mais para Noroeste na direcção de Formoselha (n), Montemor-o-Velho (12) e Santa Olaia (13).

Importa também ligar o desenvolvimento introduzido pela civilização romana com a presença de unidades agrárias onde trabalhavam os escravos e os homens livres, elas próprias com diferenças que nos parecem detectáveis não só pela sua localização

(8) Cf. A. Santos ROCHA, *Estação luso-romana de Roda*, «Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha», n.º 9, 1909, p. 249-250.

IDEM, *O Museu Municipal da Figueira da Foz, Catálogo Geral, Additamento i.º, 1906-1907*, Figueira, 1909, n.ºs 8463 a 8465.

(9) Cf. J. ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, 1973, fig. 6 e 14.

(10) Foram detectados vestígios romanos na Cramoa, Alto da Madalena, Soure.

Cf. A. Luís S. Henriques SECO, *Memória Histórica e Corographica de diversos Concelhos do Distrito de Coimbra*, Coimbra, 1983.

A. Santos CONCEIÇÃO, *Soure*, Coimbra, 1942, p. 12.

Há notícia incerta da existência de mosaicos romanos na Quinta de S. Tomé, em Vila Nova de Anços.

(11) Cf. A. Santos ROCHA, *Estação romana de Formoselha*, «Portugalia», 1-2, Porto, 1900, p. 344.

(12) Cf. A. Santos ROCHA, *Necrópole luso-romana da Senhora do Desterro, Montemor-o-Velho*, «Portugalia», 1, Porto, 1899, 1903, p. 596-598.

IDEM, *Catálogo do Museu Santos Rocha*, Figueira da Foz, 1905, n.º 4225 (mosaico).

ALARCÃO, *Portugal Romano*, p. 196.

Jean Gérard GORGES, *Les villas hispano-romaines (Portugal)*, Bordeaux, 1978, p. 405.

(13) Cf. A. Santos ROCHA, *Memórias e explorações arqueológicas*, 2, *Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*, Coimbra, 1971.

mas também pela diversidade do espólio que apresentam ⁽¹⁴⁾. A distribuição dos sítios arqueológicos atesta uma grande densidade populacional, da qual decorre a presença de pequenas e médias propriedades, de culturas intensivas e variadas ⁽¹⁵⁾.

Os vestígios de pavimento de mosaico apresentam-se em sítios privilegiados pela natureza dos terrenos que o homem disciplinou ⁽¹⁶⁾. Estamos certamente na presença de «villae» nos n.ºs 6, 11, 21 e 24 da Carta Arqueológica apresentada. O mosaico é usado por vários autores como um elemento identificador das «villae» romanas. Trata-se de um produto que significa riqueza, ostentação e, do ponto de vista económico, o mosaico rural sugere o regresso da riqueza produzida ⁽¹⁷⁾.

Apesar de não detectarmos vestígios de mosaico nos n.ºs 2, 5, 9, 10, 16, 17, 18 e 20, a abundância de materiais e a sua localização levam-nos a pôr a hipótese de estarmos perante mais «villae» luso-romanas ⁽¹⁸⁾. Distam, em média, 3 km umas das outras.

⁽¹⁴⁾ Os aglomerados natural e estrategicamente defendidos — como Conimbriga — são sempre acompanhados por uma comunidade instalada a pouca distância.

Cf. António García BELLIDO, *Problemas sociales del urbanismo en el area mediterranea durante la Edad Antigua*, «13.º Congreso Internacional de Ciências Históricas», Moscovo, 1970, p. 2.

⁽¹⁵⁾ Cf. «Esboço da Carta Geral de Ordenamento Agrário, Capacidade e Uso dos Solos. Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário», n.ºs 250, 251, 240, 241.

«Carta agrícola e florestal de Portugal — Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário», n.ºs 250, 251, 240, 241.

⁽¹⁶⁾ Cf. José L. Ona GONZALEZ, *El poblamiento rural de época romana en una zona de la ribera de Navarra*, in «Arqueologia Espacial», 5, Teruel, 1984, p. 84.

⁽¹⁷⁾ Cf. Jorge ALARCÃO, *Os problemas da origem e da sobrevivência das «villae» romanas do Norte do País*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», 3, Guimarães, 1980, p. 171-179.

Enrique Cerrillo MARTIN DE CÁCERES, José Maria Fernández CORRALES, *Un ejemplo de relación campo-ciudad. Ija distribution espacial de los mosaicos romanos en Lusitania*, «Norbæ», 2, Cáceres, 1981, p. 157.

⁽¹⁸⁾ «...A villa romana é uma exploração pré-capitalista: o seu proprietário pretende produzir muito mais do que aquilo que, com sua família e criados, consome. A villa não pode portanto existir sem mercados consumidores, e esses mercados são, na época romana, a cidade e o exército...», ALARCÃO, *Portugal Romano*, p. 104.

Trata-se de zonas próximas de nascentes e cursos de água permanente ⁽¹⁹⁾, próprias para desenvolver várias culturas no ano ⁽²⁰⁾, plantação de oliveiras, vinhas, árvores de fruto e criação de gado ⁽²¹⁾. A localização prudente das habitações não as deixa vulneráveis aos precalços das cheias. Os cursos de água e as zonas húmidas dos paúis (Azenha, Anobra e Arzila) ⁽²²⁾ proporcionariam uma ligação fluvial até à costa e a fácil captura de espécies, tanto pela caça como pela pesca²³⁾, indispensável para a vida de toda a população. As espécies vegetais, como sejam o bunho, o junção ⁽²⁴⁾, o vime, caules de cereais, cana, outros filamentos e madeiras eram naturalmente utilizados para o fabrico de um diversificado número de objectos de artesanato de uso quotidiano. Também os montes reuniram boas condições para a gestação das espécies selvagens nas várias épocas venatorias e os seus pastos alimentariam muitos rebanhos cuja lã era indispensável para o fabrico de tecidos ⁽²⁵⁾.

Para a feitura de variada utensilagem, para a construção das habitações e outras estruturas, era indispensável uma matéria-

⁽¹⁹⁾ J. ALARCÃO, R. ÉTIENNE, J. Claude GOLVIN, Joseph SCHREYECK, Raymond MONTURET, *VArchitecture, (Fouilles de Conimbriga, I)*, Paris, 1977, p. 52.

⁽²⁰⁾ y_{er} «Alfaia Agrícola» in J. ALARCÃO et alii, *Céramiques diverses et verres (Fouilles de Conimbriga, 6)*, Paris, 1976, p. 39-45.

⁽²¹⁾ Estrabão salienta a riqueza da Lusitânia em termos da produção de gado e seus produtos (lãs, leite, carne e peles) que eram trocados por cerâmica, sal e objectos de bronze.

Cf. Julio Esteban ORTEGA, *El comercio de exportación en Lusitania a través de las fuentes, «Vettonia»*, Cáceres, 1983, p. 32.

⁽²²⁾ Cf. Francisco Ferrand de ALMEIDA et alii, *Aspectos faunísticos, florísticos, geológicos e geográficos do Paúl de Arzila*, «Ciências Biológicas, Ecológicas, Syst. (Portugal)», 5, Coimbra, 1983, p. 43-78.

⁽²³⁾ Cf. J. ALARCÃO et alii, *Trouvailles diverses, conclusions générales, (Fouilles de Conimbriga, 7)*, Paris, 1979, p. 45.

⁽²⁴⁾ Cf. opúsculo da exposição monográfica «Esteiras de Arzila», Torre de Anto, Casa do Artesanato da Região de Coimbra, 1984.

⁽²⁵⁾ Cfr. «Instrumentos de tecelagem», em ALARCÃO, *Trouvailles diverses. Conclusions générales, (Fouilles de Conimbriga, 7)*, Paris, 1979, p. 52-80.,

Adília ALARCÃO, Sálete da PONTE, *O tempereiro e a antiguidade do tear horizontal de pedais, «Conimbriga»*, 21, Coimbra, 1982, p. 165-168.

-prima facilmente disponível. Não faltavam a madeira e os barreiros ⁽²⁶⁾. Era possível construir em taipa, e o calcário de vários tipos permitia uma utilização variada que ia desde o lajeamento das estradas, passando pelo trabalho de cantaria, até ao seu cozimento para a obtenção da cal ⁽²⁷⁾. Na zona de Alencarce, entre Condeixa e Soure, existem jazidas de grés donde os Romanos poderiam ter extraído mós ⁽²⁸⁾.

Os restantes locais habitados, com os n.ºs 1, 3, 4, 13, 15, 18, 22, 23, serão pequenos casais, tanto pela exiguidade do espólio recolhido (apenas «tegulae» e «imbrices») como pela proximidade de locais identificados como «villae», e também pelas aparentes fracas condições naturais dos locais onde foram implantadas as habitações.

Poderá identificar-se alguns destes sítios com o «vicus Baeodorus», de que nos fala a inscrição de Conimbriga registada por Hübner ? ⁽²⁹⁾.

Só os futuros trabalhos de intervenção no terreno poderão dar esta e outras informações sobre a vida na área rural envolvente da cidade de Conimbriga.

⁽²⁶⁾ «Os barreiros abundantes na zona de Anobra, a 6 km para noroeste de Conimbriga, podem ter servido para a produção de cerâmica que serviu nas lides domésticas e artesanais». Cf. A. ALARCÃO, *Coleções do Museu Monográfico de Conimbriga. Catálogo*, Coimbra, 1984, p. 26.

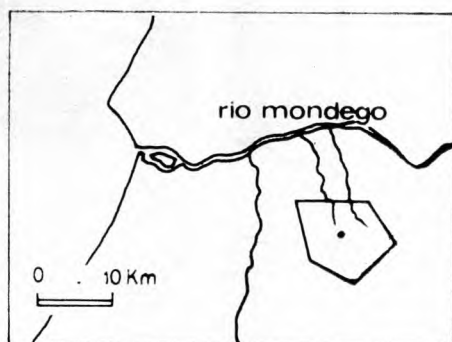
⁽²⁷⁾ Cf. mapa geológico dos arredores de Conimbriga, in J. ALARCÃO et alii, *VArchitecture (Fouilles de Conimbriga, 7)*, Paris, 1977, Pl. 2.

⁽²⁸⁾ Cf. Nelson BORGES, *Mós manuais de Conimbriga*, «Conimbriga», 17, Coimbra, 1978, p. 131.

⁽²⁹⁾ Conhece-se o texto mas a inscrição desapareceu (NETO VALE-RIYS . AVIT M . TVRRANIVS . SVLPICI DE VICO BAEDORO GENTIS . PINTON). Cf. E. HÜBNER, *Corpus inscriptionum latinarum*, II, Berlim, 1968, n.º 365.

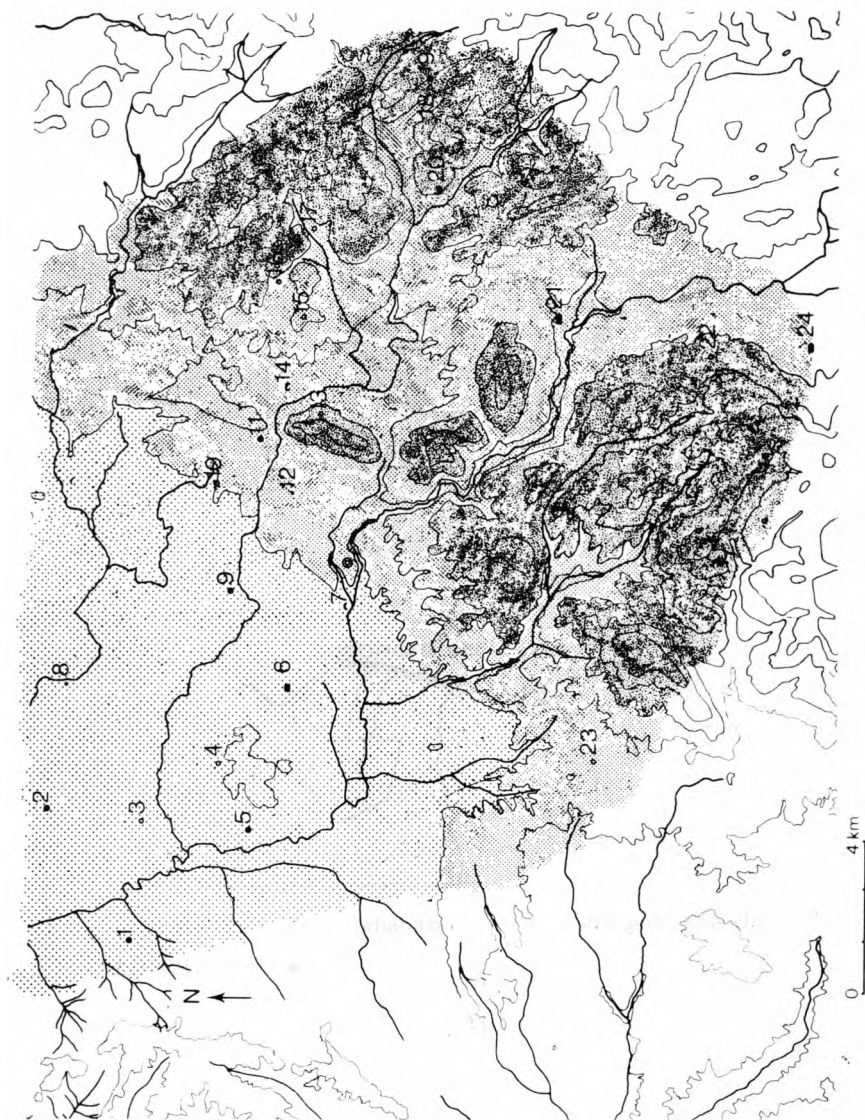
Cf. R. ÉTIENNE, G. FABRE, P. et M. LÉVÊQUE, *Épigraphie et sculpture*, [Fouilles de Conimbriga, 2], Paris, 1976, n.º 15, p. 35.

(Página deixada propositadamente em branco)



— Situação geográfica da zona estudada, escala 1 : 1 000 000.

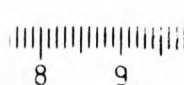
● CONIMBRIGA



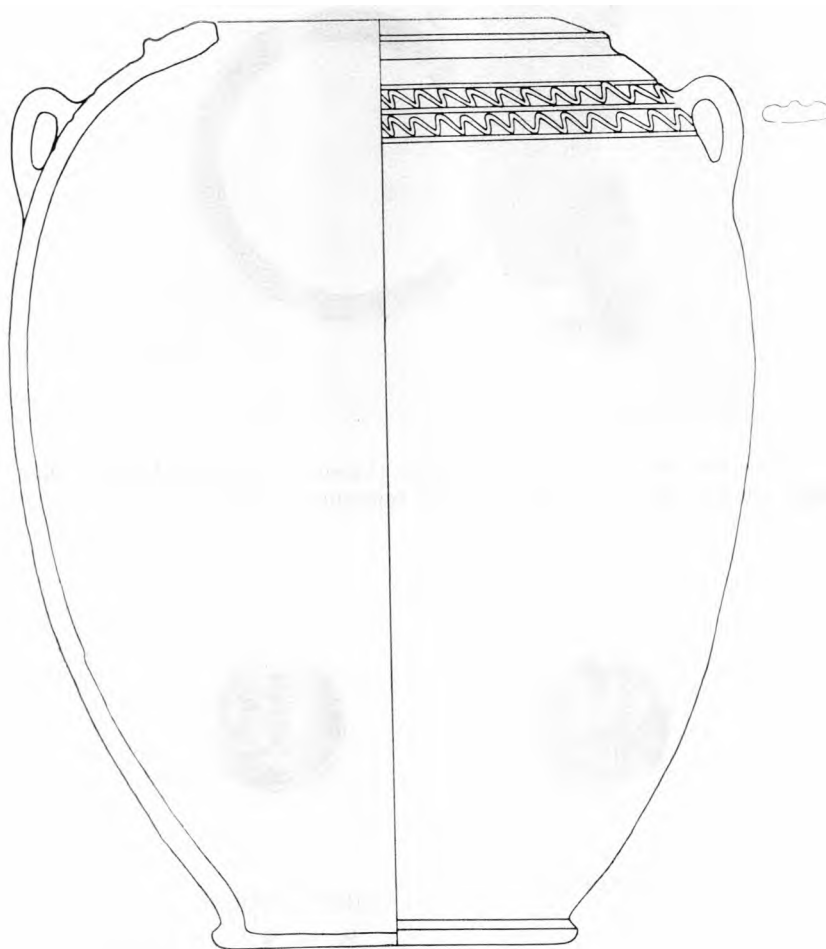
6 — Mapa de distribuição dos vestígios arqueológicos.



1 — Anel romano com apito militar (Valada, Condeixa-a-Velha). Diâmetro 20 mm; altura do apito 28 mm, espessura 9 mm.



2 — Moeda ibero-romana de Casével (Ega). Denário (prata). Anverso: cabeça, à dir., de Ares (Marte) ibérico; atrás, $\hat{X}M\bar{X}X$; reverso: guerreiro a cavalo, à direita, segurando as rédeas com a mão esquerda e a espada com a direita. Por baixo do cavalo, II.ICNI:S (LASCUNIS ou BASCUNIS). Cronologia: 105-80/72 a.C. Bibliografia: GUADAN, *Numismática Ibérica e Ibero romana*, Madrid, 1969, n.º 362, p. 203.



3 - «Dolium» de Areias, Venda da Luisa.

Esc. 1:8



4 — Mosaico policromo de Moroicos, Ordem, Rabagal, 1984.

(Página deixada propositadamente em branco)

JOSÉ MANUEL HIDALGO CÚNARRO

Departamento de Prehistoria y Arqueología del Museu Municipal «Quiñones de Leon», de Vigo

APROXIMACIÓN AL VIGO ROMANO (ESPAÑA)
«Conimbriga», XXV, (1986), p. 75-87

RESUMEN: En este pequeño artículo se estudian y sintetizan las evidencias más claras que poseemos de la ciudad de Vigo (España), en época romana.

Así se analizarán sus tipos de poblamiento (villas, castros, edificaciones diversas, ...) y sus enterramientos (necrópolis) localizados hasta la actualidad.

Se resalta el papel importante que poseyó el comercio atlántico romano con este enclave, que nos viene dado sobretudo por los restos arqueológicos submarinos encontrados en las costas viguesas.

Podemos señalar que llama la atención el temprano contacto que posee esta área geográfica con el mundo romano (Italia, Sur de Francia y diferentes puntos de la península Ibérica), así como el fuerte grado de romanización que se producirá en la zona, tras la conquista romana del Noroeste Peninsular.

RÉSUMÉ : L'auteur fait le point des données dont on dispose sur l'occupation romaine de Vigo et présente un inventaire des vestiges d'habitats et nécropoles dans la région, qui a été profondément romanisée.

Les vestiges archéologiques trouvés en mer aux environs de Lugo témoignent l'importance du commerce atlantique dans la côte galicienne. Le commerce s'est développé avec l'Italie, le sud de la France et plusieurs régions de la Péninsule Ibérique dès l'occupation romaine du nord-ouest à l'époque d'Auguste.

(Página deixada propositadamente em branco)

APROXIMACION AL VIGO ROMANO (ESPAÑA)

Numerosos hallazgos arqueológicos localizados dentro del término municipal vigués, ponen en evidencia la extraordinaria importancia que tuvo Vigo en época romana.

En este breve estudio, analizaremos de forma resumida dos aspectos muy concretos: los tipos de poblamiento o habitat existente en Vigo en época romana y sus características principales (las villas, los castros romanizados, edificaciones sin concretar su función, así como los restos arqueológicos submarinos que nos hablan del intenso tráfico comercial que mantenía dicha población con el resto de la península ibérica y otros puntos geográficos fuera de ella); y las necrópolis o enterramientos romanos que hasta la actualidad se han podido documentar en nuestra zona y que jalonan de forma bien visible el litoral vigués.

Las villas romanas

Se han localizado, hasta el momento, dos villas marítimas de época romana en Vigo. Se trata de la situada en el lugar de «Toralia» y la que se ubica en Sobreira.

La villa romana de Toralia se emplaza en Cánido, enfrente a la isla que lleva dicho nombre, al final de la playa del Bao, hacia el Sur. En la actualidad está ocupada por la finca denominada «Mirambell».

Hoy día se pueden ver en un espacio rectangular de unos 16 metros de largo por 13 de ancho, diversos compartimentos o estancias en su interior, pertenecientes a la mencionada villa.

Fruto de antiguas excavaciones se localizaron diversos objetos que fechan la misma hacia el siglo m al iv después de Jesucristo. De todo este material arqueológico podemos destacar: un capitel de granito de orden corintio; cerámica pintada con temas animalísticos y geométricos; «terra sigillata» hispánica; un pico de hierro; cerámica común de mesa y cocina (jarra, cuenco con visera, copa...); «pondus»; vidrio; etc. (Hidalgo Cuñarro y Costas Goberna, 1982, pp. 351 y ss.).

Interesante es la colección de monedas romanas que ha dado esta villa. Se trata de tres antonianos, cuarenta y seis medianos bronces que corresponden a los siguientes emperadores: Galieno (253-268); Claudio II (268-270); Magnencio (306-312); Constantino I (307-337); Constantino II (317-337); Constancio II (337-361); y Constante I (333-350).

El marco cronológico nos vendría dado por el antoniano de Galieno (253-268) a los tres medianos bronces de Constancio II (337-361) (Juega Puig, 1982, pp. 367 y ss.).

En la parroquia de Oia, en un espolón que se adentra hacia el mar, en la denominada playa de «Sobreira», se documenta la otra villa romana viguesa, pero por haberse realizado hace tiempo obras en dicha zona, puede decirse que en la actualidad se encuentra casi totalmente destruido dicho yacimiento arqueológico. En él se pudieron ver diversos muros construidos con sillares muy bien trabajados, así como en alguna zona, contemplar pavimentos de «opus signinum». En cuanto a objetos arqueológicos encontrados en esta villa, tenemos varios fragmentos de cerámica pintada y «terra sigillata» hispánica; ladrillos y «tegulae»; cerámica común de cocina; ánforas... que fechan este yacimiento hacia los siglos m y iv después de Jesucristo (Hidalgo Cuñarro, 1984, pp. 83 e ss.).

Los castros romanizados

Podemos apuntar que la totalidad de los castros catalogados hasta la actualidad en el «Val do Fragoso», poseen evidencias claras de haber sufrido (en mayor o en menor medida) el proceso de romanización, a juzgar por los restos arqueológicos (estructuras, ánforas, «tegulae» e imbrices), cerámica común romana...) locali-

zados en dichos emplazamientos (Hidalgo Cuñarro y Costas Goberna, 1983, pp. 160 y ss.).

De los 24 castros documentados dentro del término municipal vigués, sin lugar a dudas, es el conocido Castro de Vigo (situado en pleno centro de la ciudad) el que más detalles nos ofrece de dicho período, gracias a las excavaciones arqueológicas sistemáticas que se están llevando a cabo en el mismo.

La romanización del Castro de Vigo nos viene definida, por un lado, por las nuevas estructuras que se construyen en ese momento, así como por cambios «urbanísticos» en diferentes zonas de habitat. Por otro lado, tenemos una gran cantidad de objetos importados que reflejan claramente el intenso comercio romano y el alto nivel económico de vida que poseían determinados sectores de habitantes del mencionado poblamiento. A continuación y de forma resumida pasaremos revista a los materiales arqueológicos que nos hablan de dicho aspecto y que fueron localizados en las últimas campañas arqueológicas realizadas (Hidalgo Cuñarro, 1981, 1983 y 1985).

Se localizaron varios fragmentos de cerámica campaniense de los tipos B y C y que son fechables desde la mitad del siglo n hasta mediados del siglo i antes de Jesucristo. En su tipología, estas vasijas imitan formas metálicas en su mayoría y proceden de Etruria (Lamboglia, 1952; Morel, 1981 y Sanmarti-Grego, 1978).

Datable desde el 50/40 antes de Jesucristo al 30/40 después de Jesucristo, tenemos diversos fragmentos y una marca de alfarero en «terra sigillata» itálica. También poseemos diferentes fragmentos lisos y decorados, así como una marca de alfarero, en «terra sigillata» sudgálica, datable desde el 20/40 al 150 después de Jesucristo (Beltran Lloris, 1978, pp. 74 y 77).

De cerámica marmorata se encontraron diversas formas, que corresponden a pequeños cuencos y copas. Como se recordará, este tipo cerámico está producido por el taller gálico de La Graufesenque y su cronología se sitúa entre Claudio-Vespasiano. Es muy escasa en el Noroeste peninsular, pero abundante en el litoral del Mediterráneo (Balil, 1982, pp. 179-180). Muy abundante fueron las formas lisas y decoradas de «terra sigillata» hispánica encontradas. Se pudieron documentar cuatro marcas de alfarero, que las relaciona con diferentes talleres de la - península ibérica. Esta

producción cerámica posee un amplio marco cronológico que va del siglo i a iv después de Jesucristo (Mezquiriz de Catalan, 1961; y Mayet, 1984).

Tenemos también fragmentos lisos y decorados de «terra sigillata» clara D, fechable del iv al v después de Jesucristo y muy poco frecuente en yacimientos gallegos (Caamaño Gesto, 1983, p. 243).

Se encontraron asimismo varios fragmentos de lucernas de volutas de época Julio-Claudia (Fernandez y Manera, 1980) y diversos vasitos y cubiletes de cerámica de paredes finas, presentando los primeros de ellos decoración a la barbotina de buena calidad. Este tipo de cerámica podemos datarlo desde los últimos años del siglo ii antes de Jesucristo al i después de Jesucristo, siendo muy abundantes en época de Octavio Augusto (Mayet, 1975).

Fueron muy numerosos los fragmentos recogidos pertenecientes a cerámica común romana. De cerámica de cocina podemos señalar platos de borde engrosado y bifido, así como fuentes de barniz rojo-pompeyano. De cerámica de mesa, vasos, jarras y tacitas. Todo ello fechable entre los tres primeros siglos de nuestra era (Vegas, 1973, pp. 11 y ss.; y Tuffreau-Libre, 1980). De ánforas, podemos distinguir republicanas (Dressel 1) del siglo ii al i antes de Jesucristo, e imperiales (sobre todo la familia Dressel 7/11) de los siglos i al m después de Jesucristo. Se pudieron documentar dos marcas de alfarero (Beltrán Lloris, 1970).

En cuanto a monedas romanas tenemos: un quinario y un as de Octavio Augusto (27 antes de Jesucristo al 14 después de Jesucristo); un denario de Vitelio (69 después de Jesucristo); un as de Trajano (98 al 117 después de Jesucristo); un as de Octavio Augusto con la «caetra» en el reverso (27 al 23 antes de Jesucristo); un sextercio y un as de Adriano (117-138 después de Jesucristo); y un sextercio de Agripa (39 al 27 antes de Jesucristo) (Beltrán Martínez, 1976, pp. 95 y ss.; Harold Mattingly, 1965, pp. 372 y ss.; Beltrán Martínez, 1950, pp. 224 y ss.; Caamaño Gesto, 1979, pp. 67-76; Lafuente, 1877; Zander, 1959; Sear, 1981, etc.).

Poseemos también un pequeño entalle de cara plana y forma oval, en el que podemos ver representada una cuadriga y un auriga, pudiéndose datar esta excepcional pieza hacia mediados del siglo i después de Jesucristo. Hemos de recordar aquí otra impor-

tante muestra de glíptica romana vinculada a la ría de Vigo. Nos referimos al anillo de oro encontrado en la isla Norte de las Cíes que tiene un entalle con un jabalí y una interesante inscripción, datándose esta joya hacia el siglo n después de Jesucristo (Casal García, 1980, pp. 103 y 104).

Por último tenemos fichas de juego de pasta vitrea, cuentas de collar o pulsera de diferentes tonalidades, frecuentes en castros muy romanizados y de cronología amplia (Martínez Tamuxe, 1983, pp. 103 y 138) y varios fragmentos de vidrio de cuencos de costillas, objetos muy frecuentes en el siglo i después de Jesucristo (Vigil Pascual, 1969, pp. 103 y ss.).

Por todo lo expuesto podemos ver como el Castro de Vigo va a sufrir una profunda romanización y ésta va a ser temprana y a la vez fuerte y continua. El siglo de mayor esplendor para este poblamiento (teniendo en cuenta los materiales arqueológicos recogidos) será todo el siglo i después de Jesucristo e inicios del siglo siguiente.

Edificaciones romanas sin concretar su función

En este apartado analizamos una serie de puntos en los que se han localizado diversas estructuras y/o piezas arqueológicas datables en época romana, pero que por lo parcial de los hallazgos no podemos concretar con certeza la función que podían tener las mencionadas construcciones y/o lo que nos revelan los objetos romanos encontrados de forma aislada y sin apenas contexto arqueológico. Nos evidencian, eso sí, lugares de habitat romano que podían ser de diversa índole y desempeñar distinta función, en relación al poblamiento de la zona en dicho período histórico.

Así tenemos que según referencias antiguas, en la playa del Arenal, se descubrieron restos arqueológicos romanos de diversas construcciones así como monedas y tégulas.

En el arenal de Coía y cercanías, también se localizaron restos de edificaciones antiguas, monedas y tejas romanas, según viejas fuentes bibliográficas. Más recientemente, detrás del edificio de la casa Mar, se encontró una gran base romana que actualmente se exhibe en el Museo Municipal «Quiñones de León» de Vigo, y a

su lado se recogieron numerosos fragmentos de tégulas y cerámica galaico-romana. Procedentes del lugar de «A Oliveira» en Teis, poseemos varias columnas toscamente labradas, una basa de reducidas dimensiones y una pila exagonal con agujero en el centro. Además se recogieron tres ladrillos con posibles representaciones zodiacales. Todo ello se encuentra en el Museo Municipal vigués.

Para finalizar este apartado podemos señalar que: en la Florida se encontraron diversas tégulas; en la calle Alfolies de Bouzas, ánforas romanas; cerca de la estación de FF. CC. varias ánforas; en diferentes puntos del centro de la ciudad, molinos circulares de mano y pequeños morteros de granito; etc. (Rodríguez Seoane y Díaz Álvarez, 1973, pp. 60 y ss.; Filgueira Valverde y García Alen, 1956; y Álvarez Blázquez, Costas Goberna e Hidalgo Cuñarro, 1980, pp. 41 y ss.).

Hallazgos submarinos de época romana

El litoral vigués es rico en hallazgos arqueológicos submarinos de esta época. Se tratan, en su gran mayoría, de ánforas romanas que poseen una cronología que va desde el cambio de era hasta el siglo iv después de Jesucristo. Evidencian un intenso tráfico comercial del poblamiento que analizamos anteriormente con otras áreas. Podemos mencionar el hallazgo de restos anfóricos en la dársena 1 y 2 del muelle vigués; en las cercanías de la isla de Toralia; en la dársena de Bouzas; y por último en el denominado Cabo do mar, en donde existe la posibilidad de que se localice un pecio, por la gran cantidad de ánforas recuperadas y que en la actualidad se custodian en el Museo municipal de Vigo (Díaz Álvarez, 1981, pp. 37 y ss.; y 1984, pp. 29 y ss.; Hidalgo Cuñarro y Sotelo Solana, 1985, pp. 127e ss.; y González Fernández, 1983, pp~ 73-98).

Las necrópolis romanas

En diversos lugares del término municipal vigués se localizaron restos de enterramientos que nos documentan en cierta medida algunas de las necrópolis romanas existentes en nuestra zona de estudio. Al lado de noticias confusas de hallazgos de este

tipo tenemos otras que nos indican con certeza el emplazamiento de varias de ellas.

En Alcabre, en la finca conocida como «Fundiales» se localizó una lápida funeraria dedicada a los dioses Manes y que actualmente se guarda en el Museo de Pontevedra (Rodríguez Lage, 1974, p. 39).

Luego tenemos dos referencias bastante confusas y parciales. Una nos indica que en la antigua Plaza de las Gallinas, en la esquina entre las calles de la Gamboa y Carral, se encontró un «doble sepulcro» construido a base de ladrillos, en cuyo interior había restos humanos. La otra señala que en el lugar de «San Gregorio» entre Bouzas y Vigo, se localizaron «urnas de ladrillos».

Con certeza sabemos que existía una necrópolis romana entre la zona de Picacho y la antigua playa de San Francisco. En esta zona se pusieron al descubierto tres sepulturas formadas por tégulas, una de las cuales estaba completa y presentaba el típico «tejadillo a dos vertientes».

De mayor importancia sería la necrópolis de la isla de Toralia. Sabemos que estaba situada hacia la zona media de dicha isla y la formaban diferentes sepulturas de forma trapezoidal, construidas a base de lajas de granito y pizarra, en sus paredes, fondo y cubierta. En ellas aparecieron numerosos esqueletos y abundante ajuar funerario. De este material arqueológico, destaca el estilo de bronce encontrado en una sepultura y que tipológicamente nos viene dado por un instrumento metálico alargado que posee en su terminación una parte afilada en la punta (a manera de punzón) y por el lado opuesto se puede observar un pequeño rebaje (en forma de espátula). Presenta decoración incisa muy simple, pesa 43 gramos y mide 184 mm de largo (Hidalgo Cuñarro, 1983a, pp. 37 y ss.). Por su paralelismo con otras necrópolis romanas de Galicia, podemos datarla hacia los siglos iv-v después de Jesucristo (Carro Otero, 1972, pp. 124-129).

Finalmente tenemos que en la calle Pontevedra, cerca de la antigua playa del Arenal, se encontraron un total de 29 estelas (entre enteras y fragmentadas) y un ara. Este extraordinario conjunto se custodia en el Museo Municipal de Vigo.

Estas lápidas funerarias romanas nos informan de diversos aspectos interesantes para el conocimiento del Vigo romano.

Aparte de los datos que ofrecen para el estudio particular del arte provincia! romano en nuestra área geográfica, atendiendo a los motivos que se pueden observar en las mencionadas estelas, también gracias a sus inscripciones, nos documentan, entre otras cosas, acerca de los índices de mortalidad en dicha época o de la emigración de personas de la Meseta castellana hacia el Vigo romano. Esta valiosa colección epigráfica ha merecido numerosos estudios por parte de diferentes autores (Alvarez Blazquez, 1953, pp. 462-475; Alvarez Blazquez y Bouza Brey, 1961, pp. 6 y ss.; Julia, 1971; Garcia Merino, 1973, pp. 9-28; y Acuña Castroviejo, 1979, pp. 39-53).

Conclusiones previas

En esta pequeña aproximación al Vigo romano, en primer lugar, llama la atención el temprano contacto que posee esta área geográfica del Noroeste peninsular con el mundo romano, así como el rápido y fuerte grado de romanización que se produce después de la conquista de Galicia por las legiones de Roma.

A manera de conclusiones previas, podemos apuntar lo siguiente:

Algunos castros vigueses continúan habitados hasta el siglo m después de Jesucristo (como el Castro de Vigo), pero otros ya son abandonados hacia finales del siglo i después de Jesucristo (como el castro de la isla de Toralia). En los primeros, tenemos sin embargo que el habitat se desplaza hacia las laderas del enclave castreño, posiblemente ya fuera de su recinto amurallado, ya que dichas defensas no poseen en esta época justificación alguna.

Aparece un tipo nuevo de habitat: la villa romana. Las dos que tenemos son de época tardía, ya de los siglos m-iv después de Jesucristo. Otro tipo de habitat nos viene dado por esas construcciones de las que no podemos concretar su función, pero que, como característica general, se encuentran en zonas llanas, cercanas al litoral.

Los restos arqueológicos submarinos nos reafirman la importancia del Vigo de los primeros siglos de nuestra era.

Por último, las diversas necrópolis descubiertas hasta la actualidad evidencian claramente una activa y numerosa población en esas fechas.

Hemos de esperar nuevos datos para acercarnos con más detalle a la etapa romana de Vigo que, sin duda, ya a juzgar por lo aquí expuesto, fue extraordinariamente fecunda e importante.

Los dibujos del presente artículo los realizó José Manuel Rodríguez Sobral. Para él, mi sincero agradecimiento.

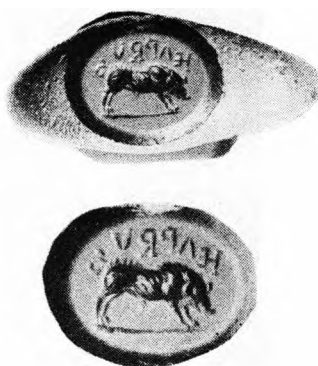
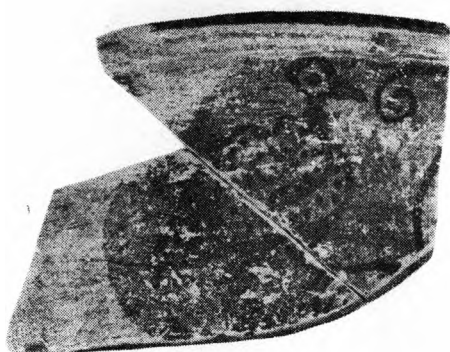
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando, 1979, *Vigo en la A?itigüedad*, en la obra «Vigo en su Historia», Vigo.
- ALVAREZ BLAZQUEZ, José María, 1953, *Hallazgos de estelas funerarias romanas en Vigo (Pontevedra)*, III Congreso Nacional de Arqueología.
- ALVAREZ BLAZQUEZ, José María y BOUZA BREY, Fermín, 1961, *Inscripciones romanas de Vigo*, «Cuadernos de Estudios Gallegos», tomo XVI, fascículo 48.
- ALVAREZ BLAZQUEZ, José María, COSTAS GOBERNA, Fernando Javier e HIDALGO CUÑARRO, José Manuel, 1980, *Vigo arqueológico*, «Revista del Museo Municipal 'Quiñones de León' de Vigo» n.º 2.
- BALIL, A., 1982, *Notas de cerámica romana (III)*, «Boletín del Seminario de Arte y Arqueología de la Universidad de Valladolid», tomo XLVIII.
- BELTRAN LLORIS, M., 1970, *Las ánforas romanas en España*, Zaragoza.
- , *Cerámica romana: tipología y clasificación*, Zaragoza.
- BELTRAN MARTINEZ, A., 1950, *Curso de Numismática*, Zaragoza.
- , 1976, *Las monedas romanas de Mérida: su interpretación histórica*, Augusta Emerita, Actas del Bimilenario de Mérida, Madrid.
- CAAMAÑO GESTO, J. M., 1979, *Aportaciones al estudio de las monedas de la «caetra»: Las monedas de la colección Blanco Cicerón (La Coruña)*, «Boletín auriense», tomo IX.
- , 1983, *Cerámicas finas de importación en la época romana en Galicia*, En la obra «Estudios de cultura castrexa e de historia antigua de Galicia», Santiago de Compostela.
- CARRO OTERO, José, 1972, *Antropología*, Gran Enciclopedia Gallega, Tomo II.
- CASAL GARCÍA, Raquel, 1980, *Pedras de anelo do Noroeste Peninsular*, Revista «Gallaecia», 6.
- DÍAZ ALVAREZ, Pedro, 1981, *Anforas romanas en los caminos del mar*, Vigo.
- , 1984, *Anforas romanas en el eje atlántico galaico-lusitano*, Vigo.

- FERNANDEZ, Jorge y MANERA, Esperanza, 1980, *Lucernas romanas del Museo Arqueológico de Ibiza*, Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza, tomo I.
- FILGUEIRA VALVERDE, José y GARCÍA ALEN, A., 1956, *Materiales para la carta: arqueológica de la provincia de Pontevedra*, «El Museo de Pontevedra», tomo VIII.
- GARCÍA MERINO, C., 1973, *Las tierras del NO. foco de atracción para los emigrantes de la meseta en época romana*, «Hispania Antiqua», III.
- GONZALEZ FERNANDEZ, X. M., 1983, *O comercio romano na ría de Vigo*, Revista «Brigantium», vol. 4.
- HAROLD MATTINGLY, M. A., 1965, *Coins of the Roman Empire in British Museum*, London.
- HIDALGO CUÑARRO, José Manuel, 1981, *El Castro de Vigo. Noticia preliminar de las excavaciones arqueológicas de 1981*, «Revista del Museo Municipal 'Quiñones de León' de Vigo», n.º 5.
- , 1983, *Excavaciones arqueológicas en el Castro de Vigo*, «Revista del Museo Municipal 'Quiñones de León' de Vigo», n.º 6.
- , 1983a, *Estudio de los materiales arqueológicos de la isla de I oralla (Vigo, Pontevedra)*, Tesis de licenciatura leída en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Santiago de Compostela (mecanografiada).
- , 1984, *La Prehistoria y la Arqueología de la actualidad*, «Revista del Museo Municipal 'Quiñones de León' de Vigo», n.º 7.
- , 1985, *Memoria de las excavaciones arqueológicas realizadas en el Castro de Vigo (Pontevedra) durante 1983*, Serie de publicaciones de la Dirección Xeral do Patrimonio Artístico e Monumental da Xunta de Galicia, «Arqueología/Memorias», n.º 1.
- HIDALGO CUÑARRO, José Manuel y COSTAS GOBERNA, Fernando Javier, 1982, *La villa romana de Torrala*, «El Museo de Pontevedra», tomo XXXVI.
- , 1983, *Asentamientos cástrenos en los valles Fragoso y Minor (Pontevedra)*, Actas del II Seminario de Arqueología del Noroeste Peninsular, Santiago de Compostela.
- HIDALGO CUÑARRO, José Manuel y SOTELO SOLANA, J. C., 1985, *Apuntes para la carta arqueológica de la Ría de Vigo*, Actas del VI Congreso Internacional de Arqueología submarina, Cartagena.
- JUEGA PUIG, Juan, 1982, *Las monedas romanas de la villa, romana de Toralia*, «El Museo de Pontevedra», tomo XXXVI.
- JULIA, D., 1971, *Etude épigraphique et iconographique des steles funéraires de Vigo*, Heidelberg.
- LAFUENTE, M., 1877, *Historia general de España*, Barcelona.
- LAMBOGLIA, Niño, 1952, *Per una clasificazione preliminary della cerámica campana*, Bordighera.
- MARTINEZ TAMUXE, X., 1983, *Citania y Museo Arqueológico de Santa Tecla*, A Guardia.

- MAYET, F., 1975, *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*, Paris.
- , 1984 *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain*, Paris.
- MEZQUIRIZ DE CATALAN, M.^a XVngeles, 1961, *Terra sigillata hispánica*, Tomo I y II, Valencia.
- MOREL, Jean Paul, 1981, *Céramique campanienne. Les formes*, texto y láminas, Roma.
- RODRIGUEZ PAGE, Sara, 1974, *Las estelas funerarias de Galicia en la época romana*, Orense.
- RODRÍGUEZ SECANE, M.^a del Carmen y DIAZ ALYAREZ, Pedro, 1973, *Noticias de Prehistoria en torno a Vigo y su ría*, Vigo.
- SANMARTI-GREGO, 1978, *La cerámica campaniense de Emporion y Rhode*, Tomo I y II, Barcelona.
- SEAR, David, 1981, *Roman Coins*, London.
- TUFFREAU-LIBRE, 1980, *La céramique commune gallo-romaine dans le nord de la France* (Nord, Pas-de-Calais), Lille.
- VEGAS, Mercedes, 1973, *Cerámica común romana del Mediterráneo Occidental*, Barcelona.
- VIGIL PASCUAL, M., 1969, *El vidrio en el Mundo Antiguo*, Madrid.
- ZANDER, 1959, *Roman Imperial Coins*, Winsconsin.

(Página deixada propositadamente em branco)



I — Restos de la villa romana de Sobreira. Cerámica pintada de la villa romana de Toralia. Anillo romano de las islas Cíes. Detalle del jabalí y la leyenda que se puede observar en el entalle del mismo.

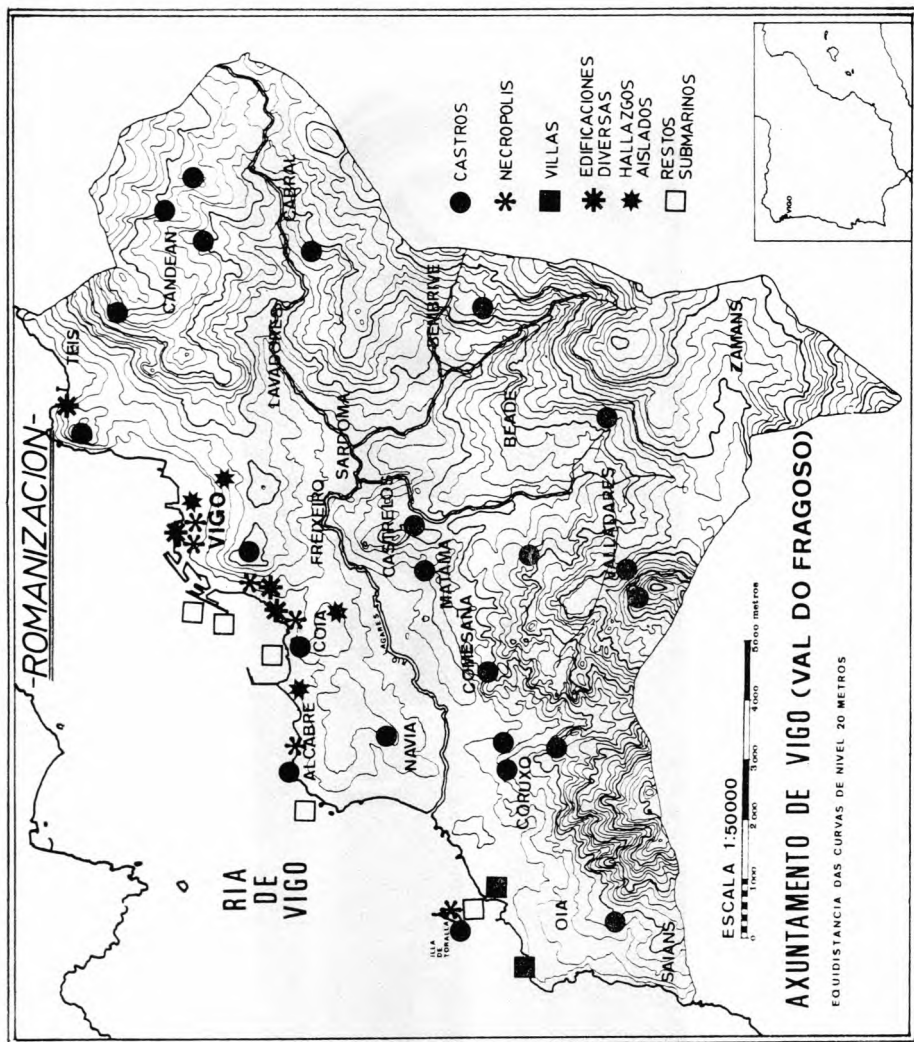


II — Estelas romanas de Vigo (Foto: R. Friedrich)



III — Estela romana de Vigo (Foto: R. Friedrich)

FIG. 1 — Dispersión geográfica de los restos arqueológicos romanos dentro del término municipal de Vigo.



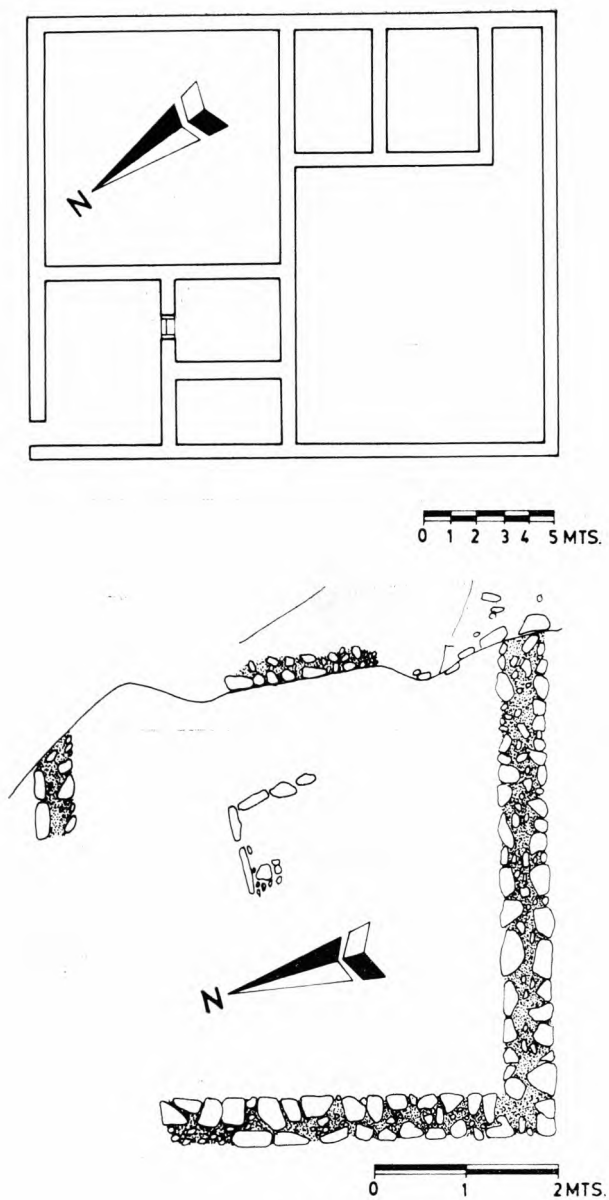


FIG. 2

Arriba, estancias de la villa de Toralia (siglos III-IV después de Jesucristo). Abajo, vivienda del Castro de Yigo (siglos I-II después de Jesucristo).

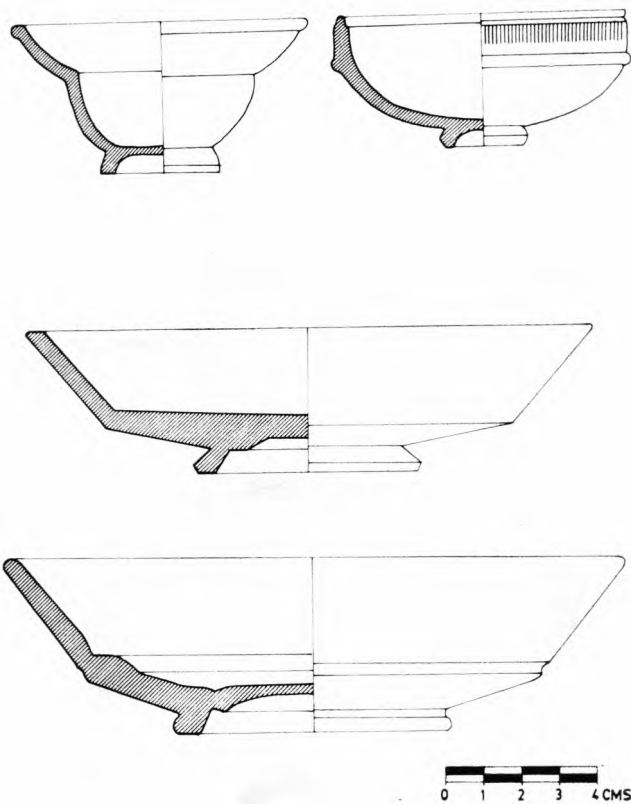


FIG. 3

«Terra sigillata» hispánica del Castro de Vigo.

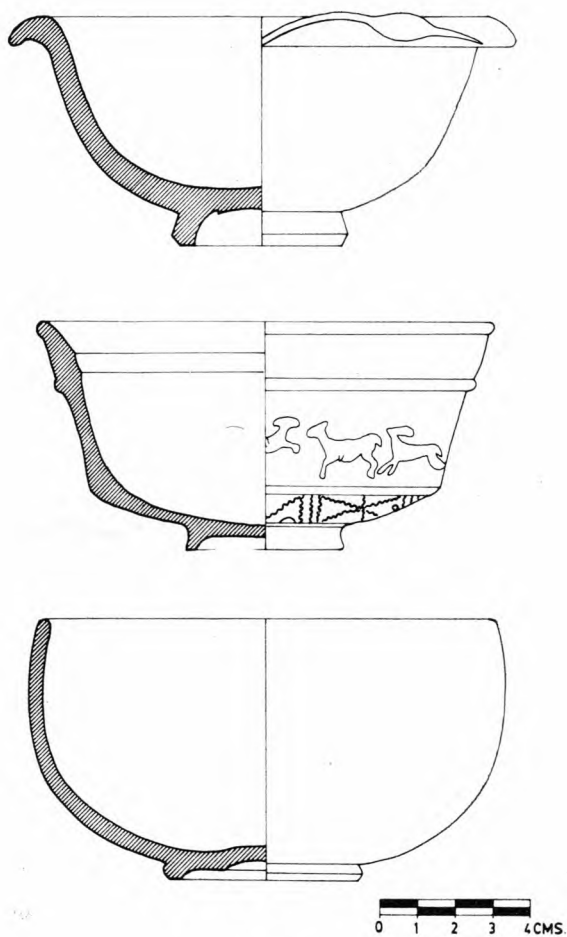


FIG. 4

«Terra sigillata» hispánica del Gastrol de Vigo.

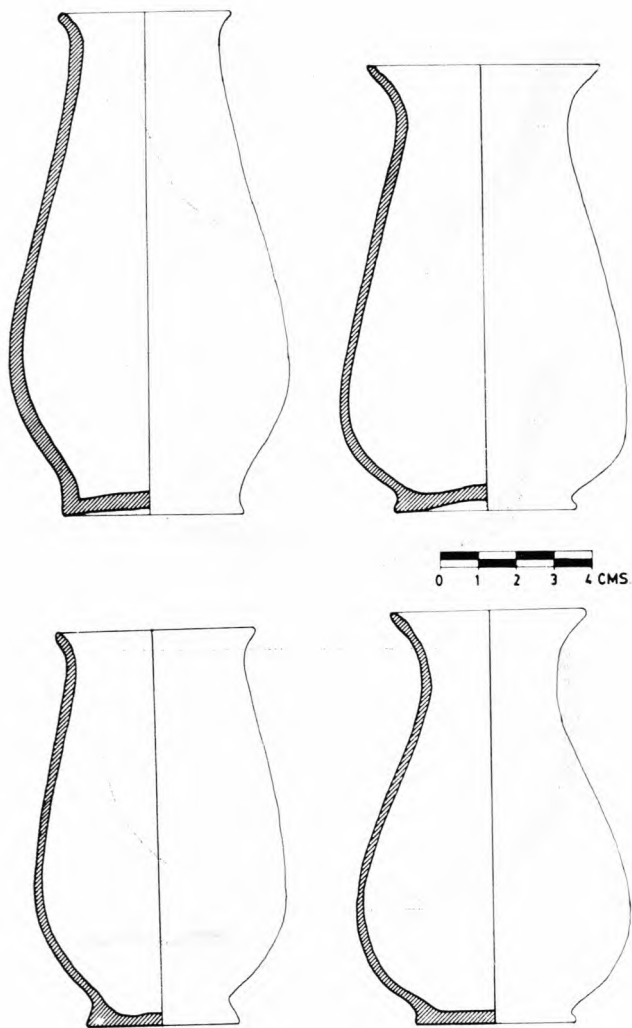


FIG. 5

Cerámica de paredes finas del Castro de Yigo.

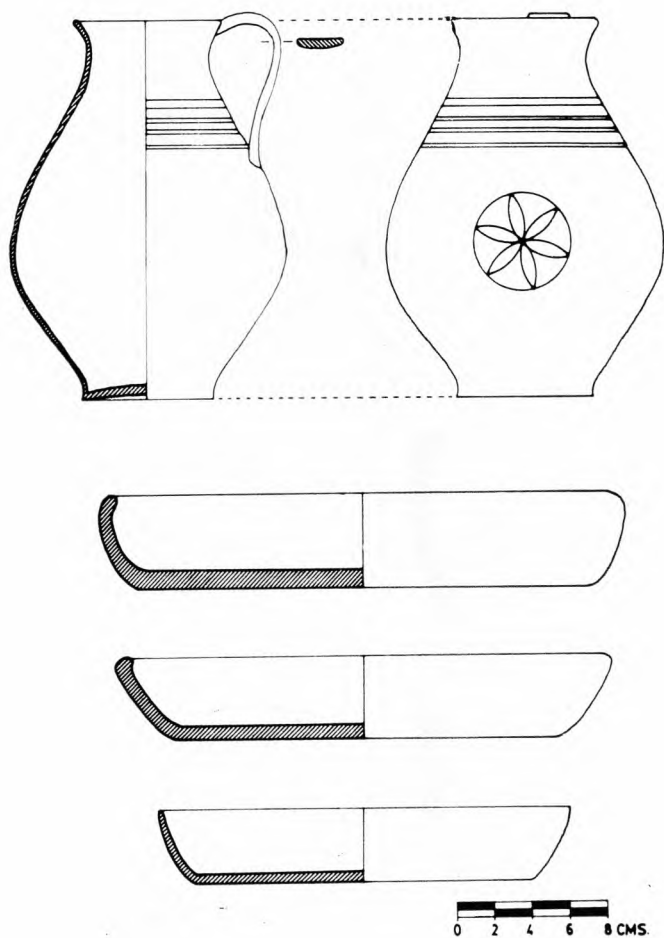


FIG. 6

Cerámica común de mesa y cocina del Castro de Vigo.

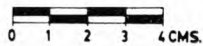
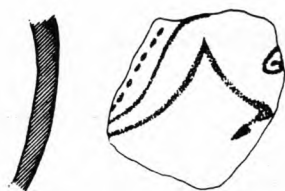
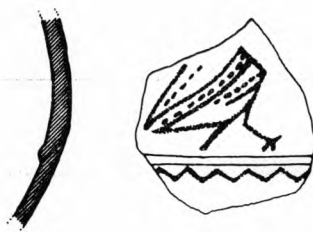
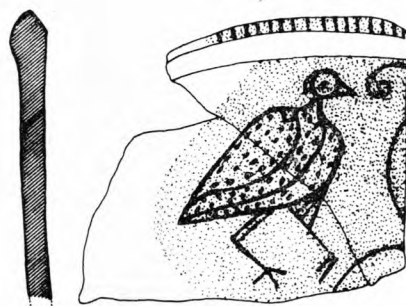


FIG. 7

Cerámica pintada de la villa de Toralia.

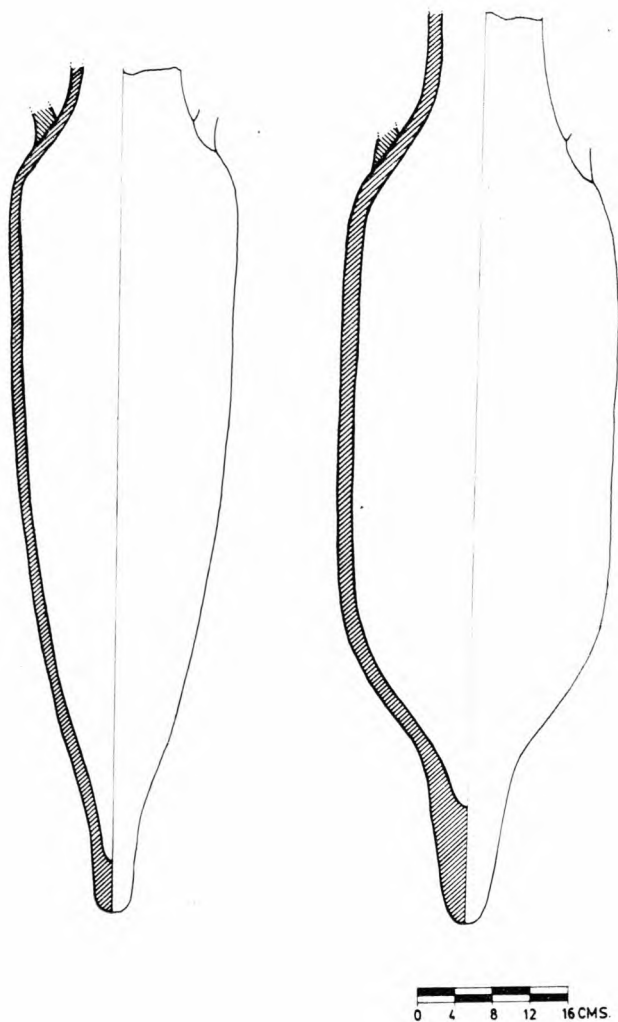


FIG. 8

Hallazgos submarinos de época romana: ánforas de la dársena
número 2 del puerto de Yigo y de la isla de Toralia.

(Página deixada propositadamente em branco)

Luis SAGREDO SAN EUSTAQUIO

Professor da Universidade de Valladolid.

LA CIRCULACION DEL AUREO EN LA HISPANIA DEL
SIGLO III D.C.

«Conimbriga», XXV (1986), p. 89-98

RESUMEN : La circulación del áureo en la época en estudio es francamente reducida en la Península. En su mayor parte proceden de tesorillos, es decir, que se guardaban por su valor intrínseco, y pertenecen mayoritariamente a la primera parte del siglo III d.C. Corresponiendo el mayor número de estas piezas a la etapa de los Severos y la última a Claudio II.

SUMMARY : The Roman aurei of the third century A. D. are not common in the Iberian Peninsula. Most of the aurei come from hoards, that is, they were hidden for their own value, and they mainly belong to the earliest part of the century. Most of these coins correspond to the time of the Severi; the latest piece is an aureus of Claudius II.

(Página deixada propositadamente em branco)

LA CIRCULACION DEL AUREO EN LA HISPANIA DEL SIGLO III D.C.

La circulación de los áureos durante la época correspondiente al siglo III d.C. (*) es francamente deficitaria, hay una falta casi total de ejemplares, únicamente tenemos conocimiento de 15 piezas de este tipo de monedas.

Podemos dividir los hallazgos en dos grupos pertenecientes a dos momentos cronológicos diferentes. El primero de ellos comprende los períodos correspondientes a los gobiernos que van desde el año 193 hasta mediados del siglo, concretamente hasta el final del mandato de Treboniano Galo, momento del que tenemos 10 piezas; a la segunda etapa, que abarca desde el reinado de Valeriano hasta el último momento del de Carino, corresponden otras cinco muestras.

Al primero de los grupos pertenecen una moneda de Pertinax, hallada en Bubierca⁽²⁾, otra de D. Juliano hallada en Torreblanca⁽³⁾, siete acuñadas por Septimio Severo de las que cuatro

(*) L. SAGREDO SAN EUSTAQUIO, *Circulación e inflación monetaria en la Hispania romana del siglo III d.C.*, p. 1478-1489, Tesis Doctoral leída en la Universidad de Valladolid en el curso 1982-1983.

(2) J. B. LABAÑA, *Itinerario del reino de Aragón*, Zaragoza, 1895, p. 129, tomado de J. P. BOST-M. CAMPO-J. M.^a GURT, «Hallazgos de aurei y solidi en la Península Ibérica: introducción a su circulación en época imperial», «Numisma», XXXIII, 180-185, 1983 (1986), p. 149, n.º 30.

(3) A. D., *Chronique. Trouvailles de monnaies*, R. N., 1902, p. 137-138.

lo son a su nombre y fueron halladas en Barroca da Lage ⁽⁴⁾, una en Torreblanco ⁽⁵⁾ y la otra en Lugo ⁽⁶⁾, dos lo fueron a nombre de I. Domna siendo encontradas una en Barroca da Lage⁽⁷⁾ y la otra en Torreblanca ⁽⁸⁾, habiendo sido acuñada la última a nombre de Geta ⁽⁹⁾. La más moderna de este primer conjunto pertenece a Filipo I y apareció en Zaragoza ⁽¹⁰⁾.

Es interesante comprobar que con excepción de las muestras de Pertinax y de Filipo todas las demás han sido halladas formando parte de tesorillos, uno en Portugal ^(u), otro en Lugo y el último en Levante. Lo que puede indicarnos que en la región oeste-noroeste, y en ese período, hubo una serie de tesorillos de colección y atesoramiento, como ocurre de forma parecida con el de Coca ⁽¹²⁾, que aunque no contiene áureos que correspondan a esta etapa, sí los hay de la anterior que se continúan con los denarios, que son las modernas piezas acuñadas y con las que termina el tesorillo, dando lugar a una serie de los mismos todos ellos distintos y de buen peso ⁽¹³⁾.

En este primer grupo las piezas corresponden en su mayor parte a la época severa y una de ellas llega hasta Filipo I; las

⁽⁴⁾ M. HELENO, *O Tesouro da Borrallheira (Teixoso)*, «O Arq. Port.», 1953, p. 215 y 223.

⁽⁵⁾ A. D., *Chronique. Trouvailles de monnaies...*, op. cit., p. 137-138.

⁽⁶⁾ M. VÁZQUEZ SEIJAS, *Monumentos Arqueológicos. Numismática. Lugo y su Provincia. Libro de Oro*, Lugo, 1929, p. 114-115.

⁽⁷⁾ M. HELENO, *O Tesouro da Borrallheira...*, op. cit., p. 223.

⁽⁸⁾ A. D., *Chronique. Trouvailles de monnaies...*, op. cit., p. 137-138.

⁽⁹⁾ M. HELENO, *O Tesouro da Borrallheira...*, op. cit., p. 223.

⁽¹⁰⁾ J. P. BOST-M. CAMPO-J. M.^a GURT, *Hallazgos de aurei y solidi en la Península Ibérica...*, op. cit., p. 173, n.º 181.

^(u) Este hallazgo parece ser de la misma época que el del Liceo de Napoleón, ver L. Schmitt, *Note sur le trésor d'aurei découvert à Paris en 1867 au lycée Napoléon, aujourd'hui Henri IV*, «B.S.F.N.», 35, 10, 1980, p. 787.

⁽¹²⁾ L. SAGREDO SAN EUSTAQUIO, *Posible tesorillo del siglo III d.C.*, «Numisma», XXXI, 168-173, 1981, p. 73-88.

⁽¹³⁾ Este tesorillo está formado por piezas de oro y plata de buena calidad; en él las monedas más antiguas son los áureos de Trajano y Adriano, que se continúan con los ejemplares de plata, denarios, hasta la época de Caracalla.

que pertenecen a tesorillos están insertas en atesoramientos que se remontan el de Borralheira, hasta Nerón; el de Lugo, hasta Vespasiano y el de Torreblanca hasta Nerva, todo lo cual resulta normal en este tipo de hallazgos. Esto nos hace ver que las piezas anteriores a la reforma de Nerón son rarísimas ⁽¹⁴⁾, lo mismo ocurre con las muestras de Domiciano y Nerva, faltando igualmente, como en la mayoría de los casos, los ejemplares de Cómodo ⁽¹⁵⁾, que son de una extraordinaria rareza. Las muestras predominantes en la primera mitad del siglo m d.C. corresponden a las emisiones severas que además presentan una gran dispersión ⁽¹⁶⁾.

El segundo apartado está constituido por cinco numismas que se encuentran comprendidos entre los años 258 y 270, habiendo sido emitidos 3 por Galieno, uno de los cuales pertenece a un tesorillo que comienza con Filipo I y está constituido todo él por antoninianos con la única excepción de esta pieza de oro, tesorillo aparecido en Serra do Condão ⁽¹⁷⁾; los otros dos están, igualmente, formando parte ya no de un tesorillo monetario, sino de un tesoro formado además por otro tipo de piezas, anillos, pendientes, lingotes de oro, etc. ⁽¹⁸⁾, estas muestras pertenecen a la serie de cabezas radiadas ⁽¹⁹⁾, que aparecen durante el reinado

⁽¹⁴⁾ S. BOLÍN, *State and Currency in the Roman Empire to 300 A.D.*, Stockholm, 1958, p. 191; J. P. CALLU, *La Politique Monétaire des Empereurs Romains de 238 à 311*, Paris, 1969, p. 424-425; A. KUNISZ, *Quelques remarques sur la réforme monétaire de Nerón*, «Dévaluations a Rome», I, Roma, 1978, p. 89-97; D. W. MAC DOWALL, *The Western Coinages of Nero*, New York, 1979, p. 31-35 y 135-140; E. LO CASCIO, *La Riforma monetaria di Nerone: Vevidenza dei ripostigli*, «M.E.F.R.A.», 92, 1, 1980, p. 445-470.

⁽¹⁵⁾ J. P. CALLU-X. LORiot, *Trouvailles isolées de monnaies d'or en Gaule romaine: premières estimations*, «B.S.F.N.», 35, 10, 1980, p. 783.

⁽¹⁶⁾ P. LE GENTILHOMME, *Les aurei du trésor découvert à Rennes en 1774. Essai sur la circulation de la monnaie d'or au IIP siècle*, «R.N.», 1943, p. 20-21.

⁽¹⁷⁾ M. DE CASTRO HIPÓLITO, *dos Tesouros de Moedas Romanas em Portugal*, «Conimbriga», II-III, 1960-1961, p. 109-110.

⁽¹⁸⁾ A. RAMOS FOLQUÉS, *Mapa arqueológico del término municipal de Elche (Alicante)*, «A.E.A.», XXVI, 88, 1953, p. 335 y 342.

⁽¹⁹⁾ HCC., IV, p. LIX: son los conocidos como dobles áureos, por su cabeza radiada. En 260-264, el áureo laureado se emite en menor

de Treboniano Galo ⁽²⁰⁾, perdurando hasta la etapa de gobierno personal de Galieno, corto período en el que pierden 1,25 grs. ⁽²¹⁾; las tres monedas fueron acuñadas en la segunda parte del mandato del emperador Galieno ⁽²²⁾. De los otros dos ejemplares, uno de ellos ha sido emitido por Postumo ⁽²³⁾ y fue hallado en Ablitas ⁽²⁴⁾, mientras que el otro acuñado por Claudio II ⁽²⁵⁾, apareció en Porcuna ⁽²⁶⁾.

De los numismas de este segundo apartado, los de Galieno aparecen formando parte de acumulaciones monetarias, sin embargo los que pertenecen a Postumo y Claudio II corresponden al grupo de hallazgos sueltos. Solamente uno de ellos, el de Postumo, pertenece a un emperador que gobernará fuera de Roma, concretamente en la Galia. Es interesante constatar que predominan ampliamente los ejemplares emitidos por el Imperio Central sobre los de los usurpadores, contrariamente a lo que sucede en la Galia y en Britannia, donde hay una mayor abundancia de piezas emitidas por los emperadores galos ⁽²⁷⁾, como es razonable, lo cual

cantidad que el radiado acuñado en Roma para los *congiaria* y en Mediolanum para los soldados. Posteriormente, en 265-266, momento de la gran inflación del antoniniano en época de Galieno, el peso de las piezas laureadas cae extraordinariamente, J. P. CALLU, *La Politique Monétaire des Empereurs...*, op. cit., p. 435 y 478.

⁽²⁰⁾ HOC., III, p. CIV.

⁽²¹⁾ J. P. C. KENT, *Gallienae Augustae*, «N.C.», 1973, p. 65.

⁽²²⁾ El tipo de piezas radiadas fue introducido abundantemente, como múltiplos de oro, lo cual dio lugar a la caída del peso de los áureos laureados, L. DE BLOIS, *The Policy of the Emperor Gallienus*, Leiden, 1977, p. 88.

⁽²³⁾ Con Postumo las piezas de oro, áureos, presentan una mayor solidez, J. P. CALLU, *La Politique Monétaire des Empereurs...*, op. cit., p. 478.

⁽²⁴⁾ F. MATEU Y LLOPIS, *Hallazgos Monetarios III*, «Ampurias», VI, 1944, p. 227, n.º LXXXIII.

⁽²⁵⁾ Durante la etapa de Claudio II, se observa una revaluación del áureo, J. P. CALLU, *La Politique Monétaire des Empereurs...*, op. cit., p. 478; HOC., IV, p. XIII.

⁽²⁶⁾ S. DE LOS SANTOS GENER, *Museo Arqueológico de Córdoba*, «M.M.A.P.», 1940, p. 60.

⁽²⁷⁾ F. H. THOMPSON, *A Hoard of Antoniniani from Agden near Altrincham, Cheshire*, «N.C.», 1962, p. 143-155; C. G. BOON, *The Erw-Hên*

nos indica que la influencia del gobierno galo sobre Hispania fue insignificante o nula. La aparición de esta última moneda en el Norte de la Península, en Ablitas, entra dentro de la lógica, ya que esta zona se encuentra más próxima al centro emisor, la Galia; otros tres ejemplares aparecieron en el Sur de Hispania, los dos radiados de Galieno y el de Claudio II, mientras que en la zona occidental tenemos un solo ejemplar, que como hemos dicho más arriba forma parte de un tesorillo monetar.

Durante el período en estudio, que cronológicamente corresponde a un siglo, casi completo, hemos visto que aparecen exclusivamente 15 piezas, las cuales se encuentran agrupadas en dos momentos del siglo, con una pieza equidistante de ambos grupos, el uno de finales del siglo n — comienzos del m y el otro de la década de los 60.

En su mayor parte, es decir el 73,55%, los numismas proceden de tesorillos, por lo que podemos pensar que este tipo de moneda se guardaba por su valor intrínseco y no por su valor fiduciario. Igualmente el hecho de que la mayoría de las piezas se encuentren en el primer grupo nos indica que en esa etapa hay un conjunto de ciudadanos que tienen una mayor capacidad adquisitiva, siendo sus poseedores personajes relevantes posiblemente, ya que el acceso a este tipo de moneda indicaba una categoría social desahogada, al tiempo que marcaba con un cierto prestigio ⁽²⁸⁾; en el segundo apartado las muestras se encuentran más distribuidas, como muy bien pudo estarlo la posibilidad de compra tan degradada.

Contemplando ambos grupos en su entorno monetario observamos que mientras el primero se encuentra inmerso en una corriente monetar de menor entidad cuantitativa, si bien de

Treasure Trove of Roman antoniniani, «N.C.», 1966, p. 157-163; R. A. G. CARSON, *Beachy Head Treasure Trove of Roman Imperial Coins at Bullock Down*, «N.C.», 1968, p. 67-81; J. LAFAURIE, *Vempire Gaulois. Apport de la numismatique*, «A.N.R.W.», II, 2, 1975, p. 853-1012; J. P. CALLU-X. LORiot, *Trouvailles isolées de monnaies d'or en Gaule romaine...*, op. cit., p. 783; J. LAPORT, *Monnaies d'or romaines dans le département du Gers*, «B.S.F.N.», 37, 8, 1982, p. 283.

⁽²⁸⁾ M. CORBIER, *Remarques sur la circulation monétaire au III^e siècle*, «B.S.F.N.», 35, 10, 1980, p. 796.

mayor calidad, puesto que junto a ellos se encuentran los denarios, que aunque en estos momentos ya han sufrido los avatares de la inflación, disminución de peso y calidad ⁽²⁹⁾, todavía mantienen su fuerza en el mercado; del mismo modo que están presentes las monedas de bronce, de las que hay constancia de los tres tipos: sestercios, dupondios y ases. Los áureos de este período vemos que están incluidos dentro de una circulación plural de numismas, comprobándose a través de los tesorillos que han sido acumulados, apartados de la circulación, de acuerdo con la ley de Gresham. Por otra parte tenemos, en el segundo apartado, que las piezas áureas están rodeadas de gran cantidad de otros ejemplares, pero de mala calidad ⁽³⁰⁾, en su circulación.

Por consiguiente, en esta época con respecto a la anterior tenemos un aumento cuantitativo aunque no cualitativo del monetario. Es el momento en que llega la unificación de la moneda cuya base es el antoniniano; desapareciendo de la circulación todos los demás tipos de acuñación, que se encuentran raramente y de forma casi testimonial ⁽³¹⁾.

A través de lo expuesto podemos decir que durante el siglo m d.C. las piezas de oro se acuñaron poco y con escasez, pasándose de la época de los Severos hasta el período de Galieno, emperadores galos y Claudio II ⁽³²⁾ con un solo ejemplar, todo lo cual entra dentro de lo racional, no siendo ajena esta laguna a la

⁽²⁹⁾ J. GUEY, *La dévaluation du denier romain sous Septime Sévère*, «B.S.A.F.», 1952-1953, p. 89-91; J. GUEY, *La dévaluation du denier sous Septime Sévère*, «B.S.F.N.», 15, 1960, p. 422; J. GUEY, *Ualoí du denier romain de 177 a 211 après J. C.*, «R.N.», YI, 4, 1962, p. 73-140.

⁽³⁰⁾ Hay una extraordinaria calda del peso y de la ley del antoniniano durante la etapa correspondiente a los reinados de Galieno y Claudio II, cfr. P. LE GENTILHOMME, *Variations du titre de Vantoninianus au IIP siècle*, «R.N.», VI, 4, 1962; M. CHRISTOL, *Effort de guerre et ateliers monétaires de la peripherie au IIP s. ap. J. C. Vatelier de Cologne sous V alérien et Gallien*, «Armées et Fiscali té dans le Monde Antique», París, 1977, p. 262; «H.C.C.», IV, p. XIII-XIV.

⁽³¹⁾ H. HUYELIN, *A propos des multiples d'or de Claude II*, «B.S.F.N.», 30, 2, 1975, p. 719.

⁽³²⁾ J. P. CALLU, *La Politique Monétaire des Empereurs...*, op. cit., p. 428.

Galia ⁽³³⁾, donde, igualmente, tanto los tesorillos de áureos como las piezas sueltas, correspondientes al período en estudio, están en inferioridad en relación con otras etapas, tanto anteriores como posteriores.

En la primera época hemos visto que predomina la forma de hallazgo en tesorillos, remontándose las piezas de estos hasta Néron ⁽³⁴⁾, siendo raras las monedas anteriores a la reforma llevada a cabo por este emperador; de Calígula no tenemos ningún ejemplar y de Nerón hay solamente un numisma emitido durante su primera etapa ⁽³⁵⁾, concretamente de 54-55 d.C. ⁽³⁶⁾. Desde el momento de su reforma hay un importante incremento de la acuñación de áureos que durará hasta el último período del siglo ii d.C., con Marco Aurelio va a tener lugar el comienzo de una prolongada y profunda caída que llevará casi a su desaparición durante la etapa que estamos analizando.

A lo largo del siglo en estudio podemos comprobar que hay una gran restricción de la circulación del oro, llegando casi a su eliminación de los circuitos monetarios, lo cual queda constatado por la falta casi total de hallazgos, siendo su razón la menor producción de ejemplares de este material, así como su salida de la circulación al ser utilizados en la confección de joyas ⁽³⁷⁾, pendientes, pulseras y demás objetos de exhibición y de lujo. Parece ser que la utilización de los áureos montados sobre joyas se generalizó durante el curso del siglo m d.C., dando lugar a una forma de atesoramiento ⁽³⁸⁾ al tiempo que resultaba ser una moda;

⁽³⁵⁾ J. HIERNARD, *Las monnaies d'or romaines en Poitou, Angoumois et Saintonge*, «B.S.F.N.», 35, 6, 1980, p. 709; J. P. GALLU-X. LORIOT, *Trouvailles isolées de monnaies d'or en Gaule romaine*..op. cit., p. 783; B. REMY, *Monnaies d'or romaines du departement de la Haute-Loire*, «B.S.F.N.», 37, 9, 1982, p. 239.

⁽³⁴⁾ M. HELENO, *O Tesouro da Borrallheira*.op. cit., p. 223.

⁽³⁵⁾ F. MATEU Y LLOPIS, *Hallazgos Monetarios VI*, «Ampurias», XIII, 1951, p. 227, n.º 352.

⁽³⁶⁾ «B.M.C.», I, p. 200-201, n.º 4-5.

⁽³⁷⁾ J. P. CALLU, *La Politique Monétaire des Empereurs...*, op. cit., p. 428.

⁽³⁸⁾ J. HIERNARD, *Uinterpretation des trouvailles d'aurei romains au III^e siècle: Vexemple des empereurs gaulois*, «Studien zu Fundmünzen der Antique», 1, 1976, p. 39-77.

esto provocó una tendencia a la desmonetización como consecuencia de la ralentización de la circulación del numerario de oro ⁽³⁹⁾.

Los tesorillos de áureos proceden de grandes fortunas privadas, o bien de las cajas de la administración civil o militar, por lo que son las piezas aisladas las que nos indican con mayor claridad y seguridad el tipo de circulación ⁽⁴⁰⁾.

En esta época hay una gran descentralización de las acuñaciones en función de que las emisiones siguen los movimientos del emperador, Galieno, en sus desplazamientos con su cuartel general, como consecuencia de las guerras ⁽⁴¹⁾.

A medida que nos adentramos en el siglo m el oro es sustituido en la tesaurizaciones por los denarios ⁽⁴²⁾ y posteriormente éstos por los nuevos tipos de acuñación, los antoninianos.

En el último tercio del siglo, que estamos analizando, hay una renovación con Aureliano, la cual tendrá un fuerte impulso con Diocleciano para desarrollarse ampliamente con Constantino.

⁽³⁹⁾ X. LORiot, *Bijoux monétaires du III^e siècle. I Le collier du Vieil-Evreux (Eure)*, «B.S.F.N.», 38, 1, 1983, p. 265.

⁽⁴⁰⁾ J. P. CALLU-X. LORiot, *Trouvailles isolées de monnaies d'or en Gaule romaine...*, op. cit., p. 781.

⁽⁴¹⁾ P. LE GENTILHOMME, *Les aurei du trésor découvert à Rennes...*, op. cit., p. 24.

⁽⁴²⁾ M. CILISTOL, *Effort de guerre et ateliers monétaires de la Peripherie...*, op. cit., p. 253.

SÁLETE DA PONTE

Conservadora do Museu Monográfico de Conimbriga

ALGUMAS PEÇAS METÁLICAS DE NECRÓPOLES ROMANAS DOS DISTRITOS DE PORTALEGRE E DE ÉVORA

«Conimbriga», XXV (1986), p. 99-129

RESUMO: A autora publica oitenta e oito peças metálicas de necrópoles dos distritos de Portalegre e de Évora, a maioria das quais ilustradas por Abel Viana e A. Dias de Deus, existentes no museu do Paço Ducal de Vila Viçosa. À falta de informação precisa sobre a escavação de cada enterramento, este estudo refere problemas tipológicos e debruça-se sobre as funções que os objectos desempenhavam na vida quotidiana.

RÉSUMÉ : L' auteur reprend l'étude de quatre-vingt-huit objets métalliques de nécropoles situées dans les circonscriptions portugaises de Portalegre et d'Évora. Faute d'information précise sur la fouille de chaque enterrement, cette étude se borne aux problèmes de typologie et de la fonction que les objets accomplissaient dans la vie quotidienne.

(Página deixada propositadamente em branco)

ALGUMAS PEÇAS METÁLICAS DE NECRÓPOLES ROMANAS DOS DISTRITOS DE PORTALEGRE E DE ÉVORA

Reunimos neste trabalho 88 peças metálicas provenientes de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre⁽¹⁾ e de Évora⁽²⁾; estes objectos, à excepção de quatro fíbulas ⁽³⁾, encontram-se no museu do Paço Ducal de Vila Viçosa ⁽⁴⁾.

Estas necrópoles foram parcialmente exploradas entre 1949 e 1953 por Abel Viana e A. Dias de Deus⁽⁵⁾; forneceram diversas

f¹⁾ As necrópoles do *Padrão* (freg. da Ajuda), da *Chaminé* (freg. de Vila Fernando), *Horta das Pinas* (freg. de Aventosa), *Torre das Arcas* (freg. de São Brás, de Eivas) e *Serrones* (freg. de Vila Fernando) pertencem ao concelho de Eivas, distrito de Portalegre.

f²⁾ A necrópole do *Padrãozinho* situa-se na freguesia de Ciladas, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.

f³⁾ Quatro fíbulas da necrópole da *Chaminé* acham-se no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Lisboa). Foram incluídas neste trabalho para ficarem reunidas ao material metálico da mesma necrópole existente no museu de Vila Viçosa.

f⁴⁾ Neste museu encontra-se o mobiliário funerário das necrópoles do *Padrão*, *Horta das Pinas*, *Serrones*, *Padrãozinho* e *Torre das Arcas*.

f⁵⁾ Cf. ABEL VIANA y ANTÓNIO DIAS DE DEUS, *Necropolis Celtico-Romanas del Concejo de Eivas (Portugal)*, «Archivo Español de Arqueologia», Madrid, 1950, 80, p. 229-253 (= VIANA y DIAS DE DEUS, *Necropolis*, p. 229-230); cf. ABEL VIANA y ANTONIO DÍAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis celtico-romanas de la region de Elvas (Portugal)*, «Archivo Español de Arqueologia», Madrid, 1955, 1.º semestre, p. 33-68 (= VIANA y DÍAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 33); cf. ABEL VIANA y ANTONIO DÍAS DE DEUS, *Necropolis de la Torre das Arcas*, «Archivo Español de Arqueologia», Madrid, 1955, 2.º semestre, p. 244-265 (= VIANA y DÍAS DE DEUS, *Torre das Arcas*, p. 244); cf. ABEL VIANA y ANTÓNIO DIAS DE DEUS, *Crónica del VI Congreso Arqueo-*

espécies de mobiliário funerário, tanto de sepulturas de incineração como de inumação. A descrição incompleta desses enterramentos não permite identificar o espolio de cada sepultura. Apresentamos por isso os objectos por categorias funcionais.

As peças ilustradas estão reproduzidas à escala de 2:3.

1. Instrumentos de carpintaria

Os objectos n.ºs 1 a 6 são ferramentas de carpinteiro, marceneiro ou tanoeiro.

O punção n.º 1 servia para marcar pontos nas linhas previamente traçadas na madeira; a enxó (n.ºs 2-3), para desbastar a madeira; o martelo de pena (n.º 4), para percutir directamente nos instrumentos auxiliares ou para repuxar o metal ;a grossa (n.ºs 5-6), para alisar os objectos em fase de acabamento. Estes objectos pertencem a três sepulturas ⁽⁶⁾, duas das quais são seguramente de inumação: as sepulturas n.ºs 26 e 51 da necrópole de Torre das Arcas. A primeira forneceu, além de três ferramentas (n.ºs 1, 4-5), nove cravos de ferro e alguns fragmentos de cerâmica que não permitem datá-la; a segunda continha uma enxó (n.º 2), uma grossa (n.º 6), duas bilhas, um púcaro e uma lucerna de canal curto ⁽⁷⁾; a presença desta lucerna no mobiliário funerário permite-nos fixar um «terminus post quem» à sepultura n.º 51 nos finais do séc. m d.C.-inícios do iv d.C. ⁽⁸⁾. A enxó n.º 3 foi

logico del Sudeste, Alcoy, 1950, p. 89-105 (= VIANA y DEUS, *VI Congreso Arqueológico*); cf. ANTÓNIO DIAS DE DEUS, P.º HENRIQUE DA SILVA LOURO e ABEL VIANA, *Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Eivas*, «III Congresso Arqueológico Nacional», Galicia, 1953, p. 568-578. (= DEUS y VIANA, *Região de Eivas*).

⁽⁶⁾ Cf. VIANA y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 250 e 264.

⁽⁷⁾ Cf. VIANA y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 252, fig. 5, n.º 36.

⁽⁸⁾ Cf. CLAUDETTE BELCHIOR, *Lucernas romanas de Conimbriga*, Conimbriga, 1969 (= BELCHIOR, *Lucernas Romanas*), p. 73-74, Est. XXIV, 1; cf. ADÍLIA M. ALARCÃO e SÁLETE DA PONTE, *As lucernas romanas do Paço Ducal de Vila Viçosa*, «Conimbriga», Coimbra, 1976, vol. XV, p. 73-90 (A. ALARCÃO e S. PONTE, *Vila Viçosa*, p. 77-78, n.º 36).

encontrada, com mais duas ferramentas não ilustradas ⁽⁹⁾, na sepultura 106 da necrópole do Padrãozinho ⁽¹⁰⁾.

As ferramentas n.ºs 1-6, dispersas pelas três sepulturas, indicam que os mortos exerciam as profissões de carpinteiro e/ou de tanoeiro.

1. Punção. Ferro. Compr. 140 mm.
Gabo de secção quadrangular, ponía larga e romba (cf. VIANA y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 250, sepult. 26, fig. 8, 117). Prov. Torre das Arcas.
2. Enxó. Ferro. Compr. 185 mm.
Lâmina triangular com face e arestas côncavas. Punho de secção quadrangular e com ressalto; é envolvido interiormente por uma chapa dobrada em U que lhe é perpendicular e se fixa por meio de três pregos (cf. VIANA y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 252-254, sepult. 51, fig. 8, 117). Prov. Torre das Arcas.
3. Id. Compr. 215 mm.
Semelhante à anterior, mas de maiores proporções (cf. VIANA y DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 52, sepult. 106, fig. 11, 147 e 147a). Prov. Padrãozinho.
4. Martelo de pena. Ferro. Compr. 150 mm.
Dois braços opostos, em posição horizontal e separados a meio por um encabadouro circular; um dos braços é de secção octogonal e termina numa cabeça arredondada e rebatida; o outro forma uma lâmina trapezoidal, de secção quadrangular e de gume convexo (cf. VIANA y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 250, sepult. 26, fig. 8, 117). Prov. Torre das Arcas.
5. Lima. Ferro. Compr. 189 mm.
Lâmina de secção rectangular com vestígios de ranhuras nas quatro faces. Espigão partido (cf. VIANA y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 250, sepult. 26, 117). Prov. Torre das Arcas.
6. Id. Compr. 235 mm.
Semelhante à anterior, mas de maiores proporções (cf. VIANA y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 250, sepult. 51, fig. 8, 117).

⁽⁹⁾ Cf. VIANA y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 52, fig. 11, n.º 145-145a e 146-146a (enxó-goiva e escopro/cinzel). A primeira é usada habitualmente pelo tanoeiro.

⁽¹⁰⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 52.

2. Instrumentos agrícolas

O uso destes instrumentos na época romana é largamente documentado, tanto pelas fontes escritas, como pelos exemplares encontrados em diversas estações arqueológicas ^(u).

A podoa (n.º 7) e a foicinha (n.º 8) destinavam-se a duas tarefas agrícolas bem concretas e distintas: uma — *falcua ruscaria* ou *rustaria* — servia para o corte da madeira, limpeza e enxertia da vinha; outra — *falx messoria* — servia para o corte de ervas de pasto ou gramíneas.

A podoa apareceu associada a um prato e dois potes ⁽¹²⁾; pelo restante mobiliário, a sepultura deverá situar-se entre o séc. i e o ui d.C. ⁽¹³⁾.

7. Podoa. Ferro. Compr. 128 mm.

Lâmina de secção quadrangular com vestígios de ponta recurvada. Espigão de secção rectangular (cf. VIANA Y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 248, sepult. 12, fig. 8, 117). Prov. Torre das Arcas.

8. Foicinha. Ferro. Compr. 82 m.

Lâmina em forma de crescente e punho curto; este é envolvido por uma placa de ferro dobrada em U que se fixava ao cabo de madeira por meio de rebites (cf. VIANA Y DEUS, *Nuevas Necropolis*, ñg. 11, n.º 172). Prov. Padrãozinho.

3. Equipamento militar

Os n.º 9 a 23 pertencem ao equipamento militar romano.

A lança (*hasta*) e o dardo (*pilum*) constituíam as principais armas do legionário romano ⁽¹⁴⁾; uma (n.º 9) actuava como verda-

^(u) Cf. ID., *ibidem*, p. 39-44; K. D. WHITE, *Farm Equipment of the Roman World*, Cambridge, 1975; cf. K. D. WHITE, *Agricultural Implements of the Roman World*, Cambridge, 1957.

⁽¹²⁾ Cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Torre das Areas*, p. 246, fig. 6, 54, fig. 7, 79 e fig. 8, 98.

⁽¹³⁾ Cf. JEANNETTE U. SMITH NOLEN, *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa, 1985, cat. 496, tipo 3b (n.º 79).

⁽¹⁴⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga*, VII, p. 85-90.

deira arma de choque; a outra (n.^{os} 10-11) como arma de arremesso, a curta (*pilum*) ou a longa distância (*pilum catapultarium*). A lança era também usada como arma de combate corpo a corpo ou de combate a distância. O dardo constituía a principal arma de infantaria. Esta arma tornou-se, a partir de Mário, mais adaptada ao alvo a que se destinava, quer se tratasse de um arremesso manual (*pilum*), quer balístico (*pilum catapultarium*).

Os nossos exemplares (n.^{os} 10-11) constituem, por assim dizer, dois tipos bem diferentes de dardos: um (n.^o 10) é maior e mais pesado que o segundo (n.^o 11), este mais curto e delgado. Por outro lado, este último exemplar constitui um tipo de dardo muito antigo ⁽¹⁵⁾.

A ponta de lança (n.^o 9) e o dardo (n.^o 10) apareceram na sepultura n.^o 20 da necrópole de Torre das Arcas ⁽¹⁶⁾, sem qualquer outro espólio funerário. O túmulo, formado por tégulas, já não tinha tampa nem tão pouco vestígios de cinzas e de ossos. Daí o ignorarmos qual possa ter sido o rito funerário usado. Por outro lado, estas duas armas sugerem-nos uma cronologia aproximada da 2.^a metade do séc. I d.C.-inícios do séc. II d.C. ⁽¹⁷⁾.

O n.^o 12 é uma lâmina rectangular que servia de guarda de uma espada romana. Este objecto foi achado na necrópole da Herdade da Chaminé ⁽¹⁸⁾.

Os outros objectos metálicos (n.^o 13 a 23) permitiam, por seu turno, o funcionamento da armadura do legionário: passadores de correia (n.^{os} 13-14), fivelas (n.^{os} 15-19), botões (n.^{os} 20-21) e placas de cinturão (n.^{os} 22-23). Destacaremos, deste conjunto, somente

⁽¹⁵⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 89, Est. XIX, n.^o 31-39.

⁽¹⁶⁾ Cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Torre das Arcas*, p. 248, fig. 8, 117.

⁽¹⁷⁾ Cf. ULRICH FISCHER, *Grabungen im römischen Steinkastell von Heddernheim 1957-1959*, Frankfurt, 1973 (= FISCHER, *Heddernheim*), p. 22-23, 110, fig. 28, n.^o 1 (hasta); cf. GUNTER ULBERT, *Das Fruhrömische Kastell Rheingonheim*, Berlim, 1969 (= ULBERT, *Rheingonheim*), p. 51, Est. 46, n.^o 1-5 (*pilum*); cf. GUNTER ULBERT, *Die Römischen Donan- Kastelle Aislingen und Burghofe*, Berlim, 1959 (= ULBERT, *Aislingen und Burghofe*), p. 76, Est. 27, n.^{os} 1-2 (*pilum*); cf. *Fouilles de Conimhriga*, VII, p. 89-90, Est. XIX, n.^{os} 31 a 39 (*pilum*).

⁽¹⁸⁾ Cf. António Dias de DEUS, P.^e Henrique da Silva LOURO e Abel VIANA, *Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Eivas*, «III Congresso Arqueológico», Galicia, 1953, p. 568-578 (Est. III, n.^o 18).

uma fivela de bronze (n.º 17) e urna placa de cinturão (n.ºs 22.1 a 22.3), fragmentada em cinco elementos ⁽¹⁹⁾, únicos exemplares associados a outro espólio funerário bem datado ⁽²⁰⁾; assim, a fivela de bronze (n.º 17) apareceu reunida a recipientes de sigillata hispânica P), de paredes finas e de cerâmica comum ⁽²²⁾, atribuíveis à 2.ª metade do séc. i d.C. ou à 1.ª metade do séc. n d.C.. Por outro lado, este tipo de fivela surge com regularidade entre a 1.ª metade do séc. i d.C. e a 2.ª metade do II d.C. ⁽²³⁾, tanto na indumentária militar, como na civil. Este facto permite-nos atribuir à sepultura n.º 27 da necrópole da Herdade de Serrones ⁽²⁴⁾ um «terminus post quem» fixado entre a 1.ª metade do séc. i d.C. e a 2.ª metade do n d.C.

Das cinco placas de bronze, ilustramos três, as mais bem conservadas; uma delas possui um desenho figurativo finamente

⁽¹⁹⁾ Cf. Abel VIANA e António Dias de DEUS, *Campos de Urnas do Concelho de Eivas. Paço Ducal de Vila Viçosa. Materiais da Secção Arqueológica*, Coimbra, 1958 (= VIANA E DIAS DE DEUS, *Campos de Urnas*, sepult. 7, p. 6-7 e 61, Est. XII, n.º 252).

⁽²⁰⁾ Cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, sepult. 27, p. 60, fig. 16, n.º 18/47; n.ºs 27 e 30; fig. 18, n.º 47; fig. 19, n.º 77; fig. 20, n.ºs 136-137; cf. VIANA E DIAS DE DEUS, *Campos de Urnas*, sepult. 7, p. 6 e 37, fig. 21 (= 22.1 a 22.3).

⁽²¹⁾ Cf. A. MOUTINHO de ALARCÃO, *Algumas peças de «terra sigillata» na secção arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa*, «Conimbriga» yol. II-III, 1961, p. 181-201 (= A. ALARCÃO, «Terra Sigillata», p. 192, Drag. 36; p. 195, Drag. 27 e p. 199, Drag. 29). A autora sugere para a primeira peça o séc. i d.C., para a segunda o séc. n d.C., e a última coloca-a nos finais do séc. i-começos do séc. II d.C. (?). Não há a certeza de as formas Drag. 36 pertencerem à necrópole da Herdade de Serrones.

⁽²²⁾ Cf. J. NOLEN, *Necrópoles do Alto Alentejo*, sepult. 27, n.ºs 64 (bilha), 328 (tijela) e 399 (tacinha). A autora sugere para a primeira peça uma data entre a 2.ª metade do séc. i d.C. e a 1.ª metade do séc. II; a segunda recairia na 2.ª metade do séc. i d.C. até data desconhecida; a terceira é situada entre o período flaviano e a 1.ª metade do séc. n d.C. No mesmo texto observa que «as dos tazas de barro branco con barbotina» referidas por Abel VIANA e DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 60, correspondem a duas tazas de «paredes finas» datáveis entre os meados do séc. I e o primeiro quartel do séc. II.

⁽²³⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 96, Est. XX, n.ºs 60-64.

⁽²⁴⁾ Cf. Abel VIANA y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 60.

recortado. No topo destas placas conservam-se ainda pequenos espigões que permitiam fixá-las à tira de couro do próprio cinturão. Estas placas aparecem associadas a uma lucerna de bico redondo, de tipo Loeschke VIII ⁽²⁵⁾, o que permite datar a sepultura n.º 27 da necrópole do Padrão ⁽²⁶⁾ entre a 2.ª metade do séc. i d.C. e a 1.ª metade do séc. n d.C. Este enterramento de incineração constava de uma simples cova aberta na rocha xistosa e coberta com um pequeno montículo de pedras.

Os restantes objectos metálicos reportam-se só às necrópoles da Herdade da Chaminé (n.ºs 13-14, 19, 21 e 23), do Padrãozinho (n.ºs 15-16) e da Horta das Pinas (n.ºs 18 e 20), sem qualquer indicação do número da sepultura a que pertenciam.

Para os exemplares n.ºs 15-16 e n.ºs 18-19 conhecemos alguns paralelos aproximados de sítios romanos que nos permitem datá-los do Baixo Império ⁽²⁷⁾.

9. Ponta de lança. Ferro. Compr. 245 mm.

Lâmina em forma de folha estreita, vagamente cordiforme. Gabo em alvado (cf. VIANA Y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 248, sepult. 20, fig. 8, 117). Prov. Torre das Arcas.

10. "Dardo. Ferro. Compr. 183 mm.

Cabeça romboidal robusta e cabo maciço, de secção circular (cf. VIANA Y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 248, sepult. 20, fig. 8, 117). Prov. Torre das Arcas.

11. Id. Ferro. Compr. 116 mm.

Tem forma losangonal com duas pontas afiadas (cf. VIANA Y DEUS, *VI Congreso Arqueológico*, fig. 22, Est. XV, 7). Prov. Herdade da Chaminé.

⁽²⁵⁾ Cf. BELCHIOR, *Lucernas Romanas*, p. 52-53, Est. XIII, 1; cf. Jorge ALARCÃO, Manuela DELGADO, Françoise MAYET, Adília Moutinho ALARCÃO e Sálete da PONTE, *Céramiques Diverses et Verres* (Fouilles de Conimbriga, VI), Paris, 1976, p. 98-99 (— *Fouilles de Conimbriga, VI*).

⁽²⁶⁾ Cf. VIANA e DIAS DE DEUS, *Campos de Urnas*, p. 6 e 37.

⁽²⁷⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 97, n.º 70-77 (fívelas e fusilhões); cf. DAVID S. NEAL, *The excavation of the Roman Villa in Gadebridge Park, Hemel Hempstead 1963-8*, Londres, 1974, p. 94, fig. 55, n.º 36 (fívela), (= NEAL, *Gadebridge Park*). Este autor data o exemplar dos finais do séc. ni d.C.; cf. Gunter ELBERT, *Aislingen und Burghofe*, p. 73, Est. 18, ii.º 24; cf. BARRY CUNLIFFE, *Excavations at Fishbourne*, Leeds, 197*1, p. 110, fig. 44, n.ºs 92-93. O autor classifica os dois exemplares dos finais do séc. m d.C.

12. Guarda de espada. Ferro. Inv. n.º 1669. Dim.: 75x20 mm.
Travessão rectangular com os lados convexos e rectilíneos; abertura oval (cf. DEUS y VIANA, *Região de Elvas*, Est. III, 18). Prov. Herdade da Chaminé.
13. Passador de correia. Bronze. Compr. 56 mm.
Haste curta, de secção circular com as extremidades terminadas em botões cónicos e facetados. Prov. Herdade da Chaminé.
14. Id. Frag. Compr. 22 mm.
Resta parte do eixo e um botão volumoso (cf. VIANA y DEUS, *Necropolis*, fig. 5, n.º 4). Prov. Herdade da Chaminé.
15. Fivela. Bronze e ferro. Diâm. 21x18 mm.
Aro em forma de D, com o eixo envolvido pela argola do fusilhão. Prov. Padrãozinho.
16. Id. Bronze. Diâm. 30x28 mm.
Aro em forma de D, travessão rectilíneo e extremidades coroadas em botão. Prov. Padrãozinho.
17. Id. Cobre e ferro. Diâm. 35x38 mm.
Aro e secção quadrangulares, em cujas extremidades perfuradas se distinguem vestígios do eixo (cf. VIANA y DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 60, sepult. 27, flg. 11, 151). Prov. Serrones.
18. Id. Bronze e ferro. Diâm. 35x43 mm.
Aro com duas janelas frontais e separadas por um travessão rectilíneo. Resta parte do fusilhão. Prov. Horta das Pinas.
19. Id. Bronze. Compr. 36 mm.
O fusilhão é escudiforme, tem dois entalhes na parte superior e é decorado com pontilhado. Na face posterior resta parte do gancho para fixação. Prov. Herdade da Chaminé.
20. Botão. Bronze. Inv. n.º 2036. Diâm. botão: 24 mm.
Compr. cor: 10 mm. Placa: 29 mm.
Disco com decoração incisa e radiada; prende-se a um travessão por meio de uma corrente. Prov. Horta das Pinas. ²¹
21. Id. Frag. Inv. n.º 1788.
Conserva apenas o travessão ou punho (cf. VIANA y DEUS, *Necropolis*, fig. 19, n.º 52). Prov. Herdade da Chaminé.

22. *Placas de cinturão*

1. Bronze. Dim. 51X43 mm.
Folha rectangular de bronze fundida em molde com motivo zoomórfico revestido a ouro. A orla conserva vestígios de ferro (cf. VIANA Y DEUS, *Campos de Urnas*, p. 61, sepult. 7, Est. XII, n.º 252). Prov. Herdade do Padrão.
 2. Id. Dim. 51 X37 mm.:
Folha rectangular com um pequeno orifício no canto superior direito (cf. VIANA Y DEUS, *Campo de Urnas*, p. 61, sepult. 7, Est. XII, n.º 252). Prov. Herdade do Padrão.
 3. Id. Dim.: 50x25 mm.
Semelhante à anterior, mas de tamanho mais reduzido (cf. VIANA Y DEUS, *Campos de Urnas*, p. 61, sepult. 7, Est. XII, n.º 252). Prov. Herdade do Padrão.
23. Suporte de correia. Ferro. Gompr. 98 mm. Larg. 26 mm.
Duas lâminas ligeiramente côncavas com as extremidades partidas; uma delas conserva apenas os recortes geométricos para o embutido de outro metal (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 250, fig. 19, n.º 48 e 51). Prov. Herdade da Chaminé.

4. **Adorno pessoal**

Temos, assim, alfinetes de cabelo (n.ºs 24.1 a 24.4), anéis (n.ºs 25.1 a 25.3), braceletes (n.º 26), brincos (n.ºs 27.1 a 27.10), fíbulas (n.ºs 28.1 a 28.17) e agraços (n.ºs 29.1-2). Os espelhos (n.ºs 30.1 e 30.2) e as pinças (n.ºs 31.1 a 31.2) são, por assim dizer, os principais acessórios de *toilette* e adorno pessoal.

4.1. *Alfinetes de cabelo*

Os quatro alfinetes de cabelo, de prata (n.ºs 24.1-3) e de bronze (n.ºs 24.2-4) são de recorte muito simples. O pé termina numa cabeça poliédrica, esférica ou em pinhão; a cabeça dos dois últimos é formada por um fio enrolado em espiral. Este modelo aparece com regularidade em níveis estratigráficos do séc. I d.C.

k 1.^a metade do n.º d.C. ⁽²⁸⁾. Os três objectos n.ºs 24. 1, 3 e 4 foram achados na necrópole da Herdade do Padrão e o último, na necrópole de Serrones. Não há nenhuma referencia sobre as sepulturas a que pertenceriam estes alfinetes.

24. *Alfinetes*

J. Prata. Compr. 53 mm.

Cabeça em forma de poliedro e pé ligeiramente dobrado, de secção circular. Prov. Herdade do Padrão.

2. Bronze. Frag. Compr. 41 mm.

Cabeça em forma de pinhão e pé de secção circular. Prov. Herdade dos Serrones.

3. Prata. Compr. 38 mm.

Cabeça esférica, formada a partir de um fio que se enrola em espiral. O pé é de secção circular. Prov. Herdade do Padrão.

4. Bronze. Frag. Compr. 30 mm.

Semelhante ao anterior, mas bastante incompleto. Prov. Herdade do Padrão.

4.2. *Anéis*

Estes anéis (n.ºs 25.1 a 25.3) são modestos e pobres pela forma e pelo material de que são feitos — dois em bronze e um em cobre. O primeiro sugere o modelo simplificado do anel helenístico em forma de serpente enrolada ⁽²⁹⁾; o segundo é uma fita de pontas abertas e marteladas que se sobrepõem; o último apresenta um aro de recorte delgado e uma mesa losangonal.

O anel em fita (25.2) apareceu na sepultura n.º 1 de inumação da necrópole do Padrãozinho ⁽³⁰⁾. Este enterramento reunia um anel (n.º 25.2), um brinco (n.º 27.1), uma fíbula (n.º 28.16) e uma

⁽²⁸⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 129, n.ºs 129-130.

H ID., *ibidem*, p. 133, Est. XXXI, n.ºs 147-148.

⁽³⁰⁾ Cf. ABEL VIANA Y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 50, sepult. 1, fig. 11, n.º 178.

argola (n.º 48.1). A presença de urna fíbula anular no mobiliário funerário da sepultura n.º 1 permite-nos atribuir-lhe um «terminus post quem» fixado entre o séc. i d.C. e a 2.ª metade do séc. m d.C.⁽³¹⁾. Os outros objectos metálicos (n.ºs 25.1 e 25.3) são peças de superfície da necrópole da Herdade da Chaminé ⁽³²⁾.

25. *Anéis*

1. Bronze. Diâm. 34 mm.
Aro e secção circulares com as extremidades sobrepostas (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 237, fig. 5, n.º 8). Prov. Herdade da Chaminé.
2. Cobre. Diâm. 22 mm.
Aro fitiforme com as extremidades justapostas. Mesa oval, decorada a meio com uma cruz incisa (cf. VIANA Y DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 50, sepult. 1, fig. 11, n.º 178). Prov. Padrãozinho.
3. Bronze. Diâm. 25 mm.
Aro circular e mesa oval ornada com ligeiras incisões (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.

4.3. *Braceletes*

O bracelete tornou-se, na época romana, objecto de adorno comum à mulher e ao homem; este, porém, usava-o raramente, pois a sua ostentação traduzia efeminação e luxuosidade.

O bracelete da necrópole da Horta das Pinas ⁽³³⁾, de fecho por torsão, é de prata (n.º 26). Desconhecemos o número da sepultura em que foi achado, bem como o mobiliário funerário que

⁽³¹⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 120.

⁽³²⁾ Cf. ABEL VIANA Y DIAS DE DEUS, *Necropolis*, p. 237, fig. 5, n.º 8 e p. 248; fig. 18, n.º 41.

⁽³³⁾ Cf. ABEL VIANA Y DIAS DE DEUS, *Campos de Urnas*, p. 57, Est. XXIII, n.º 198.

eventualmente o acompanhava. Este modelo aparece habitualmente em níveis datados dos sécs. m-iv d.C. ⁽³⁴⁾.

26. Bracelete. Prata. Diânx. 104 mm.

Aro dobrado em círculo, fechando por torsão as extremidades (cf. VIANA Y DEUS, *Campos de Urnas*, p. 57, Est. XXIII, 198). Prov. Horta das Pinas.

4.4. *Brincos*

Na época romana, estes objectos assumiam diversas formas, algumas das quais de recorte compósito. As pedras preciosas e as pérolas impunham-se ao próprio metal de que eram feitos os brincos ⁽³⁵⁾. Este adorno, exclusivo das mulheres, constituía, por assim dizer, uma extensão do próprio penteado.

Os nossos modelos (27.1 a 27.10) são, porém, bastante sóbrios. São de bronze, à excepção de um exemplar (n.º 27.9), que é de prata. Pertencem às necrópoles da Chaminé ⁽³⁶⁾, do Padrão e do Padrãozinho ⁽³⁷⁾.

A sepultura n.º 1 do Padrãozinho continha, além do brinco com o n.º 27.1, uma fíbula anular romana (n.º 28.16), datável entre o séc. i e a 1.^a metade do m d.C. Temos dificuldade em datar este enterramento, na medida em que os vários paralelos que conhecemos para os brincos (n.ºs 27.1 a 27.10), provêm de contextos que vão do séc. i à época visigótica ⁽³⁸⁾.

⁽³⁴⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 139; cf. Norbert WALKE, *Das Römische Donaukastell Straubing-Sorviodurum* (= WALKE, *Strawbing-Sorviodurum*, p. 53-54, Est. 100, n.º 26). Este autor considera-os do período romano tardio.

⁽³⁵⁾ Cf. E. A. FRANÇA, «Conimbriga», VIII, 1969, p. 45.

⁽³⁶⁾ Cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Necropolis*, p. 248-249, fig. 18, n.º 41 (as ilustrações correspondem aos exemplares n.ºs 27.2.3.6.7.8.10).

⁽³⁷⁾ Cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis, sepult.* 1, fig. 11, n.º 181.

⁽³⁸⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 142, Est. XXXIV, n.ºs 218-222; cf. E. Avila FRANÇA, *Anéis, braceletes e brincos de Conimbriga*, «Conimbriga», VIII, 1969, p. 17-64 (p. 46, Est. III, n.º 85).

Os restantes exemplares (n.^{os} 27.2 a 27.10) são objectos de superfície.

27. *Brincos*

1. Bronze. Diâm. 21mm.
Aro ovalado, de secção circular e com as extremidades muito delgadas (cf. VIANA Y DEUS, *Nuevas Necropolis*, sepult. 1, fig. 11, n.º 181). Prov. Padrãozinho.
2. Id. Diâm. 35 mm.
Semelhante ao exemplar anterior, mas de maiores proporções (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.
3. Id. Diâm. 31 mm.
Semelhante aos anteriores, mas de proporções diferentes (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.
4. Id. Diâm. aprox. 18 mm.
Aro dobrado em círculo, torcido e com uma das extremidades decoradas com três molduras volumosas. Prov. Herdade do Padrão.
5. Id. Diâm. 29 mm.
Semelhante ao anterior mas de maiores proporções. Prov. Herdade do Padrão.
6. Id. Diâm. 18 mm.
Aro dobrado em círculo, mais delgado que os anteriores e com um dos extremos ornado por finas molduras (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.
7. Id. Diâm. 21 mm.
Semelhante ao exemplar anterior (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.
8. Id. Diâm. 29 mm.
Aro fino, circular, com um dos extremos decorado com dois troncos de cone sobrepostos (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.

9. Id. Prata. Diâm. 30 mm.
Aro circular com uma das extremidades rematada por um botão que funciona de charneira. Prov. Herdade do Padrão.
10. Id. Bronze. Diâm. 40 mm.
Semelhante ao exemplar anterior, mas com aro mais espesso (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 249, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.

4.5. *Fibulas*

Estes objectos eram usados para prender uma ou mais peças de vestuário. Os nossos exemplares (n.ºs 28.1 a 28.17) provêm das necrópoles da Chaminé ⁽³⁹⁾, Horta das Pinas ⁽⁴⁰⁾, Padrãozinho ⁽⁴¹⁾ Padrão (n.º 28.17) e Serrones ⁽⁴²⁾.

A fíbula tipo Alcores (n.º 28.1) provém da necrópole da Horta das Pinas ⁽⁴³⁾ sem que haja indicação concreta a que sepultura pertenceria. É um modelo que apresenta, em regra, um arco laminar, mola unilateral bastante rudimentar e um fusilhão acen-tuadamente curvo. Este tipo propaga-se em larga escala a sul do rio Tejo desde os finais do séc. viu a.C.-inícios do vn a.C. ⁽⁴⁴⁾;

⁽³⁹⁾ Cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 19, n.º 50 (n.º 28.2); p. 248-249, fig. 18, n.º 41 (n.ºs 28.3 a 28.5.8); fig. 19, n.º 43 (n.º 28.6).

⁽⁴⁰⁾ Cf. VIANA E DIAS DE DEUS, *Campos de Urnas*, p. 57, Est. XXIII, n.º 193 (n.º 28.1); cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Necropolis*, p. 245, fig. 25, n.º 109 e *Campos de Urnas*, p. 51, Est. XII, n.º 97 (n.º 28.12); cf. VIANA E DIAS DE DEUS, *Campos de Urnas*, p. 57, Est. XXIII, n.º 194 (n.º 28.13).

⁽⁴¹⁾ Cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, fig. 11, n.º 179 (n.º 28.16).

⁽⁴²⁾ Cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 59, sepult. 14, fig. 20, n.º 94 e n.º 139 (esta última aparece na estampa com o n.º 143, pertencente ao mobiliário do Padrãozinho, cf. p. 59).

⁽⁴³⁾ Cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Campos de Urnas*, p. 30 e 57, Est. XXIII, n.º 193.

⁽⁴⁴⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 110-111.

no nosso país conhecemos exemplares de Gonimbriga ⁽⁴⁵⁾ e de Santa Olaia ⁽⁴⁶⁾, sem que tenham qualquer indicação estratigráfica.

As fíbulas anulares hispânicas (n.ºs 28.2 a 28.8) provêm da necrópole da Herdade da Chaminé ⁽⁴⁷⁾, sem que haja referência as sepulturas a que pertenceram. Os exemplares em forma de naveta invertida (n.º 28.2 a 28.4) — tipo 4a de Cuadrado — ocorrem com frequência na Península, nomeadamente em Ampúrias e Andaluzia Ocidental ⁽⁴⁸⁾.

O modelo correspondente ao tipo 10C de Cuadrado (n.º 28.5) surge em larga escala na Meseta e nos santuários da Serra Morena ⁽⁴⁹⁾. Ambas as formas se situam nos finais do séc. v a.C. ⁽⁵⁰⁾. Os outros exemplares (n.ºs 28.6 a 28.8) conservam somente o aro, a mola bilateral e o fusilhão.

A fíbula de tipo cabuchão (n.º 9) é um achado de superfície da necrópole da Herdade da Chaminé. Caracteriza-se, essencialmente, por apresentar um apêndice caudal em forma de cabuchão. Este modelo constitui uma variante do tipo transmontano ⁽⁵¹⁾. Em Conimbriga conhecemos um paralelo aproximado que foi achado num nível correspondente à construção do fórum flaviano.

O exemplar n.º 10 integra-se no vasto grupo de fíbulas de La Tène I. Provém da necrópole da Herdade da Chaminé. Conserva ainda o arco e o pé característicos dos modelos datados do séc. iv a.C.-ui a.C. Conhecemos um paralelo aproximado de Miróbriga ⁽⁵²⁾, sem referência estratigráfica.

⁽⁴⁵⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 110, Est. XXII, 2.

⁽⁴⁶⁾ Cf. Sálete DA PONTE, *As fíbulas do Museu Municipal da Figueira da Foz*, «Conimbriga», Coimbra, 1982, vol. XXI, p. 151-161 (— PONTE, *Figueira da Foz*, p. 153-154, fig. 1).

⁽⁴⁷⁾ Cf. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Necropolis*, p. 248-249, fig. 18, n.º 41 (n.ºs 28.3-5 e 28.8), fig. 19, n.º 50 (n.º 28.2) e n.º 43 (n.º 28.6).

⁽⁴⁸⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga*, VII, p. 114.

⁽⁴⁹⁾ Cf. Emeterio CUADRADO, *La fíbula anular hispánica y sus problemas*, p. 58 e 64 (= CUADRADO, *Problemas*).

⁽⁵⁰⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 64.

⁽⁵¹⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga*, F//, p. 115, Est. XXVI, n.º 28; cf. Sálete da PONTE, *Fíbulas de sítios a norte do rio Douro*, «Centro de Estudos Humanísticos», Porto, 1984, p. 111-144 (= PONTE, *Douro*, p. 114-115).

⁽⁵²⁾ Cf. Sálete da PONTE, *As fíbulas de Miróbriga*, «Setúbal Arqueológica», Setúbal, 1979, vol. V, p. 195-201 (p. 196, Est. I, n.º 5).

A fibula de tipo Nauheim (n.º 11) provém da necrópole da Herdade da Chaminé. Apresenta um arco laminar estreito e de feição quadrangular; a mola bilateral tem quatro voltas e é de corda exterior ao arco. Este modelo, correspondente ao tipo 5 de Ettlinger ⁽⁵³⁾, situa-se entre os finais do séc. i a.C. e os inícios do ui d.C.⁽⁵⁴⁾. O nosso exemplar sugere as fíbulas de Casal da Mota⁽⁵⁵⁾ e de Conimbriga ⁽⁵⁶⁾.

As fíbulas anulares romanas (n.ºs 28.12 a 28.16) pertencem ao tipo BI de Fowler ⁽⁵⁷⁾. Destes cinco exemplares, somente três (n.ºs 28.14 e 28.16) podem ser atribuídos a sepulturas individualizadas, neste caso, de incineração ⁽⁵⁸⁾. As duas primeiras fíbulas (n.ºs 14-15) estavam associadas a peças ⁽⁵⁹⁾ que permitem precisar a data. Estão neste caso quatro objectos de paredes finas ⁽⁶⁰⁾ e um

⁽⁵³⁾ Cf. E. ETTLINGER, *Die römischen Fibeln in der Schweiz (Handbuch der Schweiz zur Römer and Merowingerzeit)*, Berna, 1973, p. 42-43, 187, Est. 2, n.º 14.

⁽⁵⁴⁾ Cf. Sálete da PONTE, *Fíbulas do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré)*, «Conimbriga», Coimbra, 23 (1984), p. 87-95 (— PONTE, *Nazaré*, p. 94).

⁽⁵⁵⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 94, fig. 6.

⁽⁵⁶⁾ Cf. Fouilles de Conimbriga, VII, p. 118, Est. XXVI, n.º 46; cf. Sálete da PONTE, *Fíbulas Pré-Romanas e Romanas de Conimbriga*, «Conimbriga», Coimbra, 1973, vol. XII, p. 159-197 (= PONTE, *Fíbulas de Conimbriga*, p. 178-179, Est. V, n.º 20).

⁽⁵⁷⁾ Cf. E. FOWLER, *The origins and developments of the penannular brooch in Europe*, «Proceedings of the Prehistoric Society», XXVI, 1960, p. 149-177 (p. 151).

⁽⁵⁸⁾ Cf. A. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 59, sepult. 14, fig. 20, n.º 94 (28.14) e n.º 139 (28.15). Este exemplar é citado na mesma publicação erradamente como pertencendo à necrópole do Padrãozinho (p. 50, fig. 11, n.º 143); fig. 11, sepult. 1, n.º 179 (neste enterramento associam-se à fibula 28.16. um anel (n.º 25.2) e um brinco (n.º 27.1)).

⁽⁵⁹⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 59, sepult. 14, fig. 16, n.º 19 (cuenco de *sigillata*) fig. 19, n.º 84-85 (dos platos de *sigillata*); fig. 16, n.º 7, fig. 18, n.º 43 e fig. 19, n.º 83 (tres tazas de barro blanco, con barbotina); fig. 16, n.º 24 e fig. 19, n.º 56 (dos pequeños cuencos de *sigillata*); fig. 17, n.º 37 (urna con barbotina); fig. 16, n.º 25 e fig. 19, n.º 60 (dos cuencos de *sigillata* de tamaño mediano); fig. 17, n.º 39 (copa de vidrio, con botones — erradamente indica-o com o n.º 14 da fig. 16).

⁽⁶⁰⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 59, fig. 16, n.º 7, fig. 17, n.º 37, fig. 18, n.º 43 e fig. 19, n.º 83.

de vidro ⁽⁶¹⁾ que se situam respectivamente entre as épocas eláudio-flaviana e os finais do séc. i d.C.-I.^a metade do séc. n d.G. ⁽⁶²⁾; as duas fíbula anulares de tipo Fowler BI ⁽⁶³⁾ datam do séc. i d.C. à I.^a metade do séc. m d.C. As peças de sigillata já publicadas ⁽⁶⁴⁾ não têm, porém, quaisquer indicação da sepultura a que pertenceriam. No entanto, a homogeneidade do mobiliário funerário da sepultura 14 de Serrones permite-nos sugerir a data dos finais do séc. i d.C. à I.^a metade do séc. n d.C. O n.º 28.17 é um fragmento de fíbula característica de La Tène I ⁽⁶⁵⁾, sem que possamos atribuir-lhe data exacta. Este exemplar provém da necrópole da Herdade do Padrão.

28. Fíbulas

1. Tipo Alcores. Bronze. Compr. 83 mm.
Arco laminar decorado com pequenos círculos incisos. Mola e fusilhão formados a partir do eixo (cf. VIANA Y DEUS, *Campo de Urnas*, p. 30 e 57, Est. XXIII, n.º 193). Prov. Horta das Pinas.
2. Tipo Cuadrado 4a. Compr. arco: 31 mm. Diâm. aro: 30 mm.
Arco laminar em forma de naveta invertida; mola bilateral e de corda interior ao arco. Aro e secção circulares (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 19, n.º 50). Prov. Herdade da Chaminé.
3. Id. Compr. arco: 60 mm.
O arco é decorado junto ao pé por um X inciso e circunscrito por três sulcos paralelos (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.

⁽⁶¹⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 59, fig. 17, n.º 39; cf. JORGE e Adília ALARCÃO, *Vidros romanos do museu arqueológico de Vila Viçosa*, «Conimbriga», Coimbra, vol. VI, 1967, p. 1-45 (p. 13, Est. 4, n.º 24).

⁽⁶²⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga*, VI, p. 29 e 176-177.

⁽⁶³⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga*, VII, p. 120, Est. XXVIII, n.ºs 68-69.

⁽⁶⁴⁾ Cf. A. ALARCÃO, *Terra Sigillata*, p. 181-201.

⁽⁶⁵⁾ Cf. S. PONTE, *Fíbulas de Conimbriga*, p. 193, Est. X, n.º 51; cf. Gunter MANSFELD, *Die Fibeln der Heuneburg, 1950-1960*, Berlim, 1973, p. 43, 90-91, Est. 21, n.º 782. O autor data esta forma do período Ib (450 a.C.).

4. Id. Compr. arco: 47 mm.
O pé conserva, ainda, vestígios do aro e do ño de reforço que o sobraça em cruz (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.
5. Tipo Cuadrado 10C. Frag.
Arco em forma de cinta e aro bastante dilatado. Da mola, conserva-se a corda interior ao arco (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 248, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.
6. Fíbula anular hispânica. Frag. Diâm. 28 mm.
Aro de secção circular que conserva parte da mola e do fusilhão (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, fig. 19, n.º 43). Prov. Herdade da Chaminé.
7. Id. Bronze e ferro. Diâm. aro: 45X47 mm.
Conserva o aro de secção circular, fusilhão e parte da mola bilateral, de corda interior ao arco. Prov. Herdade da Chaminé.
8. Id. Bronze. Diâm. aro: 60 mm.
Aro circular de secção ovalada. Conserva ainda vestígios do fio enrolado em espiral e que reforçava as pontas do aro (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 249, fig. 18, n.º 41). Prov. Herdade da Chaminé.
9. Tipo cabuchão. Bronze. Compr. 32 mm. Alt. 18 mm.
Conserva o arco em forma de naveta invertida, o pé, descanso e apêndice caudal; este desenha um cabuchão. Prov. Herdade da Chaminé.
10. Tipo La Tene I. Bronze. Compr. 43 mm. Alt. 22 mm.
Conserva o arco, o pé e parte do descanso. Prov. Herdade da Chaminé.
11. Tipo Nauheim (variante). Bronze. Compr. 62 mm. Alt. 30 mm.
Arco, mola e pé são feitos de um só fio de arame. O arco, ligeiramente abatido, é decorado longitudinalmente por finas molduras relevadas. A mola é bilateral e de corda interior ao arco. Conserva apenas três espiras. O descanso é de feição quadrangular. Prov. Herdade da Chaminé.
12. Tipo B1 Fowler. Bronze. Diâm. 45 mm.
Aro e secção circulares com as extremidades viradas para o exterior e terminadas por botões prismáticos (cf. VIANA Y DEUS, *Necropolis*, p. 245, fig. 25, n.º 109; id. *Campos de Urnas*, p. 51, Est. XII, n.º 97). Prov. Horta das Pinas.

13. Id. Diám. 47 mm.
Aro circular e de secção oval com uma das extremidades decorada com molduras anelares (cf. VIANA Y DEUS, *Campos de Urnas*, p. 57, Est. XXIII, n.º 194). Prov. Horta das Pinas.
14. Id. Diám. 55 mm.
Semelhante ao anterior, só que as extremidades culminam com molduras anelares bem definidas. Falta o fusilhão (cf. VIANA Y DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 59, sepult. 14, fig. 20, n.º 94). Prov. Serrones.
15. Id. Diám. 51 mm.
Semelhante aos exemplares 13 e 14 (cf. VIANA Y DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 59, sepult. 14, fig. 20, n.º 139). Prov. Serrones.
16. Id. Diám. 45 mm.
Falta-lhe o fusilhão e os extremos (cf. VIANA Y DEUS, *Nuevas Necropolis*, sepult. 1, fig. 11, n.º 179). Prov. Padrãozinho.
17. Frag. Bronze. Gompr. arco: 35 mm.
Arco em forma de naveta invertida com uma protuberância num dos topos. Prov. Herdade do Padrão.

4.6 *Agrafos*

Os dois agrafos (n.ºs 29.1-2) são de bronze e provêm da necrópole da Herdade do Padrão. Estes modelos serviam para prender o vestuário ⁽⁶⁶⁾ e o calçado romanos. Conhecemos para o n.º 28.2 dois paralelos aproximados de Gadebridge Park achados num nível correspondente ao séc. iv d.C. ⁽⁶⁷⁾.

29. *Agrafos*

1. Bronze. Diám. 14 mm. Esp. 0,5 mm.
Duas chapas circulares justapostas, conservando um fino espigão lateral. Prov. Herdade do Padrão.
2. Id. Dim: 27X16 mm. Esp. 0,5 mm.:
Chapa rectangular que conserva só um espigão lateral. Prov. Herdade do Padrão.

⁽⁶⁶⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 143-144.

⁽⁶⁷⁾ Cf. NEAL, *Gadebridge Park*, p. 6, 68, 179, fig. 75, n.ºs 567-568.

O autor data-os de 325 d.C.

4.7 Espelhos

Os espelhos apresentam-se sob a forma redonda, quadrada ou rectangular ⁽⁶⁸⁾. Os espelhos portáteis eram os mais vulgares; eram feitos tanto de prata, de ouro, de chumbo, como de bronze estanhado; nestes últimos, a face de reflexão era ligeiramente côncava e polida. É o caso dos nossos exemplares n.ºs 30.1 e 30.2 ⁽⁶⁹⁾. O primeiro teria provavelmente um cabo na parte fracturada e o outro com certeza que forraria a face interna de uma caixa de madeira. Conhecemos para o n.º 30.2 dois paralelos de Verulamium que datam de 280-315 d.C. ⁽⁷⁰⁾.

30. Espelhos

1. Bronze estanhado. Diâm. 80 mm. Esp. 2 mm.
Folha circular com orla decorada por uma cercadura de pequenos orifícios envoltos por uma moldura relevada (cf. VIANA Y DEUS, *Campos de Umas*, p. 57, Est. XXIII, n.º 191). Prov. Horta das Pinas.
2. Id. Dim.: 152X176 mm. Esp. 3 mm.
Placa rectangular com decoração incisa (cf. VIANA Y DEUS, *Campos de Urnas*, p. 57, Est. XXIII, 192). Prov. Horta das Pinas.

4.8 Pinças

As pinças eram usadas quer como instrumentos de depilar, quer como auxiliares de operações cirúrgicas ⁽⁷¹⁾.

Os exemplares n.ºs 31.1 e 31.2 provêm da necrópole da Horta

⁽⁶⁸⁾ Cf. Pierre LAVEDAN, *Dictionnaire Illustré de la Mythologie et des Antiquités Grecques et Romaines*, Paris, 1931, p. 652-653.

⁽⁶⁹⁾ Cf. A. VIANA E DIAS DE DEUS, *Campos de Urnas*, p. 57, Est. XXIII, n.º 191-192.

⁽⁷⁰⁾ Cf. Sheppard FRERE, *Verulamium Excavations*, Oxford, 1972, vol. I, p. 138, fig. 47, n.º 152

⁽⁷¹⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga*, VII, p. 144.

das Pinas ⁽⁷²⁾. Conhecemos alguns paralelos aproximados em Conimbriga, achados em níveis de construção do forum flaviano e da sua destruição no séc. v d.C. ⁽⁷³⁾.

31. *Pinças*

1. Bronze. Compr. 65 mm.
Folha dobrada em dois braços iguais, formando um anel ao nível da articulação; uma das extremidades incurva-se para o interior (cf. VIANA Y DEUS, *Campos de Urnas*, p. 57, Est. XXIII, n.º 196). Prov. Horta das Pinas.
2. Id. Compr. 48 mm.
Semelhante à anterior, mas de maiores proporções (cf. VIANA Y DEUS, *Campos de Urnas*, p. 57, Est. XXIII, n.º 197). Prov. Horta das Pinas.

5. *Vária*

Neste grupo incluímos alguns utensílios domésticos (n.ºs 32 a 37), instrumentos para pesar (n.ºs 38), acessórios de mobiliário (n.ºs 39-43) e de construção (n.ºs 44 a 48).

5.1 *Utensílios domésticos*

Estes objectos (n.ºs 32 a 37) provêm das necrópoles da Horta das Pinas ⁽⁷⁴⁾, Herdade do Padrão, Herdade da Chaminé ⁽⁷⁵⁾ Torre das Arcas ⁽⁷⁶⁾; o exemplar desta última necrópole apareceu na sepultura 17 com diverso mobiliário cerâmico ⁽⁷⁷⁾.

⁽⁷²⁾ Cf. A. VIANA E DIAS DE DEUS, *Campos de Urnas*, p. 57, Est. XXIII, n.ºs 196-197.

⁽⁷³⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga, VII*, p. 145, Est. XXXV, n.ºs 237 e 239.

⁽⁷⁴⁾ Cf. A. VIANA E DIAS DE DEUS, *Campos de Urnas*, p. 51, Est. XIII, n.º 96 (n.º 32).

⁽⁷⁵⁾ Cf. *Id.*, *ibidem*, Est. XII, n.º 1 (n.ºs 34.1 e 34.2).

⁽⁷⁶⁾ Cf. A. VIANA E DIAS DE DEUS, *Torre das Arcas*, p. 248, *sepult.* 17, fig. 7, n.º 85.

⁽⁷⁷⁾ Cf. *Id.*, *ibidem*, p. 248, fig. 4, n.º 17 (taza de bordes horizontales y paredes finas); fig. 4, n.º 23 (vasija grande); fig. 6, 41 (lucerna); fig. 7, n.º 85 (cuchara de bronze).

As duas pequenas taças de bronze (n.^{os} 32-33) sugerem outros modelos metálicos dos séc. I-II d.C. ⁽⁷⁸⁾; dois outros fragmentos de bronze (34.1 e 2) teriam sido usados como copos para medida, bebida ou então como tinteiros ⁽⁷⁹⁾. Há um exemplar semelhante de Conimbriga, achado no nível correspondente à destruição da ínsula de Andercus ⁽⁸⁰⁾.

Os pés de bronze (n.^{os} 35.1 e 2) proveem das necrópoles da Chaminé e da Horta das Pinas. São suportes de vasos que conservam vestígios de solda. Estes modelos datam do séc. I d.C. ⁽⁸¹⁾.

O n.^o 36 é urna asa de sítula, de recorte bastante significativo ⁽⁸²⁾; provém da necrópole da Herdade do Padrão. Conhecemos alguns paralelos aproximados em Cambodunum ⁽⁸³⁾ e Hedernheim ⁽⁸⁴⁾, datáveis do séc. I d.C. ou de inícios do n. d.C.

A colher de bronze (n.^o 37) provém da sepultura de inumação n.^o 17 da necrópole de Torre das Arcas ⁽⁸⁵⁾. Esta peça apareceu associada a mobiliário cerâmico de datação segura ⁽⁸⁶⁾. Citaremos o caso de uma lucerna de tipo Dressel/Lamboglia 30A, datável dos finais do séc. II-III d.C. ⁽⁸⁷⁾.

A colher de bronze que lhe está associada sugere modelos

⁽⁷⁸⁾ Cf. Maria H. P. DEN BOESTERD, *The Bronze Vessels*, Nijmegen, 1956, p. 35; cf. WERNER HILGERS, *Lateinische Gefäßnamen*, Dusseldorf, 1969, p. 34.

⁽⁷⁹⁾ Cf. Fouilles de Conimbriga, VII, p. 155.

⁽⁸⁰⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 155, Est. XXXIX, n.^o 30.

⁽⁸¹⁾ Cf. Manuela DELGADO, *Elementos de situlas de bronze de Conimbriga*, «Conimbriga», Coimbra, 1970, vol. IX, p. 15-44 (— DELGADO, *Situlas*, p. 38-39, n.^o 10-12).

⁽⁸²⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 33-34.

⁽⁸³⁾ Cf. KRAMER, *Cambodunum*, p. 34, 69, Est. 21, n.^o 6.

⁽⁸⁴⁾ Cf. FISCHER, *Hedernheim*, p. 22-23, fig. 17, n.^o 8.

⁽⁸⁵⁾ Cf. A. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Torre das Arcas*, p. 248, fig. 7, n.^o 85.

⁽⁸⁶⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 248, fig. 4, n.^o 17 (taza de bordes horizontales y paredes finas); fig. 4, n.^o 23 (vasija de barro claro, con una asa y trazos de pintura marrón); fig. 6, n.^o 41 (lucerna); fig. 7, n.^o 85 (cuchara de bronze).

⁽⁸⁷⁾ Cf. BELCHIOR, *Lucernas romanas*, p. 60-62; cf. A. ALARCÃO e S. PONTE, *Vila Viçosa*, p. 76, 83, Est. III, n.^o 21.

semelhantes de Fishbourne ⁽⁸⁸⁾, Verulamium ⁽⁸⁹⁾ e Conimbriga ⁽⁹⁰⁾ que datam do séc. n ao iv d.C. Por outro lado, um jarro de tipo 6-e tem paralelos elvenses ⁽⁹¹⁾ entre a 2.^a metade do séc. i d.C. e o ui d.C. Esse facto permite-nos fixar um «terminus post quem» para a sepultura n.º 17 nos finais do n d.C. e inícios do m d.C.

32. Taça. Bronze. Diâm. 52 mm. Alt. 19 mm.
Parede ligeiramente inclinada, marcada por uma leve cercadura externa. Pé anelar e fundo horizontal (cf. VIANA Y DEUS, *Campos de Urnas*, p. 51, Est. XIII, 96). Prov. Horta das Pinas.
33. Id. Frag. Diâm. 78 mm.
Parede arqueada e bordo em forma de aba saliente e horizontal (cf. VIANA Y DEUS, *VI Congreso Arqueológico*). Prov. Herdade da Chaminé.
34. *Copos*
 1. Bronze. Frag. Diâm. base: 19 mm.
Conserva o pé com base plana e parte da parede encurvada para o exterior (cf. VIANA Y DEUS, *Campo de Urnas*, Est. XII, n.º 1). Prov. Herdade da Chaminé.
 2. Id. Diâm. base: 18 mm.
Base circular e plana. Parede oblíqua e esvasada (cf. VIANA Y DEUS, *Campo de Urnas*, Est. XII, n.º 1). Prov. Herdade da Chaminé.
35. *Pés de vaso*
 1. Bronze. Dim. 60x30 mm.: Esp. 3 mm.
Coroa circular com as extremidades chanfradas. Prov. Herdade da Chaminé.
 2. Id. Frag. Dim. 43X23 mm.:
Extremidade em forma de segmento circular. Prov. Horta das Pinas.

⁽⁸⁸⁾ Cf. CUNLIFFE, *Fishbourne*, p. 112, fig. 47, n.º 123. O autor data-a de 260-280 d.C.

⁽⁸⁹⁾ Cf. FRÉRE, *Verulamium*, p. 124, fig. 35, n.º 74. O autor data-a de 135-145 d.C.

⁽⁹⁰⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga*, VII, p. 161, Est. XLI, n.º 63.

⁽⁹¹⁾ Cf. J. NOLEN, *Necrópoles do Alto Alentejo*, p. 57-58 (jarro de tipo 6-e).

36. Asa de sítula. Bronze. Compr. 78 mm.

Arco de secção circular com as extremidades dobradas em forma de gancho. Prov. Herdade do Padrão.

37 Colher. Bronze. Compr. 129 mm.

Concha oval, cabo delgado e de secção circular (cf VIANA Y DEÛS, *Torre das Arcas*, p. 248, sepult. 17, ñg. 7, n.º 85). Prov. Torre das Arcas.

5.2 *Pratos de balança*

Os dois pratos de prata (n.º 38) pertenceriam a uma balança greco-romana ⁽⁹²⁾. Provêm da necrópole da Horta das Pinas, não havendo, porém, nenhuma referência acerca da sepultura a que pertenceriam.

38. Dois pratos de balança. Prata. Diâm. 50 mm. Alt 11 e 12 mm.

Copa pouco funda e base plana. Prov. Horta das Pinas.

5.3 *Acessórios de móveis*

Nesta categoria reunimos elementos pertencentes a móveis (n.ºs 39 a 43). Provêm de várias necrópoles alentejanas ⁽⁹³⁾, sem que tenham qualquer indicação da sepultura a que pertenceriam.

Os n.ºs 39.1 e 39.2 são dois aloquetes de bronze que deveriam ter pertencido a pequenos cofres ou arcas; o primeiro é bastante simples, enquanto que o segundo funciona por meio de charneira.

Os n.ºs 40.1 e 40.2 são espelhos de fechadura que teriam idêntica aplicação.

O n.º 41 é um puxador de móvel. Os n.ºs 42-43 constituíam suportes de pequenas peças de mobiliário. O último exemplar,

⁽⁹²⁾ Cf. Sálete da PONTE, *Balanças e pesos de Conimbriga*, «Conimbriga», Coimbra, 1979, vol. XVIII, p. 121-132 (p. 123).

⁽⁹³⁾ Os n.ºs 39.2, 40.2 e 41 foram achados na necrópole da Herdade dos Serrones; os n.ºs 39.1 e 42 na necrópole da Horta das Pinas; o n.º 40.1 na necrópole da Herdade do Padrão e o n.º 43 na necrópole da Chaminé.

além de elemento de fixação, constituía certamente urna das bases de uma pequena grelha de jogo ⁽⁹⁴⁾.

39. *Fechos de arca*

1. Bronze. Comp. 86 mm.
Lingueta triangular, de lados côncavos com um rebite para fixação e rebaixamento para charneira. Prov. Horta das Pinas.
2. Id. Compr. 51 mm.
Folha estreita, rectangular, com uma das extremidades dobradas em gancho. Prov. Herdade dos Serrones.

10. *Espelhos de fechadura*

1. Bronze e ferro. Frag. Dim.: 38x35 mm.
Placa formada por duas folhas unidas por um rebite de ferro. Conserva ainda parte da abertura rectangular para a chave. Prov. Herdade do Padrão.
2. Bronze. Dirn.: 25x20 mm.
Folha que conserva uma abertura em 8 para a fechadura. Prov. Herdade dos Serrones.
41. Puxador de móvel. Bronze. Inv. n.º 1752. Compr. 26 mm.
Tem forma oval com os extremos estrangulados por duas finas molduras. Prov. Herdade dos Serrones.
42. Pé de móvel. Bronze. Inv. n.º 1571. Alt. 40 mm. Diâm. base: 18 mm.
Em forma de cântaro, possui no campo médio superior um orifício. Prov. Horta das Pinas.
43. Elemento de fixação. Ferro. Inv. n.º 1553. Compr. 140 mm.
Alt. dos pés: 51 mm.
Placa dobrada em U, tendo a barra horizontal dois orifícios e cada um dos pés um outro para fixação de rebites. Prov. Herdade da Chaminé.

⁽⁹⁴⁾ Cf. B. HOFMANN, *La Quincaillerie Antique*, «Notice technique», Paris, 1964, n.º 14, p. 8, Est. XV, n.º 10 (peça de Colónia, Alemanha).

5.4 *Elementos de construção*

Estes objectos de ferro (n.^{os} 44 a 48) provêm das necrópoles da Herdade do Padrãozinho ⁽⁹⁵⁾ e da Torre das Arcas ⁽⁹⁶⁾. Os n.ºs 45-46 podem atribuir-se a sepulturas individualizadas.

O primeiro estava associado a um esqueleto de adulto, enquanto que o segundo a um púcaro com asa e a uma moeda romana ⁽⁹⁷⁾. Desconhecemos a que período teria pertencido esta moeda.

Uma das argolas de cobre (n.º 48.1) foi achada na sepultura de incineração n.º 1 da necrópole do Padrãozinho ⁽⁹⁸⁾; estava inserida num contexto datável entre o séc. I d.C. e a I.^a metade do II d.C. ⁽⁹⁹⁾.

44. Prego-cavilha. Ferro. Inv. n.º 1556. Gompr. 108 mm.
Haste de secção oval, dobrada em L. Cabeça achatada e rebatida.
Prov. Herdade do Padrãozinho.
45. Chumbadouro. Ferro. Gompr. 165 mm.
Haste de secção circular com uma das extremidades encurvada
(cf. VIANA Y DEUS, *Torre das Arcas*, p. 248, sepult. 16, fig. 18, n.º 117). Prov. Torre das Arcas.
46. Grampo. Ferro. Inv. n.º 1665. Alt. 99 mm. Larg. 52 mm.
Barra, de secção quadrangular, dobrada em U, com um dos extremos encurvado para o exterior (cf. VIANA Y DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 52, sepult. 92, fig. 11, n.º 169). Prov. Herdade do Padrãozinho.
47. «Prisioneiro»-elemento de reforço. Ferro. Alt. 56 mm.
Haste dobrada ao meio e estrangulada em forma de anel. Prov. Herdade do Padrãozinho.

⁽⁹⁵⁾ Cf. A. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 52, sepult. n.º 92, fig. 11, n.º 169.

⁽⁹⁶⁾ Cf. A. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 52, sepult. n.º 92, fig. 11, n.º 169 (n.º 46); p. 50, sepult. n.º 1, fig. 11, n.º 178 (n.º 48.1); fig. 11, n.º 150 (n.º 48.2).

⁽⁹⁷⁾ Cf. A. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Torre das Arcas*, p. 248, sepult. n.º 16, fig. 18, n.º 117 (n.º 45).

⁽⁹⁸⁾ Cf. A. VIANA Y DIAS DE DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 52.

⁽⁹⁹⁾ Cf. ID., *ibidem*, p. 50.

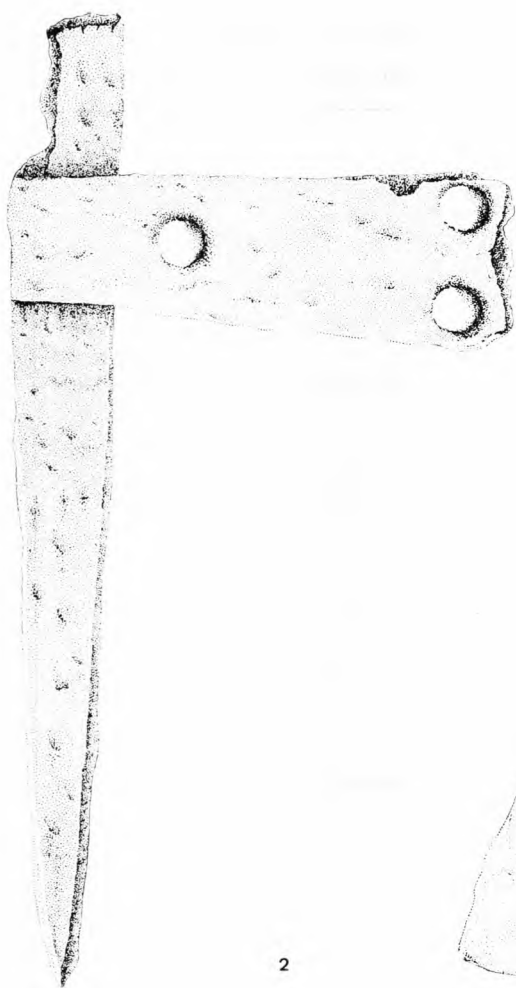
⁽¹⁰⁰⁾ Cf. notas *supra* n.ºs 35 e 64.

48. *Argolas*

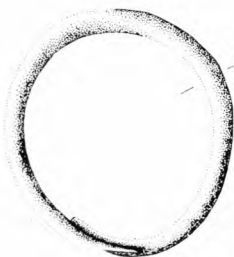
1. Cobre. Inv. n.º 2306. Diâm. 44 mm.
Aro e secção circulares com os extremos sobrepostos (cf. VIANA Y DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 50, sepult. 1, fig. 11, n.º 178). Prov. Herdade do Padrãozinho.
2. Id. Ferro. Diâm. 55 mm.
Aro grosso, espalmado e de secção rectangular (cf. VIANA Y DEUS, *Nuevas Necropolis*, p. 50, fig. 11, n.º 150). Prov. Herdade do Padrãozinho.

Cal.	Proveniência	Rito funerário	Cronologia
1	<i>Torre das Arcas</i> , sepult. 26	Inumação	—
2	<i>Torre das Arcas</i> , sepult. 51	Inumação	Finais do m d.C.- -inícios do iv d.C.
3	<i>Padrãozinho</i> , sepult. 106	—	—
4	<i>Torre das Arcas</i> , sepult. 26	Inumação	—
5	<i>Torres das Arcas</i> , sepult. 26	Inumação	—
6	<i>Torre das Arcas</i> , sepult. 51	Inumação	Finais do m d.C.- -inícios do iv d.C.
7	<i>Torre das Arcas</i> , sepult. 12	—	2. ^a metade do i d.C. -ii d.C.
8	<i>Padrãozinho</i>	—	—
9	<i>Torre das Arcas</i> , sepult. 20	—	—
10	<i>Torre das Arcas</i> , sepult. 20	—	—
11	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
12	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
13	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
14	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
15	<i>Padrãozinho</i>	—	—
16	<i>Padrãozinho</i>	—	—
17	<i>Serrones</i> , sepult. 27	Incineração	1. ^a metade do séc. i d.C. à 2. ^a metade do ii d.C.
18	<i>Horta das Pinas</i>	—	—
19	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
20	<i>Horta das Pinas</i>	—	—
21	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
22.1 a	<i>Herdade do Padrão</i>	Incineração	2. ^a metade do i d.C. 1. ^a metade do n
22.3			
23	<i>Herdade do, Chaminé</i>	—	—
24.1	<i>Herdade do Padrão</i>	—	ii
24.2	<i>Herdade dos Serrones</i>	—	
24.3	<i>Herdade do Padrão</i>	-	
24.4	<i>Herdade do Padrão</i>	—	
25.1	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
25.2	<i>Padrãozinho</i> , sepult. 1	Inumação	Séc. i d.C.-1. ^a me- tade do ui d.C.
25.3	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
26	<i>Horta das Pinas</i>	—	—
27.1	<i>Padrãozinho</i> , sepult. 1	Inumação	Séc. i d.C.-1. ^a me- tade do ui d.C.
27.2	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—

Cal.	Proveniencia	Rito funerário	Cronologia
27.3	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
28.1	<i>Horta das Pinas</i>	—	—
28.2	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
a 28.11			
28.12 e	<i>Horta das Pinas</i>	—	—
28.13			
28.14 e	<i>Herdade de Serrones</i> , sep. 14	Incineração	Finais do séc. i d.C.-
28.15			1. ^a met. do ii d.C.
28.16	<i>Padrãozinho</i> , sepult. 1	Incineração	Séc. i d.C.-1. ^a met.
			do ui d.C.
28.17	<i>Herdade do Padrão</i>	—	—
29.1 e 2	<i>Herdade do Padrão</i>	—	—
30.1 e	<i>Horta das Pinas</i>	—	—
30.2			
31 e	<i>Horta das Pinas</i>	—	—
31.2			
32	<i>Horta das Pinas</i>	—	—
33	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
34.1 e	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
34.2	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
35.2	<i>Horta das Pinas</i>	—	—
36	<i>Herdade do Padrão</i>	—	—
37	<i>Torre das Arcas</i> , sepult. 17	Inumação	Fins do séc. II-III
			d.C.
38	<i>Horta das Pinas</i>	—	—
39.1	<i>Horta, das Pinas</i>	—	—
39.2	<i>Herdade dos Serrones</i>	—	—
40.1	<i>Herdade do Padrão</i>	—	—
40.2	<i>Herdade dos Serrones</i>	—	—
41	<i>Herdade dos Serrones</i>	—	—
42	<i>Hot'ta das Pinas</i>	—	—
43	<i>Herdade da Chaminé</i>	—	—
44	<i>Padrãozinho</i>	—	—
45	<i>Torre das Arcas</i> , sepult. 16	Inumação	—
46	<i>Torre das Arcas</i> , sepult. 92	—	—
47	<i>Padrãozinho</i>	—	—
48.1 e	<i>Padrãozinho</i> , sepult. 1	Incineração	Séc. i d.C.-1. ^a me-
48.2			tade do ui d.C.



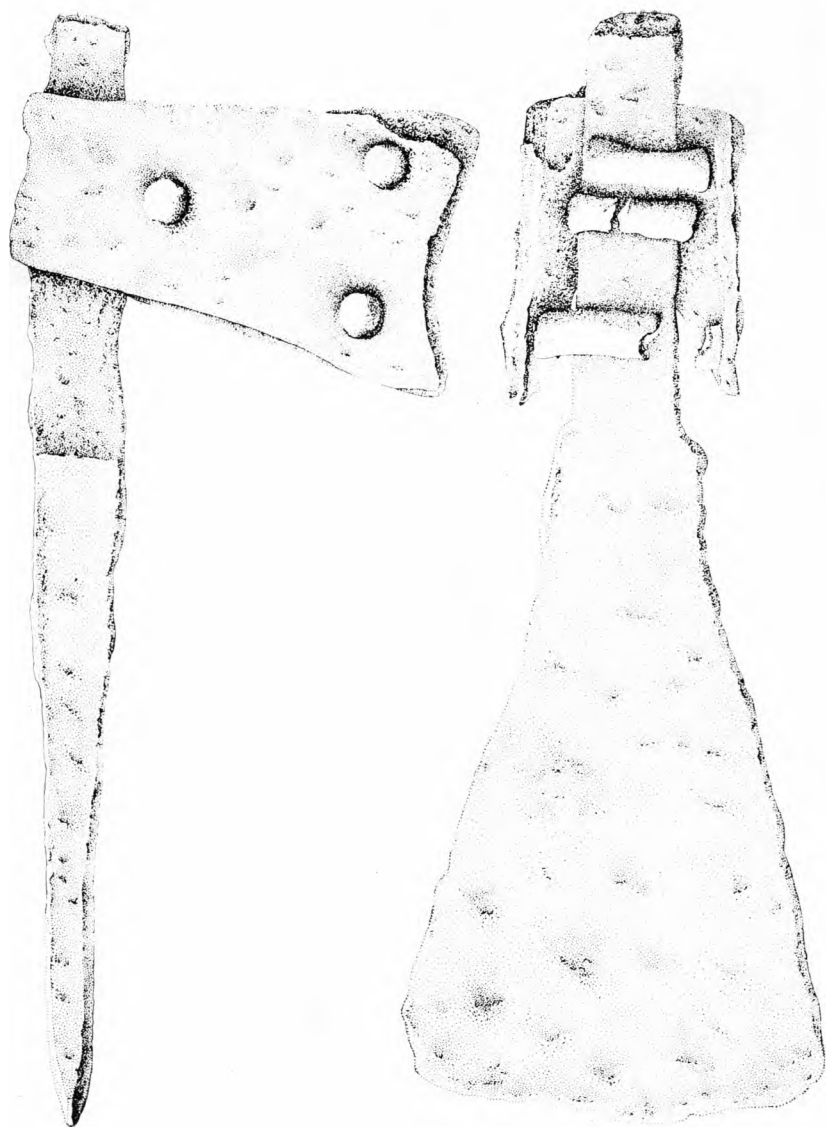
2



48.1



48.2





1



5



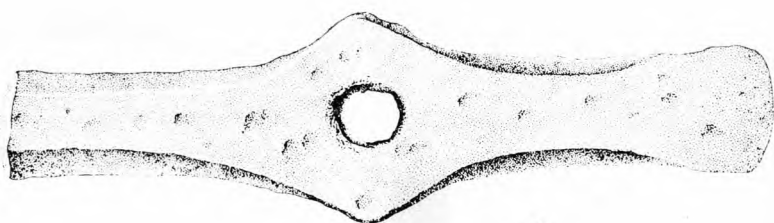
6



46



47



4



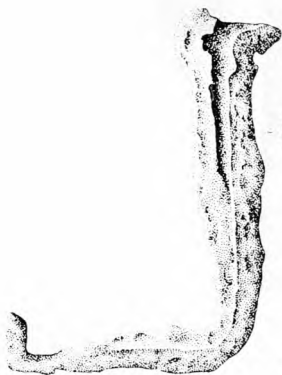
45



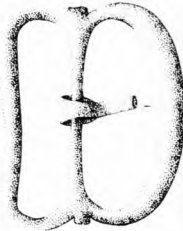
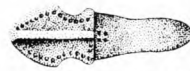
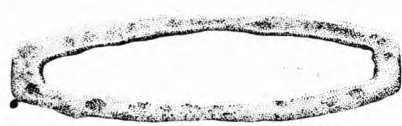
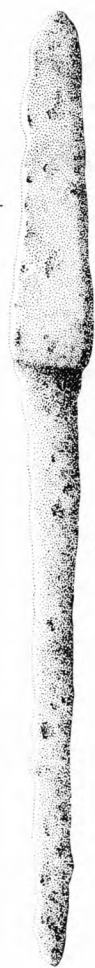
7

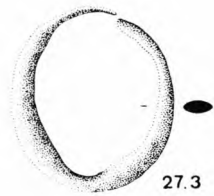
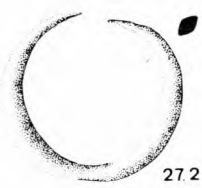
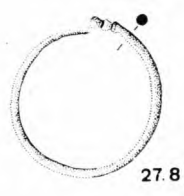
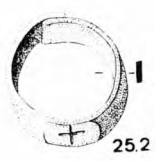
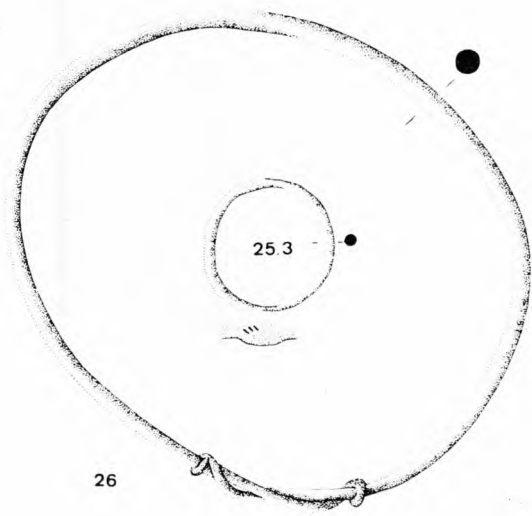
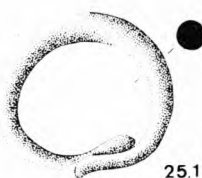
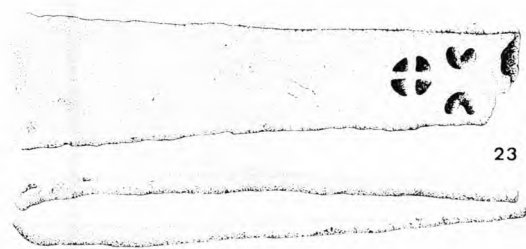
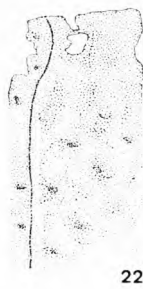
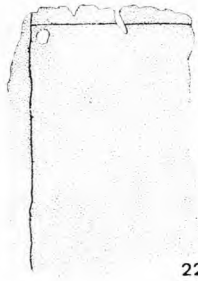
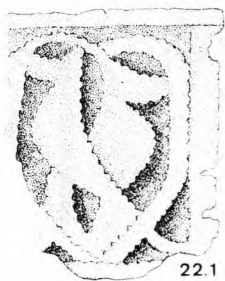


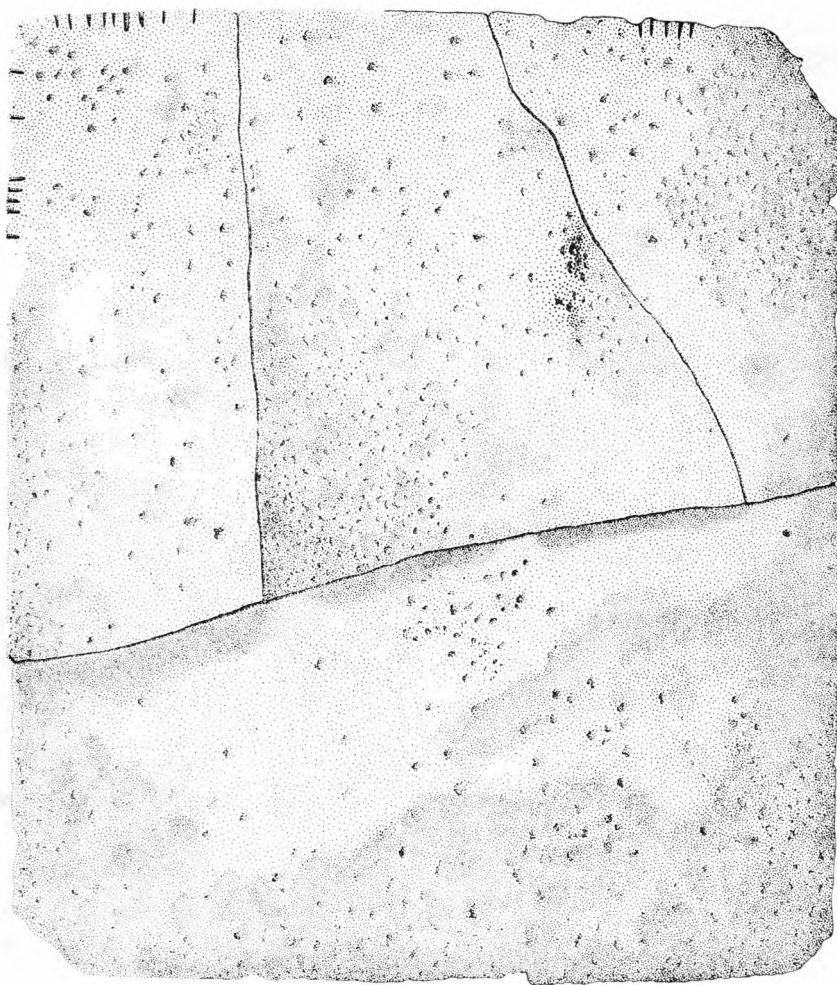
8



44







30.2



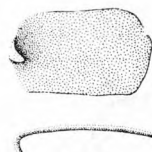
27.10



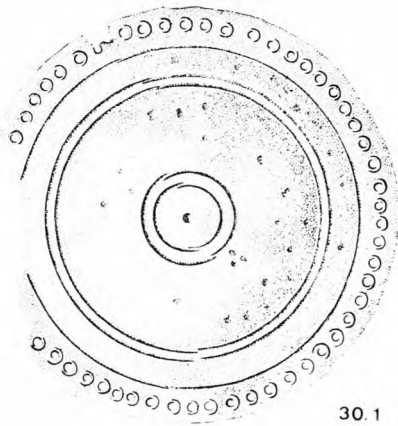
27.9



29.1



29.2



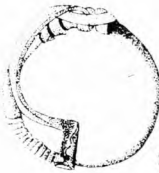
30.1



31.1



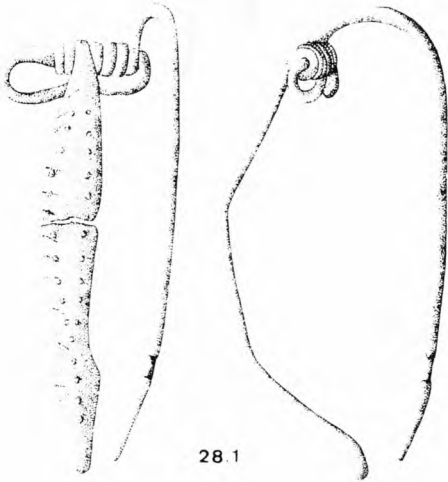
31.2



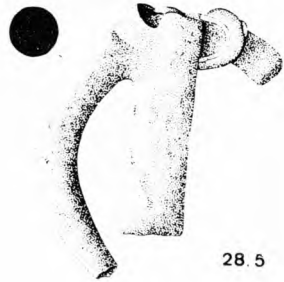
28.2



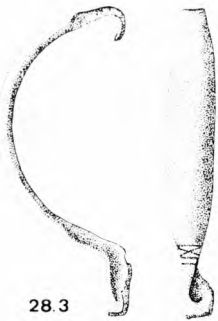
28.6



28.1



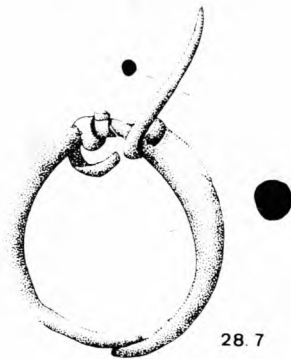
28.5



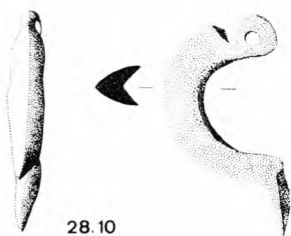
28.3



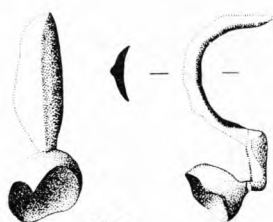
28.4



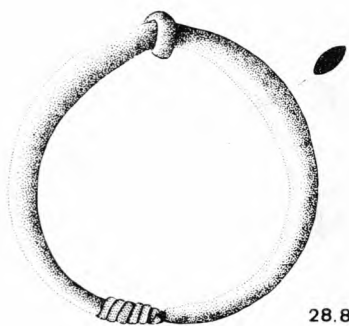
28.7



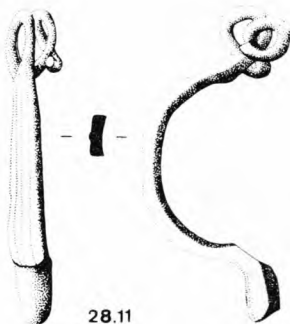
28.10



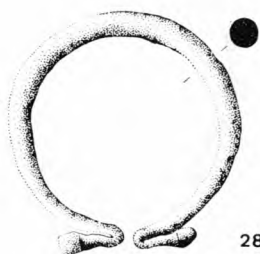
28.9



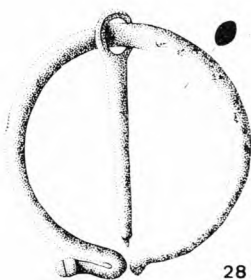
28.8



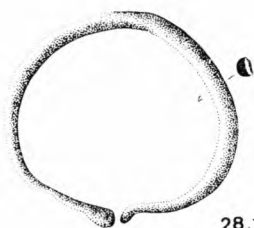
28.11



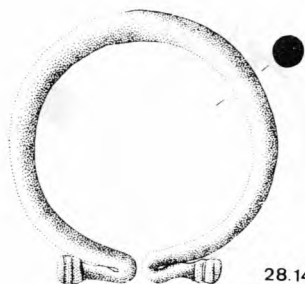
28.12



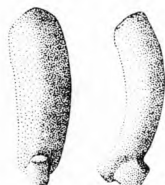
28.13



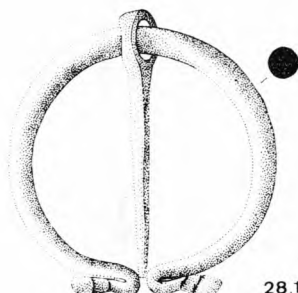
28.16



28.14

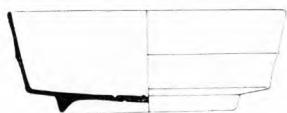


28.17



28.15

32



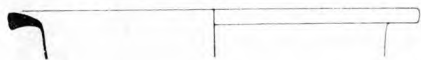
34.1



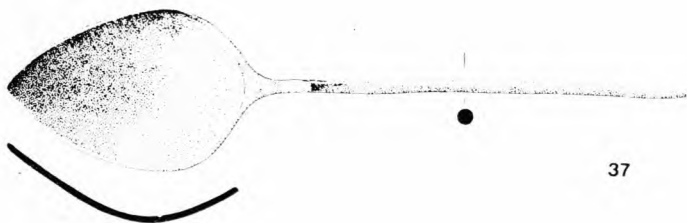
34.2



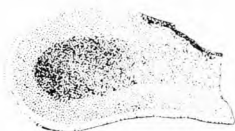
33



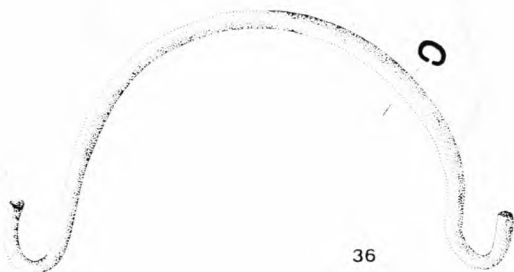
37



35.2



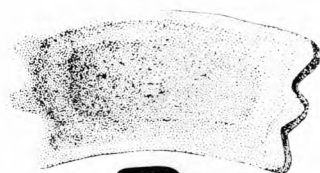
36

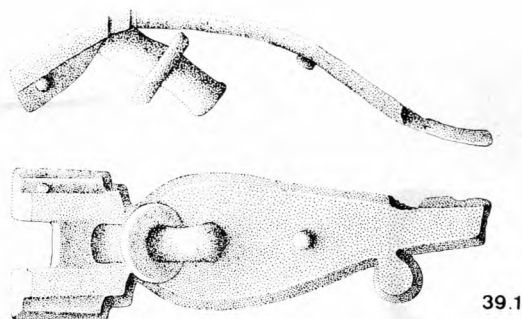
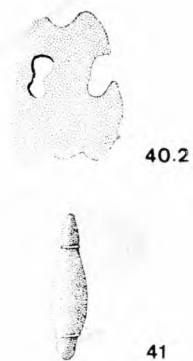
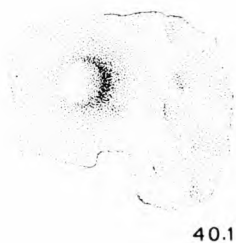
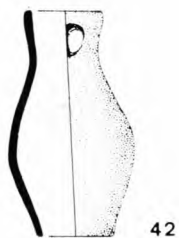
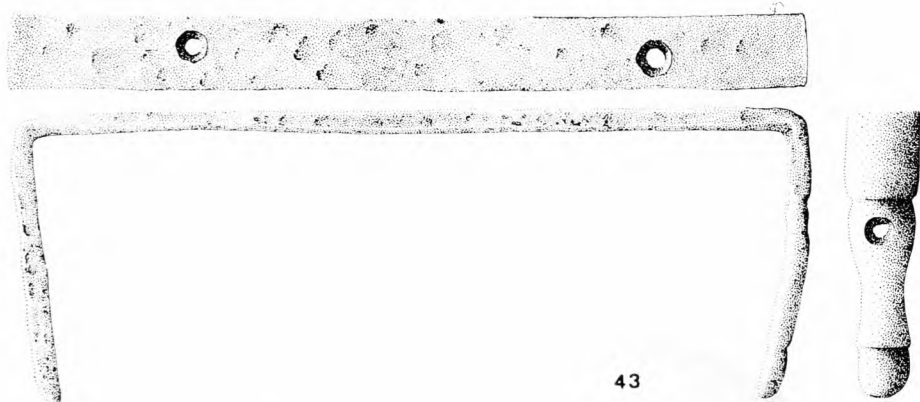


38



35.1





JOGOS ROMANOS DE CONIMBRIGA

«Conimbriga», XNV (1986), p. 131-141

RESUMO: Publicam-se, provenientes de Conimbriga, dois tabuleiros para jogos romanos, um em calcário e outro de argila: o primeiro, de forma rectangular, apresenta, numa face, o «jogo do soldado» (*ludus latruncularum*) e, na outra, o «jogo das doze linhas» (*duodecim scripta*) ; o segundo, de forma quadrangular, destinava-se ao «jogo do moinho».

RÉSUMÉ: Deux fragments de tablier de jeu provenant de niveaux d'époque romaine, à Conimbriga, sont décrits et illustrés. Le premier, en calcaire, servait, d'un côté pour le «jeu du soldat» (*ludus latruncularum*) et, de l'autre, pour le jeu des «deux douze lignes» (*duodecim scripta*). Le second, en céramique, servait pour jouer la «marelle triple».

(Página deixada propositadamente em branco)

JOGOS ROMANOS DE CONIMBRIGA

O poeta Horácio cita alguns dos jogos infantis que constituíam o encanto de novos e de velhos: «...construir casinhas, atrelar ratos a um carrinho, brincar aos pares e aos ímpares, cavalgar numa comprida cana». Estes e outros passatempos envolviam crianças e adolescentes; enquanto as crianças brincavam às casinhas (*.simulacra domuum*), aos carrinhos (*plostella*), às bonecas (*pupae*), aos soldados (*ducatus aut imperia*), aos reis e às rainhas (*judices*), aos ganizes ou astrálagos (*tali*), os adolescentes preferiam o jogo da pela (*follis*), do par e ímpar (*par impar*), do pião (*turbo*), do berlinde (*orea*), do eixo (*humeris vectare*), do arco (*orbis, trochus*), do salto à corda e da corrida ⁽¹⁾.

Os adultos repartiam o tempo livre pelo prazer da mesa, da leitura e do jogo. Este passatempo acompanhava o cidadão no trabalho, no passeio, no banho e no jantar. As zonas de repouso e de convívio espalhadas pela cidade eram animadas por grupos de jovens que, em silêncio ou ruidosamente, se entretinham com os jogos de azar ⁽²⁾ e de combinação ou de cálculo ⁽³⁾. Os primeiros ^(*)

(*) Cf. Ugo Enrico PAOLI, *Vita Romana. La vie quotidienne dans la Rome Antique*, Bruges, 1960, p. 359-363 (— PAOLI, *Vita Romana*); cf. Jutta VÄTTERLEIN, *Roma ludens. Kinder und Erwachsene beim Spiel im antiken Rom*, Amsterdão, 1976.

(2) Cf. *O Dicionário de Jogos*, Porto, 1973 (= *Jogos*). Este livro dá a definição de *jogos de azar* (p. 274): «aqueles em que o acontecimento parece não depender de modo algum das qualidades do jogador...».

(3) Cf. *ibidem*, p. 522 (*Índice*). Esta obra não define a expressão *jogos de combinação*, mas refere-se a ela diversas vezes, quando apresenta os jogos que nela se enquadram.

agrupavam: o jogo da moeda ou da cara/coroa [*capita aut navia*], astrágalos, dos dados (*alae, terrerae*) e da morra (*micatio, digitus micare*); os últimos incluíam o jogo do moinho (*parva tabella lapillis*), do soldado (*ludus latrunculorum*) e das doze linhas (*duodecim scripta*), que exigem o uso do tabuleiro (*tabulae lusoriae*).

Os jogos de azar, proibidos por lei, eram permitidos só nos «ludi saturnales» (4). Esta regra obrigatória raramente era cumprida. O cidadão romano secretamente jogava, quantas vezes, à mesa de jogo, a sua fortuna ou desgraça. Nos albergues (*cauponiae*), nas tabernas, nos bares (*popinae e thermopolia*) e em casa, à sombra da lei, o jogo da moeda, dos dados, do par e ímpar e dos astrágalos não poupavam a bolsa dos jogadores infortunados. O próprio imperador Augusto, segundo o relato de Suetónio, jogava ostensivamente com amigos e convidados, ignorando a lei.

O jogo da morra era, muitas vezes, tolerado nas ruas da cidade, graças à agilidade e destreza de movimentos dos jogadores. Era uma modalidade do par-ou-ímpar, porque era praticado exclusivamente com os dedos das mãos. A sorte ou infortúnio do jogador residia na adivinhação ou não do número total de dedos levantados.

Conimbriga forneceu-nos peças de jogo que ditavam, pelo golpe de sorte (5), o jogador a quem caberia o início da partida: o jogo da moeda (6), dos dados e dos astrágalos (7). Essa sorte era ditada pelo valor simbólico das moedas ou pelo valor numérico de cada uma das faces dos dados ou dos astrágalos.

Os dados e os astrágalos serviam ainda para o jogo do par-ou-

(4) Cf. PAOLI, *Vita Romana*, p. 363; cf. Jérôme CARCOPINO, *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*, Lisboa, 1938, ed. «Livros do Brasil», n.º 5, p. 304 (= CARCOPINO, *Vida quotidiana*).

(5) Chama-se *golpe de sorte* ao primeiro lance do dado (moeda, dado ou astrágalo) quando indica o maior valor numérico.

(6) Cf. Isabel PEREIRA, Jean-Pierre BOST, Jean HIERNARD, *Fouilles de Conimbriga, III, Res monnaies*, Paris, 1974 (= *Fouilles de Conimbriga, III*), p. 6, Est. I, n.ºs 1 a 5.

(7) Cf. A. Moutinho ALARCÃO e Sálete da PONTE, *Coleções do Museu Monográfico de Conimbriga. Catálogo*, Coimbra, 1984 (= *Catálogo*), p. 79-80, hg. 1.

-ímpar (8). Os astrágalos pertenciam, também, ao foro dos mais novos, quando o praticavam como mero passatempo.

Jogava-se com quatro astrágalos (9). Eram ossículos de animais (carneiro e ovelha) com quatro faces irregulares: a face lisa simbolizava a imagem da morte (deus Anubis/Kyon) e valia um ponto correspondente ao *as*; a face oposta ao cão (*Kyon*) era consagrada a Vénus e equivalia a 6; a face côncava valia 3, e a convexa, 4 pontos. A melhor jogada era a de Vénus (1,3,4, 6), correspondente a 14 pontos. Os quatro astrágalos permitiam trinta e cinco combinações (10). Este jogo era tão do agrado do imperador Augusto que o praticava com os seus parceiros em qualquer momento (11); outras vezes oferecia, no seu próprio palácio, aos membros da sua família, 250 dinheiros por cabeça para que «...pudessem entregar-se ao jogo sem preocupações e sem pensamentos reservados...»(12).

Hoje em dia, o jogo dos astrágalos ou das cinco pedrinhas obedece a outras regras bem mais simples. Reside na destreza manual dos jogadores quando pretendem apanhar o maior número de «pedrinhas» com as costas da mão esquerda (13).

O jogo da moeda servia para dar início a qualquer partida. Os jogadores escolhiam *caput aut navia* (cabeça ou navio), o que corresponde, actualmente, à expressão cara ou coroa (14). As moedas mais antigas (15) tinham numa face a cabeça bifronte do deus Jano; na outra, a proa de um navio. O nome de *caput aut navia*

(8) Os jogadores procuravam adivinhar o número de objectos (moedas, nozes, etc.) encerrados na mão direita do adversário. No caso de acertar no número de objectos contidos na mão direita, o jogador retirava ao adversário uma peça de jogo.

(9) Cf. *Jogos*, p. 17 e p. 155-158. Este passatempo é designado também por jogo dos ganizes e do cucarne.

(10) Cf. *ibidem*, p. 157.

(11) Cf. Anita RIECHE, *So Spielten die Alten Römer. Römische Spiele im archäologischen Park Xanten*, Koln, 1984, «Glücksspiele» (= RIECHE, *Alten Römer*).

(12) Cf. CARCOPINO, *Vida quotidiana*, p. 305 e 365.

(13) Cf. *Jogos*, p. 158 (*Cucarne*).

(14) Cf. *ibidem*, p. 154 (*cruzes* ou *cunhos*) e p. 105 (*caras* ou *coroas*).

(15) Cf. *Fouilles de Conimbriga, III*, Est. I, n.ºs 1 a 5.

manteve-se, mesmo depois do desaparecimento deste tipo mone-tário.

Os jogos de tabuleiro eram passatempo de combinação e de cálculo bem mais complexos. Incluíam o jogo das doze linhas, o jogo do soldado e o jogo do moinho. Exigiam dos jogadores destreza intelectual, raciocínio, inteligência, sentido de decisão, espírito de análise e previsão de lances combinados.

Adolescentes e adultos dedicavam largo tempo dos seus ócios a estes passatempos, tanto em casa, como nas ruas da cidade ou na taberna. Encontravam, umas vezes, tabuleiros de jogos gravados nas lajes do forum e das termas da cidade; outras vezes, os tabuleiros improvisados eram traçados no solo, gravados nas lajes, incisos em placas de tijolo ⁽¹⁶⁾.

Em Conímbriga encontraram-se, a par de numerosas peças de jogo ⁽¹⁷⁾, dois tabuleiros de jogo, um dos quais é duplo (*duodecim scripta* e *ludus latrunculorum*), ocupando cada uma das faces da placa calcária (Figs. 1-2); o outro (*parva tabella lapillis*) preenche uma das faces de um pequeno tijolo quadrangular (Fig. 3).

Jogo das doze linhas (Fig. 1-2)

Este jogo, praticado com frequência pelos Gregos, foi posteriormente adoptado pelo Romanos com o nome de *duodecim scripta* ou *ludus XII scriptorum*. É, segundo parece, o prototipo do triquetraque ou gamão praticado nos nossos dias. São necessários dois jogadores, cada um com doze ou quinze pedras (pretas e brancas), um copo (*terrícula* ou *fritillus*) com dois ou três dados e um tabuleiro (*alveolus*) rectangular ⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁶⁾ Cf. CARCOPINO, *Vida quotidiana*, p. 306; J. P. V. D. BALSDON, *Life and leisure in ancient Rome*, Londres, 1969, p. 158 (Basilica Julia no Forum, Roma); M. Bendala GALÁN, *Tablas de juego en Italica*, «Habis», Sevilha, 1973, n.º 4, p. 263-272.

⁽¹⁷⁾ Cf. Jorge ALARCÃO, Robert ÉTIENNE, ADÍLIA MOUTINHO ALARCÃO e Sálete da PONTE, *Fouilles de Conimbriga, VII, Trouvailles Diverses — Conclusions Générales*, Paris, 1979, p. 180-181, Est. XLIX, 206-217; *Catálogo*, p. 79-80, fig. 1, n.ºs 376, 378 a 381 (p. 84-85).

⁽¹⁸⁾ Cf. *Jogos (Triquetraque)*, p. 466-467.

O tabuleiro de jogo poderia ser móvel ou fixo, feito de argila, de mármore ou de calcário. Comportava vinte e quatro casas divididas por doze linhas verticais cortadas transversalmente por duas secantes paralelas.

As casas ou alvéolos eram numeradas de I a XXIV no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio (da 1.^a casa do canto superior direito para a 12.^a casa do canto esquerdo, passando pela 13.^a casa do canto inferior esquerdo, até á última casa, ou seja, á 24.^a casa do canto direito).

Os jogadores colocavam-se um em frente do outro, tendo de permeio o tabuleiro. Muniam-se de doze ou quinze pedras, brancas e pretas, para depois iniciarem a partida. Colocavam no início do jogo as pedras na fila do meio, «pontos de partida», ou seja, no espaço não riscado do tabuleiro.

À abertura do jogo era ditada pelos dados. O jogador que obtivesse no primeiro lanço o maior número de pontos começava a partida. O jogador lançava os dados (dois ou três) e podia escolher entre movimentar uma só pedra ou avançar duas ou três numa só jogada: uma, correspondente ao número total de pontos marcados pelos dados; duas ou três pedras, segundo o número de pontos marcados em cada dado. As pedras eram movimentadas para casas *abertas*, isto é, quando não ocupadas, pelo menos, por duas pedras de outra cor.

Uma pedra sozinha numa casa podia ser expulsa por uma adversária e recolocada no «ponto de partida», quando os dados forneciam um número de pontos correspondente ao da casa ocupada por uma pedra de outra cor. Uma casa podia ser ocupada por duas ou mais pedras da mesma cor, considerando-se «fechada» às do adversário. O jogador teria direito a mais do que um lançamento, desde que ambos os dados marcassem dois números iguais.

A partida seria ganha pelo jogador que passasse todas as suas pedras para a 1.^a casa, ou seja, para o «ponto de partida».

As regras de jogo do gamão são, hoje em dia, muito semelhantes às do jogo das doze linhas. As maiores diferenças residem na numeração e colocação das pedras no início do jogo. As casas são actualmente numeradas a partir do canto inferior esquerdo, passando pela 12.^a casa do canto inferior direito, de seguida pela 13.^a

casa do canto superior direito até à 24.^a casa do canto superior esquerdo. As pedras são colocadas no começo da partida na primeira casa.

Jogo do soldado (Fig. 3-4)

O jogo do soldado era conhecido pelo jogo dos latrúnculos, nome que os Romanos davam às fichas de jogo (*latrunculi* ou *latrones*). O escritor Varrão chamava *latruncules* aos guarda-costas do príncipe. Era, por assim dizer, um nome de guerra ⁽¹⁹⁾. Na época arcaica, *latro* significava «soldado mercenário», enquanto que na época de Cícero passou a designar vagabundo ou ladrão. É assim que as peças passavam a chamar-se *milites* ou *bellatores* ⁽²⁰⁾. Era considerado um jogo de estratégia militar, em que o tabuleiro simbolizava o campo de batalha ⁽²¹⁾; as pedras de jogo eram as hostes militares que, em linha, procuravam passar ao terreno do adversário e «comer» ou expulsar um ou mais soldados isolados. As pedras de jogo que chegassem à última fila do tabuleiro formavam dama (*mandrae*). Este jogo era popular nos finais da República e durante o Império.

O tabuleiro, às vezes feito de materiais preciosos ⁽²²⁾, era, noutros casos, traçado no solo pelos próprios jogadores. Cada jogador necessitava de um tabuleiro quadrangular com 64 casas e de 16 pedras (pretas e brancas). As pedras de jogo eram de dois tamanhos: as pequenas eram as ordinárias (*calculi ordinarii*) e as maiores, as errantes (*calculi vagi*). As pedras de jogo eram, no início da partida, colocadas nas duas primeiras filas horizontais do tabuleiro. As ordinárias (espécie de peões do xadrez), colocadas na segunda fila, avançavam na vertical de

⁽¹⁹⁾ Cf. *ibidem* (*latrunculos*), p. 308-309.

⁽²⁰⁾ Cf. PAOLI, *Vita Romana*, p. 364.

⁽²¹⁾ Cf. *Jogos* (*latrunculos*), p. 309. O poeta Saleio Basso refere-se ao jogo dos latrunculos como um combate entre dois exércitos inimigos.

⁽²²⁾ Cf. M. Ch. DAREMBERG et Edm. SAGLIO, *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, Paris, 1902 (2.^a parte), L-M, p. 1403.

casa em casa, enquanto que as errantes na primeira fila deslocavam-se em todas as direcções. Uma pedra (ordinária ou errante) saltava por cima da do adversário, ocupava a casa livre e retirava-a do jogo. A mesma poderia continuar a «comer» sucessivas pedras do adversário se, entre elas, houvesse casa livre. Os arqueólogos e os historiadores encontraram sempre grandes dificuldades na reconstituição fiel da estrutura do jogo do soldado. Há investigadores que o aproximam do jogo de xadrez; outros, porém, reconhecem-lhe afinidade com o jogo das damas.

Ambos os jogos de tabuleiro (*duodecim scripta* e *ludus latrunculorum*) eram muito populares na época romana. Confirmam-no os testemunhos arqueológicos recolhidos em diversos sítios romanos ⁽²³⁾.

O jogo do soldado era, no entanto, o divertimento mais generalizado entre os cidadãos romanos. É curioso observar que, no noroeste peninsular, mormente na Galiza ⁽²⁴⁾, há tabuleiros gravados em pedra e que se assemelham ao jogo do soldado.

1. Fragmento de tabuleiro (Figs. 1-4). Calcário de Ançã.

Inv. 66.68. Dimensões: 95x125x40 mm.

Placa dividida em ambas as faces por linhas incisas, formando, num dos lados, quadrados (*ludus latrunculorum*) e, no outro, colunas (*duodecim scripta*) ⁽²⁵⁾.

Jogo do moinho (Fig. 5-6)

O jogo do moinho inclui-se no vasto grupo de *tabulae lusoriae*. Estes tabuleiros eram quadrangulares (de forma quadrada ou rectangular) ou circulares; estes últimos constituíam uma moda-

⁽²³⁾ Cf. Christian und Claudia HOLLIGER, *Römische Spielsteine und Brettspiele*, «Jahresbericht der Gesellschaft Pro Vindonissa», Brugg, 1984, p. 5-23 (jogo do soldado de Mainz (p. 19) e jogo das doze linhas de Auton (p. 20).

⁽²⁴⁾ Cf. Fernando Javier COSTAS GOBERNA e outros, *Petroglifos del litoral sur de la ría de Vigo*, «Quiñones de León» (Cástrelos), Vigo, 1984, n.º 8, p. 27 (Ra-Bayomallosa, Santa Catarina) e p. 258 («Os poziños» em Villaza-Gondomar).

⁽²⁵⁾ Cf. *Catálogo*, p. 84. A face correspondente ao tabuleiro *duodecim scripta* foi posteriormente reaproveitada. Os dois traços paralelos são bem visíveis.

lidade do jogo do* moinho. ■ O círculo era dividido por quatro perpendiculares que se entrecruzavam e formavam oito quadrantes. Os restantes modelos eram divididos por duas perpendiculares que uniam, num centro comum, os três quadrados ou rectângulos inscritos ⁽²⁶⁾.

O jogo do moinho circular caiu em desuso, permanecendo o quadrangular. Esta última modalidade era, para os gregos e romanos, um jogo de cálculo bastante popular. Gravavam-no em lugares públicos, traçavam-no no chão térreo ou desenhavam-no em tijolos não totalmente secos, como no exemplar de Conímbriga (Fig. 5). Gravuras idênticas encontram-se também no Noroeste peninsular, nomeadamente na Galiza ⁽²⁷⁾. Em Portugal, conhecemos o mesmo motivo geométrico gravado no castelo novo de Idanha-a-Nova, na capela românica de S. Miguel da Serra de Monsanto ⁽²⁸⁾, em Longroiva ⁽²⁹⁾, no templo romano de Évora ⁽³⁰⁾ e no Monte da Cegonha (Yidigueira) ⁽³¹⁾.

A representação de tabuleiros de jogo em monumentos históricos testemunha a ocupação dos operários da obra durante o descanso ou o reaproveitamento de antigos elementos de construção. A origem deste jogo remonta, segundo o erudito E. Four-

⁽²⁶⁾ Cf. RIECHE, *Alten Römer* (ficha n.º 18). . .

⁽²⁷⁾ Cf. Fernando Javier COSTAS GOBERNA e Julio FERNANDEZ PINTOS, *Diseños cuadrangulares a modo de tableros de juegos en los petroglifos del Noroeste de la Peninsula Ibérica*, «Arqueologia», Pontevedra, 1986, n.º 2 (no prelo). São exemplares do Monte Lobeira e do Castro de Xián.

⁽²⁸⁾ Cf. Francisco HENRIQUES, Carlos CANINAS e António HENRIQUES, *Levantamento de algumas gravações antigas sobre rocha do Sul da Beira Interior*, «Beira Alta», Viseu, 1982, vol. XLI, fase. 3, p. 705-712 (p. 706-707).

⁽²⁹⁾ Tabuleiro gravado num bloco granítico e achado junto do castelo, actualmente depositado na Junta de Freguesia. O tabuleiro com o jogo do moinho tem as seguintes dimensões: 40x30 cms. Estes elementos foram cedidos gentilmente pelo cônego António Pereira Amante, de Longroiva.

⁽³⁰⁾ Tabuleiro gravado numa das pedras graníticas do templo, do lado esquerdo da frontaria. Informação dada pelo dr. Bairrão Oleiro, ao qual estamos gratos.

⁽³¹⁾ Escavações efectuadas por Conceição Lopes e Rafael Alfenim. O tabuleiro está gravado num tijolo rectangular incompleto com as dimensões de 160X150 mm. Tem a referência AI18(3).

nier, aos Fenícios, que «para onde quer que iam, levavam essa imagem, verdadeiro e simbólico estandarte do seu poderio»⁽³²⁾.

Este jogo necessitava de dois parceiros, um tabuleiro quadrangular (portátil ou fixo) e dezoito pedras (brancas e pretas). O tabuleiro de jogo constava de três quadrados ou rectângulos interligados ou não por meio de duas perpendiculares, formando doze ou dezasseis linhas que agrupavam vinte e quatro pontos. Cada linha comportava três pontos que formavam o «moinho», quando ocupados por pedras da mesma cor. No início da partida, os jogadores escolhiam a cor das pedras (pretas ou brancas); em seguida, distribuíam-nas alternadamente em cada um dos pontos do tabuleiro. O jogador, tanto na colocação ou distribuição como na movimentação das pedras, procurava formar ou «fechar» um moinho. O jogador, por cada moinho que completasse, retirava ao seu adversário uma pedra que não pertencesse a um moinho já feito. Colocadas as nove pedras, o jogador movimentava-as para qualquer ponto mais próximo, até formar um moinho (simples ou duplo) e poder retirar uma pedra adversária. Obtinha-se um «moinho duplo», quando cinco pedras da mesma cor ocupavam dois lados contínuos do mesmo quadrado ou rectângulo inscrito, ou quando as cinco pedras preenchiam os cinco pontos de intercepção das duas perpendiculares com os quatro lados da figura quadrangular mais pequena.

O jogador que tivesse somente três pedras em jogo podia saltar e colocar-se em qualquer ponto livre; somente com duas pedras, perdia a partida.

Este jogo aparece, nos nossos dias, associado ao jogo das damas ou ao jogo do xadrez, publicitando nomes de fábricas ou de laboratórios. As regras do jogo romano mantiveram-se até hoje, inalteráveis.

2. Tabuleiro quase completo (Figs. 5-6). Argila. Inv. 68.4. Dimensões: 124X120X40 mm. Tijolo com uma das faces marcada por três rectângulos incisos, interligados por meio de duas perpendiculares formando dezasseis linhas que comportam vinte e quatro pontos. Cada linha contém três pontos.

(32) Cf. *Jogos (Marellles)*, p. 334-335.

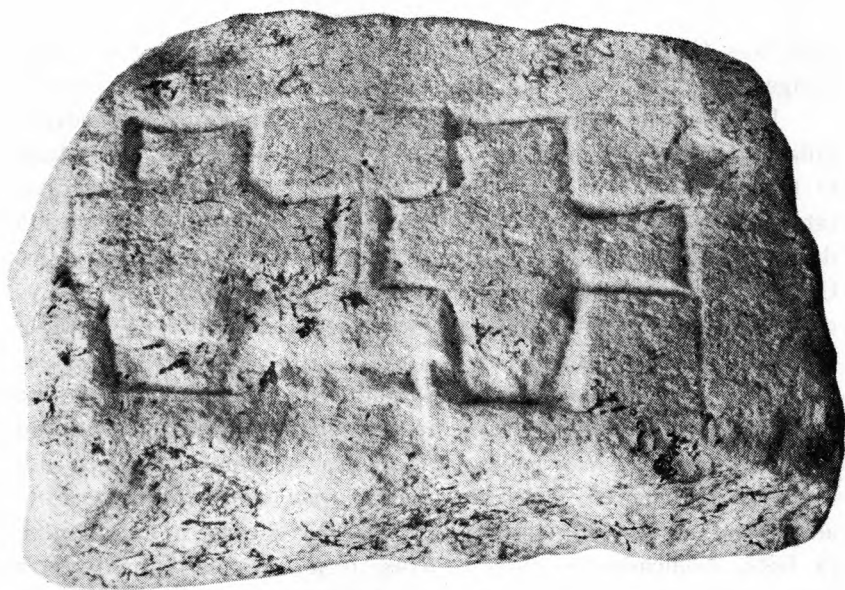


FIG. 1

xii	xi	x	ix	viii	vii		vi	v	iv	iii	ii	i
												
xiii	xiv	xv	xvi	xvii	xviii		xx	xx	xxi	xxii	xxiii	xiv

FIG. 2

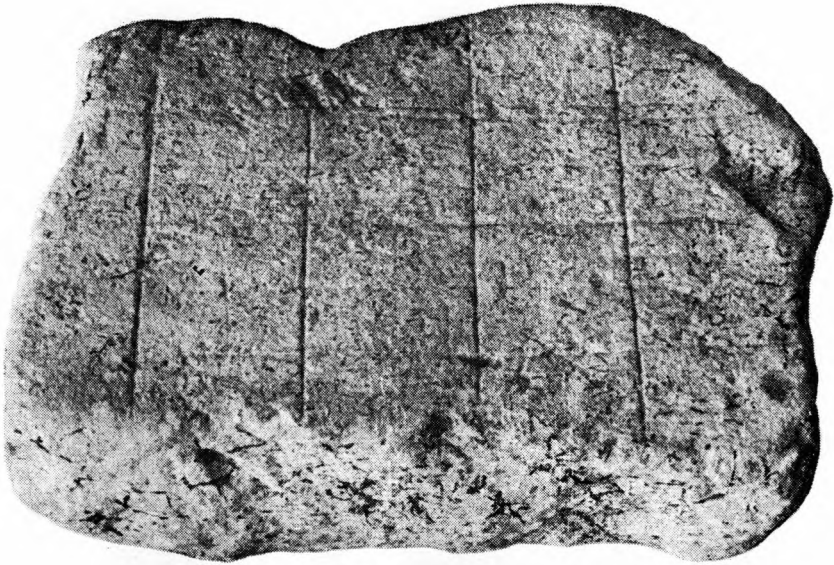


FIG. 3

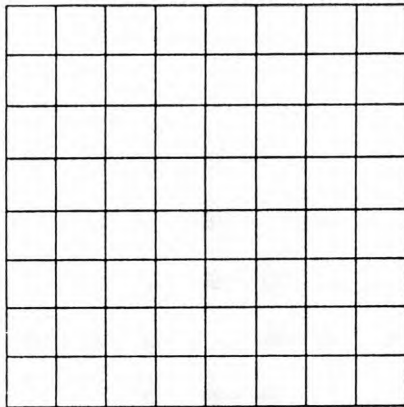


FIG. 4

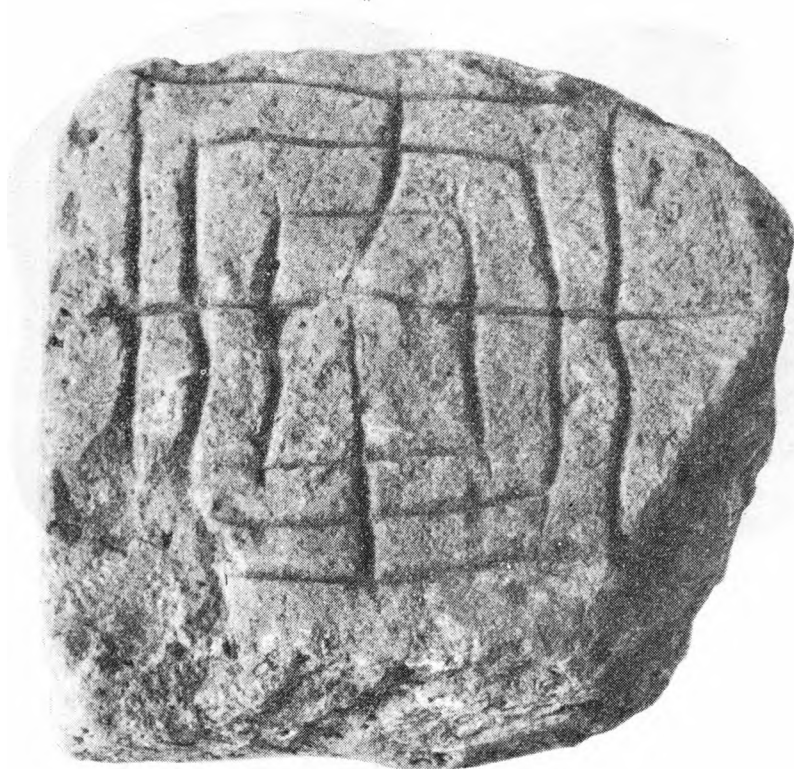


FIG. 5

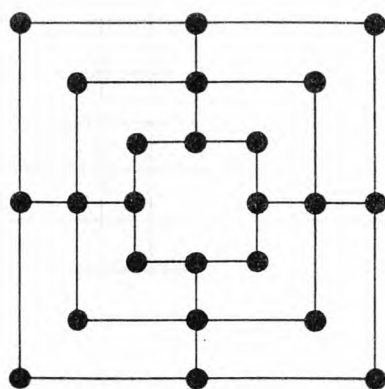


FIG. 6

MARIA HELENA SIMÕES

Professora do Ensino Secundário

VIDROS ROMANOS DO MUSEU DE CASTELO BRANCO
«Conimbriga», XXV p. (1986), 143-152

RESUMO: Os vidros que publicamos neste artigo constituem o espólio de vidros romanos que o Museu de Francisco Tavares Proença Júnior tem vindo a recolher ao longo dos anos. São fruto de achados ocasionais, oferta de particulares interessados na conservação do património local.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelos responsáveis do Museu, as informações que sobre as peças possuímos são escassas e imprecisas. São em número de dez as peças que estudamos, entre garrafas, unguentários, taças e contas de colar. Os fragmentos restantes, por suas exíguas dimensões, não permitem estudo.

RÉSUMÉ : Les verres publiés dans cet article constituent la collection de verres romains que le Musée de Francisco Tavares Proença Júnior (Castelo Branco, Portugal) a recueilli tout au long des années, resultat de trouvailles fortuites, d'offrandes de particuliers intéressés à la préservation du patrimoine local.

Malgré des efforts déployés par les responsables de ce musée, les renseignements sont insuffisants et imprécis. Les pièces que nous venons d'étudier — bouteilles, balsamares, coupes et petites perles à collier — ne sont que dix. Les fragments qui restent, par leur petitesse, ne permettent pas étude.

(Página deixada propositadamente em branco)

VIDROS ROMANOS DO MUSEU DE CASTELO BRANCO (')

Garrafas

As garrafas prismáticas do tipo Isings 50a, sopradas em molde, datam de meados do século i, embora se avenge a hipótese de o seu fabrico se ter iniciado mais cedo ⁽²⁾. Esta forma perdurou ao longo dos tempos, embora os exemplares dos séculos iii e iv sejam em muito menor número e feitos num vidro delgado de fraca qualidade. No seu fabrico ter-se-iam usado moldes de madeira em cujo fundo se traçava uma composição geométrica ou figurativa, como marca de fabrico ou por meras razões de ordem estética.

Em Portugal são frequentes as garrafas decoradas e muito variada a temática utilizada ⁽³⁾. No Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Lisboa), sob o número de inventário 13 725, proveniente de Galveias (Ponte de Sor), encontra-se uma garrafa semelhante ao nosso exemplar n.º 1 ⁽⁴⁾, possivelmente fabricada a partir do mesmo molde.

Para a garrafa n.º 2 não conhecemos em Portugal paralelo algum. Numa garrafa existente no Museu Provincial de Bonne-

(x) Agradecemos ao Dr. António Salvado, Director do Museu, a autorização para estudarmos e publicarmos estes vidros.

Os desenhos são da autoria do Dr. José Luís Madeira e as fotos de José Carlos Martins Caetano.

(2) ISINGS 1957, p. 64.

(3) ALARCÃO 1975, p. 47-53.

(4) ALARCÃO 1975, n.º 27.

fantem, sob o n.º de inventário 1-19 ⁽⁵⁾ e numa outra, proveniente de uma sepultura de Gucuron ⁽⁶⁾, podemos observar uma decoração semelhante, ainda que apresentando apenas um círculo.

Quanto ao exemplar n.º 3, trata-se de um fragmento de fundo de uma grande garrafa moldada, Isings 50 ou 51, com decoração em relevo, possivelmente semelhante a exemplares encontrados em Conimbriga ⁽⁷⁾. No entanto, a exiguidade do fragmento não nos permite reconstituir a decoração.

Unguentarios

O unguentário n.º 4, em forma de castiçal, pode ser incluído no tipo Isings 82B2.

Trata-se de uma peça soprada que se situa cronologicamente entre os fins do século i e primeira metade do século m ⁽⁸⁾, embora para o Oriente a datação proposta se estenda entre a segunda metade do século n e séculos m e iv d.C. ⁽⁹⁾.

Em Portugal encontramos alguns unguentários deste tipo ^(x0). Proveniente de Escalos de Cima (Castelo Branco), foi publicado por Leite de Vasconcellos um unguentário do tipo do nosso ^(u).

O unguentário n.º 5, um aríbalo de asa delfiniforme que podemos incluir no tipo Isings 61, situa-se cronologicamente entre os séculos i e iv e pode apresentar grande variedade de perfis. ^(v)

(•) ISINGS 1971, p. 29, n.º 95.

(6) DUMOULIN 1962, fase. 1, p. 328b.

(7) ALARCÃO 1976(1), p. 221, n.º 65 e 66.

(8) ISINGS 1957, p. 99.

(9) VESSBERG 1956, p. 59.

(10) ALARCÃO 1965, p. 99, n.º 161; ALARCÃO 1976(1), p. 163, n.º 41; ALARCÃO 1968(2), p. 82-83, n.º 5 e 6; ALARCÃO 1966(2), p. 5-12, n.º 7; ALARCÃO 1968(1), p. 12, n.º 9; ALARCÃO 1970, p. 252, n.º 42-45; ALARCÃO 1971(1), p. 198, n.º 17 e nota 13; ALARCÃO 1963(2), p. 369-370, n.º 3 e p. 375-376, n.º 10; ALARCÃO 1964, p. 91, n.º 15; ALARCÃO 1967, p. 25, n.º 54; ALARCÃO 1966(1), p. 141; ALARCÃO 1974, p. 15, sepultura 35; ALARCÃO 1971(2), p. 27, n.º 15; DELGADO 1984, p. 182, n.º 11 e 12; ALARCÃO 1978(1), p. 106, n.º 20.

(u) LEITE DE VASCONCELLOS 1918, p. 3, fig. 11.

A forma deste vidro soprado aparece a imitar peças metálicas ou cerâmicas e é muito comum ⁽¹²⁾. Em território nacional este tipo aparece documentado em Torres Novas ⁽¹³⁾, na Citânia de Briteiros⁽¹⁴⁾ e em Gonimbriga ⁽¹⁵⁾. De referir ainda a existência de um exemplar de proveniência desconhecida, de posse do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Lisboa) ⁽¹⁶⁾.

Taças

Apesar das suas reduzidas dimensões, o fragmento n.º 6 parece pertencer a uma taça, soprada em molde, de copa arqueada, quebrada nos ombros e colo contracurvado.

Este tipo é frequente no Oriente mas raro nas províncias ocidentais. No Ocidente aparece em Londres, Camulodunum, Verulamium, Elvage-les-Hovelage, Vindonissa, Aquileia e Mérida ⁽¹⁷⁾. Berger apresenta um exemplar, possivelmente da Anatólia Ocidental, afirmando ter sido esta forma de fabrico post-flaviano, aparecendo até aos fins do século i ⁽¹⁸⁾, em duas variantes, uma mais baixa, com nervuras horizontais na parte inferior da pança, e outra, mais alta e sem nervuras.

Entre nós o tipo é raro. Alarcão publicou dois exemplares de Conimbriga ⁽¹⁹⁾.

A taça n.º 7, em vidro decorado com fios relevados, usou-se do século i ao século v d.C. ⁽²⁰⁾, em grande variedade de formas ⁽²¹⁾. Por esta razão e pelas pequenas dimensões do fragmento, não nos é possível definir a forma da peça.

(12) ISINGS 1957, p. 78-81.

(13) ALARCÃO 1963(2), p. 370, n.º 5.

(14) ALARCÃO 1963(1), p. 195, n.º 22.

(15) ALARCÃO 1976(1), p. 170, n.º 83; ALARCÃO 1965, p. 54, n.º 67-70.

(16) ALARCÃO 1976(2), p. 57, n.º 9.

(17) ALARCÃO 1976(1), p. 167.

(18) BERGER in ALARCÃO, *op. cit. supra*.

(19) ALARCÃO 1965, p. 29, n.º 17; ALARCÃO 1976(1), p. 167, n.º 43.

(20) ALARCÃO 1965, p. 26.

(21) ALARCÃO 1964, p. 99.

Fremersdorf ⁽²²⁾ publicou dois exemplares que, ainda que não reproduzam exactamente a decoração do nosso pequeno fragmento, apresentam o mesmo tipo de vidro. De referir que esta decoração se obtinha pela aplicação de um fio de vidro sobre a peça ainda quente. Os resultados da aplicação desta técnica pode revestir o aspecto de cordões serpentiformes, desenhos ondulados, oitos e forquilhas.

Em território nacional este tipo de decoração é frequente, surgindo em formas muito variadas (®).

Também frequente no nosso país é o tipo da taça n.º 8, soprada, de copa arqueada e bordo engrossado ao fogo ⁽²⁴⁾. Em Conimbriga estas taças constituem o grupo mais abundante de vidros romanos e nele Alarcão distingue cinco perfis cuja cronologia discute ⁽²⁵⁾. O nosso fragmento é tão exíguo que não permite que o integremos em qualquer perfil.

Contas de colar

As contas de colar anelares, em forma de «rodilha», eram obtidas pelo enrolamento de um grosso fio de vidro em volta de uma vara. Esta técnica foi utilizada em todas as épocas e, portanto, não nos fornece qualquer informação cronológica ⁽²⁶⁾.

⁽²²⁾ FREMERSDORF 1959, estampas 36 e 37.

⁽²³⁾ ALARCÃO 1976(1), p. 226, n.º 179 a 182; ALARCÃO 1965, p. 26, n.º 12 a 15; ALARCÃO 1964, p. 97-102, n.º 24 a 26; ALARCÃO 1966(1), p. 57, n.º 3; ALARCÃO 1978(2), p. 159, n.º 39 a 41; ALARCÃO 1984, p. 176, n.º 5; ALARCÃO 1968(1), p. 27, n.º 45 e p. 36, n.º 70.

⁽²⁴⁾ PEREIRA 1970, p. 371; ALARCÃO 1965, p. 118; ALARCÃO 1970, p. 241; ALARCÃO 1963(2), p. 381-386; ALARCÃO 1964, p. 105; ALARCÃO 1971(2), p. 32; ALARCÃO 1963(1), p. 205, n.º 34.

⁽²⁵⁾ ALARCÃO 1976(1), p. 193-195.

⁽²⁶⁾ ALARCÃO 1976(1), p. 211.

CATÁLOGO

1. Garrafa. Vidro transparente verde-gelo com bolhas de ar, impurezas negras e ligeira espuma. Pedra, especialmente no bordo e asa. Picada e riscada pelo uso. Concreções calcárias. Ranhura funda cortando toda a espessura do colo.
Bordo partido e incompleto.
Corpo de secção quadrada, ombros altos e arredondados, gargalo ligeiramente tronco-cônico. Bordo repuxado para fora e revirado sobre si mesmo, achatado na parte superior.
Asa larga, multinervurada na sua face externa, presa ao ombro. Base ligeiramente côncava, relevada, com um hexafólio inscrito em quatro círculos concêntricos. O círculo externo não está completo pois o seu perímetro ultrapassa as dimensões da base.
Altura: 164 mm.
Ø 88 mm.
Proveniência: Sobreira Formosa (Castelo Branco).
N.º de inventário: 43.9.
2. Garrafa. Vidro transparente verde-gelo com bolhas de ar (no gargalo as bolhas são grandes e oblongas). Pedra no gargalo e asa. Muito picada e riscada pelo uso. Concreções calcárias.
Inteira e intacta.
Corpo de secção quadrada, ombros altos e arredondados. Gargalo cilíndrico, estrangulado na base. Bordo repuxado para fora e depois revirado sobre si mesmo, achatado na parte superior.
Asa multinervurada. Base relevada com dois círculos concêntricos, no menor dos quais está inscrito um trifólio.
Altura: 155 mm.
Ø maior: 85 mm.
Ø do lábio: 55 mm.
Proveniência: Sobreira Formosa (Castelo Branco).
N.º de inventário: 43.10.
3. Fragmento de fundo de garrafa, ligeiramente côncavo, relevado com motivos geométricos e pérolas.
Vidro transparente verde-gelo, muito picado e riscado pelo uso.
Espessura: 8 mm.
Proveniência: Sant'Ana (Castelo Branco).
N.º de inventário: 81.49.
4. Unguentário. Vidro verde-gelo com bolhas de ar circulares e oblongas, com estrias de soflagem e pedra. Concreções calcárias.
Completo e intacto.

Gargalo alto, cilíndrico, que se alarga um pouco na base. Marcas de modelação na base.

Reservatório baixo, com base recta.

Bordo arredondado ao fogo.

Marca de pontel visível na base.

Altura: 85 mm.

$\varnothing$ máximo: 75 mm.

$\varnothing$ gargalo: 19-24 mm.

Proveniência: Sobreira Formosa (Castelo Branco).

N.º de inventário: 29.40.

5. Unguentário. Fragmento de gargalo, parte do corpo e uma asa. Vidro verde-gelo com bolhas de ar oblongas e impurezas negras. Picado e riscado pelo uso. Concreções calcárias. Gargalo cilíndrico, curto, ligeiramente estrangulado na base. Bordo repuxado para fora e revirado sobre si mesmo, achatado na parte superior. Asa delfiniforme. Corpo esférico. Espessura do vidro no bojo: 2 mm. Altura da asa: 30 mm. Proveniência: Fonte Santa, Lousa (Castelo Branco). N.º de inventário: 80.141.
6. Taça. Fragmento de fundo moldurado na parte inferior da pança. Vidro translúcido verde-gelo com bolhas de ar, ligeiramente riscado e picado. Base côncava. Espessura: 5 mm. Proveniência: S. Martinho (Castelo Branco). N.º de inventário: 77.146.
7. Taça. Fragmento da copa. Vidro transparente, incolor, muito irizado, com irisão leitosa. Parede convexa, decorada com fios de vidro grosso, também incolores, pouco relevados na parte superior mas muito grossos na parte inferior. Espessura: 3 mm. Proveniência: Castelo (Castelo Branco). N.º de inventário: 10.724.
8. Taça. Fragmento de bordo em vidro transparente verde-musgo. Bordo espessado ao fogo, em forma de cabeça de fósforo. Riscado e ligeiramente irizado. Parede rectilínia. Espessura no bordo: 4 mm. Espessura da parede: 1 mm. Proveniência: Fonte da Bica, Escalos de Cima (Castelo Branco). N.º de inventário: 77.187.

9. Conta de colar hexagonal.
Vidro verde-sombra.
Altura: 11 mm.
ø 7 mm.
Proveniência: S. Martinho (Castelo Branco).
N.º de inventário: 77.150.
10. Conta de colar anelar.
Vidro verde-água, ligeiramente picado e riscado.
Altura: 3 mm.
ø 9 mm.
Proveniência: S. Martinho (Castelo Branco).
N.º de inventário: 77.151.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO 1963(1)-J. e A. ALARCÃO, *Vidros Romanos do Museu de Martins Sarmento*, in «Revista de Guimarães», vol. LXXIII, n.º 1-2, Jan.-Jun. 1963.
- ALARCÃO 1963(2)-J. e A. ALARCÃO, *Quatro Pequenas Coleções de Vidros Romanos*, in «Revista de Guimarães», vol. LXXIII, n.º 3-4, Jul.-Dez. 1963.
- ALARCÃO 1964-J. e A. ALARCÃO, *Vidros Romanos do Museu Municipal da Figueira da Foz*, in «Revista de Guimarães», vol. LXXIV, n.º 1-2, Jan.-Jun. 1964.
- ALARCÃO 1965-J. e A. ALARCÃO, *Vidros Romanos de Conimbriga*, 1965.
- ALARCÃO 1966(1) - J. e A. ALARCÃO, *O Espólio da Necrópole de Valdoca*, in «Conimbriga», V, 1966.
- ALARCÃO 1966(2)-J. e A. ALARCÃO, *Sepultura Luso-Romana descoberta no Concelho de Constância*, in «Museu», 2.ª Série, 10, 1966.
- ALARCÃO 1967-J. e A. ALARCÃO, *Vidros Romanos do Museu Arqueológico de Vila Viçosa*, in «Conimbriga», VI, 1967.
- ALARCÃO 1968(1)-J. ALARCÃO, *Vidros Romanos de Museus do Alentejo e Algarve*, in «Conimbriga», VII, 1968.
- ALARCÃO 1968(2)-J. ALARCÃO, *Espólio de uma Sepultura Luso-Romana de Pombalinho, Santarém*, in «O Arqueólogo Português», Série III, vol. II, 1968.
- ALARCÃO 1970-J. ALARCÃO, *Vidros Romanos de Balsa*, in «O Arqueólogo Português», 3.ª Série, IV, 1970.
- ALARCÃO 1971(1) -J. ALARCÃO, *Vidros Romanos de Aramenha e Mértola*, in «O Arqueólogo Português», Série III, vol. v, 1971.

- ALARCÃO 1971(2)-J. ALARCÃO, *Mais Algumas Pequenas Coleções de Vidros Romanos*, in «Conimbriga», X, 1971.
- ALARCÃO 1974-J. e A. ALARCÃO, *A Necrópole de Monte Farrobo (Aljustrel)*, in «Conimbriga», XIII, 1974.
- ALARCÃO 1975-J. ALARCÃO, *Bouteilles Carreës au Fond Décoré du Portugal Romain*, J. G. S., XVII, 1975.
- ALARCÃO 1976(1)-J. ALARCÃO, *Verres* in J. ALARCÃO e R. ÉTIFNE, *Fouilles de Conimbriga VI, Céramiques Diverses et Verres*, Paris, 1976.
- ALARCÃO 1976(2)-J. ALARCÃO, *Vidros Romanos provenientes da colecção do Rei D. Manuel*, in «Conimbriga», XV, 1976.
- ALARCÃO 1978(1)-J. ALARCÃO, *Vidros Romanos do Alentejo no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa)*, in «Conimbriga», XVII, 1978.
- ALARCÃO 1978(2)-J. ALARCÃO, *Vidros do Castelo de Alcácer do Sal*, in «Setúbal Arqueológica», vol. IV, Setúbal, 1978.
- ALARCÃO 1984-J. ALARCÃO, *Sete Jarros de Vidro Romanos*, in «Lucerna», Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1984.
- DELGADO 1984-M. DELGADO, *Sepultura Romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante — Rraga*, in «Lucerna», Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, 1984.
- DUMOULIN 1962-A. DUMOULIN, *Les Fosses Funéraires de Cucuron (Vaucluse)*, in «Gallia», XX, 1962.
- FREMERSDORF 1959-F. FREMERSDORF, *Römische Gläser mit Fadenaufilage in Köln*, Colónia, 1959.
- ISINGS 1957-C. ISINGS, *Roman Glass From Dated Finds*, Groningen, 1957.
- ISINGS 1971-C. ISINGS, *Roman Glass in Limburg*, Groningen, 1971.
- LEITE DE VASCONCELLOS 1918-J. LEITE DE VASCONCELLOS, *Antigualhas da Beira Baixa. 2. Objectos Romanos de Escalos de Cima*, in «O Archeologo Português», XXIII, 1918.
- PEREIRA 1970-M. A. HORTA PEREIRA, *Monumentos Arqueológicos do Concelho de Mação*, Mação, 1970.
- VESSBERG 1956-VESSBERG, *The Swedish Cyprus Expedition, vol. IV, Part 3 — The Hellenistic and Roman Periods in Cyprus*, Estocolmo, 1956.



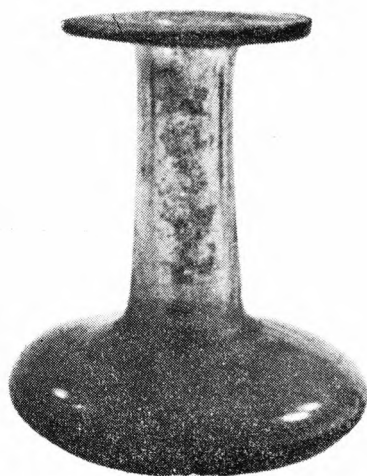
1



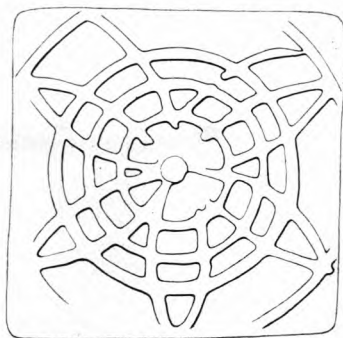
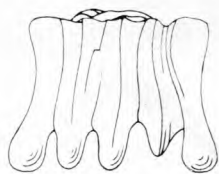
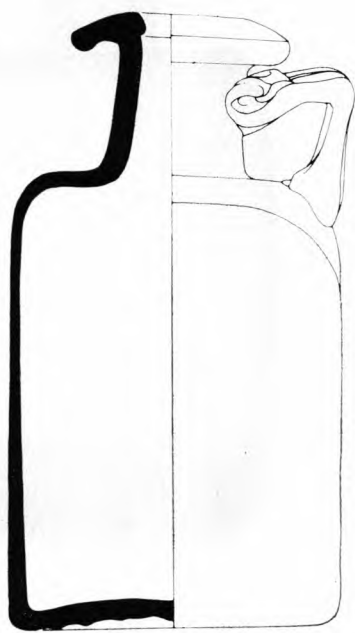
2



1

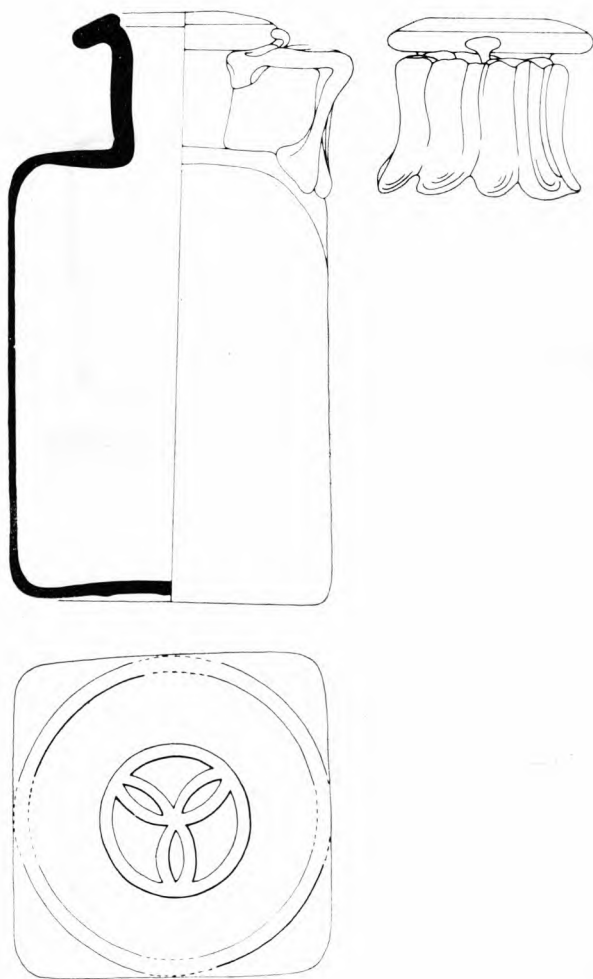


4



1

Esc. 1:2

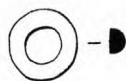


2

Esc. 1:2



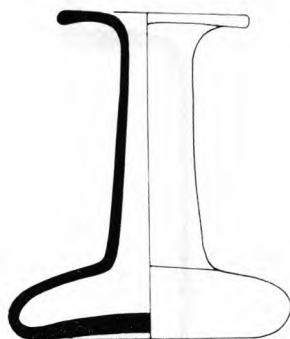
6



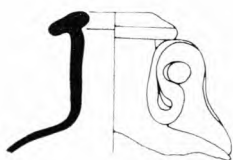
10



3



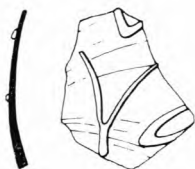
4



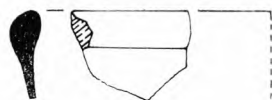
5



9



7



8

N.^{os} 3, 4, 5, 6 e 7: Esc. 1:2;

n.^{os} 8, 9 e 10: Esc. 1:1

GUILHERME CARDOSO

Gabinete de Arqueologia do Município de Cascais

FORNOS DE ÂNFORAS ROMANAS NA BACIA DO RIO SADO:
PINHEIRO, ABUL E BUGIO
«Conimbriga», XXV (1986), p. 153-173

RESUMO : Apresenta-se um conjunto de ânforas romanas recolhidas nos fornos da bacia do Sado, em 1976. Além das formas mais comuns, o autor identifica tipologias para que não encontrou paralelos, designando-os, pois, de formas 91, 92, 93 e 94.

RÉSUMÉ : Étude descriptif d'un ensemble d'amphores romaines trouvées dans les fours du bassin du fleuve Sado, aux environs d'Alcâcer do Sal (la *Salada* romaine). On y rencontre des formes communes, mais l'Auteur identifie des typologies sans parallèle connu, qu'il désigne formes 91, 92, 93 e 94.

(Página deixada propositadamente em branco)

FORNOS DE ÂNFORAS ROMANAS NA BACIA DO RIO SADO: PINHEIRO, ABUL E BUGIO *

Serve o presente trabalho para apresentar um conjunto de ânforas romanas recolhidas por nós e por elementos do Museu do Mar (Cascais) nos fornos da bacia do Sado, durante o ano de 1976.

Sobre estas ânforas pudemos já tecer algumas considerações nas III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 1976. E, num artigo publicado em 1978 (*), apresentámos também alguns aspectos do tema que ora nos vai ocupar.

Foi no III Colóquio de Setúbal (1975), onde expusemos um trabalho sobre outras ânforas do Museu do Mar, que ficou mais clara a importância dos fornos da bacia do Sado.

Justificava-se uma visita a estas jazidas — desconhecidas até à publicação de um pequeno artigo inserido n'«O Arqueólogo Português» (2), da autoria de D. Fernando de Almeida e dos geólogos Georges Zbyzewski e O. da Veiga Ferreira—mais não fosse devido à falta de elementos que definissem as origens de uma grande parte das ânforas recolhidas no rio Sado, frente a Tróia, e que o artigo referido não elucidava na totalidade. A confusão

* Agradecemos ao Doutor Jorge de Alarcão a orientação científica que amavelmente nos deu e ao doutor José d'Encarnação a colaboração prestada na feitura deste artigo. Severino Rodrigues passou a limpo os desenhos, o Dr. Luís Pascoal procedeu à montagem das gravuras — para eles também o meu reconhecimento.

(9) Guilherme CARDOSO, *Ânforas Romanas no Museu do Mar (Cascais)*, «Conimbriga», XVII, 1978, p. 63-78.

(2) *Descoberta de Fornos Lusitano-Romanos na Região da Marateca (Setúbal)*, «O Arqueólogo Português», série III, V, 1971, p. 155-165.

reinante sobre as diferentes formas fabricadas nesses fornos leva-nos a apresentar este estudo de materiais aí recolhidos, indicando as conclusões a que chegámos.

A cronologia adoptada baseia-se em dados expressos em artigos da especialidade, devido à falta de escavações em qualquer das jazidas e ao facto de os fragmentos identificáveis terem sido recolhidos a esmo dentro de valas de drenagem ou superficialmente, sem qualquer referêndia estratigráfica e poucas de contexto.

1. Os Fornos

Herdade do Pinheiro

Estes fornos, localizados na região da Marateca, já mereceram uma publicação sumária, em 1971, após a sua descoberta ⁽³⁾. São, até ao momento, dos mais importantes de que temos notícia, em território português, tanto pela quantidade de vestígios como pela diversidade de formas observadas. Funcionaram entre o séc. i d.C. e o séc. iv, chegando as camadas das entulheiras dos rejeitados a atingir dois metros de altura, desenvolvendo-se desde a zona terrestre dos fornos grandes, a nascente, para o lado do rio, a poente, morrendo nos arrozais que actualmente circundam a zona que, na época romana, era banhada pelo rio, hoje a uns 400 metros de distância.

Descortinámos, durante as nossas visitas ao local, a existência de uma identidade tipológica por zonas, sendo a mais próxima dos fornos grandes ocupada principalmente por ânforas da forma Dressel 14 e alguns fragmentos Almagro 50 nos estratos superiores. Entre esta zona e até perto dos arrozais a poente, só observámos vestígios da forma D. 14 e, por último, numa vala de drenagem que contorna os arrozais, a forma D. 14 escasseia, abundando as lusitanas, D. 30, Almagro 51 e, esporadicamente, Almagro 50, além de outros tipos mais raros.

(3) D. Fernando de ALMEIDA e outros, *art. cit.*

Herdade de Monte Novo — Abul

A 300 metros para poente do antigo monte de Abul, hoje abandonado e pertença do Monte Novo, situa-se um pequeno cabeço junto ao rio Sado. O chão encontra-se juncado de cerâmica e, na vala de rega circundante ao cabeço, recolheram-se várias bocas de ânfora D. 14, que foram colocadas a descoberto durante a abertura da mesma.

Nos terrenos secos dos arrozais, a sul da vala de rega, apareceram fragmentos de ânforas D. 24 partidas pelo arado. Na praia, durante a vazante, observa-se grande quantidade de cerâmicas enterradas no lodo.

Herdade do Bugio

Situados a cerca de quatro quilómetros de Alcácer do Sal, na Herdade do Bugio, foram postos a descoberto a quando da montagem da linha do caminho-de-ferro de Setúbal para Alcácer.

Segundo informações obtidas, teriam sido achadas ânforas inteiras, prontamente partidas pelos cabouqueiros.

Dos fornos, a única coisa que se via, em 1976, era a parede lateral da câmara de cozedura no barranco sobre a linha férrea e, para norte, o chão encontrava-se coberto de tijolos, assinalando, possivelmente, a existência de outro forno. Deste forno já foi apresentada, em 1980, uma notícia preliminar da sua descoberta, por Dias Diogo, após a nossa comunicação às III Jornadas Arqueológicas, de 1977 ⁽⁴⁾.

⁽⁴⁾ A. M. Dias Diogo, *Fornos de Ânforas do Monte do Bugio — Notícia Preliminar*, «Conimbriga», XIX, 1980, p. 147-150.

2. As Formas

Forma D vessel 14 ; Beltran IV

Forma vulgar em Portugal: encontraram-se olarias romanas com fabrico deste tipo de ânfora na bacia do Tejo⁽⁵⁾ e em S. Bartolomeu de Castro Marim⁽⁶⁾; é o mais comum nos fornos da região do Sado. Aparece desde a Herdade da Barrosinha, em Alcácer do Sal, até à Quinta da Alegria, em Setúbal, mais ou menos semelhante na forma. Com cerca de um metro de altura, bojo entre cilíndrico e o ovoide, lábio saliente em pérola ou simplesmente liso, com pé em cone alto ou baixo, sempre oco, já conseguimos distinguir seis subtipos e mais distinguiríamos; só que é mais importante descrevermos as formas existentes em cada forno e deixar para mais tarde toda uma definição que apenas interessará verdadeiramente quando se conseguir datar com precisão cada uma das variantes. Estamos convencidos, aliás, de que não coexistem todas essas formas na mesma época.

Nas figuras 1 e 2, dos fornos do Pinheiro, distinguem-se as variantes de bordo perolado, variante II e III Beltrán ⁽⁷⁾ e III, IV de Parker ⁽⁸⁾, sendo datadas pelo primeiro como do séc. n-iii d.C. ⁽⁹⁾.

Outra variante, esta de bordo liso (Figs. 34 e 35 do forno de Abul e Fig. 44 e 45 dos fornos do Bugio), é idêntica à variante V Beltrán ⁽¹⁰⁾ e às variantes I e II de Parker ^(u). Foram recolhidas

⁽⁵⁾ Clementino AMARO, *Prospecção e Reconhecimento — Distrito de Santarém-fienav ente*, «Informação Arqueológica», 3, 1980, p. 12-13.

⁽⁶⁾ Manuel MAIA, *As Ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim*, «Glio», 1, 1979, p. 141-144.

⁽⁷⁾ M. BELTRÁN LLORIS, *Las Ânforas Romanas en Espama*, Zaragoza, 1970, p. 457.

⁽⁸⁾ Anthony J. PARKER, *Lusitanian Amphoras*, «Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores», Collection de l'École Française de Rome, 32, 1977, p. 38.

⁽⁹⁾ M. BELTRÁN LLORIS, *o. cit.*, p. 459.

⁽¹⁰⁾ IDEM, p. 451.

^(u) Anthony J. PARKER, *o. cit.*, p. 38.

idênticas na Herdade da Enchurrasqueira e Vale da Cepa ⁽¹²⁾⁽¹³⁾, bem como nos fornos da Herdade da Barrosinha, em Alcácer, e na Quinta da Alegria ⁽¹⁴⁾. Esta forma apareceu em Óstia nos estratos atribuídos à época flávia e nos estratos tardo-antoninos ⁽¹⁵⁾. Pascual Guasche ⁽¹⁶⁾ data este fabrico dos finais do séc. i d.C. e grande parte do n. Nas escavações do castelo de Alcácer do Sal ⁽¹⁷⁾ e na cidade de Setúbal ⁽¹⁸⁾ este tipo de ânfora foi encontrado em estratos do séc. i e ii d.C.. Nós próprios recolhemos em Abul, junto aos fragmentos de boca (Figs. 34 e 35), um pedaço de bordo de *sigillata* hispânica da forma Drag. 37, de datação difícil de precisar (séc. ii-iii d.C.).

Das asas desta forma recolhemos um fragmento (Fig. 3) com a marca B.F., nos fornos do Pinheiro, e o fragmento de uma outra (Fig. 48) sem marca, nos fornos do Bugio.

Os pés são em bico oco, de forma fálca (Figs. 5, 6, 7 e 8, do Pinheiro; Figs. 36, 40, 41 e 42, de Abul; e as Figs. 47, 48, 49 e 50, da Herdade do Bugio). A Fig. 8 é de um pé que tem esgrafitado um P, idêntico a outro já recolhido nos mesmos fornos do Pinheiro ⁽¹⁹⁾; um outro (Fig. 36) apresenta um grafito seme-

⁽¹²⁾ A. M. Dias **DIAGO**, *Fornos de Anforas do Monte da Enchurrasqueira e do Vale da Cepa* — *Notícia Preliminar*, «Conimbriga», XXII, 1983, p. 209-215.

⁽¹³⁾ A. M. Dias **DIAGO**, A. G. de **CARVALHO**, I. M. de Sá **REBELO**, J. M. Leiria **FERNANDES** e M. F. **GARCIA ROLLO**, *O Material dos Fornos Romanos da Enchurrasqueira no Museu do Mar — Cascais*, «Série Arqueológica do Museu do Mar», 3, 1984.

⁽¹⁴⁾ A. **COELHO-SOARES** e Tavares da **SILVA**, *Ânforas Romanas da Quinta da Alegria (Setúbal)*, «Setúbal Arqueológica», V, 1979, p. 211-212.

⁽¹⁵⁾ C. **PANELLA**, *Annotazioni in Margine Alie Stratigrafie delle Terme Ostiensi del Nuotatore* — *Recherches sur les Amphores Romaines*, Collection de l'École Française de Rome, 10, 1972, p. 82.

⁽¹⁶⁾ Ricardo **PASCUAL GUASCH**, *El pecio Randofo (Almeria)*, «Pyrenae», 4, 1968, p. 146.

⁽¹⁷⁾ C. Tavares da **SILVA**, Joaquina **SOARES**, C. Mello **BEIRÃO**, L. Ferrer **DIAS** e A. **COELHO-SOARES**, *Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979)*, «Setúbal Arqueológica», VI-VII, 1980/81, p. 197.

⁽¹⁸⁾ C. Tavares da **SILVA** e Antonia **COELHO-SOARES**, *A Praça do Rocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações Arqueológicas de 1980*, «Setúbal Arqueológica», VI-VII, 1980/81, p. 253-254.

⁽¹⁹⁾ D. Fernando de **ALMEIDA** e outros, *art. cit.*, Est. VII.

lhante a uma seta. São comuns, pelo que pensamos que indicam a quantidade de produção de um oleiro.

Forma Dressel 24 ⁽²⁰⁾

Foram recolhidos dois fragmentos desta forma na Herdade de Abul (Figs. 37 e 38); aparentadas com a D. 14 ⁽²¹⁾, estas ânforas são, no entanto, de porte mais pequeno. Dos fragmentos que recolhemos temos um bordo, semi-perolado, com encaixe interno para opérculo, e um fragmento de colo com asas em fita de nervura central em relevo, diferente do sulco habitual na D. 14.

Este tipo é atribuído por Dressel ao séc. i d.C. e aos sécs. ii-m, por Lamboglia ⁽²²⁾. O seu conteúdo é desconhecido, podendo pensar-se na sua utilização para levar pasta de peixe.

⁽²⁰⁾ Sobre esta classificação cumpre-nos transcrever uma passagem do trabalho citado na nota 13:

«(...) No que respeita a ânforas, os fornos de Abul aparentam apenas ter produzido Dresdel 14; a informação de Guilherme Cardoso sobre a produção de ânforas Dressel 24, baseia-se na classificação errada do nosso exemplar n.º 4: o fragmento superior de uma ânfora Dressel 14, de bordo perolado e boca esvasada».

Desconhecemos onde é que os autores poderão ter colhido a citada «informação», pois o trabalho agora publicado estava inédito, apenas tendo sido apresentado na comunicação feita em 1977 por ocasião das III Jornadas Arqueológicas, como atrás dissemos.

Os autores não esclarecem em que circunstâncias tomaram conhecimento dessa hipotética informação, o que lamentamos, devido à confusão que pode gerar.

⁽²¹⁾ O lábio difere do da forma que habitualmente se considera como sendo Dressel 24 (Guilherme CARDOSO, *art. cit.*, p. 70). É, contudo, o tipo que apresentamos aquele que melhor condiz com o da tabela Dressel.

⁽²²⁾ Fausto Zevi, *Appunti sulle Anfore Romane*, «Archeologia Classica», XVIII, 1966, p. 223.

Forma Dressel 28/Oberaden 74

A Fig. 4 representa um fragmento desta forma achado nos fornos do Pinheiro. Encontra-se em muito mau estado de conservação; a pasta está a desagregar-se, principalmente nas asas, não permitindo ver correctamente o corte, que podia ser idêntico à forma 24, fabricada em Abul, e que é também semelhante às ânforas descobertas em Oberaden ⁽²³⁾.

Loeschke ⁽²⁴⁾ considera-as datáveis desde a segunda metade do séc. i a.C. até meados do séc. i d.C., usadas para conter vinho. Dressel ⁽²⁵⁾, pelo contrário, data-as da segunda metade do séc. i d.C., e é de opinião de que serviam para garum.

Forma Dressel 301 Ânfora lusitana

Como afirmámos no nosso anterior trabalho ⁽²⁶⁾, não podemos atribuir, sem mais, a esta ânfora a forma D. 30, se bem que lhe seja muito semelhante em alguns casos, como, por exemplo, a boca procedente da Quinta da Alegria descrita com o n.º 30 ⁽²⁷⁾, e a peça n.º 37 da Herdade da Enchurrasqueira ⁽²⁸⁾, que tem um perfil idêntico ao apresentado por Dressel na sua tabela.

Existe entre esta forma e a Almagro 51 C uma grande semelhança, distinguindo-se principalmente pela inclinação das asas e pela maior largura do bojo.

São deste tipo os fragmentos representados nas Figs 9, 10, 11, 13 e 33 do Pinheiro, sendo o n.º 9 uma variante de bordo triangular e o n.º 11 uma variante de bordo saliente em fita.

⁽²³⁾ LOESCHKE, *Das Römerlage in Oberaden*, II, Dortmund, 1942, grav. 31.

⁽²⁴⁾ LOESCHKE, *ob. cit.*, p. 80-81.

⁽²⁵⁾ Fausto Zevi, *art. cit.*, p. 225.

⁽²⁶⁾ Guilherme Cardoso, *art. cit.*, p. 71.

⁽²⁷⁾ A. Coelho-Soares e C. Tavares da Silva, *art. cit.*, estampa II, n.º 30.

⁽²⁸⁾ A. M. Dias Diogo e outros, *art. cit.*, p. 31: os autores confundem este tipo de ânforas com uma bilha de cerâmica comum.

Os pés apresentam, normalmente, um pequeno furo na parte central inferior.

Foram também encontrados no castelo de Alcácer fragmentos deste tipo, em estratos do séc. m e iv d.C. ⁽²⁹⁾, e no Vale da Cepa ⁽³⁰⁾.

Forma Dressel 38IBeltrán II

Desta forma apenas nos resta um único fragmento (Fig. 43), encontrado na Herdade do Bugio. Não é de fabrico local, como se pode ver através da pasta, amarela.

Ainda está por explicar a razão pela qual se recorreu à importação e não ao fabrico deste tipo de ânforas próprio paia a salga de peixe numa região como a do Sado, que foi na Antiguidade centro conserveiro.

Forma Almagro 50

Recolheram-se, desta forma, o fragmento de uma boca (Fig. 19) e fragmentos de pés (Figs. 23, 24, 25 e 26) nos fornos do Pinheiro. Foram também fabricadas nos fornos da Quinta da Alegria ⁽³¹⁾. Dias Diogo apresenta, no seu trabalho sobre o Vale da Cepa, um fundo de ânfora (n.º 12) que atribui à forma 51 C mas que nos parece preferível considerar deste tipo. Registou-se ainda a sua presença em estratos dos sécs. m e iv, no castelo de Alcácer ⁽³²⁾. Estas ânforas destinar-se-iam a conter pasta de peixe.

⁽²⁹⁾ Na nota 17, p. 200-201.

⁽³⁰⁾ A. M. Dias Diogo, *art. cit.*, p. 214 (apresentados como sendo do tipo Almagro 51 C).

⁽³¹⁾ A. COELHO-SOARES e C. TAVARES DA SILVA, *art. cit.*, p. 212.

⁽³²⁾ G. TAVARES DA SILVA e outros, *art. cit.*, p. 200-201.

Forma Almagro 51 A B C

Uma boca (Fig. 20) e um pé (Fig. 32), provenientes da Herdade do Pinheiro, são os únicos fragmentos recolhidos das variantes A e B desta forma.

A variante C encontra-se representada na Fig. 12, com uma boca muito semelhante à forma lusitana (Fig. 11), só que mais esguia de ombros e em quatro bicos de ânfora (Figs. 14 e 15 dos fornos do Pinheiro e os n.º 51 e 52 do Bugio).

Foram identificadas ânforas deste tipo na Quinta da Alegria ⁽³³⁾, em Vale da Cepa ⁽³⁴⁾ e nos estratos do séc. m e iv do castelo de Alcácer.

Fabricaram-se nos fornos do Pinheiro e da Quinta da Alegria algumas formas para as quais não encontramos paralelos nas tabelas tipológicas que conhecemos. As tipologias seguintes são, por essa razão, da nossa responsabilidade.

Forma 91

Caracteriza-se pelas paredes de pequena espessura, muito bem cozida, com uma boca de lábios espessos, colo curto sobre ombros descaídos (Fig. 16); o bojo é cilíndrico, muito semelhante ao da africana grande, e o pé curto, de duas caneluras (Fig. 27 e 28), características que distinguem esta forma de qualquer outra que conhecemos.

Variantes desta forma consideramos a da Fig. 17, como A, onde o lábio é fino e o ombro mais levantado, e a n.º 19, como variante B.

Ânforas deste tipo foram encontradas no cemitério tardoromano de Tróia ⁽³⁶⁾, conjuntamente com africanas grandes. Parker,

⁽⁸³⁾ A. COELHO-SOARES e G. Tavares da SILVA, *art. cit.*, p. 213.

⁽³⁴⁾ A. M. Dias DIOGO, *art. cit.*, p. 212.

⁽³⁵⁾ C. Tavares da SILVA e outros, *art. cit.*, p. 200-201.

⁽³⁶⁾ Devemos à amabilidade do Dr. Francisco Alves, Director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, a possibilidade de apresentar neste trabalho o desenho de uma das ânforas aí recolhidas (fig. 53).

no seu trabalho sobre ânforas lusitanas ⁽³⁷⁾, classifica as ânforas de Tróia como sendo variantes da forma II. Pensamos que terão sido as más condições em que tirou as fotografias ⁽³⁸⁾ e, designadamente, o ângulo escolhido, que não permite reconhecer a forma na sua totalidade, que o induziram em erro.

Aliás, também A. Coelho-Soares e Tavares da Silva classificaram como sendo uma variante das formas Beltrán 56/50 Almagro, os fragmentos que recolheram nos fornos da Quinta da Alegria ⁽³⁹⁾ e na área urbana de Setúbal ⁽⁴⁰⁾. Não estão longe da verdade estes autores, pois nós próprios apresentáramos, às III Jornadas Arqueológicas, um homograma que explicava o possível aparecimento desta forma por influência das formas 50 Almagro e 56 Beltrán (africana grande), classificando-a, então, como forma I Pinheiro ⁽⁴¹⁾.

Datamo-la dos séculos m e iv da nossa era, devido não só à semelhança com as Almagro 50 como também ao contacto, no cemitério de Tróia, com as ânforas de tipo Beltrán 56.

Forma 92

Distingue-a a existência de uma boca pequena, em funil, com encaixe interno para opérculo (Fig. 29). Aparentada com a forma 51 de Almagro, é de época tardia.

Forma 93

Caracterizada por uma boca pequena de lábio quadrangular, esta forma apresenta colo curto, em bolsa, com depressão interna muito vincada (Fig. 30). Arranque das asas em fita. Época e conteúdo indefinidos.

⁽³⁷⁾ Anthony J. PARKER, *obra cit.*, p. 39.

⁽³⁸⁾ Anthony J. PARKER, *art. cit.*, fig. 21.

⁽³⁹⁾ A. COELHO-SOARES e C. Tavares da SILVA, *art. cit.*, p.212.

⁽⁴⁰⁾ A. COELHO-SOARES e C. Tavares da SILVA, *art. cit.*, p.183.

⁽⁴¹⁾ Guilherme CARDOSO, *art. cit.*, mapa da bada do Sado.

Forma 94

Será uma ânfora pequena de fundo ovoide (Fig. 31), com pé em botão sulcado na base por um círculo inciso. No Museu do Mar há um pé idêntico, recolhido na praia de Tróia. Época e conteúdo indefinidos.

3. Opérculos

Recolhemos dois opérculos completos (Figs. 21 e 22) e vários fragmentos de outros nos fornos da Herdade do Pinheiro, assim como num outro em Abul (Fig. 39). Os do Pinheiro têm diâmetro superior aos de Abul (11 e 9,5 cm, respectivamente) correspondendo ao maior porte das ânforas Dressel 14 fabricadas no Pinheiro.

A pasta é muito grosseira em qualquer deles e as pegas são pequenas saliências que mais serviam para ajudar a encaixar o opérculo do que para o tirar.

CATÁLOGO

Herdade do Pinheiro

1. Inv. n.º M-A 33.
Fragmento de boca: lábio perolado, saliente em relação ao colo, que é cilíndrico; asa em fita, com estria exterior vertical.
Dimensões: 12X23X0,8 cm. (*).
Pasta: Vermelha-tijolo, acastanhada, de grão médio, com elementos quartzíticos, micas e xistos.
2. Inv. n.º M-A 35.
Fragmento de boca: lábio perolado, colo cilíndrico, asa em fita com estria exterior vertical.
Dimensões: 10,5X24X1 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo escuro, engobe exterior cinzento, impurezas de quartzito e micas; o interior da pasta apresenta bolhas de ar.

(*) Altura máximaXlargura máximaXespessura das paredes. Os desenhos vão reproduzidos na escala 1:6.

3. Inv. n.º M-A 43.
Fragmento de asa que é de linhas direitas com dobra em ângulo recto, secção rectangular de ângulos arredondados com estria exterior vertical descentrada. Apresenta, junto ao cotovelo, a marca B.F.
Dimensões: 16x6X±â,2/2 cm.
Pasta: Castanha clara acinzentada, com elementos de quartzo e mica.
4. Inv. n.º M-A 17.
Boca afunilada: de lábio alto com uma pequena depressão no centro da faixa; colo cónico curto; asas pequenas arredondadas, cujo corte é indeterminável devido ao elevado grau de deterioração.
Dimensões: 13x22x0,8 cm.
Pasta: Castanha esbranquiçada; engobe castanho; de grão grosso, com muitas impurezas de quartzo e xisto vermelho escuro.
5. Inv. n.º M-A 9.
Fragmento de pé alto, cónico e colo, de forma fálca.
Dimensões: 28,4X6X1 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo; engobe castanho avermelhado com partículas de mica branca; de grão fino, com impurezas de quartzo e xisto vermelho.
6. Inv. n.º M-A 23.
Fragmento de pé cónico, oco, de forma fálca.
Dimensões: 14,6X4X1,1 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo; de grão médio, com impurezas de quartzo e minúsculos fragmentos de xisto vermelho.
7. Inv. n.º M-A 25.
Fragmento de pé cónico, oco, de forma fálca, a terminar em botão ogival.
Dimensões: 15x6X1 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo escuro; engobe exterior vermelho claro; grão médio; impurezas de quartzo e micas.
8. Inv. n.º M-A 44.
Fragmento de pé alto, cónico, oco, com pequena saliência seguida de mamilo na parte inferior, o que é característico desta forma fálca. Tem um P gravado com estilete, quando a pasta estava mole.
Dimensões: 30X22X0,9 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo claro; engobe vermelho escuro; de grão fino, apresentando elementos quartzíticos, micas e xistos.

9. Inv. n.º M-A 20.
Lábio arredondado, meio cilíndrico, ligeiramente saliente em relação ao colo, que é pequeno, bicôncavo, com várias caneluras exteriores; ombro levantado com pequena inclinação descendente; asas em fita, pequenas, saindo da parte inferior do lábio, arqueadas e com uma secção ligeiramente ovalada, apresentando no exterior um pequeno degrau vertical.
Dimensões: **13X24X0,4 cm.**
Pasta: Vermelha-tijolo; de grão médio, com impurezas de quartzo de grandes dimensões e mica branca; há bolhas de ar e fendas no interior.
10. Inv. M-A 11.
Bojo a terminar em ogiva; pé pequeno e oco, com um pequeno orifício central na parte inferior.
Dimensões: 26X27 X ±0,8/1,3 cm.
Pasta: Castanha-beige; impurezas quartzíticas leitosas e/ou incolores, micas brancas e pequenas partículas de carvão vegetal; bolhas de ar no interior.
11. Inv. n.º M-A 32.
Lábio alto, cuja forma cónica gera um degrau na ligação ao colo, que é pequeno e cónico estreitando junto ao ombro; asas pequenas, de cotovelos em ângulo recto, secção idêntica à do n.º 10.
Dimensões: **16X26X0,9 cm.**
Pasta: Castanha-clara; de grão médio, com impurezas de quartzo, micas e xisto; bolhas de ar e fendas no interior.
12. Inv. n.º M-A 18.
Lábio alto, de forma cónica, saliente em relação ao colo, que é pequeno, cónico, estreitando na ligação com o ombro, que por sua vez o apresenta descaído. Asas pequenas, de forma redonda, sem cotovelo saliente, de secção em fita com uma pequena dobra na vertical.
Dimensões: **13,5X21X0,6 cm.**
Pasta: Vermelha-tijolo; grão médio, com impurezas de quartzo e micas brancas. O interior da pasta tem bolhas de ar.
13. Inv. n.º M-A 2.
Fragmento de pé curto, com vestígios da parte inferior do bojo. Apresenta, na base, um pequeno furo idêntico ao que existe no n.º 10.
Dimensões: **9,2X12X0,9 cm.**
Pasta: Castanha avermelhada clara; grão fino, com impurezas de quartzo e micas brancas; fendas de ar no interior.

14. Inv. n.º M-A 3.
Fragmento de pé, oco, cónico, de base plana.
Dimensões: **10,4X8,2X0,8** cm.
Pasta: Vermelha-tijolo, com grão de quartzo e mica branca. O interior da pasta apresenta bolhas de ar e fendas.
15. Inv. n.º M-A 1.
Fragmento de pé alto, cónico e oco, base vasada.
Dimensões: 13,4x6,3x0,9 cm.
Pasta: Castanha clara, de grão médio, com impurezas de quartzo e mica branca, mal cozida, com sulcos de torcimento.
16. Inv. n.º M-A 38.
Lábio espesso e sobressaído em relação ao colo, que é cónico, curto, estreitando na parte inferior; ombro descaído; asas pequenas, ligeiramente curvadas, arrancando da parte superior do lábio, indo ligar à parte inferior do ombro; a secção é plana, convexa, espessa.
Dimensões: 13X18X1,5 cm.
Pasta: Laranja com engobe fino, vermelho; impurezas de quartzo leitoso e mica branca.
17. Inv. n.º M-A 36.
Lábio pequeno, de bordo adoçado; colo liso e cónico afundando na parte inferior; ombro curvilíneo, descaído; asas pequenas, espessas, de forma arredondada.
Dimensões: **16,5X35X0,7** cm.
Pasta: Vermelha-tijolo, clara exteriormente e cinzenta escura no interior; grão fino, com impurezas de quartzo e mica branca.
18. Inv. n.º M-A 37.
Lábio alto, cónico, sobressaindo do colo, que é praticamente inexistente, pois consiste apenas em estreita faixa cilíndrica; ombro descaído, abaulado; asas pequenas, espessas e curvilíneas que ligam, na parte superior, ao colo e ao lábio e, na inferior, ao ombro.
Dimensões: 14x30X0,8 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo acastanhada; grossa, com impurezas de quartzo leitoso, mica branca e xisto vermelho.
19. Inv. n.º M-A 39.
Fragmento de lábio, que se apresenta como aba arredondada, saliente em relação ao colo, com ressalto interno para encaixe do opérculo; do colo só resta a parte superior, cónica; asas de secção achatada, ovoide, arrancando do lábio.
Dimensões: 5X10X1,5 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo no exterior e cinzenta no interior; engobe laranja; apresenta impurezas de quartzo e mica.

20. Inv. n.º M-A 31.
Lábio alto, ligeiramente cónico e saliente em relação ao colo, que é cónico, bastante alto, alargando na parte inferior; das asas só temos o arranque superior, logo abaixo do lábio.
Dimensões: **15x7X0,8** cm.
Pasta: Cinzenta-escura; grossa, com muitas impurezas de quartzo, micas e pequenas partículas de xisto; minúsculas bolhas de ar e fendas no interior.
21. Iriv. n.º M-A 41.
Opérculo completo, discoide, base plana, pega triangular.
Dimensões: **3,5X11X1** cm.
Pasta: Cinzenta escura; grão grosso, com impurezas de quartzo e mica.
22. Inv. n.º M-A 42.
Opérculo completo, forma discoide, de base plana, pega triangular, com um sulco horizontal no bordo do disco.
Dimensões: **4X10,8X1,5** cm.
23. Inv. n.º M-A 8.
Fragmento de pequeno pé, cónico, maciço, com ponta em cabeça ogival.
Dimensões: **7,5X3,5X0,8** cm.
Pasta: Cinzenta escura; grão médio, com impurezas de quartzo, mica e minúsculos fragmentos de xisto; bolhas de ar no interior.
24. Inv. n.º M-A 10.
Fragmento de pequeno pé, cónico, oco, com a ponta em cabeça ogival.
Dimensões: **8,2X4,8X1** cm.
Pasta: Branca acastanhada; grão médio, impurezas de quartzo e grandes partículas de mica.
25. Inv. n.º M-A 22.
Parte inferior de bojo com pé cónico, oco, de ponta em cabeça ogival curta.
Dimensões: **9x7X0,8** cm.
Pasta: Castanha-avermelhada; grão médio, com pequenas impurezas de quartzo e mica branca; fendas de ar no interior.
26. Inv. n.º M-A 21.
Fragmento de pé cónico, de base maciça com ponta em cabeça cónica.
Dimensões: **9x5,6XI** cm.
Pasta: Castanha; grão fino, com pequenas impurezas de quartzo e mica.

27. Inv. n.º M-A 5.
Fragmento de pé pequeno, maciço, com duas caneluras que lhe dão uma forma em zig-zague característica.
Dimensões: 10,4x5x0,6 cm.
Pasta: Castanha clara; grão médio, com impurezas de xisto vermelho; bolhas de ar no interior.
28. Inv. n.º M-A 6.
Fragmento de pé pequeno semi-oco, de forma oval, na parte superior, e cilíndrica, estreita na inferior.
Dimensões: 8,6x5,9x0,8 cm.
Pasta: Cinzenta clara acastanhada, no exterior, e castanha clara avermelhada no interior; impurezas de quartzo, mica branca e minúsculos fragmentos de xisto vermelho.
29. Inv. n.º M-A 29.
Fragmento de bordo: boca pequena, com rasgo interno para colocação do opérculo; lábio alto, afundado, dando a impressão de não existir; do colo só resta a parte superior, cilíndrica.
Dimensões: 5,8x9,6x0,7 cm.
Pasta: Vermelha clara; grão grosso, com impurezas de quartzo, mica e pequenas partículas de xisto vermelho.
30. Inv. n.º M-A 30.
Fragmento de boca pequena, com uma grande reentrância a meio; lábio pequeno e de secção quadrada, colo repuxado a meio, criando uma bolsa interior; asas com fita.
Dimensões: 8,6x12,8x0,6 cm.
Pasta: Cinzenta escura com veios vermelhos; grão médio, com impurezas de quartzo e minúsculas partículas de mica.
31. Inv. n.º M-A 7.
Bojo em ogiva; pequeno pé em botão com uma estria em círculo na base.
Dimensões: 10,6x16x0,9 cm.
Pasta: Castanha acinzentada; grão médio, com impurezas de quartzo leitoso e mica branca, bolhas de ar no interior.
32. Inv. n.º M-A 4.
Fragmento de pé cónico, esguio.
Dimensões: 7,2x4,3x0,8 cm.
Cinzenta escura acastanhada; impurezas de quartzo leitoso e mica branca; bolhas de ar no interior.

33. Inv. n.º M-A 19.

Fragmento de pequeno pé, oco, cilíndrico, com duas estrias na parte inferior.

Dimensões: 6X6,8x1 cm.

Pasta: Castanha clara; grão fino, com impurezas de quartzo e mica branca.

Abul

34. Inv. n.º M-B 1.

O lábio é um pequeno bordo adoçado; colo de tipo gola alta, com um ligeiro ressaltado na parte inferior; asas em fita, de secção ovoide plana, com canelura exterior vertical.

Dimensões: 25x23x1,1 cm.

Pasta: Castanha escura; grão grosso, com impurezas de quartzo, mica e fragmentos de xisto; bolhas de ar no interior.

35. Inv. n.º M-B 3.

Lábio em pequeno bordo adoçado; colo do tipo gola alta, um pouco mais alta que a anterior.

Dimensões: 23,5X19X1,2 cm.

Pasta: Alaranjada; engobe laranja; grão grosso, com impurezas de quartzo, mica branca e xisto. Bolhas de ar e fendas no interior.

36. Inv. n.º M-B 2.

Do bojo, cilíndrico, só resta a parte inferior; pé cónico, oco, com várias caneluras interiores e exteriores; pequeno grafito feito na pasta ainda mole, em forma de uma seta.

Dimensões: 39x31x1,5 cm.

Pasta: Castanha escura; grão grosso, com impurezas de quartzo, mica e xisto; fendas de ar no interior.

37. Inv. n.º M-B 10.

Fragmento de boca; lábio perolado, com ressaltado interno para encaixe de opérculo; do colo resta só a parte superior com arranque de asa.

Dimensões: 6,5x15x1 cm.

Pasta: Castanha clara avermelhada; com impurezas de quartzo e mica; bolhas de ar no interior.

38. Inv. n.º M-B 9.

Colo do tipo gola alta, a que falta a parte superior; asas em fita, com duas estrias paralelas, verticais, exteriores.

Dimensões: 15,5X18X1 cm.

Pasta: Vermelha-tijolo com veios cinzentos; grão fino, com impurezas de quartzo e mica; apresenta bolhas de ar no interior.

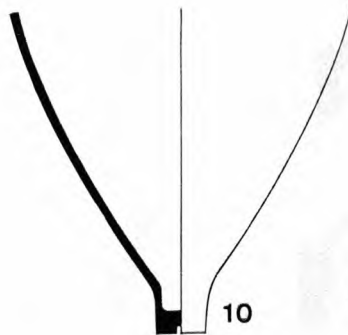
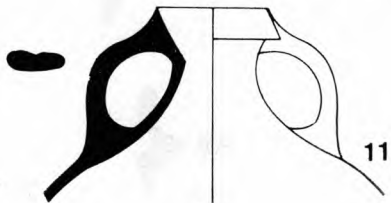
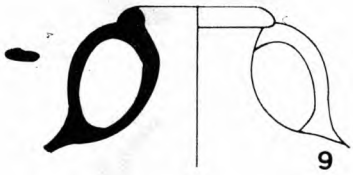
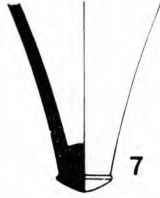
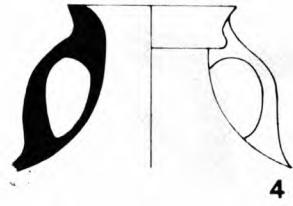
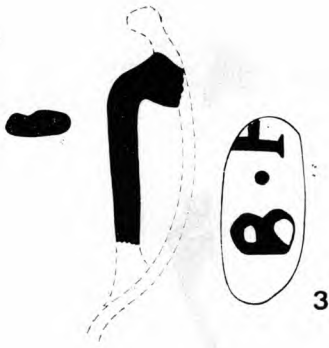
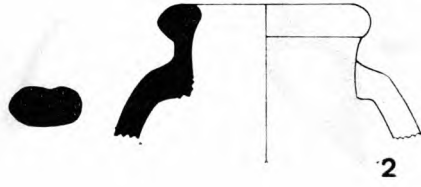
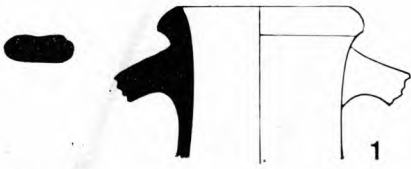
39. Inv. n.º M-B 8.
Fragmento de opérenlo, de forma discoide com pega triangular.
Dimensões: 3X9X1 cm.
Pasta: Castanha acinzentada com manchas vermelhas; grão grosso, com impurezas de quartzo, mica e xisto, bolhas de ar no interior.
40. Inv. n.º M-B 6.
Fragmento de pé cónico e oco, de base triangular.
Dimensões: 16X12,2X1,4 cm.
Pasta: Laranja com engobe da mesma cor; grão grosso, com impurezas de quartzo e mica fina; fendas de ar no interior.
41. Inv. n.º M-B 5.
Fragmento de pé cónico, oco, de base a terminar em botão ogival.
Dimensões: 13X8X1,2 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo, engobe cinzento, grão grosso, com impurezas de quartzo, mica e xisto; bolhas de ar no interior.
42. Inv. n.º M-B 7.
Fragmento de pé cónico, oco, de forma fálca a terminar em bico.
Dimensões: 17,4X12X1,3 cm.
Pasta: Castanha escura; engobe laranja; grão grosso, com impurezas de quartzo, micas brancas e xistos. Apresenta bolhas de ar no interior.

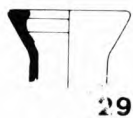
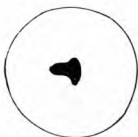
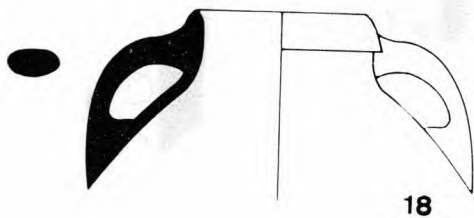
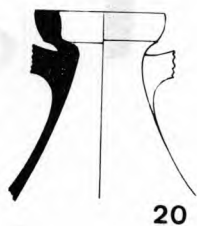
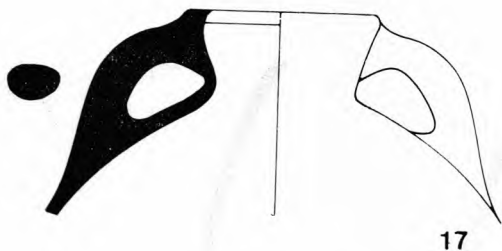
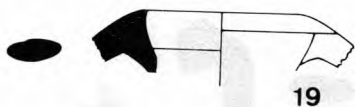
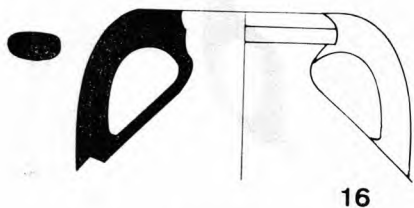
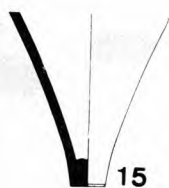
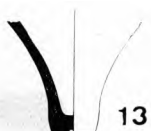
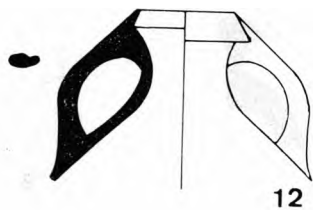
Monte do Bugio

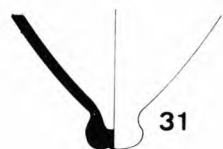
43. Inv. n.º M-C 1.
Fragmento de bordo; lábio voluta.
Dimensões: 6,5X29X1 cm.
Pasta: Branca; grão fino, com impurezas de quartzo e mica.
44. Inv. n.º M-C 2.
Fragmento de boca; resta do lábio um pequeno bordo adoçado; colo do tipo gola alta, de que temos só a parte superior com arranque da asa.
Dimensões: 10X16X1 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo; grão grosso, com muitas impurezas de quartzo e micas.
45. Inv. n.º M-C 3.
Fragmento de colo do tipo gola alta, faltando-lhe a parte superior, ombros descaídos.
Dimensões: 20X26X1,5 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo; engobe espesso castanho avermelhado; grão grosso, com impurezas de quartzo, mica fina e xisto fino.

46. Inv. n.º M-C 10.
Fragmento de asa, plana, de cotovelo suave, secção em fita com estria vertical exterior.
Dimensões: 14x5x2,5 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo; grão médio, com bastantes impurezas de quartzo e mica muito fina.
47. Inv. n.º M-C 4.
Fragmento de pé cónico, semi-oco, de forma fálca.
Dimensões: 15x5x1 cm.
Pasta: Vermelha-tijolo; grão médio, contendo impurezas de quartzo e mica.
48. Inv. n.º M-C 5.
Parte inferior de pé cónico, semi-oco, com base em bico.
Dimensões: 8,8x4,8x1,3 cm.
Pasta: Laranja; grão grosso, contendo impurezas de quartzo e mica.
49. Inv. n.º M-C 6.
Parte inferior de pé semi-oco.
Dimensões: 7,5x5,8x?cm.
Pasta: Vermelha acastanhada; grão médio, contendo impurezas de quartzo e mica.
50. Inv. n.º M-C 9.
Parte inferior de pé em forma de mamilo.
Dimensões: 7,5x5,2x ? cm.
51. Inv. n.º M-C 7.
Fragmento de pé cónico, oco, de base plana.
Dimensões: 7,5X7,8X 1,2 cm.
Pasta: Cinzenta exteriormente e vermelha no interior; grão médio contendo só impurezas quartzíticas e poucas.
52. Inv. n.º M-C 8.
Fragmento de pé cónico, oco, de base curva.
Dimensões: 7X5,8X 1,2 cm.
Pasta: Laranja; grão grosso, contendo impurezas de quartzo e mica.

(Página deixada propositadamente em branco)







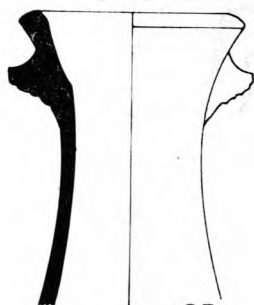
31



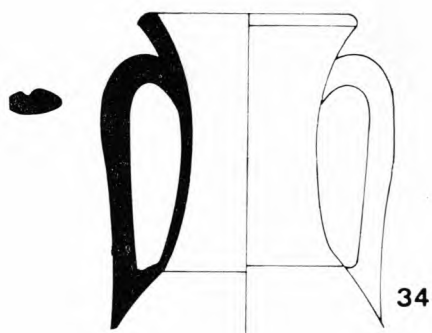
32



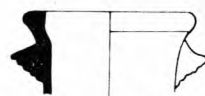
33



35



34



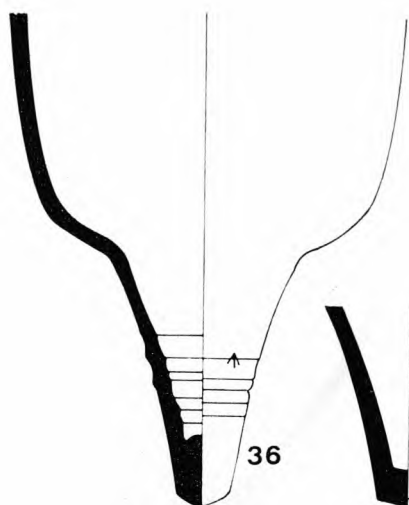
37



38



39



36



40

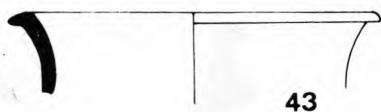


41

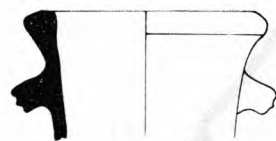


42

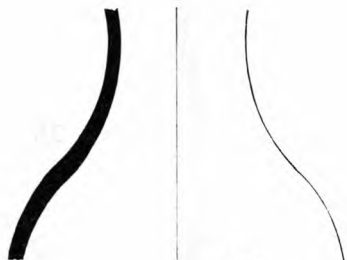
EST. IV



43



44



45



46



47



48



49



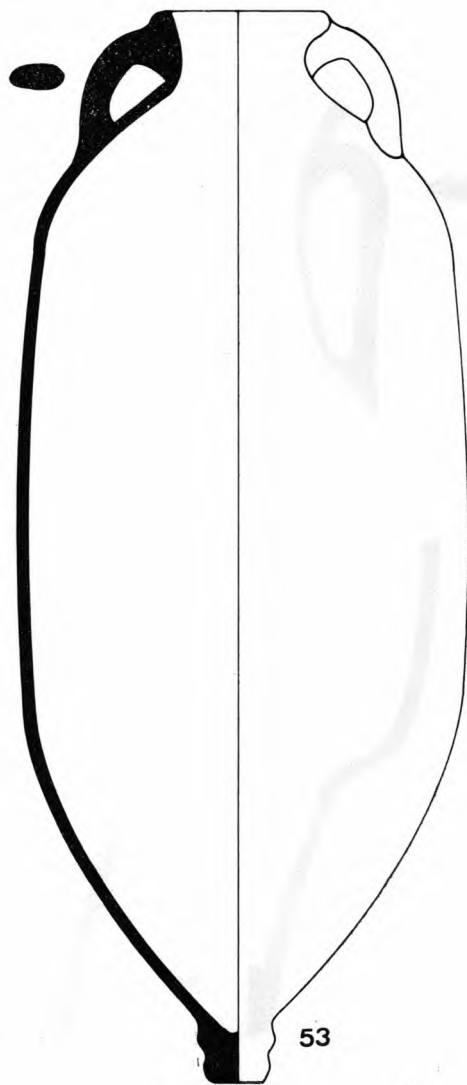
50



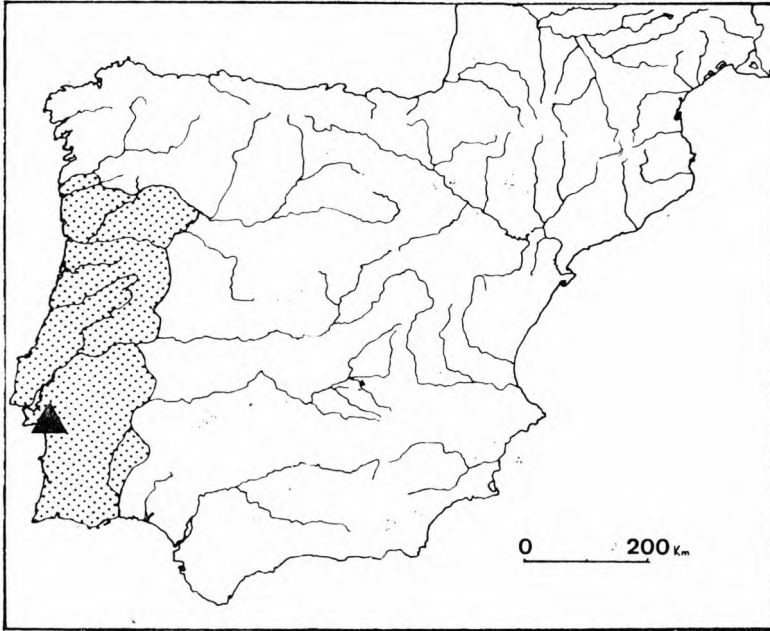
51



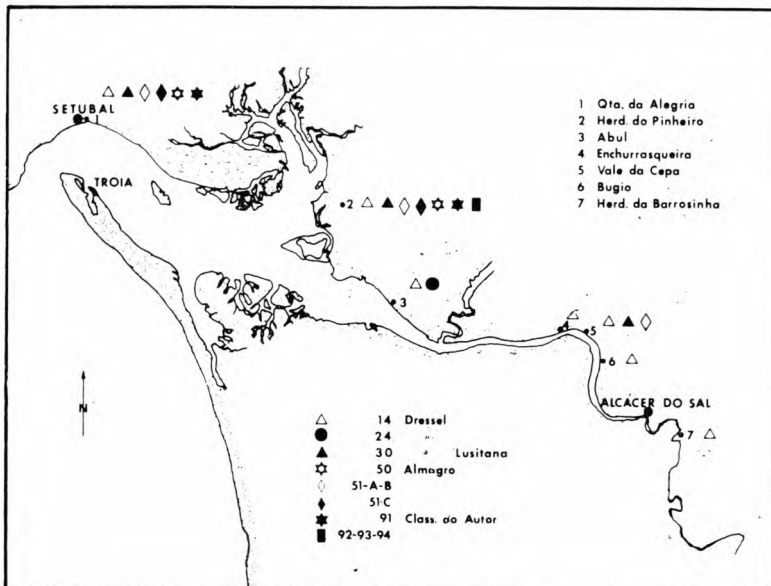
52



53



Região da bacia hidrográfica do Rio Sado onde se situam os fornos descritos.



(Página deixada propositadamente em branco)

À PROPOS D'UNE REPRÉSENTATION DE *VILLA* SUR UNE
MOSAÏQUE DE TOLÈDE (ESPAGNE)

«Conimbriga», XXV (1986), p. 175-192

RESUMO:

As representações de *villae* em mosaicos romanos são pouco numerosas, localizando-se principalmente na África do Norte. A Península Ibérica, todavia, fornece alguns exemplos deste tipo iconográfico, muito apreciado pelos grandes proprietários fundiários do Baixo Império. Entre eles, o pavimento da «Vega Baja» de Toledo, durante muito tempo mal interpretado, é tanto mais precioso quanto é o único da península a representar os diferentes aspectos arquitectónicos de um domínio rural do século IV, propondo uma série de questões sobre a leitura destas representações, o seu significado e o seu grau de relação com o real.

RÉSUMÉ:

Les représentations de *villae* sur des mosaïques romaines sont peu nombreuses et principalement localisées en Afrique du Nord. La péninsule ibérique, toutefois, fournit quelques exemples de ce type iconographique, très prisé des grands propriétaires terriens du Bas-Empire. Parmi eux, le pavement de la «Vega Baja» de Tolède, longtemps mal lu, est d'autant plus précieux qu'il est le seul pour la péninsule à présenter les différents aspects architecturaux d'un domaine rural du IV^e siècle. Ainsi se trouve posée une série de questions sur la lecture de ces représentations, leur signification et leur degré de rapport avec le réel.

(Página deixada propositadamente em branco)

A PROPOS D'UNE REPRÉSENTATION DE *VILLA* SUR UNE MOSAÏQUE DE TOLÈDE (ESPAGNE)

Un livre relativement récent ⁽¹⁾ a mis en valeur, voici quelques années, à travers l'exemple des représentations de villas sur les mosaïques africaines tardives, l'intérêt socio-économique et documentaire de telles oeuvres, de même que les règles de perspectives et de figuration auxquelles elles obéissent. Par un catalogue des sources et l'analyse iconographique systématique des représentations architecturales connues, l'auteur a su dégager les lois présidant à la composition des tableaux, à la détermination des proportions, des plans et des effets de rendu, au choix des couleurs. Il a montré combien la façade de l'édifice peut être valorisée en tant que figuration synthétique de la villa, et par là même combien le rôle prépondérant accordé aux différents éléments architectoniques retenus pour la composer peut être significatif. Il a aussi démontré combien ce type de représentation de l'architecture rurale pouvait à la fois être général et mordre sur le concret.

Or, il se trouve, dans cette ligne de préoccupation, qu'une mosaïque provenant d'une villa suburbaine de Tolède invite à réfléchir, pour la péninsule ibérique, à ce type de représentation figurée. Il s'agit d'un pavement relativement connu par ailleurs ⁽²⁾,

⁽¹⁾ SARNOWSKI (T.), *Les représentations de villas sur les mosaïques africaines tardives* (Archiwum Filologiczne, XXXVII), Varsovie, 19;8.

⁽²⁾ MELIDA (J. R.), *El arte en España durante la época romana*, dans *Historia de España*, dirigida por R. Menéndez Pidal, II, *España: Romana*, Madrid, 1935, p. 710-713; SAN ROMÁN FERNÁNDEZ (F. de B.), *El segundo mosaico romano de la Vega Baja de Toledo*, dans *Anuario*

exposé au Musée Santa Cruz de Tolède, catalogué sous l'appellation banale de «Mosaïque des Quatre Saisons», ou encore de «Mosaïque aux poissons», du fait de l'existence d'un *emblema* central consacré à ce thème.

I. Historique

La découverte du pavement remonte au mois de février 1923, lorsqu'à l'occasion de travaux d'agrandissement effectués dans l'ancienne manufacture d'armes blanches de la «vega baja» de Tolède, à deux kilomètres au nord-ouest de la ville et à proximité du Tage, on mit au jour, par trois mètres de profondeur, les traces éloquentes d'une luxueuse villa romaine. La mosaïque qui nous intéresse, incomplète (6,20 m x 3,40 m), tapissait le sol d'une salle dont les dimensions totales avoisinaient 40 mètres carrés, et dans laquelle Mélida reconnut, selon toute vraisemblance avec raison, le *triclinium* de l'établissement ⁽³⁾. La disposition en *emblema* du pavement figuré (Pl. I, Fig. 1), entouré de tapis rectangulaires à motifs géométriques simples sur au moins trois côtés (le quatrième a disparu), et les traces d'une fontaine à proximité du seuil concourent à cette identification. Une restitution dessinée du pavement ⁽⁴⁾

del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos (— Homenaje Mélida, III), Madrid, 1934, p. 340-342; ARAGONES (J.), *Museo Arqueológico de Toledo (Guía de los Museos de España, VII)*, Madrid, 1958, p. 71-72; BLAZQUEZ (J. M.^a), *Mosaicos romanos de la Real Academia de la Historia, Ciudad Real, Toledo y Cuenca* (Corpus de Mosaicos de España, V), Madrid, CSIC, 1982, p. 33-40 et pl. 19-23, adopte quant à lui l'appellation de «mosaïque aux poissons».

⁽³⁾ MELIDA (J. R.), Nuevas relaciones del gran Toledo: el maravilloso mosaico romano de la Fábrica de armas, dans *Toledo, Revista de Arte*, IX, 199, 1923, p. 734-735; Idem, Un mosaico descubierto en Toledo, dans *Boletín de la Real Academia de la Historia*, LXXXIII, 1923, p. 19-23 (stt. p. 22); Idem, Informe acerca de un mosaico romano descubierto en Toledo, dans *Boletín de la Real Academia: de Bellas Artes de San Fernando*, XVI, 1923, p. 132-135.

⁽⁴⁾ ARAGONES (J.), *Museo Arqueológico de Toledo* (Op. cit.), Madrid, 1958, pl. III.

fait d'ailleurs clairement ressortir l'ordonnance et la variété des panneaux qui composaient le sol de cette salle à manger.

Sectionnée sur l'un de ses côtés par un mur tardif, la partie centrale (à l'origine un carré de 2,48 m de côté), délimitée par un cadre composé d'une théorie de triangles tangents, offrait en particulier un médaillon central d'inspiration marine (poissons, fruits de mer, mollusques, crustacés...), représentation de la mer et de sa faune. Incluse dans un réseau compliqué de tresses, le dessin en buste des Quatre Saisons personnifiées donna au pavement sa dénomination originale. Rapidement publiée ⁽⁵⁾, la mosaïque fut tout d'abord conservée sur place. Par la suite, gravement endommagée par des infiltrations provoquées par les remontées de la nappe phréatique du fleuve tout proche, on la transféra finalement en 1932 au musée archéologique Santa Cruz où, après restauration, elle est encore actuellement conservée. Les travaux de dépose fournirent l'occasion de redégager partiellement un secteur contigu interprété par Mélida comme le péristyle de la villa, livrant une seconde mosaïque figurée, déjà aperçue en 1923, et qui venait orner le fond d'un bassin octogonal (Pl. I, Fig. 3). Son décor de scènes de pêche, de bateaux, de paysages portuaires maritimes ou fluviaux, mêlant de nombreux éléments d'architecture, a été longuement repris et commenté par A. Balil ⁽⁶⁾, qui note la fréquence en Afrique du Nord de ces thèmes inspirés des représentations marines hellénistiques et alexandrines. Ce sont là des images nautiques juxtaposées, où la mer l'emporte sur le fleuve, mais qui se rattachent autant au réel par leur précision qu'à la tradition du paysage idyllique par leur agencement. Néanmoins, la profusion des vaisseaux marchands, des installations portuaires, l'abondance des scènes de pêche incitent à y voir un rappel insistant des activités commerciales et économiques liées au domaine aquatique.

La mosaïque des Quatre Saisons, en revanche, n'a pas donné lieu à une véritable étude, particulièrement en ce qui concerne

⁽⁵⁾ Cf. note 3.

⁽⁶⁾ BALIL (A.), *Mosaico con escenas portuarias hallado en Toledo*, dans *Homenaje al Profesor C. de Mergelina*, Murcie, 1961-1962, p. 123-138.

ses éléments architecturaux figurés ⁽⁷⁾. Or, il se trouve que ce pavement fait problème, car il regroupe *a priori* des thèmes qui ne paraissent avoir aucun rapport entre eux. Ainsi, la composition décorative, formée d'un octogone central (Pl. I, Fig. 2) et d'un réseau de tresse tangent délimitant de petits tableaux de formes variées (carrés, demi-cercles, éventails, etc.), présente à la fois une iconographie des Saisons, un *emblema* circulaire d'une rare qualité consacré à la faune marine, des tableaux mettant en scène des représentations architecturales.

II. Lecture et Chronologie

Considérons tout d'abord le schéma de construction de la mosaïque dite des Quatre Saisons (Pl I; Fig. 1 et 2). La thématique générale du pavement mêle effectivement au moins deux sources d'inspiration: l'une temporelle et rurale, qui s'illustre particulièrement par les représentations des saisons accompagnées chacune d'éléments caractéristiques empruntés à la flore ou à la faune (Pl. I, Fig. 1, secteurs 1 à 4); l'autre aquatique, qui s'exprime avec force à travers le magnifique médaillon central (Pl I, Fig. 2, E). Toutefois, un examen attentif du pavement montre que ces deux thèmes sont étroitement liés, et qu'ils servent de toile de fond à un troisième registre, celui qui, sans aucun doute, était le plus important aux yeux du maître de maison, et que l'artiste a disposé habilement en demi-cercles tangents aux quatre sommets de l'octogone qui occupe à lui seul plus du tiers du champ figuratif. Du reste, ce sont ces mêmes motifs qui viennent s'intercaler tête-bêche entre chacune des saisons, lesquelles semblent rythmer le déroulement des scènes figurées. Il nous faut donc examiner, dans un premier temps, les différents registres de la mosaïque.

⁽⁷⁾ On trouvera dans les descriptions rapides de J. M.^a BLAZQUEZ, *Mosaicos romanos...* (Op. cit.), p. 36-40, les parallèles connus pour chacun des motifs figurés, sans que soit proposée toutefois une interprétation d'ensemble des décors ou du pavement.

à) Le registre des saisons

Placées en écoinçons et regardant à l'extérieur du pavement dont elles commandent la construction, les saisons battent la mesure du temps campagnard ⁽⁸⁾, mais aussi plus généralement de l'ensemble des activités humaines. Quatre jeunes femmes symbolisent les quatre grandes divisions de l'année, accompagnées chacune de divers éléments figurés:

— *Printemps* (1): buste couronné de fleurs; en association, paniers ou boisseaux de fleurs, fleurs isolées, rameaux de laurier.

— *Été* (2): figure entourée d'épis de céréales; autour d'elle: gerbes de blé, épis, faucille (tesselles bleues en pâte de verre).

— *Automne* (3): buste couronné de pampres; en attribut: grappes de raisin, branches de figuiers et de châtaigniers.

— *Hiver* (4) : buste de femme dont la tête est couverte ; les mains tiennent une tige de roseau et un rameau d'olivier, dans les cadres attenants: canards, pigeons, chardons, rameaux d'olivier.

b) Le registre de l'octogone

Deux éléments principaux doivent retenir l'attention, si l'on excepte les motifs décoratifs à thèmes géométriques. Il s'agit en premier lieu de la grande guirlande végétale qui enserre *Vemblema* central, et dont les éléments constitutifs, fruits et végétaux, ne sont pas disposés au hasard, mais bien en regard des quatre saisons correspondantes, placées aux angles (PL I, Fig. 1 et Fig. 2, F). Les pommes et les fruits secs (amandes, noix, figues) de l'Hiver sont séparés par un ruban de fleurs printanières, de même que les épis de l'Été, ou encore les grappes et les pampres de l'Automne. C'est là un détail important, bien noté par Mélida ⁽⁹⁾, et dont l'intérêt est de montrer la rigoureuse construction de l'ensemble du pave-

⁽⁸⁾ GORGES (J.-G.), *Les villas hispano-romaines. Inventaire et problématique archéologiques* (Publication du Centre Pierre Paris, 4), Paris, 1979, p. 155.

⁽⁹⁾ MELIDA (J. R.), *Un mosaico descubierto en Toledo*, (Op. cit.), 1923, p. 20.

ment. L'*emblema* circulaire central (PL I, Fig. 2), avec sa thématique marine, n'en tranche que davantage, encore individualisé par la richesse de sa polychromie en pâte de verre et l'extrême finesse des tesselles utilisées par le mosaïste (jusqu'à trois millimètres de côté). Notons cependant qu'il est entouré d'une double ligne de postes (l'une circulaire, l'autre octogonale), symboliques images des flots qui constituent autant de rappels de l'inspiration marine. Il est clair qu'elles répondent au médaillon central de la même façon que la tresse végétale répondait aux saisons. La composition de l'ensemble du pavement figuré apparaît réfléchie et les quatre grandes divisions de l'année ne rythment pas seulement les activités rurales, mais bien aussi les activités maritimes.

c) *Le registre des représentations architecturales*

De la même main que la totalité de la mosaïque (excepté l'*emblema* marin, sans doute importé), les quatre tableaux demi-circulaires qui composent ce troisième registre revêtent une importance toute particulière, non à cause de leur taille qui demeure modeste (33 centimètres de diamètre à la base), mais bien parce qu'ils sont, pour la péninsule ibérique, l'unique représentation en volets des divers éléments constitutifs d'un domaine rural ⁽¹⁰⁾. Observés séparément par Mélida, qui voyait dans la construction

⁽¹⁰⁾ La mosaïque d'Arroniz, bien connue, offre dans une composition polygonale neuf tableaux trapézoïdaux séparés par des tresses représentant chacun l'une des Neuf Muses avec ses attributs traditionnels. Le centre est occupé par un médaillon circulaire figurant un groupe équestre. Chaque muse est accompagnée d'un *dominus*, avec, en arrière-plan, une représentation de villa dans un décor à la végétation typiquement africaine. Si un parallèle entre les deux pavements ne serait pas sans intérêt, on se bornera ici à constater que la mosaïque d'Arroniz privilégie les représentations architecturales de villas seigneuriales et les multiplie, ôtant par là tout caractère documentaire précis. Sur cette mosaïque, voir en particulier: A. FERNÁNDEZ DE AVILES, *El mosaico de las Musas de Arroniz y su restauración en el Museo Arqueológico Nacional*, dans A.E.A., XVIII, 1945, p. 342-350 +planches.

principale un théâtre avec ses gradins et ses colonnades ⁽ⁿ⁾, ces tableaux n'ont effectivement jamais été sentis comme une suite logique illustrant un même ensemble. Il suffit pourtant de les considérer tour à tour pour en être convaincu.

A. Placée entre les figurations de l'Hiver et du Printemps, visible depuis la porte d'entrée, la représentation d'une *villa urbana* tient la place d'honneur (Pl. II, Fig. 1). Il s'agit, à première vue, d'une villa linéaire à galerie de façade et tours d'angle. Les colonnes, qui reposent sur un stylobate haut composé de trois rangées de tesselles, sont au nombre de huit, et la galerie ne semble pas présenter d'accès direct. Elle vient au contraire aboutir à chaque extrémité à deux pavillons d'angle, parfaitement symétriques; le mosaïste les a représentés sur deux plans, à la fois de face et de profil, sans souci apparent de la vraisemblance puisque les deux flancs extérieurs des tours sont tous les deux montrés. Ce sont des bâtiments importants, dotés d'une porte en façade (tesselles noires disposées en T) et forts de deux étages supérieurs, délimités chacun par une rangée de tesselles noires symbolisant les poutres de plafond qui soutiennent habituellement les planchers (Pl. IV, Fig. 1). Curieusement, alors que ce n'est pas le cas des bâtiments figurés sur la mosaïque octogonale du bassin voisin (Pl. III, Fig. 2, A et B), les fenêtres ne sont pas représentées. Elles ne le sont du reste sur aucune construction de la mosaïque dite «des Quatre Saisons». Ornés chacun d'un fronton richement décoré (tesselles bleues en pâte de verre), munis d'acrotères, les deux corps d'angle sont recouverts d'une toiture de *tegulae* et d'*imbrices*, l'artiste ayant employé le brun clair pour figurer les tuiles plates et le marron ou le noir pour rendre les faîtières et les couvre-joints, se réservant la couleur rouge pour mieux rendre, dans les entre-colonnements, le pourpre habituellement employé pour enduire les stucs muraux de la plupart des villas du Bas Empire.

Entourée de vertes frondaisons à l'extérieur, la galerie portiquée en demi-cercle, qui offre douze colonnes bien visibles, représente à l'évidence le péristyle que s'est adjoint ce riche établisse-

^(u) *Op. cit.*, 1923, p. 21.

ment seigneurial. La technique de représentation est absolument semblable à celle qui a été utilisée pour la galerie de façade, et si Ton connaît quelques exemples de villas possédant une galerie en hémicycle ⁽¹²⁾, la figuration en élévation et en demi-cercle d'un ensemble architectural orthogonal caché peut aussi trouver de nombreux parallèles. On pourrait citer une représentation identique de villa à péristyle sur un plat d'argent ciselé de Rome ⁽¹³⁾, ou encore plus simplement le dessin semi-circulaire des murailles d'*Emerita* sur les monnaies autonomes de cette colonie (PI. IV, Fig. 3 et 4). Elles montrent d'ailleurs l'ancienneté relative de ce procédé, qui trouve vraisemblablement sa source dans le souci d'utiliser au mieux le champ spatial délimité par la configuration d'un cadre circulaire ou semi-circulaire.

Enfin, à l'intérieur du péristyle ainsi défini, des tesselles bleues disposées en ligne sur un fond blanc neutre suggèrent la circulation de l'eau dans de multiples canaux et bassins. Villa et jardin attenants sont protégés par un mur d'enceinte représenté en coupe et dont on a voulu également montrer la porte monumentale, figurée en T (PI. II, Fig. 1).

B. Situé entre l'Automne et l'Hiver, le panneau B (PI. II, Fig. 2) est le second par ordre d'importance, ce qui explique sa situation face au *triclinium* destiné à recevoir les invités que le maître de maison veut particulièrement honorer. Il est vrai que l'on peut y contempler, entre deux petits bâtiments très soignés, une vue des jardins de la villa, symbolisés par un arbre de type idyllique élégamment dessiné ⁽¹⁴⁾, et qui abritent un personnage assis trônant en majesté en compagnie de trois autres figures en pied. Le *dominus*, car il ne peut s'agir que de lui, bénéficie en outre d'un traitement en polychromie, alors que les trois

⁽¹³⁾ SARNOWSKI (T.), *Op. cit.*, 1978, fig; 65.

⁽¹⁴⁾ Voir GRIMAL (P.), *Les Jardins Romains*, 2.^e éd. P.U.F., Paris, 1969.

⁽¹²⁾ MANSUELLI (G. A.), *Urbanistica e architettura della Cisalpina romana*, 2 vol. (= Latomus, 111), Bruxelles, 1971, pi. LXXIV, C et Cl; FERNANDEZ CASTRO (M.^a C.), *Las llamadas «Termas» de Rielves (Toledo)*, dans «Archivo Español de Arqueología», 50-51, 1977-1978, p. 209-252, fig. 3 et 4.

silhouettes d'allure féminine qui se trouvent à ses côtés sont simplement représentées par des tesselles uniformément brun-jaune. Nous serions tenté de voir dans cette scène une représentation du maître de maison et de sa famille, dans un lieu qui leur tient particulièrement à coeur. La construction de gauche, en effet, semble bien devoir être interprétée comme un petit temple privé. L'édifice, sans étage apparent, présente un fronton richement décoré (tesselles en pâte de verre) surmonté d'un acrotère particulièrement visible. Surtout, sa façade offre à chaque angle, dessinées par une double rangée de tesselles jaunes, deux colonnes ou pilastres avec bases et chapiteaux. Enfin, sur un fond neutre, l'artiste a représenté debout, sur un large autel de tesselles rouges, la silhouette d'une statue qui semblerait de bronze, image de la divinité abritée par l'édifice et dont l'allure générale paraît indiquer le mouvement (Pl. IV, Fig. 2). Priape des jardins ou Mercure surmonté d'une coiffe, ou encore autre divinité, l'identification n'est guère aisée. L'absence de toute colonnade en façade trahit un bâtiment plus modeste, lui aussi sans étage. Son sol cimenté ou pavé a toutefois donné lieu à une figuration spéciale (une ligne de tesselles rouges) et la largeur de la porte (deux rangées de tesselles noires en T) rappelle au spectateur l'échelle réelle d'une construction dans laquelle il ne faut voir sans doute qu'un pavillon de jardin, le tout étant clos, là encore, par un mur d'enceinte bien visible dans l'angle inférieur droit du panneau.

C. Le tableau suivant (Pl. II, Fig. 3) est malheureusement incomplet, sectionné à son sommet par un mur tardif venu amputer d'une large part l'ensemble des pavements du *triclinium*. Toutefois, ce dommage ne nuit que partiellement à l'interprétation que l'on peut en donner, surtout si l'on a recours aux clichés les plus anciens, les restaurations successives n'ayant fait qu'accentuer la détérioration de cette zone, au point de la faire quasiment disparaître. Entourées d'un mur d'enceinte figuré en coupe à chaque extrémité du panneau semi-circulaire, les trois constructions représentées illustrent sans aucun doute la *pars rustica* d'un établissement campagnard. De part et d'autre d'une construction cylindrique (grenier à grain, pigeonnier?) deux bâtiments avec portes en T et respectivement deux et un étages symbolisent les dépendances

rustiques du domaine; deux troncs d'arbre encore visibles indiquent au spectateur qu'elles étaient établies dans une cour plantée.

L'absence de fenêtres apparentes ne signifie pas que l'on soit obligatoirement en présence de constructions non habitables. Les fenêtres, on l'a vu, ne sont pas non plus représentées sur les corps d'angle de la villa qui occupe le panneau A, ni sur aucune autre construction appartenant au pavement des Quatre Saisons. C'est là une particularité technique qui différencie radicalement cette mosaïque de celle du bassin du péristyle où les représentations architecturales ne manquent jamais de mentionner, par le biais d'une tesselle noire, l'existence d'une ouverture sur le jour. On peut voir, dans les deux édifices rectangulaires recouverts d'une toiture de *tegulae* et d'*imbrices*, des locaux mixtes servant aussi bien à l'habitation du personnel dans les étages supérieurs qu'à l'entrepôt du matériel et des récoltes, ou à l'abri du bétail, au niveau inférieur.

D. Ainsi, maison de maître, jardin idyllique, pavillon de luxe, temple privé et *pars rustica* composent en un triptyque une vue d'ensemble d'un riche domaine campagnard. Elle serait pourtant incomplète si l'on omettait de rattacher à cette peinture un quatrième volet, dont l'interprétation a toujours été bien délicate ⁽¹⁵⁾ (Pl. III, Fig. 1). Placé entre l'Été et l'Automne, peut-être comme le notait Mélida par référence à l'équinoxe ⁽¹⁶⁾, le dernier panneau nous ramène au thème de l'eau. La description donnée, toutefois, n'est pas satisfaisante, bien que la valeur symbolique du tableau soit facilement explicable. Tour de surveillance à toit plat ou plutôt phare placé à l'extrémité d'une digue ou jetée perpendiculaire à l'observateur, le motif architectural sépare en deux registres le champ de ce dernier volet. A droite, le dessin d'un gouvernail de bateau occupe la majorité de l'espace, en même temps qu'un dauphin, dont la tête est aujourd'hui incomplète, émerge des flots. A gauche, on peut reconnaître la figuration complète d'une

⁽¹⁵⁾ BLAZQUEZ (J. M.^a), *Mosaicos romanos* (Op. cit.), Madrid, 1982, p. 38, n'en donne encore qu'une interprétation confuse et partiellement inexacte.

⁽¹⁶⁾ *Op. cit.*, 1923, p. 21.

poupe en col de cygne (et non un monstre marin!), ainsi qu'une tête humaine sortant de l'eau. Il ne saurait s'agir de celle d'un naufragé, comme le suggère Mélida, mais bien de la tête d'un nageur, pendant logique de la tête de dauphin apparaissant dans le premier registre. De la même façon se répondent ces deux symboles de la navigation marchande que sont le gouvernail et l'aplustre en col de cygne, que l'on retrouve précisément associés sous la forme d'un trophée dans la mosaïque du bassin (Pl. III, Fig. 2).

L'évocation de l'eau et des activités de transport liées à la batellerie ou à la navigation ne saurait surprendre dans le cadre d'un riche établissement rural placé sur les bords même du Tage. En ce sens, ce quatrième médaillon appartient bien, comme les trois autres, à la même série descriptive d'un domaine seigneurial, telle que l'a voulue un propriétaire hispano-romain de l'époque de la Tétrarchie ou du début du IV^e siècle après Jésus-Christ, époque proposée par Balil pour la confection de ces pavements ⁽¹⁷⁾, les datations antérieures n'étant plus aujourd'hui acceptables. Bien plus, par son allusion volontaire au commerce maritime ou fluvial, ce dernier tableau rejoint et explique *Y emblema* central dont la faune marine pouvait à première vue paraître déplacée ou ne relever que d'une illustration des plaisirs de la table. Rythmant le temps des campagnes, mais aussi celui de la navigation, les saisons s'intègrent parfaitement dans une iconographie homogène qui fait ressortir combien la mosaïque du *triclinium* et celle du bassin du péristyle sont liées dans leur esprit et dans leur thématique, expressions certes d'un goût culturel, mais aussi de la volonté d'un homme qui, pour mieux faire ressortir cette association désirée, est allé jusqu'à porter son choix sur deux compositions octogonales.

⁽¹⁷⁾ BALIL (A.), *Mosaico con escenas portuarias...* (Op. cit.), 1961-1962, p. 137-138; cette datation est d'ailleurs reprise par A. BLAZQUEZ, *Op. cit.*, 1982, p. 36.

III. L'art des latifundiaires: programmes, conventions et expressions

La lecture du pavement de Tolède telle que nous venons de l'effectuer n'est pas sans poser bien des questions. Elles sont principalement de deux ordres: on peut en effet se pencher sur l'analyse détaillée des représentations et s'interroger sur la mesure dans laquelle elles permettent la reconstitution des constructions réelles; on peut aussi chercher à découvrir leur contenu sémantique et leurs liens avec un programme iconographique révélateur de mentalités nouvelles.

Placée entre l'Hiver et le Printemps, l'image de la *villa urbana* semble ouvrir la succession des tableaux. Elle illustre de façon remarquable les règles de la représentation architecturale définies par T. Sarnowski. La *pars urbana* apparaît en effet dans un plan unique, sans que l'artiste ait recherché le moins du monde à produire un effet de profondeur spatiale. Bien au contraire, il s'est efforcé, dans une «perspective aplanie», de montrer sur un même plan plusieurs faces du bâtiment pris pour modèle: ainsi, la galerie à colonne est représentée de face dans sa totalité, mais la ligne partielle de tesselles brunes qui la surmonte (Pl. IV, Fig. 1) semble indiquer un changement de direction à chacune de ses extrémités, la galerie continuant en fait en retour sur les faces internes des pavillons d'angle. Ces derniers sont figurés «de biais», leur flanc extérieur étant directement accolé à la façade, sans le souci de rechercher une ligne de fuite vraisemblable. L'ensemble donne l'impression d'être contemplé en une seule fois sous plusieurs angles de vue, impression renforcée par le procédé d'étagement utilisé pour rendre visible le péristyle de la villa, normalement caché derrière la façade.

L'importance primordiale accordée aux représentations de galeries (façade, péristyle) se manifeste dans les proportions qui leur sont attribuées, en même temps qu'elles trahissent l'existence d'une hiérarchisation entre les différents éléments constitutifs de la villa. Ceux-ci, du reste, ont fait l'objet d'un choix, et il est aisé de faire l'inventaire des éléments architecturaux signifiants retenus par le mosaïste. Ce sont d'une part les galeries, avec colonnades et stylobates, et d'autre part les pavillons d'angle,

dont il a voulu marquer les portes, les étages, les frontons munis d'acrotères et les toitures de tuiles plates. La stylisation de certains éléments fait appel à des traits d'observation: la division en étages est signalé par une ligne simple indiquant les têtes de poutres de plafond pendant que les portes des tours sont schématisées par un T rappelant les joints centraux et supérieurs d'un système d'ouverture à double battant. Les fenêtres sont omises, mais les tours sont agrémentées de faîteaux en forme de triangles ou de cônes, comme il est fréquent d'en relever dans les représentations de palais et d'églises basilicales de la basse antiquité et du moyen-âge ⁽¹⁸⁾.

Dans l'expression du rendu architectural, les couleurs ne sont pas non plus à négliger, car elles paraissent correspondre à un code précis de représentation. Ici, le noir souligne les détails architecturaux; les colonnes (de marbre?) sont rendues, comme sur toutes les mosaïques africaines recensées par Sarnowski, au moyen d'une ligne de cubes blancs; des tesselles bleues en pâte de verre soulignent la* richesse présumée de la décoration des frontons. Il n'est pas jusqu'à la couleur jaune-brun employée pour la couverture des toits qui ne puisse avoir sa signification: distinction d'avec les tesselles rouges utilisées pour former le fond des galeries ou bien représentation de dalles de marbre dorées ou de tuiles peintes ? Enfin, une ligne de tesselles de couleur différente peut aussi marquer, dans le plan unique qui est celui du dessin sur mosaïque, un changement d'orientation dans le plan réel; c'est le cas pour la ligne de tesselles grises qui, sur chacun des pavillons, marque l'angle de la façade avec le côté extérieur.

Si l'on admet, avec T. Sarnowski, que le motif de la villa à galerie et tours d'angle a reçu sa forme définitive en Afrique, le souci des détails et la représentation en quatre tableaux des différents aspects d'un domaine pose le problème de l'intérêt documentaire de ce type de représentation. La mosaïque de Tolède est-elle le reflet d'une réalité objective, et donc hispanique? Sans doute la réponse doit-elle être en grande partie affirmative, bien qu'il faille évidemment demeurer prudent. *Villa urbana*,

(18) SARNOWSKI (T.), *Op. cit.*, 1978, p. 74-75.

représentation du maître et de sa famille, temple et jardin, *pars rustica* sont davantage les reflets d'un grand domaine éclaté du Bas-Empire ⁽¹⁹⁾, que l'illustration d'imaginaires paysages idylliques. La luxueuse construction principale, mêlant galerie de façade, tours d'angle et péristyle, toits peints, suggère une villa seigneuriale de type aulique. Les murs d'enceinte enserrant la plupart des constructions évoquent des ensembles de fonctions différentes et pouvant être séparés géographiquement. Enfin, si les thermes ne sont pas représentés d'une manière appropriée, le thème de l'eau est suffisamment général pour contenir leur évocation d'une façon allusive, la place étant comptée. Mais le dernier panneau est aussi, et plus certainement, en relation avec une activité de commerce et de batellerie que l'on pourrait relier à la production agricole du domaine, laquelle transparait aussi à travers les attributs des saisons ou la splendide tresse végétale et fruitière qui entoure l'*"emblema"* central. Il n'est pas exclu qu'un transport, par le Tage, ait pu concrètement s'étendre de la *vega* de Tolède jusqu'à l'océan: on sait combien, dans l'Antiquité, le fleuve était utilisé dans sa partie basse ⁽²⁰⁾; on sait aussi qu'en 1581, grâce à des chemins de halage, il était encore navigable entre Lisbonne et Tolède ⁽²¹⁾ et que son module est suffisant en toute saison ⁽²²⁾. Une telle liaison production-transport expliquerait les différentes représentations marines ou nautiques de la mosaïque des Quatre Saisons et celles du bassin octogonal, renforçant leur cohésion interne et leur mise en valeur mutuelle.

Toutes ces correspondances sont-elles suffisantes pour affirmer que nous sommes là en présence d'une illustration précise d'un

⁽¹⁹⁾ GORGES (J.-G.), *Les villas hispano-romaines* (Op. cit.), 1979, p. 111.

⁽²⁰⁾ GARCIA Y BELLIDO (A.), *La navegabilidad de los ríos de la península Ibérica en la Antigüedad*, dans «Investigación y Progreso», XVI, 1945, p. 115-122.

⁽²¹⁾ MADRIZ (F.), *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, tome XIV, Madrid, 1849, s.v. *Tajo*, p. 555-561 et stt. 558-559.

⁽²²⁾ MASACHO ALAVEDRA (V.), *El régimen de los ríos peninsulares*, Barcelona, 1948, p. 496 et 507.

domaine hispanique du Bas-Empire, représentative d'une réalité locale ? Certes non. Les quatre tableaux de la mosaïque des saisons mêlent l'imaginaire et le vrai, unissant des motifs qui sont autant de créations propres du mosaïste (cf. le propriétaire assis et son entourage...) que des emprunts à des sujets tirés du répertoire (cf. les éléments privilégiés d'architecture, les symboles de la navigation marchande...), l'important étant de rendre, avec le tout, l'image recherchée par le propriétaire d'une réalité qui soit à la fois typique et personnalisée.

C'est là, en effet, que réside le dernier point important. Le désir de concret du *dominus* oblige l'artiste à se rapprocher, au moins partiellement, d'un certain état de la réalité locale, et il apparaît bien par ailleurs que la mosaïque qui décore les riches habitations seigneuriales des IIIe et IVe siècles présente d'autres fonctions que celles de simple ornement. Manifestation de la volonté personnelle d'un *possessor* orgueilleux, reflet de sa puissance sociale et économique, le pavement de Tolède participe aussi à l'illustration d'une idéologie propre à l'ensemble des grands propriétaires fonciers du Bas-Empire. Les deux galeries à colonnes de la *villa urbana*, bien en vue entre deux tours d'angle ou formant un demi-cercle exhaussé, dotées de proportions hors du réel, sont autant de symboles du pouvoir, expression par excellence de la richesse et de la romanité d'un propriétaire qui, pour apparaître à son avantage, trône dans ses jardins, entre sa famille et son temple privé, cumulant l'image du seigneur, du philosophe et de l'esthète. Unissant saisons, productions agricoles, vues du domaine, activités marchandes ou piscicoles (l'*emblema* central est à sa façon un vivier), exaltant la puissance économique, sociale et spirituelle du maître, l'ouverture sur la mer (et donc sur Rome et sur l'Empire), la mosaïque tolédane participe pleinement au programme iconographique développé à l'usage des propriétaires de *latifundia* romains⁽²³⁾.

Elle nous apparaît aussi comme l'un des plus beaux exemples

(23) GRABAR (A.), *Programme iconographique à l'usage des propriétaires de latifundia romains*, dans «Les Cahiers de l'Archéologie», XI-XII, 1960-1962, p. 394-395.

hispaniques de la personnalisation des pavements durant le Bas-Empire, et représente, pour l'Espagne, dans son esprit et toutes proportions gardées, l'équivalent du pavement plus tardif de Tabarka, en Afrique du Nord. La disposition des scènes figuratives en demi-cercles n'est d'ailleurs pas sans rappeler la forme du *trifolium* qui abritait la mosaïque tunisienne.

Enfin, si la petitesse relative des tableaux trouve son explication dans le souci du mosaïste de respecter au plus près les indications du carton qui lui sert de support, on ne peut qu'être frappé par la logique interne qui a présidé à l'élaboration de ce pavement d'apparat et par les choix délibérés qui ont conduit à harmoniser, en les faisant se compléter, les deux admirables mosaïques connues de la «Vega Baja» de Tolède.

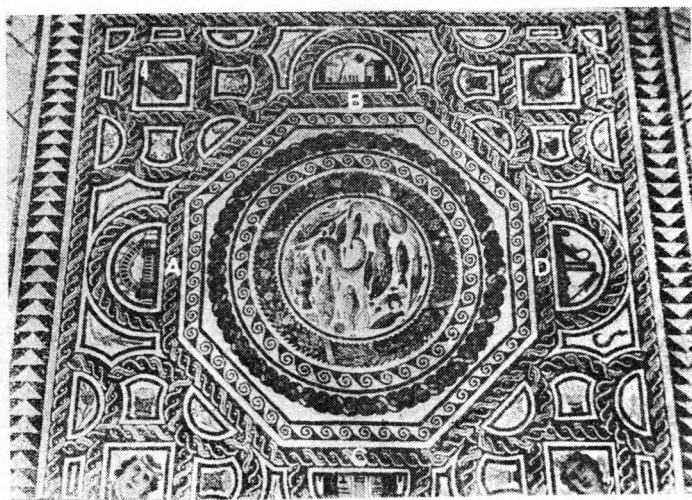


FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3

FIG. 1 — Mosaïque des Quatre Saisons: vue d'ensemble et schéma de composition de la partie figurée; Fig. 2: Mosaïque des Quatre Saisons: l'octogone central: *emblem*a marin et couronnes diverses; Fig. 3: Mosaïque du Bassin: vue d'ensemble.

PLANCHE II

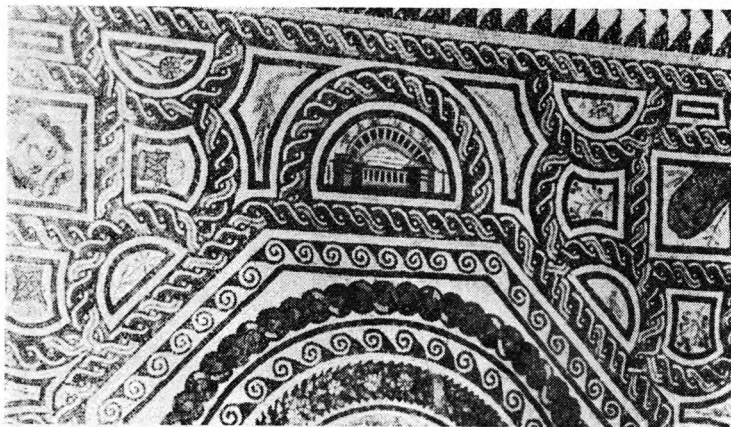


FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3

Mosaïque des Quatre Saisons (détails): Fig. 1: la *villa urbana*; Fig. 2: les jardins; Fig. 3: la *pars rustica*.

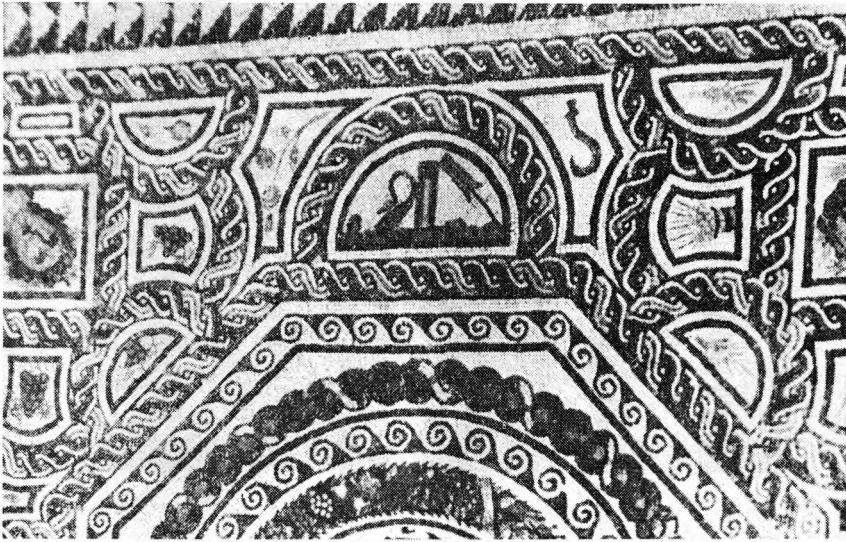


FIG. 1

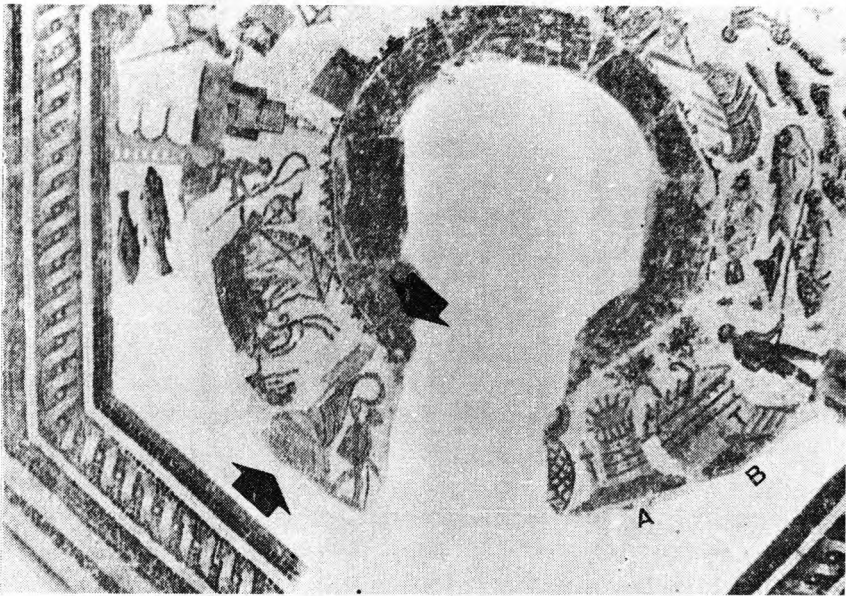


FIG. 2

FIG. 1: Mosaïque des Quatre Saisons (détail); le tableau nautique; FIG. 2: Mosaïque du Bassin (détail): le trophée nautique.

PLANCHE IV



FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3



FIG. 4

FIG. 1: Mosaïque des Quatre Saisons: détail de la *villa urbana*; FIG 2: Mosaïque des Quatre Saisons: détail du temple du jardin; FIG. 3 et 4: Monnaies «à la porte de cité» d'*Emerita Augusta*.

MARIA MANUELA ALVES DIAS

Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa.

CIL, II, 2634: A POSIÇÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DE *Q. MAMILIUS CAPITOLINUS*

«Conimbriga», XXV (1986), p. 193-203

RESUMO : O texto de *CIL*, II, 2634 tem sido entendido como o *cursus honorum* de *Q. Mamilius Capitolinus* expresso numa invocatoria feita a quatro divindades, Júpiter, Sol, *Liber Pater* e o Génio do Pretório sem que, alguma vez, tenha sido feita uma leitura histórica interpretando o conjunto das referências desta inscrição. Intenta-se, agora, essa mesma leitura, aliás, historicamente óbvia.

RÉSUMÉ : L'inscription *CIL*, II, 2634, d'Astorga, associe le *cursus honorum* chevalier de *Q. Mamilius Capitolinus* à l'hommage rendue à *Iupiter Optimus Mamimus*, *Sol invictus*, *Liber Pater* et le *Genius praetorii*. L'A., dans ce petit article, établit la cohérence historique du *cursus* de *Capitolinus* avec l'assemblage de ces dieux et divinités.

(Página deixada propositadamente em branco)

CIL, II, 2634: A POSIÇÃO POLÍTICO-RELIGIOSA DE Q. MAMILIUS CAPITOLINUS

Depois da violenta morte de Cómodo, do curtíssimo reinado de Pértinax e do assassinato de Dídio Juliano em 193, era clara, como se sabe, a situação de confronto entre os chefes militares dos exércitos do Danúbio, do Oriente e do Ocidente, e, naturalmente, a escalada para o poder político admitia apenas um único vencedor; o estado de guerra civil era, assim, inevitável. Aquele que viria a triunfar, o imperador Lúcio Septímio Severo, fase a fase do seu percurso de conquista do poder absoluto, apercebeu-se da necessidade não só de legitimar-se socialmente pelo prestígio militar, mas também, e sobretudo, de dar aos Romanos uma imagem política que lhes garantisse que o processo de mudança dinástica, consigo iniciado, aparecesse como suficientemente justificado, sancionando toda e qualquer inovação real ou aparente; deste modo encetou práticas de *propaganda* política em que recuperou, em seu proveito, muitos elementos ou motivos conhecidos já sob os Antoninos. Sabe-se também que o quadro geográfico dos conflitos político-militares pela conquista do poder teve a dimensão do próprio Império, e cada província, mesmo quase cada cidade, participou neles, tomando partido por esta ou aquela facção político-oligárquica, consoante o peso das clientelas pessoais e os interesses das elites locais.

Na Hispânia, além dos históricos episódios militares, contados pelos autores clássicos (*•), que envolveram os partidários de Clódio

fi) Cf. v.g., *SHA*, AEL. SPARTIAN., *Severus*, 12.1, 13.7 e CEULENEER, A. d.e, *Essai sur la vie et le règne de Septime Sévère*, Liège, 1874, p. 56 e ss., PLAUTNAUER, Maurice, *The Life and Reign of the Emperor Lucius Septimius*

Albino e de Septímio Severo, assinalam-se alguns vestígios epigráficos que reflectem, indirectamente, o cuidado que Septímio tinha tido em fazer acompanhar a sua progressão política por um enquadramento ideológico-religioso conveniente à consolidação da sua posição e à estruturação dos seus propósitos e no qual se observava uma harmoniosa articulação dos vários componentes: os da tradição dinástica anterior, os seus próprios e, ainda, os da sua tradição familiar. Um dos referidos vestígios epigráficos é a inscrição votiva, proveniente de Astorga, *CIL*, II, 2634 (= *ILS*, 2299 - *CI MR M*, 804):

*(signia militaria tria,
mediae lunae duae),*

*I(ovi) O(ptimo) M(aximo),
Soli invicto, Libero
patri, Genio praetor(ii),
Q(uintus) Mamil(ius) Capitolinus,
5 iurid(icus) per Flaminiam
et Umbriam et Picenum,
leg(atus) Aug(usti) per Asturiam et
Gallaeciam, dux leg(ionis) VII g(eminae) p(iae) fe[l(icis)],
praef(ectus) aer(arii) Sat(urni), pro salute
10 sua et suorum.*

Quinto Mamilio Capitolino, ainda quando *leg(atus) Aug(usti)*, ou muito pouco depois de ter cumprido este cargo, foi nomeado, por Septímio Severo, *dux leg(ionis) VII g(eminae)*, em 197, para, na Hispânia, combater as forças dos partidários de Clódio Albino,

Severus, London, 1918, p. 97-113, HASEBROEK, J., *Untersuchungen zur Geschichte des Kaisers Septimius Severus*, Heidelberg, 1921, p. 26 e ss., BIRLEY, Anthony, *Septimius Severus, the African Emperor*, London, 1971, p. 65-170.

Abreviaturas usadas neste artigo: *BMC* = *Coins of the Roman Empire in the British Museum*; *CIL* — *Corpus Inscriptionum Latinarum*; *CIMRM* = *Corpus Inscriptionum et Monumentorum Religionis Mithriacae*; *ILS* = *Inscriptiones Latinae Selectae*; *PIR* — *Prosopographia Imperii Romani*; *SHA* = *Scriptores Historiae Augustae*.

tarifa que levou a bom termo e que lhe terá valido, como prémio, a nomeação para o cargo de *praefectus aer(arii) Sat(urni)*, (mencionado nesta inscrição votiva, feita *pro salute sua et suorum* e, talvez, mandada abrir nas vésperas da sua partida para Roma), cargo este que teria sido exercido por volta de 200 ⁽²⁾. Trata-se de um inequívoco partidário de Septímio Severo; os historiadores que analisaram a sua carreira são unânimes em defini-lo como um homem da total confiança do imperador ⁽³⁾; admite-se mesmo que Quinto Mamilio Capitolino tenha ascendido da carreira equestre à senatorial por *adlectio inter praetorios* e que a sua nomeação para a chefia do *aerarium Saturni* seria um meio de lhe possibilitar o acesso até ao cargo de *consul suffectus*, a coroar a sua continuada fidelidade política e o seu sucesso militar na Hispânia ⁽⁴⁾. Deste notável 'homem de mão' de Septímio Severo outra coisa não seria de esperar senão uma completa sintonia política e ideológica com a acção do imperador. Assim, nesta inscrição de Astorga, é bem evidente a coerência política e ideológica do conjunto das divindades invocadas: *Iupiter Optimus Maximus* ⁽⁵⁾, *Sol invictus*, *Liber pater*, *Genius praetorii* que são algumas das que aparecem na propaganda monetária de Septímio contemporânea do conflito armado na Hispânia, claramente relacionáveis com esta situação política muito concreta e, sobretudo, com a necessidade de funda-

⁽²⁾ CORBIER, Mireille, *Iaerarium Saturni et Vaerarium militare*, Roma, 1974, p. 301.

⁽³⁾ ALFÖLDY, Géza, *Septimius Severus und der Senat*, «Bonner Jahrbucher», 168, Bonn, 1968, p. 146, ID., *Fasti Hispanienses*, Wiesbaden, 1969, p. 90-92, ID., *Die Senatorischen Kommandeure der Legio VII Gemina*, «Legio VII Gemina», León, 1970, p. 390-391, CORBIER, M., *l. c.*, p. 301-303, LE ROUX, Patrick, *Varmée romaine et Vorganisation des provinces ibériques d'Auguste à Vinvasion de 409*, Paris, 1982, p. 366-369; cf. tb. PIR^I, M-94; v. tb. genericam., v. g., MAC MULLEN, Ramsay, *Soldier and civilian in the later Roman Empire*, Cambridge, Mass., 1967, p. 154-155.

⁽⁴⁾ CORBIER, M., *l. c.*, p. 536; sobre *adlectus* ou *allectus* cf. CAGNAT, René, *Cours d'épigraphie latine*, 4^{ème} éd., Paris, 1914, p. 126.

⁽⁵⁾ Para este culto na Península cf. PEETERS, Félix, *Le culte de Jupiter en Espagne d'après les inscriptions*, «Revue Beige de Philologie et d'Histoire», Bruxelles, 1938, p. 157-191 e 853-886. Cf. tb. VAZQUEZ Y HOYS, Ana Maria, *Consideraciones estadísticas sobre la religión romana en Hispânia*, «La religión romana en Hispânia», Madrid, 1981, p. 165-176, especialm. 168-169 e ID., *La religión romana en Hispânia*, Madrid, 1982.

mentação ideológico-religiosa do poder e da sua legitimação ⁽⁶⁾.

Esta sequência de divindades, tal como aparece, respeita uma ordem de grandeza decrescente, da mais universal à mais particular; segue-se-lhe o nome de Q. Mamílio Capitolino, naturalmente sem qualquer referência à filiação e à tribo, e os sucessivos cargos da sua carreira de *eques*, numa ordem ascendente e cronológica. Vejamos a sequência do conjunto das divindades invocadas:

Iupiter Optimus Maximus é aqui, ainda, o deus supremo, o deus-chefe, preferencialmente cultuado pelos militares (a reforçar esta ideia estão os *signa militaria* que encimavam o altar da inscrição), na continuidade de uma prática castrense que tinha readquirido especial relevo sob Trajano ⁽⁷⁾, deus máximo da tríade capitolina que acompanhava e favorecia as conquistas e que era, pelas suas características polimorfizáveis, suficientemente universal para o fazerem tomar os epítetos de divindades supremas locais ou, até, de se lhes associar ⁽⁸⁾. Não foi nesta conjuntura, nem ainda nesta época, que rivalizou com o *Sol invictus* ⁽⁹⁾; efectivamente, um pouco mais tarde, sob Heliogábalo (218-222), *Iupiter Optimus Maximus* quase que constituiu, como expressão de resistência da longa-duração ideológica-religiosa, uma verdadeira ameaça à nova hegemonia religiosa do culto solar sírio de Emesa, e foi por vontade deste imperador que foi proibida, na prática religiosa e nas menções epigráficas, a sua nomeação antes da de *Sol invictus* — enfim, um caso de precedência na pragmática do cerimonial religioso privado e oficial, alterada e imposta pela vontade política do poder absoluto.

⁽⁶⁾ BMC, V, p. LXXXII-CXCI. Sobre vários aspectos da arte e do espectacular, na *propaganda* política de Septímio Severo, cf. tb. o. g., I OYNBEE, J. M. C., *Picture-Language in Roman Art and Coinage*, «Essays in Roman Coinage presented to Harold Mattingly», Oxford, 1956, p. 205-225. Complementando BMC, V, v. HILL, Philip V., *The coinage of Septimius Severus and his family of the Mint of Borne, A.D., 193-217*, London, 1964.

⁽⁷⁾ BEAUJEU, Jean, *La religion romaine à Vapogée de VEmpire*, Paris, 1955, p. 69-80.

⁽⁸⁾ PEETERS, F., *I. c.*, p. 185-187 e 853-873.

⁽⁹⁾ HALSBERCHE, Gaston H., *The Cult of Sol Invictus*, Leiden, 1972, p. 62 e 75-76.

Sol invictus, a segunda divindade mencionada nesta inscrição ⁽¹⁰⁾, à data da invocatória de Q. Mamílio Capitolino, só poderá ser entendido como referência do apelo a uma ordem cósmica que comanda o Mundo e guia, do Alto, as acções do imperador, tal como vai aparecer na imagem do *Septizonium*, mandado edificar por Septímio em 202 ⁽¹¹⁾; a ideologia dinástica, cósmicamente sustentada, foi sobretudo o resultado de um processo de aceleração dum movimento que tinha já antecedentes em Roma, e que não terá necessariamente nada a ver com a origem oriental de *Julia Domna*, a segunda mulher de Septímio Severo ⁽¹²⁾. As duas meias-luas que, tal como os *signa militaria*, encimavam o altar da inscrição devem ser entendidas como indiciadoras da referida ordem cósmica ⁽¹³⁾; símbolos solares e lunares, representados em

⁽¹⁰⁾ ID., *ibid.*, não inclui *CIL*, II, 2634 talvez por lhe atribuir carácter mitraico, seguindo assim *CIMRM*, 804 que a não tem sob reserva; contudo GARCIA Y BELLIDO, António, *Les religions orientales dans l'Espagne romaine*, Leiden, 1967, p. 37-38, diz textualmente: «Il n'est pas sur que le texte de cette pierre soit mithriaque».

⁽¹¹⁾ HOMO, Léon, *Rome impériale et l'urbanisme dans l'Antiquité*, Paris, 1951, p. 346; GARCÍA Y BELLIDO, A., *Arte romano*, 2.^a ed., Madrid, 1972, p. 530-533, escreve: «...el Septizonium, ruina bien conservada aún hasta finales del siglo xvi. Sisto V la mandó demoler con el fin de utilizar sus ricos materiales para obras suyas. Son varios, empero, los dibujos que de este monumento nos han llegado; uno de ellos es el conservado hoy en el Escorial, debido a Francisco de Holanda». V. tb. LUGLI, Giuseppe, *Le Palatin*, Roma, 1949, p. 139-141.

⁽¹²⁾ GAGÉ, Jean, «*Rasiléia*»: *Les césars, les rois d'Orient et les miages*», Paris, 1968, p. 235-236: «Étant donné l'origine émésiennne et sacerdotale de Julia Domna, Pimpératrice, il était tentant naguère de considérer que ces symboles, et ces nouveautés d'architecture même, étaient entrés au Palatin avec le couple afro-syrien. Mais de nouvelles découvertes, notamment celles d'un *Septizodium* en Tunisie' (GILBERT-CHARLES PICARD, *Le Septizodium de Cincari et le problème des Septizonia*, «Monuments Piot», 522, Paris, 1962, p. 77-94), ont prouvé qu'il n'y avait pas eu brusque invention ni admission de ces symboles astraux pour Septime-Sevère; seulement une accélération dans un mouvement qui avait commencé hors de Rome, et mise en forme naturellement exploitée pour Pavenir d'une maison qui, dès le début, s'annonçait dynastie». Documentação arqueológica (incluindo a numismática) relativa a esta problemática em GHEDINI, Francesca, *Giulia Domna tra Oriente e Occidente*, Roma, 1984.

⁽¹³⁾ SEYRIG, Henri, *Le prétendu syncrétisme solaire syrien et le culte de Sol invictus*, «Les syncrétismes dans les religions grecque et romaine», Paris,

associação com os membros da casa imperial (ou como aparente emblemática pessoal), são motivos inseridos na propaganda monetária da predestinação dinástica da família reinante — a sugestão é clara na representação dos bustos conjugados de *L. Septimius Severus* e *Iulia Domna*, com coroa radiada e sobre crescente, respectivamente, rodeados pela legenda *Concordiae aeternae* ⁽¹⁴⁾. Esta mesma ideia aparece, na epigrafia, na invocatória conjunta ao Sol eterno e à Lua, feita em intenção da eternidade do Império e da saúde do Imperador, de *Iulia Domna* e dos seus dois filhos ⁽¹⁵⁾. Também, no mesmo esforço de estratégia de implantação dinástica, já em 195, ano da sua vitória sobre *Pescennius Niger*, e quando Clódio Albino era o seu último obstáculo, Septímio Severo começou a autodenominar-se *divi Marci filius* e *divi Commodi frater*, no claro propósito de se 'entroncar' na família de Marco Aurélio (note-se que a *gens Aurelia* era a que, tradicionalmente, mantinha, no Quirinal, o culto romano do *Sol*⁽¹⁶⁾, e, no ano seguinte, quando atribuiu ao seu filho mais velho, *Septimius Bassianus*, o futuro imperador Caracala, o título de *Caesar*, mudou-lhe o nome para *M. Aurelius Antoninus* ⁽¹⁷⁾; em 197, depois da derrota e morte de Clódio Albino, Caracala é nomeado já, na epigrafia, *imperator designatus* ⁽¹⁸⁾, iniciando na primavera do ano seguinte o reinado conjunto com seu pai (198-211). A usurpação da onomástica familiar dos Antoninos não foi a única perpetrada por Septímio. Já anteriormente, em 193, com a aprovação do Senado e quando

1973, p. 147-151. Cf. tb. MAC MULLEN, Ramsay, *Paganism in the Roman Empire*, Yale, New Haven, 1981, p. 84-85.

⁽¹⁴⁾ BMC, Y, p. 194 e 204. Cf. tb. BEAUJEU, J., *Politique religieuse et propagande numismatique sous le Haul-Empire*, «Mélanges d'Archéologie et d'Histoire offerts à André Piganiol», Paris, 1966, p. 1529-1540 e BÉRANGER, Jean, *Remarques sur la Concordia dans la propagande monétaire impériale et la nature du principal*, «Beiträge zur Alten Geschichte und deren Nacbleben. Festschrift für Franz Altheim zum 6.10.1968», Berlin, 1969, p. 477-491.

⁽¹⁵⁾ Cf. CIL, II, 259, de Colares, Sintra.

⁽¹⁶⁾ HALSBERGHE, G. H., *l. c.*, p. 35.

⁽¹⁷⁾ Cf. SHA, AEL. SPARTIAN., *Severus*, 10.6; BMC, Y, p. LXXIX e SYME, Ronald, *Emperors and Biography*, London, 1971, p. 78-88. Na epigrafia hispânica cf. CIL, II, 1671, de Martos, na Bética.

⁽¹⁸⁾ Cf. CIL, VIII, 14394 e CIL, II, 4101 (= ALFÖLDY, G., *Die Römischen Inschriften von Tarraco*, Berlin, 1975, p. 42, Taf. 16.2).

chamava a si o privilégio da vingança de *P. Helvius Pertinax*, ligara ao seu próprio nome o cognome deste, numa evidente tentativa de vinculação sucessória ⁽¹⁹⁾.

Liber pater, identificável com Baco e, desde 194, um *item* quase constante da propaganda monetária de Septímio Severo ⁽²⁰⁾, era um dos dois deuses mais prestigiados de *Leptis Magna*, a cidade natal do imperador e terá sido, para este, o deus propiciatório e tutelar das suas intenções e propósitos, tanto que, nos *Ludi Saeculares* de 204, lhe prestou honras especiais ⁽²¹⁾.

Genius praetorii, a última divindade invocada, aparece na Hispânia também representada epigráficamente em Tarragona ⁽²²⁾, numa inscrição com uma invocatoria que começa pela tríade Capitolina e que foi mandada fazer por *T. Flavius Titianus*, governador da *Hispania Citerior* (199-202), cunhado do desaparecido *Pertinax* e, tal como Q. Mamílio Capitolino, igualmente um fervoroso partidário de Septímio Severo p); trata-se, pois, duma divindade castrense que se harmoniza bem com o estado de guerra civil que se vivera na Península, com a classe militar ascendente e, até, com as biografias quer do imperador quer de Q. Mamílio Capitolino e de T. Flávio Ticiano ⁽²⁴⁾.

⁽¹⁹⁾ Cf. *SHA*, AEL. SPARTIAN., *Severus*, 5.4 e *SHA*, IUL. CAPITOL., *Pertinax*, 15.2.

⁽²⁰⁾ *BMC*, V, p. LXXXVII.

⁽²¹⁾ Cf., v. g., *CASS. DIO*, 77.16 e *BMC*, Y, p. XL.

⁽²²⁾ *CIL*, II, 4076, (*Genius praetorii consularis*).

⁽²³⁾ ALFOLDY, G., *Septimius Severus...*, p. 142 e *Id.*, *I. c.* n. 18, p. 18, Taf. 62.3. V. tb. *PIB*², F-387.

⁽²⁴⁾ Sob Septímio, uma emergente classe militar, muito fiel e cujos membros eram geralmente de origem provincial africana, ou síria, apoiou e sustentou politicamente o imperador na execução da sua fórmula 'descaramente' autocrática de exercício do Poder. CREES, J. H. E., *The Beign of the Emperor Prohus*, London, 1911, p. 5, escreve: «The reign of Severus (A. D. 193-211) has rightly been said (STUART JONES, *The Boman Empire*, p. 252) to mark an epoch in the history of autocracy. The imperial power was based henceforth upon the army, and upon the army alone, and the fiction of the dyarchy, a partnership between Emperor and Senate, was allowed to fall into oblivion. The soldier, who became such an important personage, was pampered and allowed to disregard the claims of discipline. He lived in plenty and in the bosom of his family (restrictions upon marriage

A informação religiosa e a informação prosopográfica dadas pela inscrição *CIL*, II, 2634, formam um todo que tem uma coerência interna que as torna inseparáveis.

Os deuses invocados, nesta inscrição de Astorga, por Q. Mamílio Capitolino são aqueles que um oficial, nas suas circunstâncias de carreira, à data e no seu alinhamento político, preferencialmente escolheria para uma inscrição deste tipo, no ocidente do Império; hipoteticamente, e por um senso comum cautelar, podemos ainda considerar que Q. Mamílio Capitolino, ao invocar os deuses 'de' Septímio Severo, não estava a fazer *propaganda* directa da política religiosa do imperador mas, sim, a fazer a sua própria profissão-de-fé político-ideológica; de facto, era também admissível que, para quem construiu uma carreira na luta contra os opositores de Septímio Severo, encontrasse, nos deuses invocados durante essa luta, a protecção que, privadamente, requer para si e para os seus; ora isto não impediria, fosse como fosse, que a inscrição, como objecto público, não resultasse, indirectamente, num poderoso elemento activo da propaganda ideológico-religiosa da política do imperador e que se iria reflectir, mesmo minimamente, no comportamento político dos círculos dos graduados militares de Astorga e da *legio* e das elites civis locais (20).

were now abolished, legionaries wore gold rings and received frequent donatives). The rest of the world under this rule of militarism became mere ciphers. (...) The Senate dared not oppose the slightest wish of its imperial master, and lost most of its revenues, owing to the reduction of the *aerarium* to insignificance». Esta 'leitura' da moderna historiografia liberal e democrática subsiste em autores bem diferenciados ideologicamente como J. Beaujeu ou LEVI, Mario Attilio, *La lucha política en el mundo antiguo*, trad. esp. da ed. i tal. de 1955, Madrid, 1968, p. 282-283, que consideram, directa ou indirectamente, o reinado 'militarista' de Septímio como o marco inicial da decadência do império — mesmo o vigoroso surto de construções, públicas e privadas, as reformas viárias, o discurso político de contenção social, a 'conquista' da Mesopotâmia, etc., (só possíveis pela duração do poder pessoal do imperador e pela sua equilibrada administração da guerra nas fronteiras do Império que, ao fim e ao cabo, se conservam tal qual) acabam por ser entendidos como expressão de hábil 'fachadismo' político, inconsistente e incapaz de, ao menos, desacelerar o processo de decadência.

(25) Cremos, firmemente, que, quando o séc. II acaba, já se está, socialmente, a nível provincial, muito distante da 'apatia política' que, há muito,

Como se vê, a inscrição C7L, II, 2634, não pode ser reduzida, a nível informativo, de conhecimento e de significado, a um somatório do enunciado de quatro divindades ⁽²⁶⁾ e de um *cursus honorum* 'equestre' dum *homo novus* da *entourage* militar de Septímio Severo: ela é um todo coerente, historicamente inteligível.

numa obra magnífica, se diagnosticou no comportamento das elites locais, itálicas e provinciais, sob os Júlio-Gláudios: BOISSIER, Gaston, *Vopposition sous les Césars*, Paris, 1875, p. 18-55.

⁽²⁶⁾ Sobretudo se forem entendidas como expressão dum sincretismo religioso, veiculado pelas unidades militares. ÉTIENNE, Robert, *Les syncrétismes religieux dans la Péninsule Ibérique à Vépoque impériale*, «Les syncrétismes...», p. 161, a propósito desta inscrição e do papel dos militares, considera com inteligente subtileza: «mais il ne faut pas exagérer leur importance pas plus que Pefficacité de la propagande officielle».

(Página deixada propositadamente em branco)

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES

Licenciada em História (variante Arqueologia)

UMA CUPA FUNERÁRIA DA VIDIGUEIRA

«Conimbriga», XXV (1986), p. 205-212

RESUMO: Estuda-se uma cupa inédita proveniente do Monte das Fontes, Selmes, Vidigueira. Trata-se, mais uma vez, do monumento funerário dum liberto.

A forma como o dedicante se coloca perante o dedicado faz duma inscrição de *libertus* — assaz espalhada na região de Pax Iulia — um importante documento acerca das relações sociais na época.

RÉSUMÉ: Étude d'une cupa inédite trouvée au Monte das Fontes — Selmes, Vidigueira. Il s'agit, encore une fois, du monument funéraire d'un affranchi.

La façon dont le dédiant se place face au dédié fait d'une inscription de *libe?us* — assez répandue dans la région de Pax Iulia — un important document sur les rapports sociaux de l'époque.

(Página deixada propositadamente em branco)

UMA CUPA FUNERÁRIA DA VIDIGUEIRA

É elevado o número de vestígios da ocupação romana por nós detectados no concelho de Vidigueira ^(x).

Com o estudo da sua distribuição, a que oportunamente nos referiremos, pensamos contribuir para a compreensão de como foi a implantação rural nas zonas limítrofes de *Pax Iulia*.

De momento, interessa-nos dar a conhecer mais um importante monumento epigráfico que, juntamente com uma ara funerária recolhida por Vasco Mantas no Monte de Pontinha — Selmes ⁽²⁾, constituem, até agora, os únicos documentos escritos romanos aqui encontrados.

Trata-se de um fragmento de cupa, em mármore azulado de Trigaches, encontrado no Monte das Fontes — Pedrógão — Vidigueira ⁽³⁾ (Fig. 1).

Ainda que junto à casa do monte sejam visíveis alguns materiais de construção da época romana (*tegulae*, *lateres*), o monumento não se encontrava integrado em contexto arqueológico, estando, no momento em que o identificámos, no casão do monte.

Fracturada no seu lado direito, a cupa conserva apenas 78 cm. de largura.

I¹) Referimo-nos, de modo particular, a parte oriental do concelho, zona em que fizemos incidir o nosso trabalho de carta arqueológica.

(²) José d'ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (= IRGP), Coimbra, 1984, n.º 333a.

(³) C. M. 1/25.000, Serviços Cartográficos do Exército, Lisboa, 1965 FL. 500; Latitude 239,5 Longitude 132,25.

Observando-a na sua largura total visível, verificam-se, à esquerda, dois traços gravados representando um arco de aduela; distanciados 23,5 cm e 36,5 cm, o mesmo esquema representa o segundo e terceiro arcos de aduela, respectivamente.

Falta à cupa toda a parte direita; contudo, pensamos poder reconstituí-la por simetria com a parte esquerda intacta.

O espaço entre a extremidade e o primeiro arco de aduela é de 6 cm, o arco tem 4 cm e o espaço entre este e o segundo arco é 23,5 cm, o que, totalizando 33,5 cm, dava muito provavelmente, uma largura de 111,5 cm.

Truncada na parte inferior, a altura no topo esquerdo é 17,5 cm. Esta parte recebeu uma decoração feita de um sulco circular, de uma haste vertical e dois segmentos de recta simétrica em relação ao eixo central.

O corte feito no sentido da altura, na parte direita, teve em vista um reaproveitamento como pedra de lagar, como sugere o entalhe rectângulo-trapezoidal de 10 cm de altura e 7 cm de largura.

A inscrição está colocada ao centro da cupa, no dorso.

O campo epigráfico é limitado, à esquerda e à direita, pelos arcos de aduela centrais; pode pensar-se que, originalmente, uma linha horizontal limitava superiormente o campo epigráfico, mas a forma irregular como essa linha se inclina para a esquerda inviabiliza a hipótese de qualquer desenho voluntário, o mesmo se passando com o traço sob a l. 3. O mármore de Trigaches é bastante frágil, apresentando muitas vezes fracturas deste tipo. Inferiormente, a inscrição terminaria após o último espaço inter-linear.

Dimensões: 78 (111,5) x 38 x 17.

Campo epigráfico: 31,7 x 36,5.

D (is) . M(anibus) . S (aerum) / I (ulius). HILARIVS / AN(norum)
XXVIII (viginti octo) I LIBERTO . ME/RENTI PATRO/⁵N(^) .
P(osuit) . H(ic) . S(itus) . E(st) . S(it) . T(ibi) . f(erra) . L(evis) .

Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Júlio Hilário, de 28 anos. O patrono colocou ao liberto digno de mérito.

Altura das letras: 1. 1: 1,9; 1. 2: 2,7; 1. 3: 2,7; 1. 4: 2,7/3,7; 1. 5: 3,7. Espaços: 1: 1,4; 2: 1,23; 3: 1,4/1,25; 4 e 5: 1,4.

A paginação é feita segundo um eixo de simetria com alinhamento à esquerda, salvo na l. 1.

À direita, existe um alinhamento entre as linhas 3, 4 e 5, estando a l. 2 recuada e a l. 6 avançada. Saliente-se a tendência para apresentar o texto sob a forma de «caixa».

Os caracteres acusam uma inclinação à esquerda; são de tipo capital quadrada, com franca influência actuária (talvez motivada por uma *ordinatio* desenhada a pincel); M bastante aberto; R de alça breve e haste oblíqua longa; B assimétrico, de pança inferior maior; T com haste curva; A largo com barra na parte superior.

A pontuação é feita por pontos triangulares.

No geral, é uma epígrafe harmoniosa, ainda que o seu tratamento não seja de superior qualidade.

A análise directa da pedra e a fotografia permitem reconstituir sem dificuldade o que desapareceu do texto: na l. 5, a seguir ao R de *merenti*, podem ver-se o E, traços do N, a parte superior do I, a alça do P e a haste do T. Na l. 6, dois traços definem parte do N, a haste vertical do P, e os traços verticais do H são ainda reconhecíveis (Fig. 2).

O texto memora um membro da *gens Iulia*. «O gentílico *Iulius* ocupa lugar cimeiro entre os representados na Hispânia. A sua grande difusão na Lusitânia ficou a dever-se, fundamentalmente, a liberalidades de César e de Augusto, os quais agregaram à *gens Iulia* uma multidão de famílias de origem étnica diversa» ⁽⁴⁾. No *conventus Pacensis*, os *Iulii* encontram-se representados em 112 inscrições, alguns deles como gente de condição social importante⁽⁵⁾. A menção do gentílico em sigla pode significar a grande difusão que este conhecia, bem como o hábito de identificar uma personalidade pelo seu cognome.

⁽⁴⁾ VASCO MANTAS, *Inscrições Romanas do Museu de Torres Vedras, «Conimbriga»*, XXI, 1984, p. 11.

⁽⁵⁾ IRCP 382.

Hilarius é um cognome pouco representado; no conjunto do C7L, Kajanto encontra apenas referidos três homens e oito mulheres com esse nome, sendo uma de condição liberta ⁽⁶⁾.

A fraca representação deste cognome no mundo romano, desconhecido na Península Ibérica até ao presente, leva-nos a admitir que se trate de uma forma tardia do cognome *Hilarus*, conhecido na Península por seis inscrições da Tarraconense ⁽⁷⁾, três na Bética ⁽⁸⁾ e uma na Lusitânia ⁽⁹⁾.

No *conventus Pacensis* apenas se conhece a forma aparentada, *Hilarianus* ⁽¹⁰⁾.

Kajanto ⁽ⁿ⁾ inclui estes cognomes no grupo cuja origem se relaciona com traços de carácter e salienta a sua etimologia grega e a qualidade de escravos e libertos da maioria dos assim denominados.

Não sendo inédita na epigrafia latina e particularmente no *conventus Pacensis* a referência aos merecimentos de alguém ⁽¹²⁾, sublinhe-se o facto de neste caso ser o patrono que, omitindo o seu nome, perpetua a memória do liberto.

É por demais confirmada a permeabilidade a relações amigáveis entre gentes de condição social diferente, mas quase sempre é o de condição inferior a elogiar o outro. E em duas inscrições do *conventus*, o patrono perpetua o seu liberto mas identifica-se com o nome ⁽¹³⁾.

Não nos custa admitir que estejamos perante um liberto cujo comportamento, fidelidade e dedicação fossem exemplares, merecendo por isso uma homenagem do seu patrono ⁽¹⁴⁾, que escusa

⁽⁶⁾ Iiro KAJANTO, *The Latin cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 260 (= KAJANTO, *Cognomina*).

⁽⁷⁾ ILER 1311, 4111, 4844, 5639, 6087, 6475.

⁽⁸⁾ ILER 3123, 4727, 5006.

⁽⁹⁾ ILER 4890.

⁽¹⁰⁾ IRCP 260. Na Península apenas se repete mais uma vez, numa inscrição honorífica da Tarraconense.

⁽ⁿ⁾ KAJANTO, *Cognomina*, p. 68, 69; não esqueçamos que *Hilarus* é um dos libertos de Cícero, FAM. XIII, 33.

⁽¹²⁾ IRCP 106, 114, 181, 313, 333, 361, 399, 429.

⁽¹³⁾ IRCP 98, 333.

⁽¹⁴⁾ Acerca dos *elogia* que os patronos fazem aos libertos, cf. G. FABRE, *Libertus — Recherches sur les rapports patrons-affranchis à la fin de la République*

o seu nome, quicá por ser imediatamente identificado, ao ser feita menção ao seu liberto.

No conjunto dos 101 libertos identificados no *conventus*, este *Hilarius* é alguém «importante», pois o seu patrono não só omite o nome como permite que o seu estatuto seja dividido por duas linhas, salientando o nome do liberto que preenche uma linha ⁽¹⁵⁾.

A análise paleográfica, a invocação aos deuses Manes, o uso do adjectivo *merenti*, o gentilício em sigla e a indicação da idade permitem situar o monumento no final do século n, início do século ui.

Esta inscrição funerária — pelo seu formulário, D.M.S., H.S.E., S.T.T.L. — integra-se numa série bem conhecida no *conventus Pacensis*. Estas fórmulas, banais para a região ⁽¹⁶⁾, foram gravadas numa cupa cuja forma se inscreve no conjunto dos monumentos epigráficos funerários da região de Beja⁽¹⁷⁾ — presença de arcos de aduela, campo epigráfico colocado ao centro, forma de tonel quase completa —, tudo apontando para a vulgarização de um modelo cuja oficina se localizaria na capital do *conventus*, como o sugere a presença destes monumentos ⁽¹⁸⁾.

Com uma cupa se honram defuntos de todas as categorias sociais; por um rito funerário, por uma cupa, desejavam os libertos assimilar-se totalmente aos ingénuos.

No caso presente, pode perguntar-se se a cupa não estaria colocada no recinto funerário consagrado à família do *patronus* ⁽¹⁹⁾, que parece ter sido o próprio a colocá-la *{posuit}*.

Romaine (Coll. École Franc, de Rome, 50) Rome, 1981, s. v. *elogia*, p. 411. (= FABRE).

⁽¹⁵⁾ No *Conventus Pacensis* registam-se dois casos de homenagem prestada pelos patronos a libertos, embora em ambos os exemplos eles se identifiquem pelos seus nomes (IRCP 98, 333).

⁽¹⁶⁾ Para D.M.S.: IRCP 40; H.S.E.: IRCP 37; S.T.T.L.: IRCP 40.

⁽¹⁷⁾ Dos 66 encontrados com inscrição funerária, 26 são *cupae*.

⁽¹⁸⁾ Os mapas 2 e 3 que Encarnação apresenta mostram que a dispersão das *cupae* é limitada e que coincide com a dos monumentos feitos em mármore de Trigaches.

⁽¹⁹⁾ FABRE, p. 146-147.

Assim este monumento dá-nos um testemunho inegligenciável sobre as estruturas sociais, as práticas funerárias e ainda sobre a reutilização deste monumentos (neste caso, como peso de lagar) talvez numa época bastante próxima daquela que vulgarizou as *cupae* como perpetuação de gentes e virtudes.



FIG. 1 —Fragmento de cupa.

VASCO GIL MANTAS

Assistente do Inst. de Arqueologia da Fac. de Letras de Coimbra

UM MILIÁRIO DE ADRIANO EM ALFEIZERÃO

Conimbriga, XXV (1986), p. 213-225

RESUMO: A estrada *Conimbriga-Olisipo* não figura no *Itinerário de Antonino* e o seu traçado motiva ainda algumas interrogações. Em Alfeizerão (Alcobaça), um miliário de Adriano, praticamente inédito, permite assinalar com segurança a passagem da via, cuja construção atribui ao mesmo imperador. Alfeizerão corresponde, possivelmente, a um porto romano de alguma importância, hoje assoreado, servido pelo troço litoral da via, entre *Collipo* e *Eburobrittium*.

RÉSUMÉ : La voie *Conimbriga-Olisipo* ne figure pas dans *Y Itinéraire d'Antonin* et son tracé motive encore des interrogations. À Alfeizerão (Commune de Alcobaça), une borne milliaire permet de confirmer la présence de la voie, visible sur les photos aériennes et dont la construction est attribuée sur la borne à l'empereur Hadrien. Alfeizerão était très probablement un port romain, ensablé depuis le XVI^e siècle, qui était rallié à *Collipo* et à *Eburobrittium* par un itinéraire littoral de la voie.

(Página deixada propositadamente em branco)

UM MILIARIO DE ADRIANO EM ALFEIZERÃO

O contributo dos miliários revela-se fundamental para o estudo da rede viária romana de uma região, pois não só permite precisar o traçado das estradas como faculta ao investigador numerosas informações de natureza histórica a partir das inscrições que ostentam, infelizmente quase sempre prejudicadas pela degradação dos monumentos ⁽¹⁾. Em Portugal, os miliários conhecidos contam-se por cerca de duzentos, a maior parte dos quais foram encontrados a norte do Douro, no território do convento bracaraugustano, pertencente à Tarraconense ⁽²⁾. Esta repartição desigual, que devemos relacionar mais do que com o acaso das descobertas com a forma como eram organizados os trabalhos viários no Império Romano ⁽³⁾, faz com que o testemunho dos miliários encontrados na área portuguesa da Lusitânia ganhe ainda maior importância, reforçada no caso do miliário de Alfeizerão por se referir a uma estrada não

p) Agradecemos cordialmente as facilidades de trabalho e as informações que nos foram concedidas pelo Sr. Virgílio Pereira dos Santos, em cuja residência se encontra o monumento estudado, bem como a solidariedade do nosso colega Dr. José Beleza Moreira. Fotografia de Delfim Ferreira. Fontes abreviadas no texto: *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim (— *CIL*) *Ephemeris Epigraphica*, Berlim (= *EE*); J. VIVES, *Inscripciones Latinas de la España Romana*, I-II, Barcelona, 1971-1972 (= *ILER*). As medidas são indicadas em centímetros.

⁽²⁾ M. Martins CAPELA, *Miliarios do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto, 1895.

⁽³⁾ A execução dos trabalhos, mesmo quando determinados pela administração imperial ou provincial, competia frequentemente às *civitates*: Thomas PEKARY, *lntersuchungen zu den romischen Reichsstrassen*, Bona, 1968, p. 113-115.

incluída no *Itinerário de Antonino* ⁽⁴⁾, como afinal sucede com tantas outras, e sobre cuja existencia foram levantadas dúvidas, naturalmente fundamentadas, por um dos maiores geógrafos portugueses deste século ⁽⁵⁾.

Tivemos conhecimento deste marco miliário por intermédio do Sr. Leonel Trindade, director do Museu Municipal de Torres Vedras, quando em 1979 procedemos a prospecções arqueológicas ao longo do eixo viário Alenquer-Torres Vedras, informação pela qual aqui exprimimos o nosso agradecimento. Como o monumento não foi publicado pelo investigador que durante muito tempo julgámos interessado em fazê-lo, resolvemos divulgar o estudo que sobre ele elaborámos, uma vez que começam a surgir outros vestígios da via *Olisipo-Conimbriga*, à qual atribuímos o marco miliário de Alfeizerão, como já tivemos oportunidade de referir há alguns anos ⁽⁶⁾.

Em Portugal, os trabalhos de investigação sobre a rede viária romana contam com uma tradição já centenária, sem que, infelizmente, se possa considerar o resultado global dos mesmos como satisfatório ⁽⁷⁾. A abertura de novas estradas e a renovação das já existentes, tarefa primordial para que o isolamento deixe de constituir desculpa para regionalismos estéreis, não deixará de revelar traços importantes da rede viária romana se as frentes de trabalho forem acompanhadas, na medida do possível, por arqueólogos que possam registar os vestígios eventualmente detectados ⁽⁸⁾, sem o que desaparecerão para sempre testemunhos

⁽⁴⁾ Para o território do convento escalabitano, entre o Tejo e o Douro, o *Itinerário* não indica mais do que a via *Olisipo-Bracara*, usualmente designada sem grande razão, como *Via XVI*. O troço *Olisipo-Scallabis* coincide com o trajecto inicial de duas das estradas que conduziam à capital lusitana: *Itin. Ant.*, 420, 8-422, 1 (ed. Wesseling, Amsterdão, 1735).

⁽⁵⁾ O. RIBEIRO, *Introduções geográficas à História de Portugal*, Lisboa, 1977, p. 80-82. Trata-se de uma elucidativa discussão da pretendida atlan-tização do povoamento na época romana, defendida por Jaime Cortesão.

⁽⁶⁾ Y. MANTAS, *Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras, «Conimbriga»*, XXI, 1982, p. 77.

⁽⁷⁾ A síntese mais completa sobre as vias romanas de Portugal encontra-se em: Jorge de ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, 1983, p. 65-112.

⁽⁸⁾ O problema revela-se particularmente grave em relação às novas auto-estradas, cujos traçados rectilíneos coincidem não poucas vezes com

insubstituíveis — e dos mais significativos — da presença romana, como são, nomeadamente, os marcos miliários ⁽⁹⁾.

a) Descrição

Miliário cilíndrico em calcário, incompleto, encontrado muito perto de Alfeizerão, no sítio das Ramalheiras, freguesia de S. João Baptista, concelho de Alcobaça (Mapa 1), em data indeterminada do primeiro quartel deste século ⁽¹⁰⁾. Encontra-se presentemente no pátio da casa do Sr. Virgílio Pereira dos Santos (Rua 25 de Abril, 139), em Alfeizerão ^(u); dele foi feita uma réplica em gesso para o Museu Etnográfico e Arqueológico do Dr. Joaquim Manso, na Nazaré.

O estado de conservação do monumento, reduzido à metade superior, é razoável: ostenta algumas mossas e a inscrição está bastante gasta pela erosão, sobretudo a metade direita do campo epigráfico, sem que daí resultem, todavia, dificuldades especiais para a reconstituição da maior parte do texto. (Figs. 1 e 2).

Dimensões: 98x46. Campo epigráfico: 78x47.

IMP(erator) (hedera) / CAESAR (hedera) DIVI / TRAIANI .
 PAR/THICI (hedera) F(ilius) . DIVI . NE/RVAE . NEPOS
 TR/AIANVS HADR/IANVS . AYGiustus^PO/miifex) (hedera)
 MAX(imws) . TR (ibunicia) . POT {estate} / V {quinta) . CO{n}S(ul) •
 . III (tertium) . FE[CIT]

restos de vias romanas, como sucede, por exemplo, com o troço entre Reigoso e Talhadas da via rápida Aveiro-Vilar Formoso.

⁽⁹⁾ Sobre os marcos miliários e sua importância como fontes para o estudo das estradas romanas consultar: A. GRENIER, *Manuel tArchéologie Gallo-Romaine*, III, Paris, 1934, p. 54-79; R. CHEVALLIER, *Les voies romaines*, Paris, 1972, p. 36-46.

⁽¹⁰⁾ Nas diversas cartas topográficas que consultamos, nomeadamente na folha n.º 316 da *Carta Militar de Portugal* (escala 1/25000), o topónimo é indicado como Ramalhiça. O miliário permaneceu durante muitos anos numa eira junto à antiga garagem da empresa rodoviária Claras.

^(u) No mesmo local se encontra também um fuste de coluna com 123x25 (topo), achado juntamente com o miliário e que julgamos tratar-se de um segundo miliário, com o letreiro picado e a parte superior muito desbastada.

O imperador César Trajano Adriano Augusto, filho do divino Trajano Pártico, neto do divino Nerva, pontífice máximo, no seu quinto poder tribunicio, cônsul pela terceira vez, fez.

Altura das letras: 1. 1: 6/7,5; 1. 2: 6,5; 1. 3: 6/6,5; 1. 4:6,5; 1. 5: 6; 1. 6: 5,5/6; 1. 7: 6; 1. 8: 7; 1. 9: 6,5. Espaços: 1: 20; 2 e 3: 2; 4 e 5: 1,5; 6: 2; 7: 1; 8: 1,2; 9: 2; 10: 5.

b) Bibliografia

Saavedra MACHADO, *Catálogo do Museu Etnográfico e Arqueológico do Dr. Joaquim Manso*, Nazaré, 1976, n.º 113 (fotografia do molde; sem texto); Vasco MANTAS, *Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras*, «Conimbriga», XXI, 1982, p. 77 (referência).

c) Comentário

O interesse deste miliário, praticamente inédito, é muito grande por constituir um testemunho inequívoco da existência de uma importante estrada romana na zona litoral do convento escalabitano, aparentemente construída sobre um itinerário já existente, nos primeiros anos do principado de Adriano.

A paginação é boa, com eixo de simetria e alinhamento à esquerda e à direita, mas o *ordinator* não se preocupou em respeitar a integridade das palavras nas translineações, como se dispusesse de um campo epigráfico limitado, tipo «caixa». O texto, cujo *ductus* acusa bastantes hesitações, está ligeiramente inclinado para a esquerda, não obstante ter sido gravado com recurso a linhas de pauta. Os caracteres são do tipo monumental, próprios da escrita capital quadrada do século n (12), com ápices pequenos, e a gravação, em bisel, é ainda profunda onde a erosão não prejudicou grandemente a pedra. Pontuação bem marcada, combinando pontos circulares e *hederae distinguentes* (13), quase todas já pouco

(12) P. Battle HUGUET, *Epigrafia latina*, Barcelona, 1946, p. 115.

(13) É um tipo de pontuação presente com muita frequência nos marcos miliários de Adriano: CAPELA, p. 127.

visíveis. As letras numerais V e III são encimadas por uma barra.

O letreiro, apesar de uma paginação muito cerrada, reflecte, através do desenho relativamente cuidado dos caracteres e de uma pontuação decorativa, a atenção concedida ao aspecto dos marcos miliários na primeira metade do século ii, nomeadamente durante o governo de Adriano ⁽¹⁴⁾. A análise paleográfica não revela novidades: M largo, com o vértice apoiado na linha; P aberto, a partir do qual se obteve o R, dotado de uma cauda curva; T, E e F bastante estreitos; A com o travessão bem marcado a meia altura; V com a haste esquerda inclinada para o exterior, denunciando alguma influência da capital rústica ⁽¹⁵⁾. Na l. 4, nada resta do travessão do T, sem que seja possível, atendendo à erosão, garantir que não foi gravado; na l. 9 a palavra FECIT está representada pelas duas primeiras letras, dificilmente perceptíveis na pedra mas cuja leitura é segura no molde do museu da Nazaré.

A atribuição do miliário de Alfeizerão ao imperador Adriano, que governou o Império entre 117 e 138 ⁽¹⁶⁾, é confirmada pela fácil leitura do nome oficial do príncipe: *Imp. Caesar Traianus Hadrianus Aug.* ⁽¹⁷⁾. Expresso em nominativo, o nome imperial concorda perfeitamente com a forma verbal *fecit*, relacionando directamente com Adriano a iniciativa de construir a via ⁽¹⁸⁾. Como o texto é semelhante ao da maioria dos que ocorrem nos

⁽¹⁴⁾ São particularmente representativos dessa preocupação os miliários de Itálica: Pierre SILLIÈRES, *Les milliaires du sud de la Péninsule Ibérique*, «Épigraphie Hispanique: Problèmes de Méthode et d'Édition», Paris, 1984, p. 272.

⁽¹⁵⁾ Batlle HUGUET, p. 115.

⁽¹⁶⁾ Paul PETIT, *Histoire générale de l'Empire romain*, I, *Le Haut-Empire*, Paris, 1974, p. 169-172. Sobre a vida de Adriano existe uma justamente famosa biografia romanceada, traduzida em português: Marguerite YORCE NAR, *Mémoires d'Hadrien*, Paris, 1960.

⁽¹⁷⁾ R. CAGNAT, *Cours d'épigraphie latine*, Paris, 41914, p. 195.

⁽¹⁸⁾ A referencia *fecit* nos miliários de Adriano é pouco vulgar, contrastando significativamente com numerosas indicações alusivas a reconstruções e restauros. Presente nos marcos da via *Emerita-Italica*, construída pelo imperador, falta, por exemplo, no troço calaico da via *Olisipo-Bracara*, certamente anterior à colocação dos primeiros marcos na época de Adriano.

miliários de Adriano ⁽¹⁹⁾, com excepção da ausência do título honorífico *Pater Patriae*, que o imperador só aceitou em 128 ⁽²⁰⁾, julgamos que o monumento incluiria numa outra linha a indicação da distância, contada a partir de um ponto de ainda insegura definição ⁽²¹⁾. Dado que Adriano teve o poder tribunicio pela quinta vez entre 10 de Dezembro de 120 e 9 de Dezembro de 121 ⁽²²⁾, a datação do miliario não constitui problema, recaindo provavelmente em 121. Os marcos com indicação do quinto poder tribunicio concentram-se todos na Lusitânia, sobretudo na via *Emerita-Asturica*: Guijosa (Cáparra, *CIL* II 4656 = *ILER* 1921); Carboso (*CIL* II 4658, 4659 = *ILER* 1917, 1919; *CIL* II 4661); Oliva (Cáparra, *CIL* II 4662 = *ILER* 1922); Cáparra (*CIL* II 4663); Granja (Plasencia, *CIL* II 6202 = *ILER* 1920); Regajo (Bejar, *ILER* 1916); Calzada (Bejar, *CIL* II 4678); Salamanca (*CIL* II 4682 = *ILER* 1923). Estes monumentos ostentam todos a indicação *restituit*, substituída nos miliários de Abrunhosa-a-Velha, Viseu e Moselos ⁽²⁰⁾, da via *Emérita-Bracara*, por Viseu, e no de Corte do Alho (Pias, *ILER* 1903), da estrada *Pax Iulia-Onoba* ⁽²⁴⁾, pelo seu equivalente *refecit*, também presente no miliário da Quinta do Bravo, em Alenquer (*CIL* II 4633 = *ILER* 1845), este datado de 135.

⁽¹⁹⁾ O texto das inscrições era fixado, na maioria dos casos pelo governador da província: PEKARY, 85-86.

⁽²⁰⁾ *Paulys Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, I, 1, Estugarda, ²1958, col. 500.

⁽²¹⁾ Considerar *Eurobrittium* ou *Collipo* como *caput viae* são hipóteses a ter em conta, sem que os dados disponíveis permitam, por ora, qualquer decisão. A própria identificação de *Eurobrittium* com Amoreira de Óbidos assenta em argumentos que não julgamos indiscutíveis: E. Borges GARCIA, *Em busca de Eurobrittium, cidade pré-romana da Lusitânia*, «Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia», II, Coimbra, 1973, p. 457-462.

⁽²²⁾ CAGNAT, p. 195.

⁽²³⁾ J. L. INÊS VAZ, *Introdução ao estudo de Viseu na época romana*, «Beira Alta», XLII, 4, 1983, p. 741.

⁽²⁴⁾ O traçado desta estrada foi recentemente estudado por P. Sillières na sua tese de doutoramento sobre as vias romanas do sul da Espanha, ainda não publicada (Universidade de Toulouse-le-Mirail, 1986). O miliário de Corte do Alho foi levantado no troço lusitano da via, a oito milhas da fronteira com a Bética.

Ascendem a mais de quatro dezenas os miliários de Adriano conhecidos na Península Ibérica ⁽²⁵⁾, testemunhando o interesse do imperador pelas vias de comunicação hispânicas, bem patente na referência *restituit, refecit* ou *fecit* que muitos deles possuem. Com efeito, os miliários de alguns dos itinerários peninsulares mais bem conhecidos, como os do sul da Espanha ⁽²⁶⁾, os da *Via Noca*, entre *Bracara* e *Asturica* ⁽²⁷⁾, ou os da grande estrada *Emerita-Asturica*, tradicionalmente designada como *Camino de la Plata* ⁽²⁸⁾, permitem verificar que ao governo de Adriano correspondem alguns dos mais activos períodos de construção e renovação da rede viária hispânica, circunstância fácil de compreender atendendo ao facto de o imperador ser oriundo de *Italica* ⁽²⁹⁾, e às suas declaradas preocupações de eficácia administrativa. No território actualmente português, podemos destacar importantes trabalhos na via *Olisipo-Bracara*, pelo menos nos seus troços extremos ⁽³⁰⁾, entre *Olisipo* e *Scallabis*, a que pertence o marco de Alenquer já referido (*CIL* II 4633 = *ILEB* 1845), e entre *Cale* e *Bracara*, a norte do Douro: S. Mamede de Infesta (*CIL* II 4735 — *ILEB* 1846); Quinta do Paço (Alvarelos, *CIL* II 4736 = *ILEB* 1849); Vila Nova de Famalicão (*CIL* II 4737 = *ILEB* 1847; *CIL* II 4738 = *ILEB* 1848); Braga (*CIL* II 4748 = *ILEB* 1851; *CIL* II 4752 = *ILEB* 1850).

Tentar definir a que estrada pertenceu o miliário das Ramalheiras é uma questão mais delicada, pois há que ter em conta

⁽²⁵⁾ *ILEB*, II, p. 214-240: a recolha contida nesta obra encontra-se, naturalmente, desactualizada, e a sua consulta resulta morosa.

⁽²⁶⁾ SILLIÉRES, p. 275-276.

⁽²⁷⁾ Alain TRANOY, *La Galice romaine*, Paris, 1981, p. 207-210.

⁽²⁸⁾ J. M. ROLDAN IIERVÁS, *Iter ab Emerita Asturicam. El camino de la Plata*, Salamanca, 1971, p. 65.

⁽²⁹⁾ Sobre a acção de Adriano na Península Ibérica, nomeadamente quanto ao discutido aspecto do evergetismo imperial na Bética, consultar: R. NIERHAUS, *Zum wirtschaftlichen Aufschwung der Baetica zur Zeit Trajans und Hadrians*, «Actes du Colloque: Les Empereurs Romains d'Espagne», Paris, 1965, p. 181-194.

⁽³⁰⁾ Trabalhos que assumem a forma de reconstrução da via no vale do Tejo e de melhoria do equipamento, nomeadamente através da colocação de miliários, a norte do Douro.

diversas hipóteses: a da sua implantação numa estrada ligando *Olisipo* a *Conimbriga*, sobre cujo traçado Plínio enumerou as cidades do litoral túrdulo ⁽³¹⁾, num ramal costeiro desta mesma via, ou, ainda, numa estrada comunicando *Sellium*, definitivamente localizada em Tomar ⁽³²⁾, com um dos desaparecidos portos da zona de Alfeizerão. Todavia, julgamos esta última hipótese muito remota, uma vez que a junção com a via *Olisipo-Conimbriga* se efectuava bastante mais a norte, na área de *Collipo* ⁽³³⁾. A existência de uma ligação alternativa, pelo interior, entre esta cidade, identificada com S. Sebastião do Freixo ⁽³⁴⁾, e *Eburobrittium*, situada não em Alfeizerão, como Frei Bernardo de Brito se esforçou por demonstrar ^{(^J}, mas provavelmente em Amoreira de Óbidos ⁽³⁶⁾, em nada altera os dados do problema. Assim, a atribuição do marco miliário de Alfeizerão ao troço litoral da estrada *Olisipo-Eburobrittium-Collipo-Conimbriga* impõe-se naturalmente, a partir da análise do esquema da rede viária romana, da topografia regional e da repartição dos vestígios arqueológicos. É certo que os traços

⁽³¹⁾ PLÍNIO, N. H., IV, 21: *Oppida Conimbrica, Collippo, Eburobrittium, Excurrit deinde in altum vasto cornu promunturium, quod aliqui Artabrum appellare, alii Magnum, multi Olissipponense ab oppido, terras, maria, caelum discriminans.*

⁽³²⁾ A identificação de *Sellium* com a cidade de Tomar está assegurada por recentes descobertas arqueológicas: Sálete da PONTE, *Tomar. Historia e Geografia Humanas no tempo e no espaço*, «Arqueologia na Região de Tomar», 1, 1985, p. 18-21.

⁽³³⁾ É provável que os restos de calçada existentes em Alqueidão da Serra, perto de Porto de Mós, pertençam à ligação entre *Collipo* e *Eburobrittium*. A existência desta estrada foi já admitida há alguns anos: ALARCÃO, p. 88.

⁽³⁴⁾ Antonio TOVAR, *Iberische Landeskunde*, II, Baden-Baden, 1976, p. 263; ALARCÃO, p. 88-89.

⁽³⁵⁾ Frei Bernardo de BRITO, *Monarchia Lusytana*, III, Alcobaça, 1957, f. 243-245. A opinião do monge historiador apoiava-se em inscrições, aliás muito duvidosas, que afirmou ter visto (*CIL* II 36*-39*). Julgamos as duas últimas, mais directamente relacionadas com Alfeizerão, merecedoras de uma cautelosa revisão.

⁽³⁶⁾ TOVAR, p. 263-264; ALARCÃO, p. 89-90. Só através de sondagens na zona onde têm sido encontrados restos de construções será possível resolver definitivamente o problema.

ainda visíveis desta estrada, confusamente referida por Mário Saa na sua obra sobre as vias romanas do território português da Lusitânia⁽³⁷⁾, não são numerosos: a fotografia aérea ⁽³⁸⁾, a documentação medieval ⁽³⁹⁾, a considerar cautelosamente, e os achados arqueológicos ⁽⁴⁰⁾, não permitem, porém, dúvidas quanto à sua existência, ao contrário do que se verifica em relação ao traçado da via.

A forma verbal *fecit* parece indicar que o lanço litoral da estrada foi realmente construído nos primeiros tempos do principado de Adriano, provavelmente sobre um caminho entre *Collipo* e *Eburobrittium* já existente ⁽⁴¹⁾. A região a que pertenciam estas duas cidades conheceu, na sequência da concessão do *Latium minus* à Hispânia por Vespasiano, uma fase de desenvolvimento bem representada na epigrafia do século n, como mostram as inscrições em honra de Antonino Pio, reutilizada na capela do castelo de Leiria (*CIL* II 5232 = *ILER* 1129), e de Marco Aurélio, proveniente de S. Tomé de Lamas (*EE* VIII 301), período em que se integram perfeitamente trabalhos viários de envergadura (Mapa 1).

Julgamos que o troço de estrada a que pertencia o miliário de Alfeizerão, do qual a fotografia aérea vertical revela alguns traços muito nítidos junto à povoação (*USAF* 1958 n.º 3610),

⁽³⁷⁾ Mário SAA, *As grandes vias da Lusitânia*, III, Lisboa, 1960, p. 11, 23-24.

⁽³⁸⁾ Sobre os métodos de análise cronológica dos caminhos antigos, consultar: Madjib DARBANDI, *Une méthode d'analyse des images aériennes pour l'étude géographique des paysages*, Toulouse, 1979.

⁽³⁹⁾ O itinerário seguido pelo Mestre de Avis, quando em 1383 levantou o cerco a Torres Yedras para se dirigir a Coimbra, parece corresponder, em parte, ao traçado da via romana: Fernao LOPES, *Primeira parte da Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória*, Lisboa, 1977, p. 432-436.

⁽⁴⁰⁾ Os testemunhos arqueológicos directamente relacionados com a estrada são raros, em especial no troço *Conimbriga-Collipo*, onde avulta um miliário de Caracala, encontrado em Soure em 1985.

⁽⁴¹⁾ Não podemos esquecer a importância dos caminhos pré-romanos que, em muitos casos, concorreram para o estabelecimento dos diversos troços das vias romanas, como parece ter sucedido com a maior parte do traçado da via *Emerita-Italica*, cuja construção os miliários do território itálico atribuem a Adriano.

se dirigia à lagoa litoral outrora existente na área, onde vários portos medievais se mantiveram activos até ao século xvi, quando o assoreamento crescente determinou o seu abandono ⁽⁴²⁾. Com efeito, Alfeizerão foi o principal centro portuário dependente do Mosteiro de Alcobaça, albergando, ainda no século xvi, oitenta navios de alto bordo ⁽⁴³⁾. A presença de um porto romano no mesmo local parece-nos altamente provável ⁽⁴⁴⁾, não sendo de rejeitar a hipótese de corresponder a uma das povoações desconhecidas citadas por Ptolemeu ⁽⁴⁵⁾. Este sector da costa, então com características semelhantes às da actual Lagoa de Óbidos ⁽⁴⁶⁾, oferecia excelentes condições de abrigo à navegação antiga ⁽⁴⁷⁾, situando-se de forma extremamente favorável em relação a um vasto *hinterland* onde, na época romana, não faltavam cidades importantes e boas vias de comunicação (Mapa 2).

O miliário de Alfeizerão, reflectindo a realização de trabalhos viários por iniciativa imperial nesta região, constitui um significativo

⁽⁴²⁾ O. RIBEIRO, p. 103-105: S. Martinho do Porto, Salir do Porto e Alfeizerão.

⁽⁴³⁾ M. Vieira NATIVIDADE, *O Mosteiro de Alcobaça*, Coimbra, 1885, p. 30.

⁽⁴⁴⁾ São muito numerosos os vestígios romanos encontrados em Alfeizerão e nos arredores, entre os quais se contam diversas inscrições funerárias, nomeadamente as do castelo (*CIL* II 359, 360), e um interessante sarcófago com o frontal ornado com o grupo das nove musas, recolhido no Museu do Carmo, em Lisboa: J. Leite de VASCONCELOS, *Archeologia lusitano-romana*, «O Archeologo Portuguez», 7, 1902, p. 241-248; José CARVALHAES, *Antiguidades romanas de Alfeizerão*, «O Archeologo Portuguez», 8, 1903, p. 90-93; Luís BONIFÁCIO, *Alfeizerão (Notas históricas e arqueológicas)*, «Estremadura», 22, 1949, p. 359-364.

⁽⁴⁵⁾ Ptolemeu, *Geogr.*, II, 5. Atendendo à forma como foram elaboradas as cartas ptolemaicas, com largo recurso a roteiros viários, julgamos que a posição de *Araducta*, relativamente ao eixo *Sellium-Aeminium* e a outras estações identificadas, deve situar-se exactamente na zona de Alfeizerão, hipótese que retomaremos oportunamente.

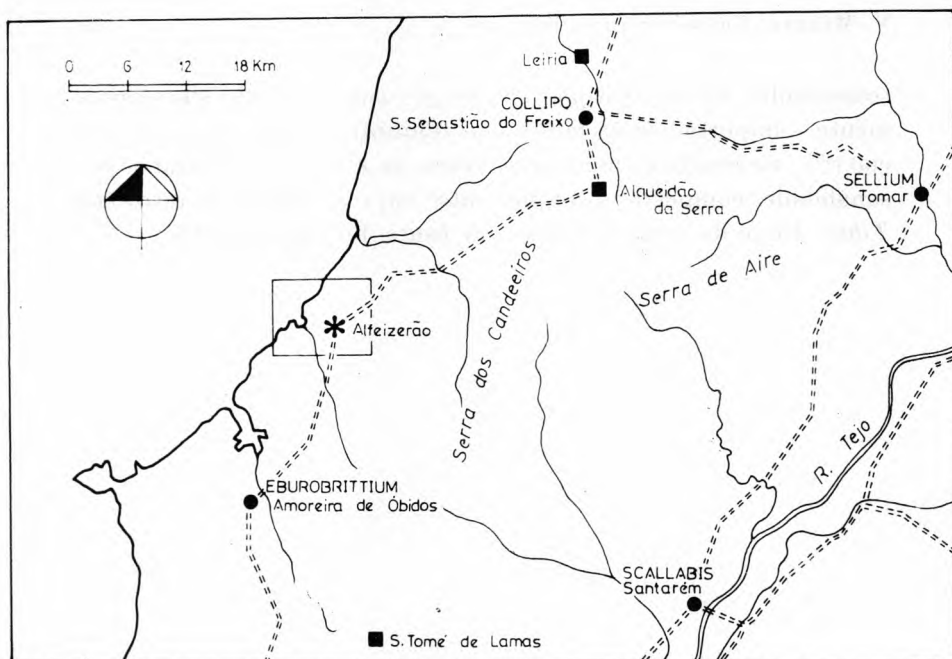
⁽⁴⁶⁾ O nome árabe da povoação parece reflectir a presença da flora característica de regiões alagadiças: Alfeizerão derivará de *alcheizaram*, que significa junco, caniço.

⁽⁴⁷⁾ Sobre a navegação antiga na zona, consultar: E. BORGES GARCIA, *Vestígios de navegações antigas na Lagoa da Pederneira (Nazaré)*, «Arquivo de Beja», 25-27, 1968-1970, p. 65-76.

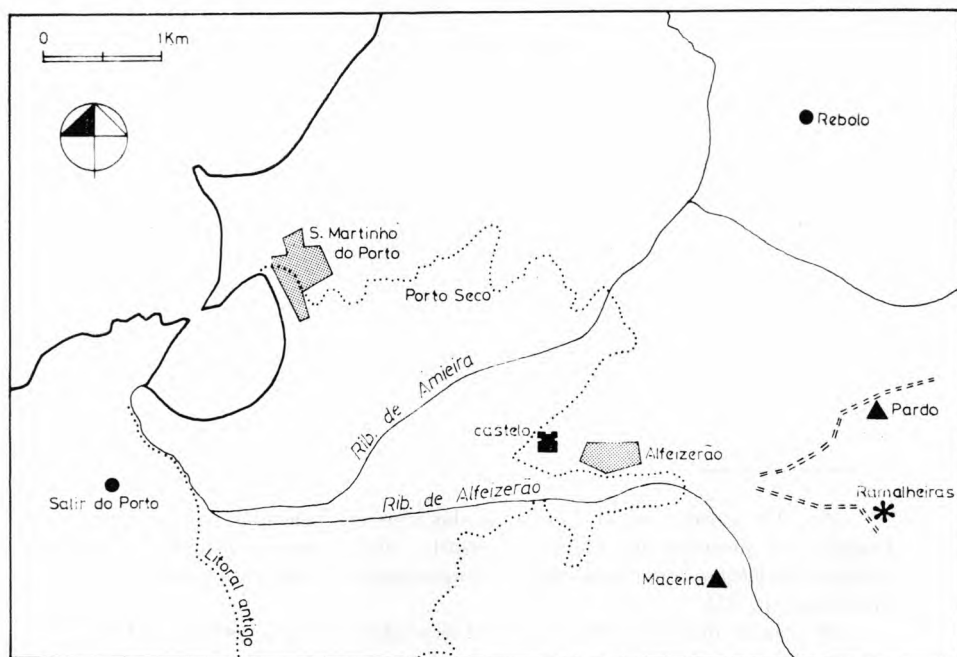
testemunho da via *Olisipo-Conimbriga*, comprovando simultaneamente a importância da mesma no conjunto da rede viária provincial ⁽⁴⁸⁾, merecedora, por várias vezes, da atenção de Adriano, personalidade complexa e inquietante cujo melancólico retiro em *Tibur* Jorge de Sena evocou com tanta humanidade ⁽⁴⁹⁾.

⁽⁴⁸⁾ De acordo com a hierarquia das vias estabelecidas para o sul de Espanha, a presença de miliários permite, desde logo, considerar a via *Olisipo-Conimbriga* como uma das mais importantes do convento escalabitano: SILLIÈRES, p. 274.

⁽⁴⁹⁾ Jorge de SENA, *Peregrinatio ad loca infecta*, Lisboa, 1969, p. 171-172.



MAPA 1



MAPA 2



FIG. 1



FIG. 2

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

AVIENO, *Orla Marítima*, Introdução, versão do latim e notas de José Ribeiro Ferreira, Coimbra, INIC, Textos Clássicos 23, 1985.

A dificuldade que encontravam alunos e professores de Proto-História e História Antiga das nossas universidades, dada a inexistência de uma boa tradução comentada da *Orla Marítima*, foi agora suprida com o excelente estudo de Ribeiro Ferreira.

A carência a este nível é, aliás, geral. Não dispomos de traduções de textos dos autores antigos, devidamente anotados, sobre a Península Ibérica. Falta-nos mesmo um «corpus» completo das referências literárias de autores clássicos sobre a Idade do Ferro Peninsular. Talvez se inicie, com esta publicação do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, o caminho há muito procurado e que, no prefácio, parece ser apontado, com a promessa de, brevemente, se fazer um estudo do mesmo tipo para o livro III de Estrabão.

Na Introdução deste oportuno trabalho de Ribeiro Ferreira sucedem-se: uma nota do autor do poema; uma explicação das condições e do motivo por que o escreveu; e ainda uma sintética análise do mesmo. Na tradução optou-se por anotar, em diferentes tipos de letra, os versos do périplo, as interpolações gregas do século i a.C. e as de um outro autor grego, possivelmente Éforo, anterior ao século i a.C. A edição é acompanhada por densos comentários e notas que tornam o poema compreensível.

A obra de Avieno é, talvez, a mais preciosa fonte literária e, seguramente, a mais completa para o estudo da geografia e da etnografia antigas da Península Ibérica, uma vez que nela se faz a descrição de uma viagem marítima, de regresso, desde a Estrímnias (Bretanha) até Massália (Marselha). Nela se alude constantemente a tudo o que um viajante poderia ver ou de que poderia ouvir falar: os golfos, portos, cidades, ilhas, ventos, montes, cabos, povos, os seus usos, cultos e costumes.

A interpretação desta fonte literária do século iv d.C. e dos seus mais de setecentos versos não se torna, contudo, tarefa fácil. Por um lado, Avieno fala-nos de sítios, lugares e povos que existiram ou viveram cerca de mil anos antes do seu tempo. Por outro lado, conjugou, como afirma

várias vezes ao longo do poema, informações de fontes diversas: a base foi a tradução, para latim, de um poema grego de um autor do século i a.C., talvez Cimno; por sua vez, este geógrafo ter-se-ia baseado num périplo massaliota do último quartel do século vi a.C. e, entretanto, acrescentaria informações recolhidas em Hecateu de Mileto, Helânico de Lesbos, Fileu de Atenas, Parsímico, Heródoto, Tucídides, etc. Esta riqueza informativa das fontes não deixa de ser, porém, frequentemente contraditória, tornando a sua identificação com actuais acidentes de costa, rios ou outros elementos geográficos difícil e, em alguns casos, mesmo impossível. Naturalmente que os geógrafos, particularmente os de geografia antiga, tão pouco estudada entre nós, têm ainda uma importante palavra a dizer.

É óbvio que aos arqueólogos cabe também uma palavra. A constante informação arqueológica, se bem que parcial e insuficiente, é aquela que, à partida, oferece um permanente fio informativo inesgotável. De facto, os comentários ao texto agora traduzido baseiam-se, na sua maioria, não obstante o comentador ser filólogo e não arqueólogo, nos últimos dados que a arqueologia tem proporcionado. É por isso que encontramos reunidos nesta publicação, ao longo das trinta páginas de anotações e, depois, na bibliografia selecta, os estudos mais recentes e importantes sobre vários aspectos da nossa arqueologia proto-histórica.

A opção, para o título do poema, de *Orla* em vez de *Ora*, de forma a manter-se o título próximo do original, merece igualmente ser anotada.

Como se sabe, Schulten dedicou a sua vida a esta causa, em particular, ao problema de Tartessos. Hoje, muitos dos seus estudos foram ultrapassados, bem como algumas das interpretações que fez e que materializou no mapa que publicou (*Fontes Hispaniae Antiquae I—Avieno: Ora Marítima*, 1952). Apesar disso e porque, entretanto, mais nenhum veio a lume, Ribeiro Ferreira optou por o incluir no final do seu estudo, baseando, igualmente, a sua tradução no texto de Schulten.

Enfim, uma obra em que à beleza e rigor do texto em língua portuguesa se alia o extremo cuidado posto por José Ribeiro Ferreira em apontar as pistas de investigação já percorridas e a problemática ainda em aberto — uma feliz concordância entre a literatura e a história.

RAQUEL VILAÇA

DIR. M. TUÑÓN DE LARA, *Historia de España, I, Introducción, Primeras Culturas e Hispania Romana*, Editorial Labor, 1980, 480 p., ilustrado (XXVI mapas).

Apresenta-se o primeiro tomo de uma nova História de Espanha (contam-se mais nove volumes), dirigida por M. Tuñón de Lara, lançada, há algum tempo, pela editorial Labor.

Conimbriga, 25 (1986), 227-251

Deste primeiro volume, que trata das origens do homem até à época romana, ocuparam-se, respectivamente, Miguel Tarradell e Júlio Mangas. Mas, antes, a obra é-nos apresentada pelo seu director que, na introdução, adverte o leitor para o tipo de história que vai encontrar: uma história global.

Na primeira parte, quando se trata a Pré-História, Tarradell interroga-se, com toda a razão, sobre a legitimidade de escrever uma «Prehistoria de España»; se assim for, parte-se de um estado moderno sem nenhuma realidade para o período que se quer estudar, ficando-se, desde logo, com uma visão deformada e mutilada da realidade em estudo. Ao tempo pré-histórico correspondem unidades geográficas, não políticas. A consciência deste problema faz com que o autor ultrapasse muitas vezes as fronteiras espanholas e procure, no espaço hoje português, a outra realidade complementar. Esta opção significa, contudo, que o critério escolhido não é sempre o mesmo e assim, por exemplo, o silêncio é completo no que respeita ao Paleolítico do território português, enquanto que aos concheiros de Muge é dado um lugar de relevo no capítulo do Mesolítico.

Estranhámos que a bibliografia dos anos 70 só casualmente seja referida, por considerarmos que é imprescindível e marca o início de uma nova fase na investigação pré-histórica e protohistórica peninsular. Talvez por isso, a origem do megalitismo é ainda atribuída à segunda metade do 3.º milénio a.C. (p. 76). Outro lado que parece desactualizado, neste caso só porque recentemente se rasgaram novas pistas (assinalem-se as importantes investigações que Susana Oliveira Jorge tem vindo a desenvolver na região de Chaves), diz respeito à cerâmica da Penha (Guimarães). Tarradell considera-a a antecessora directa da cerâmica castreja, colocando-a, como até há bem pouco tempo se fazia, no Bronze Final.

De leitura fácil e leve, de modo nenhum especializada, é uma obra que sintetiza mais do que analisa, destinada ao grande público ou a iniciados.

Esta primeira parte termina com o estudo da Pré e Protohistória das Canárias e Baleares, importante por ser pouco divulgado.

A segunda parte — *Hispania Romana* (p. 199-432)—divide-se em: a conquista (p. 209-238), República (p. 239-286) e o Império (de Augusto a Diocleciano) — p. 287-432.

Publicado com data de 1980, e embora inclua na bibliografia obras de 1979, pensamos que a redacção do trabalho é bastante anterior a essa data, uma vez que não se têm em conta dados que a investigação peninsular já adquirira, por exemplo no domínio das divindades indígenas. Este caso não é ímpar na historiografia, pelo que somos de parecer que, de futuro, deverá haver, por parte dos investigadores, a preocupação de indicarem o termo cronológico da elaboração da obra, inclusive para sua salvaguarda, não vão os críticos acoimá-los de pechas de que não são culpados.

Júlio Mangas começa por discutir problemas metodológicos: as fontes; as várias maneiras de encarar a história hispânica; a necessidade de distinguir latinização de romanização (p. 207). Afirma ser seu objectivo estudar o desaparecimento ou a transformação das estruturas indígenas da Hispânia

perante as estruturas romanas (p. 208). Dizendo-se defensor do materialismo histórico como concepção globalizante (p. 207), J. Mangas considera que o domínio político não produz mecanicamente mudanças radicais, de modo que se torna necessário ver em que circunstâncias e em que áreas geográficas e níveis estruturais houve, de facto, mudança, pois foi o desigual desenvolvimento dos povos pré-romanos que condicionou a sua integração.

No respeitante à República, interessou-nos a discussão da existência, ou não, de latifúndios na Hispânia: J. Mangas é de opinião que houve concentração da propriedade mas não concentração de terras com vista à formação de latifúndios; aliás, acentua, a política administrativa romana não preconizava a criação de grandes latifúndios do Estado na Hispânia (p. 258). No entanto, não foi a agricultura mas sim a actividade mineira a primeira economia peninsular de ponta ao tempo dos Romanos (p. 266).

O início da III parte (p. 287) e, depois, do capítulo sobre a organização económica e social da Hispânia imperial (p. 315), são pretexto, mais uma vez, para a abordagem de questões metodológicas. Uma história desse período, afirma o Autor, tanto deve evitar cingir-se à apresentação de acontecimentos anedóticos peninsulares desgarrados do contexto geral do Império como resumir-se à aplicação automática à Hispânia dos dados conhecidos da história imperial de Roma e da Península Itálica. A elaboração de sínteses é, pois, difícil e — quantas vezes — prematura. E, a esse propósito, o panorama bibliográfico de que dispomos abrange, bastas vezes com o rótulo de síntese, dados acumulados sem crítica, estudos de questões muito concretas nem sempre primordiais, trabalhos meramente arqueológicos. Assim por exemplo — nota Júlio Mangas — não se pode falar, sem mais, de uma organização social, em que ora avulta a persistência da tradição indígena, ora sobressai a sociedade de tipo romano (p. 357).

Largas passadas deu a investigação arqueológico-histórica peninsular no último decénio. Os múltiplos e importantes achados epigráficos, o maior intercâmbio científico dos historiadores e arqueólogos de Espanha e de Portugal, a publicação mais rigorosa e sistemática dos relatórios das escavações — são, entre outros, os factores dominantes dessa renovação. Mas esta síntese elaborada por J. Mangas é, sem dúvida, um marco válido, ponto de partida para novas análises de que outras sínteses hão-de aproveitar.

Assim, a nossa recente investigação sobre o *conventus pacensis* permite-nos duvidar da existência: de um colégio funerário em Balsa (p. 366, mapa 2 — com que fundamento?), de um colégio de jovens em Pax Iulia (p. 368) só porque aí se regista uma inscrição (duvidosa) à deusa *Juventus*, ou de um colégio juvenil em Eborac com funções semi-militares (p. 369). Também não dispomos de documentação que justifique a existência de um templo a Cibele na Egitânia (p. 429). Mangas considera os *amici* dedicantes das inscrições como um conselho técnico que acessoraria os magistrados (p. 371): não menosprezando esse eventual papel de assessoria, pensamos que os *amici* são, sobretudo, a clientela político-social de alguém. Entre os médicos (p. 380), haveria que citar também C. Attius Ianuarius, *medicus pacensis*, documentado em Miróbriga (*CIL* II 21).

Na página 234, *Scallabis* é classificada município cesariano: seria, de preferência, uma colónia, como Pax Iulia (que não é citada). O mapa das fábricas de salga em Hispânia e na Mauritânia Tingitana (p. 252) retirado da obra de M. Ponsich e M. Tarradell (1965), teria necessitado de actualização, até porque traz, no que se refere ao litoral português, muitos erros nas designações toponímicas e na sua localização. Cita-se F. Bajo como autor do mapa da pág. 270 — mas não vimos qualquer obra sua referida na bibliografia que, por ordem alfabética de autores, complementa o volume. Aliás, apresenta-se também: uma tábua de abreviaturas e siglas; uma cronologia comparada dos feitos políticos e militares, e dos dados económicos e sociais com os factos da história geral romana.

Facilitam a consulta os índices: onomástico, toponímico, de mapas, geral.

RAQUEL VILAÇA
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Enrique Cerrillo MARTIN DE CÁCERES, *La vida rural romana en Extremadura*.

Servido de Publicaciones de la Universidad de Extremadura. Cáceres, 1984. 148 p., ilustrado. [I.S.B.N.: 84-600-3711-8].

Não se trata de um livro sobre a vida quotidiana dos agricultores romanos nem de um manual de arqueologia rural. É, sobretudo, uma história da agricultura na Extremadura espanhola; um primeiro ensaio de síntese do que se sabe, os problemas que se levantam à investigação, as hipóteses de os resolver. Uma reflexão levada a cabo pelo autor como membro da equipa que, no Departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Extremadura, tem como um dos seus objectivos científicos procurar explicar, sem tabus, sem preconceitos e sem complexos de inferioridade, «a vida campesina e os comportamentos agrários fortemente arraigados na região e ainda hoje nela vigentes» (p. 13).

Em linguagem acessível, E. Cerrillo mostra, no I capítulo (p. 19-45), como, desde os tempos pré-históricos, se originou a exploração agrária na Extremadura. O II capítulo aborda as fases da romanização e as transformações paulatinas que ela foi introduzindo: os primeiros estabelecimentos rurais romanos (p. 52-65), a partir dos limites mais afastados dos termos urbanos, e a segunda fase da ocupação rural que já supõe «um autêntico ordenamento territorial» (p. 75).

No cap. III, *Os Sítios* (p. 81-126), E. Cerrillo não apresenta, como o título poderia fazer supor, um catálogo das *villae* estremenhãs ou a sua caracterização arquitectónica individualizada. Aproximando-se muito embora de um esquema descritivo de tipo arqueológico, começa por referir os factores que levavam à escolha da localização das *villae* (por exemplo, as caracte-

risticas dos quatro elementos — ar, água, terra e trabalho — como diz Paládio), para descrever depois «as esferas de actividades nos assentamentos rurais romanos» (p. 88-103), «a produção agrária» (p. 103-108), «proprietários, servos e colonos» (p. 108-119) e terminar com uma panorâmica sobre a introdução do Cristianismo (p. 119-126) que, em seu entender, poucas ou nenhuma transformações acarretou à vida agrária:

«O Cristianismo — escreve E. Cerrillo — não quebrará os moldes tradicionais do campo, já que precisamente os três produtos básicos do cultivo — trigo, vinha e oliveira — serão, até certo ponto, sacralizados mediante a sua utilização simbólica como pão e vinho na missa e óleos para as unções» (p. 124).

Livro de bolso, *La vida rural romana en Extremadura* é ilustrado com desenhos elucidativos e o Autor utiliza muitas vezes as páginas da direita para incluir (em lugar das notas infrapaginais) textos referentes aos temas em análise, boa parte deles retirados dos agrónomos latinos. Cumpre, pois, em nosso entender, a finalidade que se propôs: apresentar uma primeira síntese acerca das questões levantadas pela agricultura peninsular ao tempo dos Romanos. Não respondendo — porque não era essa, aliás, a intenção — à problemática teórica em tempos sistematizada por Jorge Alarcão para uma zona, o Alentejo, bastante semelhante à Estremadura espanhola (*Sobre a economia rural do Alentejo na época romana*, «Conimbriga», XV, 1976, p. 5-44), resposta que, de resto, só a escavação total e sistemática de uma *villa* pode fornecer — como esperamos venha a fornecer a que se levou a efeito em S. Cucufate (Vidigueira) — o Autor soube evitar a tentação (assaz frequente) de acumular dados sobre dados, para privilegiar a reflexão globalizante que leva em linha de conta não somente os testemunhos arqueológicos mas que, ao invés, os interpreta à luz dos dados antropológicos e etnográficos — para uma verdadeira etnoarqueologia da vida rural (cap. IV — p. 129-135).

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Jaime SILES, *Epigrafia Hispanica — Léxico de Inscripciones Ibéricas*. Ministério de Cultura, Madrid, 1985, 437 p.

Na Introdução, preconiza Jaime Siles a transformação da filologia clássica numa filologia clássica peninsular, cujos objectivos seriam: a decifração e caracterização das escritas tartéssicas e bástulo-turdetanas, do alfabeto grego-ibérico, do celtibérico, do alfabeto monetário «líbio-fenício» e da língua lusitana. Interessaria, ainda, considerar a integração do aquitano no contexto linguístico peninsular, «delimitar as áreas linguísticas à luz das fontes clássicas e dos documentos epigráficos e monetários». Por fim, numa perspectiva globalizante, tais análises deverão inserir-se nos estudos, de carácter mais amplo, de onomástica.

Conimbriga, 25 (1986), 227-251

Sobre todos estes temas já se fizeram inúmeros estudos — e J. Siles cita os investigadores que, na esteira de Tovar, a eles se dedicaram. A tarefa é, agora, a de se proceder à análise crítica de toda a bibliografia, de forma a poder sistematizar os dados adquiridos, numa desejável interdisciplinaridade.

Por sua parte, o Autor limitou-se, por agora, a fazer o ponto da situação acerca do léxico das inscrições ibéricas.

J. Siles reúne, neste volume, por ordem alfabética, as palavras indígenas registadas em documentos peninsulares, à excepção das que figuram nos textos tartéssicos e bástulo-turdetanos (ainda por decifrar). Trata-se, como diz, de uma espécie de «*corpus* de emergência», onde se têm em conta, como é óbvio, não só os aspectos propriamente linguísticos como também o contexto arqueológico do achado e as características específicas do objecto em que foi gravada a inscrição.

Desta sorte, J. Siles apresenta, de cada monumento, as seguintes informações: gravura da inscrição em alfabeto indígena e sua transcrição; local de achamento, tipologia do objecto e paradeiro actual; assinalam-se e comentam-se, finalmente, as variantes de leitura e de interpretação dadas por diferentes autores.

Embora publicado em 1985, este Léxico apenas reúne os materiais linguísticos ibéricos conhecidos até 1976, data em que S. Siles completou a sua investigação — pelo que não será de estranhar não haver referências à bibliografia saída a lume depois. Ocorre, por conseguinte, perguntar se tão longo intervalo, de quase dez anos, quando se perspectiva para breve a publicação completa dos *Monumenta Linguarum Hispanicarum* a cargo de J. Untermann, não terá, de certo modo, inutilizado este volume. Pensamos que não: os objectivos das duas publicações complementam-se, não se excluem. A obra de Untermann, mais complexa, é um *corpus*; J. Siles apresenta-nos, com clareza, um léxico de 1805 vocábulos de muito fácil consulta, espécie de imprescindível vade-mécum para o linguista. Não menos útil é, também, a exaustiva bibliografia, por autores, incluída no final do volume.

Deixamos, naturalmente, aos linguistas a discussão específica sobre a metodologia adoptada para a transcrição e sobre a correcção das leituras feitas. Para o epigrafista, este léxico pode servir de excelente termo de comparação na análise da onomástica de raiz pré-romana peninsular. O arqueólogo terá, por enquanto, uma certa dificuldade no manuseamento destes dados: para ele importa, sobretudo, o contexto dos achados, o suporte das inscrições — bastaria ter-se incluído um índice toponímico e, porventura, um outro desses suportes (selos, chumbos, estelas, pesos...) para mais facilmente se alargar à Arqueologia o interesse deste trabalho.

Realçamos, finalmente, a sugestão de sempre se ter em conta o que J. Siles designa por «os três contextos», ou seja, a necessidade de a análise linguística ser cada vez mais complementada com a descrição correcta do objecto epigrafado e a anotação pormenorizada das circunstâncias do seu

achamento. Esse cotejo minucioso da problemática arqueológica com os dados epigráficos e a análise linguística é, seguramente, uma das vias mais fecundas que hoje se abre à investigação sobre o passado pré-romano peninsular. J. Siles reuniu, neste léxico, com muita oportunidade, os elementos linguísticos disponíveis; os dados da onomástica foram periodicamente apresentados pela saudosa Maria de Lourdes Albertos e continuarão a sê-lo, decerto, pelos epigrafistas peninsulares; faltam-nos, por enquanto, as sínteses arqueológicas — mas as perspectivas são, de facto, animadoras.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Rafael LÁZARO PÉREZ, *Inscripciones romanas de Almería*, ed. Gajal, Almería, 1980, 122 p.-f 37 lám.

Rafael Lázaro, do Colégio Universitário de Almería, reuniu, neste pequeno livro, todas as inscrições romanas encontradas, até à data, na actual província espanhola de Almería que, como se sabe, reúne administrativamente, hoje em dia, territórios que pertenceram outrora a duas antigas províncias hispânicas: a Bética e a Tarraconense; já na primeira divisão administrativa romana da ílispânia (198 a.C.) o território da actual província de Almería era partilhado pela Citerior e pela Ulterior, feita a separação pelo curso do rio Almanzora. Esta característica de zona de fronteira administrativa teve sem dúvida implicações significativas na implantação urbana que se verificou no período romano — duma forma geral, parece que contribuiu para acentuar a tendência de romanização intensiva do povoamento pré-romano, originalmente íbero-púnico, que sobrevivera aos conflitos militares anteriores, *versus* à criação de novos centros urbanos, com excepção para uma ou outra *mansio* no traçado novo da rede viária da região; assim pertenciam ao *conventus gaditanus* (Bética), Abdera, Turaniana, Murgi, Vergi e Abla, e ao *conventus earthaginensis* (Tarraconense) Urci, Baria, Morum e Tagil (p. 16-17).

Rafael Lázaro reúne e inventaria um total de 65 inscrições, das quais 18 são inéditas e cujo achamento se deve, em grande parte, a uma intensa e rigorosa pesquisa de campo. O bom critério de edição das inscrições claudica, quanto a nós, pela tentativa de reprodução da *ordinatio* do texto (que origina a asneira gráfica, por exemplo, de *CIL*, II, 1996, v. p. 57) e pelo mau gosto da escolha de caracteres normandos para a apresentação dos textos. Pequenas gralhas tipográficas (p. 40), pequenas inseguranças nas leituras alternativas (p. 49), uma ou outra omissão na transcrição epigráfica (p. 52, 56, 71) são defeitos que o autor facilmente corrigirá numa futura reedição deste utilíssimo *corpus* provincial de Almería, certamente enriquecido com as novas inscrições entretanto descobertas e ao qual não faltará então, como agora sucede, um mapa de localização do sítio de achado das epígrafes. Queremos

ainda assinalar, pela sua extraordinária importância, a inscrição de Tijoia que testemunha a munificência de *Voconia Q. f. Avita* para com a sua *Res Publica Tagilitana* e que possibilitou a R. Lázaro fazer a identificação: Tagili — Tijoia (p. 91-92).

MARIA MANUELA ALVES DIAS

Alberto PRIETO y Nicolás MARÍN, *Religión e ideología en el Imperio Romano*, ed. Akal, Madrid, 1979, 111 p.

«En estas páginas sólo presentamos una comprimida síntesis, ya que no hemos querido recárgala excesivamente de referencias no absolutamente necesarias, siendo nuestro único objectivo el exponer la teoría de que la religión actúa como AIE (= «Aparato ideológico de Estado» = Aparelho ideológico do Estado) en la sociedad romana y que esta operación la realiza a través de la religión familiar, ciudadana e imperial. En la confección de este libro nuestras deudas básicas las colocamos en dos autores: Althusser y Staerman» (p. 9, *Introducción*). Estes são o propósito e os dois principais responsáveis teóricos indirectos deste pequeno livro que deverá ser entendido mais como uma proposta programática duma longa investigação em curso que como uma reflexão acabada e uma sugestão normativa sobre a função social da religião, como forma perfeita de ideologia activa, no Império Romano, ainda que, muitas vezes, os AA. escorreguem para a asserção de torn categórico.

O livro, propriamente dito, divide-se em três partes: I. *Ideologia y Realidad* (p. 13-37); II. *La Religión Griega* (p. 39-58); III. *La Religión Romana* (p. 59-90); segue-se um Epílogo, sobre o Cristianismo e o fim do Mundo Antigo (p. 91-97), e as conclusões, gerais (p. 99-109). As duas primeiras partes, Ideologia e Realidade e A Religião Grega, servem, respectivamente, para a exposição dos pressupostos teóricos e para mostrar como «la religión es ya la base ideológica del mundo griego apoyada en dos pilares — familia y ciudad —, aunque habrá que esperar a Roma para que se manifiesten ya en pleno Imperio los tres pilares básicos de los AIE romanos: familia, ciudad e Imperio» (p. 7, *Introdução*). Na terceira parte, A Religião Romana, analisam-se as áreas sócio-ideológicas em que a religião tem papel preponderante na adaptação do inovador ao tradicional, permitindo uma superação das lacunas, que a religião antiga não preenchia, e que correspondem essencialmente a novas situações sociais de grupos carentes, e em busca de legitimação ideológico-religiosa; esta terceira parte subdivide-se em cinco capítulos que são outros tantos níveis de actuação religiosa. Os três primeiros, a família romana, a cidade romana e o culto imperial, dizem respeito a formas «previstas» na organização religiosa tradicional.

A análise da família romana, apoiada sobretudo nos estudos de Clara Gallini, Nino Turchi, Fustel de Coulanges, S. A. Tokarev e E. M. Staerman (p. 61-68), incide na sua qualidade de 'espaço religioso', ordenado pelo poder

jurídico-ideológico do *pater familiae*, que se reproduzirá na categoria intermédia (a cidade) e, projectivamente, na categoria superior (o Império); a propósito da importância da família como «espaço religioso», os AA. recordam a asserção de Fustel de Coulanges de que para aquele que arriscava 'deixar a família equivalia a colocar-se fora de qualquer organização social e de qualquer direito, era perder os deuses e renunciar ao direito de rezar', situação cuja carga sócio-repressiva, evidente em demasia, não é explorada aliás; os cultos familiares (Manes, Lares, o *dies natalis* do *pater familiae*, Penates, Jano, Vesta, o génio individual do *pater* e Juno) servem também como aglutinador da família alargada, e dos seus meros dependentes, na bivalência repressiva e protectora: «Prueba de que el culto familiar era algo más que un mero formalismo y que actuaba como ideología lo tenemos en el hecho de que los mismos esclavos temerosos de un castigo corrían a refugiarse junto a los lares y penates», e, recordando S. A. Tokarev, escrevem os AA., «hay que anotar el hecho de que, posteriormente, los esclavos solían huir junto a las estatuas de los emperadores», e, ainda, «a los esclavos les estaba prohibido venerar otros dioses que los domésticos, es decir, el culto doméstico era el intento de mantener a los esclavos sometidos a la familia en el terreno de la ideología», e, seguindo E. M. Staerman, «en el pensamiento de Séneca se expresaba la idea de que la familia debía de ser para los esclavos como el Estado para los libres». O encadeamento do 'espaço religioso' familiar com o 'espaço religioso' da Cidade será feito através dos cultos dos Penates públicos, dos Lares protectores da Cidade, dos *Lares viales*, etc., e do desempenho de cargos religiosos municipais pelos próprios cidadãos e da adopção pública que garantia, para os casos de quebra sucessória, a continuidade da família como célula económica e sócio-ideológica. O encadeamento com o 'espaço religioso' da categoria superior, o Império, será feito através do culto ao imperador, institucionalizado no Culto Imperial; a acção político-religiosa de Augusto, restaurador de quase todos os cultos tradicionais romanos de âmbito municipal, é observada na sua preocupação de introduzir e difundir cultos aos Lares, aos Manes, aos Penates e ao génio do próprio Imperador e é na esteira de Robert Étienne que os AA. escrevem: «La familia imperial se presentaba, pues, como una familia más, con la diferencia de que el culto era público, en la ciudad, y a través de el todas las familias se vinculaban entre sí como miembros del Imperio Romano»; na mesma perspectiva se encontrarão os cultos de Apolo Palatino, da *Venus Genitrix* e de *Mars Vitor* (o deus vingador da morte de César); posteriormente, com os Severos, ou desde Adriano, teremos o culto da casa de Augusto, genericamente chamada casa do Imperador, a *domus divina*., que indirectamente colocava todos os cidadãos numa circunstância de clientela, seja de estreita fidelidade, em relação à família imperial. As ligações entre os três níveis categoriais, Família, Cidade, Império, são evidentes. Os cultos familiares mantinham unida a família romana, a *gens*. Cada cidade, como aglomerado orgânico de famílias, reproduzia no(s) culto(s) da cidade as formas praticadas nos cultos familiares. As especificidades próprias de cada cidade, no entanto, não impediam, do ponto de vista estrutural, que os seus cultos específicos

se não representassem com força semelhante e mantivessem o seu significado próprio; a especificidade servia fundamentalmente ao reconhecimento da individualidade original como elemento aglutinador duma unidade social real. A nível superior, e precisamente porque os diversos cultos aparentavam um mesmo significado estrutural (havia já neles, à partida, nítidas características de unidade), foi possível, com o Principado, institucionalizar o Culto Imperial na base, organizado territorialmente nas cidades (a malha municipal). A implantação nos núcleos urbanos do Império do culto ao imperador e o facto de os sacerdotes do Culto Imperial serem eleitos para essas funções religiosas pelo mesmo sistema e eleitorado que intervinha na designação dos mais destacados dirigentes locais (e por, á semelhança dos cargos políticos, estes cargos religiosos implicarem, individualmente, uma certa capacidade económica para custear despesas sem qualquer contrapartida ou remuneração, acabando os eleitos por ser os representantes das camadas privilegiadas que, assim, iam juntar um cargo religioso de prestígio social aos cargos de direcção política que tinham desempenhado e podendo até muitos, depois do exercício do flaminato, ascender à carreira equestre) originaram, quer a nível itálico quer a nível provincial uma fortíssima 'rede de sustentação ideológica' político-religiosa do sistema. Foram, sem dúvida, os sacerdotes do Culto Imperial que garantiram a mais segura ligação ideológica entre o Estado romano e os habitantes das cidades, sobretudo as do ocidente do Império, e foi, também, através deles que nessas mesmas cidades se representaram (com autoridade) os interesses sociais, e económicos, do Estado. Numa análise social da evolução das religiões no Império, repara-se que os cultos orientais, e universaisistas, e que a acção dos *collegia* funcionaram inicialmente com um 'complemento' supletivo social às insuficiências da capacidade de captação e influência religiosa e ideológica dos cultos mais antigos, progredindo em áreas populacionais que se foram tornando, pouco a pouco, cada vez mais importantes e influentes, e que os cultos familiares e citadinos não conseguiriam acompanhar, adaptando-se convenientemente, sem correrem o risco de pôr em causa a estrutura orgânica da sua própria base social; tendo os núcleos urbanos (e, entre estes, os de maior desenvolvimento económico) como áreas de implantação, os *collegia* organizaram as suas formas culturais formalmente à imagem das dos cultos familiares tradicionais, no intuito de unir, entre si, indivíduos que mantinham laços que não eram naturalmente de estrutura gentílica, mas que tendiam a constituir (por assunção superior das formas de associação e corporação) um novo tipo de 'família'. Como formas não 'previstas' na organização religiosa tradicional, os *collegia*, autênticas associações religiosas 'paralelas', tenderiam, nalguns casos, posteriormente, para indirectamente assumirem características convergentes com as dos cultos familiares, de cidade e estatais; a sua contaminação pelos agentes do Culto Imperial parece ter sido feita pelos *collegia* dos sêxviros augustais que, assim, canalizaram para o culto imperial um grupo sócio-económico em ascensão que, uma vez nele integrado, se tornou cúmplice e agente dos propósitos da política ideológica do Império. Também, face aos cultos orientais que fugiam ao âmbito da família e da cidade e que tinham

como mais fervorosos cultuantes os estrangeiros (entendidos aqui como elementos exógenos às comunidades e não como estranhos à geografia do Império), o Culto Imperial irá, através de ações de sincretismo religioso, procurar associá-lo ao próprio culto do imperador; assim, no culto, com as invocatórias às clássicas divindades augustaicas vão também aparecer outras, como a de *Isis Augusta* ou a *Nemesis Augusta*, exemplificando uma clara tentativa de captação dos cultos estrangeiros pelo Culto Imperial. Ora, apesar de toda a sua versatilidade, o Culto Imperial não foi capaz de assimilar e integrar quer religiões de carácter universalista e de salvação, como o Cristianismo, quer religiões, como o Judaísmo, onde a componente do messianismo nacionalista era preponderante ou muito, muito forte. A progressiva orientalização 'epidérmica' dos cultos oficiais, como a teologia solar de Heliogabalo, ou a de Aureliano, de cariz demasiado formal, simbólico e, simultaneamente também, demasiado especulativo, 'abstracto', a necessidade social duma alternativa ontológica e ética, prática e compensada, que o estoicismo de segunda mão (senão de conveniência literária e palaciana), de presença fugaz sob os Antoninos, não tinha sabido comunicar e as contradições do Culto Imperial (aliás um AIE por excelência) favoreceram o rápido apogeu dos cultos místéricos orientais de salvação. Dirigidos fundamentalmente ao indivíduo, em si, e reservados, nas práticas cultuais, aos iniciados, os cultos de salvação tinham invariavelmente uma proposta que, socialmente, transbordando o âmbito da família, da cidade e do Império, colocava cada qual, individualmente, perante uma resposta cósmico-religiosa necessariamente desejada e suficientemente compensad(or)a. Estavam neste caso religiões de salvação como o Mitraísmo e o Cristianismo.

O Cristianismo, aberto a todos e a cada um, para as suas fileiras, não exigia o ser-se cidadão, nem o estar-se ligado a uma *gens*, ou, sequer, ser-se habitante de dentro das fronteiras do Império. Assim, ao transcender os quadros político, organizativo e territorial do Império Romano, o Cristianismo fugia ao controlo político e ideológico da religião, controlo que deixava, portanto, de estar nas mãos do Imperador, esse antigo *paxer familias* no Poder, *pater Patriae* e cúpula do sistema sócio-económico gentílico. De Roma (a *Urbs*, cidade terrena) vai surgir uma nova cidade, a cidade divina, indiciando uma outra fase da História da Humanidade (cf. p. 109).

A característica (e vantagem) principal deste pequeno livro é poder-se ler nele muito mais do que nele está escrito.

MARIA MANUELA ALVES DIAS

LEE I. LEVINE (editor), *Ancient Synagogues Revealed*, The Israel Exploration Society, Jerusalém, 1981, 200 p., 2 mapas, 4 est., ilustrado.

O volume que vamos apresentar, e que comentaremos apenas na medida dos nossos conhecimentos e de interrogações ditadas por uma análise global da arquitectura no mundo romano, constitui mais uma excelente prova da qualidade e capacidade da investigação arqueológica em Israel. Com efeito, se voltamos a encontrar aqui e ali traços de uma emoção quase apaixonada, naturalmente resultantes de condições históricas e culturais específicas, a que não é estranha uma vivência contemporânea conturbada (Y. YADIN, *Masada. La dernière citadelle d'Israel*, Paris, 1966, p. 193-203), nunca o rigor científico deixa de constituir permanente preocupação dos numerosos autores representados. O título corresponde perfeitamente ao conteúdo da obra que, integrando artigos publicados na revista *Qadmoniot*, artigos de precedência diversa e alguns expressamente redigidos, representa uma valiosa síntese dos conhecimentos actuais sobre a arqueologia das sinagogas, com especial destaque para as da Palestina, cujo número ascende a mais de uma centena.

Se tivermos em conta que a maior parte destes vestígios e ruínas remonta ao período romano e bizantino e que a sinagoga foi a instituição central comunitária da vida israelita na antiguidade, fácil se torna compreender a importância do tema. Uma vez que a cronologia dos edifícios conhecidos os relaciona com o mundo clássico e bizantino é lícito analisar a sua linguagem arquitectónica no sentido de definir a contribuição recebida da arquitectura romana e tardo-romana e a possível influência das sinagogas no desenvolvimento da arquitectura religiosa paleocristã. Não devemos esquecer, o que nem sempre acontece, que o cristianismo na sua fase primitiva pouco se distinguia de uma seita judaica (H. CHADWICK, *A igreja primitiva*, Lisboa, 1967, p. 9-24). Assim, é bem possível que a sinagoga tenha contribuído para o estabelecimento de um modelo de santuário cristão, apesar das reticências de investigadores ilustres (H. I. MARROU, *Decadence romaine ou antiquité tardive*, Paris, 1977, p. 107), tanto mais que o edifício judaico antecedeu largamente o aparecimento da basílica cristã, para a qual não existia tradição que pudesse orientar os arquitectos constantinianos (M. GOUOH, *Os primitivos cristãos*, Lisboa, 1972, p. 57-58). Quanto ao primeiro ponto basta recordar o impacto do helenismo na cultura hebraica, de que *Philon* e a *Versão dos Setenta* dão a medida exacta, bem como, por exemplo, as grandes construções de Herodes em *Cesareia*, *Masada* ou *Herodium*, indiscutivelmente inspiradas em modelos romanos, e implantadas numa região onde se multiplicavam os testemunhos da arquitectura clássica (M. GRANT, *The Jews in the Roman World*, Nova Iorque, 1973, p. 71-72). A colectânea que nos é oferecida em *Ancient Synagogues Revealed* permite retomar estas e outras questões do maior interesse, facultando para isso dados muito significativos, nalguns casos dificilmente acessíveis aos investigadores não hebraicos.

O texto, enriquecido por muitas dezenas de ilustrações, consta de um prólogo, sete capítulos, lista de abreviaturas, glossário, bibliografia e índice

geral (p. 191-196). O prólogo inclui dois estudos do maior interesse: *Ancient Synagogues: A Historical Introduction* (p. 1-10); *Ancient Synagogues in Israel: An Archeological Surety* (p. 11-18). No primeiro destes estudos L. Levine traça um quadro da evolução histórica da sinagoga como local de estudo e leitura da *Torah*, funcionando como instituição complementar do Templo, e também, depois da destruição do Segundo Templo por Vespasiano, como centro de oração. Embora os vestígios arqueológicos e epigráficos mais antigos não sejam anteriores ao século in a.C., Levine considera que a sinagoga surgiu no século vi a.C., durante o exílio na Babilónia, como um local de encontro e leitura das Escrituras (p. 3). Julgamos, igualmente, que assim possa ter acontecido, tanto mais que foi nessa época que se verificou a substituição do hebraico antigo por uma forma de escrita adaptada da escrita aramaica, introduzida na Palestina no final do século vi a.C. pelos Judeus retornados da Mesopotâmia, facto que nos parece relacionado com o aparecimento da sinagoga. Outro problema de grande importância consiste naquilo a que o autor chama aculturação (p. 6). Referiremos apenas alguns aspectos pertinentes do clima cultural da Palestina romana. Levine chama a atenção para a influência das cidades grego-romanas, aponta a larga percentagem de inscrições em língua grega e considera que a arquitectura das sinagogas, de uma ou de outra forma, foi influenciada por modelos estrangeiros (p. 6). Com efeito, é de uma sociedade moldada por uma versão romana do helenismo a imagem que a arqueologia nos permite recuperar. Como resultado da aculturação o autor aponta como muito significativo o facto da águia constituir um dos temas decorativos mais divulgados nas sinagogas da Galileia no século iv quando, no tempo de Herodes, a colocação de uma águia sobre a entrada do Templo provocou violentos tumultos (p. 7). Neste caso, todavia, se é certo que se verificou uma mudança de atitude, que conduziu, igualmente, a uma multiplicação dos símbolos exclusivamente judaicos, é preciso ter em conta que a águia de Herodes representava directamente o poderio romano e testemunhava a lealdade para com o imperador, não podendo ser considerada como um elemento decorativo. Julgamos mais significativa uma inscrição gravada numa arquitrave encontrada em Dabbura, no Golan, e publicada por U. Urman, na qual, depois do texto aramaico surge a indicação, em grego, do nome latino do construtor: ΠΟΥΚΤΙΚΟΣ ΕΚΤΙCΕΝ (p. 155). Este exemplo merece profunda análise e aponta para o papel, que julgamos extremamente activo, desempenhado por arquitectos e mestres romanos na Palestina, certamente responsáveis, em larga medida, das transformações verificadas na arquitectura local. Uma pesquisa, a efectuar sem ideias preconcebidas, não deixará de reforçar a nossa opinião: em Masada, nor exemplo, as colunas do palácio construído por Herodes não mostram, como marcas de canteiro, mais do que letras hebraicas e números latinos (YADIN, p. 65-69), o que consideramos muito elucidativo quanto ao verdadeiro significado do termo helenístico na arquitectura hebraica do período romano. Que muitas ideias geralmente aceites terão que ser revistas prova-o o facto de que a proibição de representar figuras humanas ou animais esteve longe de ser observada na arte judaica, como atestam numerosos exemplos de uma vigorosa expressão

artística, especialmente viva na antiguidade tardia e que chegou a influenciar a arte crista (p. 7). Este aspecto inesperado da cultura judaica é particularmente visível na temática dos numerosos mosaicos que enriquecem muitas sinagogas, em especial do período bizantino, e que incluem representações de Hélios, dos signos do Zodíaco e das quatro estações, em relação às quais as várias explicações propostas não são totalmente satisfatórias (p. 9). É possível que estejamos perante mais uma consequência da popularidade alcançada pela astrologia no mundo romano, não sendo de excluir a possibilidade de se tratar de interpretações esotéricas à margem da concepção rabínica do judaísmo, como aliás admite Levine. A história da Palestina nos primeiros séculos da nossa era só poderá traçar-se, atendendo à relativa falta de fontes escritas referentes à sociedade hebraica, a partir de fontes arqueológicas, cada dia mais abundantes e entre as quais as sinagogas ocupam um lugar especial (p. 10), obrigando a rever numerosas questões de fundo, para além das que já descrevemos, como a da dispersão do povoamento e nível económico das comunidades judaicas depois da destruição do Templo e da revolta de Bar-Kochba.

O segundo estudo, da autoria de A. Kloner, trata dos vestígios arqueológicos das sinagogas israelitas, esboçando uma tipologia das mesmas. O autor começa por historiar as pesquisas anteriores a 1948, destacando as que foram efectuadas depois da I Guerra Mundial por alguns dos grandes nomes da primeira geração de arqueólogos israelitas. Refere seguidamente os restos de sinagogas do período do Segundo Templo, de que o traço mais antigo registado na Palestina consiste numa inscrição em língua grega, do século i, que alude não só à construção da sinagoga como igualmente refere as funções do edifício e de uma hospedaria anexa (p. 11). Quanto aos vestígios arqueológicos propriamente ditos, as ruínas de sinagogas escavadas em Gamla, Masada e *Herodium*, todas do século i, são as mais antigas conhecidas até ao momento. Kloner analisa em seguida as características fundamentais das sinagogas do grupo galileu, considerando que elas acusam a existência de uma tradição arquitectónica bem estabelecida, romano-síria, perfeitamente adaptada às condições locais e alterada por razões tão diversas como a implantação geográfica e o orçamento disponível (p. 13). O exemplo mais completo deste tipo de edifício é-nos oferecido pela sinagoga de Cafarnaum, cuja datação constitui motivo de acesa discussão depois das escavações de 1968-1972. Aliás, a cronologia das sinagogas do grupo galileu tem produzido algum desentendimento entre os investigadores, a maioria dos quais situa no século ii as primeiras construções, como as de Horvat Shema, Meron e Gush Halav, o que concorda com a situação política da Palestina romana por essa época (p. 13-14). Teremos oportunidade de tecer algumas considerações acerca deste tipo de edifício, directamente influenciado pela arquitectura romana, quando analisarmos os artigos que lhe foram especialmente consagrados. Outro grupo específico de sinagogas, de tipo basilical e com pavimentos de mosaico, encontra-se disperso pelo norte, vale do Jordão e zona litoral da Judeia. Os mosaicos constituem o essencial da decoração, em contraste com o grupo galileu, atingindo nalguns casos notável valia artística.

A cronologia destas sinagogas situa-as no período bizantino (p. 15-17). Na zona sul do Hebron encontram-se construções com características diferentes, nomeadamente a nível da planta, destacando-se pelo seu estado de conservação e qualidade arquitectónica as sinagogas de Susiya e Eshtemoa. Este tipo regional é atribuído aos séculos m e iv (p. 17-18). Kloner chama a atenção, avisadamente, para a impossibilidade de manter a cronologia baseada na tipologia utilizada até há poucos anos pois as escavações provaram que a pretendida sucessão tipo galileu-tipo intermédio-tipo basilical não corresponde à realidade (p. 18).

O capítulo dedicado às sinagogas do período do Segundo Templo agrupa quatro estudos (p. 19-41), o primeiro dos quais assinado por Y. Yadin descreve a sinagoga" de Masada, um pequeno edifício rectangular, com bancos à volta das paredes e duas filas de colunas, resultante das modificações efectuadas pelos Zelotes durante a sua permanência em Masada, entre 66 e 74, numa estrutura mais simples, que Yadin considera ter igualmente servido de sinagoga no período herodiano (p. 20-21). Esta opinião é retomada por G. Foerster no artigo consagrado às sinagogas de Masada e de *Herodium*, esta construída pelos Zelotes a partir do *triclinium* do palácio de Herodes, segundo o mesmo modelo (p. 24-26). A teoria de que a planta destas sinagogas deriva de salas com bancadas semelhantes às existentes nos templos de Dura Europos, datados da primeira metade do século i (p. 28-29), não nos parece aceitável. Com efeito, entre outras razões, a cronologia anterior e a planta idêntica da sinagoga de Gamla, estudada nos artigos seguintes, da autoria de S. Gutman e de Z. Ma'oz (p. 30-41), opõem-se à hipótese expressa por Foerster. Em Gamla, no Golan, foi escavada uma sinagoga construída entre 23 a.C. e 41 d.C. (p. 35), talvez mesmo um pouco antes se retivermos a datação proposta por Gutman (p. 34). As ruínas de Gamla são particularmente importantes por se tratar de um edifício construído propositadamente como sinagoga, destruído pelos romanos em 67, quando a cidade foi tomada aos revoltosos depois de um cerco movimentado descrito por Flávio Josefo, cerco que deixou numerosos testemunhos no local e que terminou com a destruição definitiva da cidade (p. 33-34). Quanto a nós, consideramos que o edifício foi construído na época de Herodes, no último quartel do século i a.C., pois as características arquitectónicas e decorativas correspondem perfeitamente ao que se conhece do período Herodiano, como aliás reconhece Ma'oz (p. 36-37). O autor não hesita em relacionar o monumento escavado em Gamla com modelos helenísticos. Pensamos, como ele, que nada deve à basílica romana e menos ainda aos templos de Dura, devendo o seu protótipo ser procurado entre os edifícios ocidentais destinados a reuniões cívicas. Foerster, no capítulo dedicado às sinagogas da Galileia, analisa o problema num artigo que resume a sua tese de doutoramento (p. 45-48), enquanto E. Netzer considera as sinagogas do grupo galileu uma adaptação da planta dos *triclinia* herodianos (p. 49-51). Julgamos não ser necessário recuar até aos edifícios helenísticos de Priene ou Heracleia para encontrar paralelos para a planta das sinagogas galileias, de qualquer forma muito mais perto da arquitectura dos *triclinia* do que da dos templos nabateus. Tendo em conta as características da

arquitectura palestiniana do período Herodiano, parece-nos muito provável que as referidas sinagogas tenham sido directamente inspiradas pelo modelo romano da *curia*, o que explicaria a ausencia de estruturas anteriores ao final do século i a.G. A análise de edifícios com as mesmas características básicas, construídos noutras regiões, poderá contribuir para esclarecer o problema. Não esqueçamos, por exemplo, que na Girenaica, província de numerosa população judaica, foram largamente utilizadas colunas de ângulo, geminadas, características das sinagogas de tipo galileu (S. STUCCI, *Architettura Cirenaica*, Roma, 1975, p. 216-217, 311-313).

Os artigos dedicados à importante sinagoga de Cafarnaum revelam que os problemas relacionados com a arqueologia das sinagogas são ainda muito numerosos (p. 52-62), aconselhando prudência na apreciação dos dados disponíveis. S. Loffreda propõe, a partir dos resultados de sondagens efectuadas na sinagoga de Cafarnaum, que a esta seja atribuída uma datação tardia, entre o final do século iv e o início do século v (p. 55). Esta opinião é vigorosamente contestada, julgamos que com razão, por Foerster (p. 57-59) e por M. Avi-Yonah (p. 60-62), autores que admitem a possibilidade de restauros tardios mas que levantam sérios problemas de ordem arquitectónica e histórica quanto à datação de Loffreda, e mesmo quanto à metodologia utilizada para estabelecer a referida datação (p. 59-61). Esta discussão, dentro da melhor tradição académica e que por isso gostaríamos de encontrar mais frequentemente, está por certo longe de terminar e a sua conclusão dependerá, em muito, de novas escavações, como a da sinagoga de Hammath-Tiberias, descrita por M. Dothan (p. 63-69). Hammath foi a sede do Patriarcado, que manteve boas relações com as autoridades romanas durante os séculos m e iv, até à sua extinção no tempo de Teodósio II. As ruínas aqui escavadas pertencem a uma sinagoga reconstruída várias vezes. Interessam-nos particularmente os edifícios IIA e IIB, datados respectivamente como pertencentes aos séculos iv e ui (p. 64-68). O mais recente dos dois possui excelentes mosaicos, um dos quais ostenta a mais antiga figura de Hélios encontrada nas sinagogas palestinianas (p. 66-67). Não menos interessante é a planta observada em Hammath. Quer a estrutura do século m, quer a do século iv, pertencem ao tipo que, em língua inglesa se designa por *broadhouse*, expressão que poderemos traduzir por casarão. Com efeito, trata-se de um tipo de sinagoga caracterizado pela existência de uma grande sala com pequenos anexos e dotada de um local específico para colocar o relicário com a *Torah*. A adopção deste tipo de sinagoga, em que a riqueza decorativa se concentrava no interior, poderá ter algo a ver, como acreditamos, com um ambiente pouco propício a uma arquitectura de exteriores ostensivos ou com uma atitude ditada por razões de ordem religiosa, reflectindo uma corrente específica. E. Meyers publica seguidamente um artigo sobre a sinagoga de Horvat Shema (p. 70-74), que o autor considera, quanto a nós erradamente, como uma adaptação do plano basilical ao tipo *broadhouse* (p. 74). Com efeito, quer a planta, quer a constituição do edifício (p. 72-73), construído no final do século ui e reconstruído descuidadamente após o terramoto de 306, permitem fazê-lo derivar directamente do modelo tradicional da basílica civil romana,

mesmo da basílica vitruviana, como a de Sábrata (L. CREMA, *VArchitettura romana*, «Enciclopedia Classica», XII, Roma, 1959, p. 580-583), se tivermos em conta o ponto fulcral onde terá sido construída uma edícula para a *Torha* posteriormente substituída por uma plataforma (*Berna*). Se for possível determinar a evolução deste tipo de sinagogas, cuja relação com as basílicas romanas é confirmada pelas ruínas da de Gush Halav, contemporânea da de Horvat Shema (p. 75-77), eremos que o problema da origem da basílica paleocristã terá que ser reconsiderado, tanto mais que a segunda fase da evolução parece estar representada, como julgamos, na sinagoga de Ma'oz Hayim, publicada por V. Tzaferis (p. 86-89), datada do século iv (p. 86). Este monumento é um dos estudados no capítulo reservado às sinagogas da área de Beth-Sheam (p. 82-97), que se distinguem pelos seus mosaicos e inscrições, como a de Beth-Sheam, publicado por D. Bahat (p. 82-85), e Rehob, publicada por F. Vitto (p. 90-94).

O capítulo seguinte, da autoria de Z. Ma'oz, retoma o estudo das sinagogas do Golan (p. 98-115), apoiado por uma desenvolvida análise da implantação judaica na zona (p. 98-101). O autor dedica especial atenção aos aspectos artísticos das diversas sinagogas da região, que atribui fundamentalmente aos séculos v e vi, chamando a atenção para as características orientalizantes patentes na decoração, a que poderemos juntar um certo arcaísmo, como no caso da sinagoga de En Neshut, que Ma'oz atribui ao século v (p. 107-109). Não devemos esquecer, todavia, que a cronologia das inscrições locais, defendida por D. Urman a propósito das epígrafes da aldeia de Dabbura (p. 156), permite recuar o período de florescimento das comunidades judaicas da região. As vicissitudes que caracterizam a história recente desta área e as condições em que se efectuaram os trabalhos arqueológicos não deixaram de influenciar negativamente o estado da questão, pelo que devemos aguardar por novos trabalhos envolvendo escavações sistemáticas.

As sinagogas da Judeia e do sul estão representadas por artigos sobre monumentos de En-Gedi, com importante espólio *in situ* (p. 116-119), Eshtemoa cuja escavação iniciada há precisamente cinquenta anos só em 1969 pode ser terminada (p. 120-122), Horvat Susiya, conservando belos pavimentos de mosaico com inscrições (p. 123-128), e Gaza, este uma grande estrutura basilical ricamente ornada com um mosaico ostentando excelentes emblemas com figuras de animais, mosaico datado de 509 e doado por dois mercadores de madeiras (p. 129-132). Os referidos artigos são da responsabilidade de D. Barag, Y. Porat, E. Netzer, Z. Ervin, S. Gutman e A. Ovadiah. Em Horvat Susiya, o nartex da sinagoga, construída no final do século iv, evoca vagamente o peristilo do palácio de Diocleciano, em Split. Também aqui este elemento arquitectónico, tão importante nas basílicas cristãs primitivas, parece derivar de um modelo romano anterior. Uma das inscrições hebraicas no pavimento de mosaico é extremamente interessante não só por acumular adjectivos honoríficos, como é próprio das inscrições tardias do mundo romano, mas também por estar inserida numa *tabula ansata* e por conter uma grafia da palavra mosaico reflectindo a pronúncia local, nitidamente influenciada pelo termo grego equivalente (p. 127-128).

Inscriptions and Small Finds é o título de um capítulo cheio de interesse, no qual destacamos o artigo de J. Naveh sobre as inscrições das sinagogas (p. 133-139), com uma apreciação estatística extremamente significativa sob o ponto de vista cultural, das línguas utilizadas: aramaico, hebraico e grego (p. 183-134). L. Levine ocupa-se do estudo da grande inscrição de En Gedi (p. 140-145) e J. Susamann trata da inscrição de Rehod, a mais extensa de todas as encontradas até agora e que contém relevantes informações de natureza histórica e geográfica a partir de restrições rituais agrícolas talmúdicas (p. 146-151).

G. Foerster assina o primeiro artigo do capítulo final, consagrado as sinagogas da *Diaspora* (p. 164-190), descrevendo algumas das 140 sinagogas conhecidas fora da Palestina, as quais reflectem, naturalmente, a influencia da arquitectura local (p. 170-171). L. Levine descreve a sinagoga de Dura Europus (p. 172-177), fundamental para a compreensão da arquitectura e da arte religiosa judaica. Com efeito, trata-se de um edifício destruído em 256, cuja segunda e derradeira fase remonta ao ano 245. Levine situa esta sinagoga entre as de tipo *broadhouse* (p. 173). Sem discordarmos desta opinião, tanto mais justificada quanto é certo que a sinagoga de Dura resultou da adaptação de uma residência, o certo é que na sua fase final a existência de um pátio porticado e de uma sala com um nicho para a *Torah*, constituindo um conjunto axializado (p. 173), preludia a planta das mais antigas basílicas cristãs. Quanto à decoração, se a compararmos com a da igreja-casa de Dura (Gough, p. 58-59), facilmente compreenderemos por que razão um notável especialista, Kraeling, pode escrever: *Here we see in a new light the common front wich Christianity and Judaism held against paganism, and the relationship between Jewish and Christian art* (C. KRAELING, *The excavation at Dura Europos*, VIII, New Haven, 1956, p. 402). O estudo da sinagoga de Sardis, da autoria de A. Saeger (p. 178-184), não poderia estabelecer maior contraste com o que observamos em Dura. Com efeito, nesta importante cidade da Asia Menor, uma basílica civil, pertencente a um grande complexo integrando um ginásio e umas termas (p. 179), terá sido transformada em sinagoga, segundo Saeger ainda antes da segunda metade do século iv. O edifício, extensamente restaurado pelos arqueólogos norte-americanos, como aliás, todo o conjunto monumental em que se integra, representa, assim, um dos poucos testemunhos da transformação de uma basílica civil, aliás de grandes dimensões, em edifício religioso. Esta transformação, como outra idêntica verificada no século v em Leptis Magna (Gough, p. 121), não deixa de suscitar um problema histórico da maior acuidade quanto ao verdadeiro estatuto das comunidades judaicas no período tardo-romano e bizantino. A definição da data em que se concretizou a adaptação seria extremamente interessante atendendo a que, no Oriente, as basílicas cristãs não parecem anteriores a 325 (W. SAS-ZALOZIECKY, *Arte paleocristã*, Lisboa, 1970, p. 30). Por outro lado, Saeger considera que o complexo monumental foi construído pouco depois do grande terramoto de 17 (p. 179), quando na realidade o ginásio não é anterior ao início do século m, período que corresponde a uma política de aberta benevolência dos Severos para com a religião hebraica, o que nos leva

a perguntar se, na verdade, não datará desta época a sinagoga de Sardis, que assim poderá ter sido construída propositadamente. O último artigo da obra, intitulado *The Mosaics of Mopsuestia-Church or Synagogue?* e assinado por M. Avi-Yonah (p. 186-190), permite abordar novamente o problema das relações entre a arte judaica e a arte cristã, neste caso no século v, tão claras aqui como em Dura dois séculos antes, a ponto de se tornar difícil a classificação religiosa do edifício (p. 189).

Ancient Synagogues Revealed constitui uma obra rica de informações, de leitura nem sempre fácil, devido à especificidade do tema e a uma ou outra contradição ou divergência — como no caso da datação das sinagogas do Golan e das inscrições da mesma região (p. 114-115, 156) — aliás perfeitamente aceitável considerando as características e finalidades da publicação, merecedora da atenção de todos os que se interessam pelos problemas da arquitectura e da sociedade no mundo romano e bizantino. Um fragmento de placa moldurada, em mármore, de *Tiberias*, publicado por M. Ben-Dov (p. 157), aliando uma *hedera* à saudação judaica *shalom*, tão repetida nas sinagogas, representa da melhor forma as relações, nem sempre fáceis e pacíficas, entre as tradições clássicas e os valores judaicos. Estas relações, que tanto contribuíram para o advento da nossa própria cultura, e com que constantemente deparamos ao longo de toda a obra, não fazem menos parte da história do mundo romano do que outras mais largamente estudadas. O volume que aqui apreciamos prova-o amplamente.

VASCO GIL MANTAS

TERESA SOEIRO, *Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*, in «Penafiel. Boletim Municipal de Cultura», 3.^a série, 1, 1984.

A obra da Dr.^a Teresa Soeiro, que ocupa integralmente as 323 páginas deste Boletim Municipal, constitui um trabalho significativo de recolha e localização de estações romanas e romanizadas desta área.

O inventário regista castros e outros povoados, necrópoles, inscrições, balneários, pontes e vias. As referências a cada estação são sucintas, embora completas; uma ou outra é estudada com mais demora como, por exemplo, o balneário de São Vicente do Pinheiro. De salientar a descrição muito pormenorizada e exaustiva dos materiais, acompanhados na sua quase totalidade pelos respectivos desenhos, o que representa um grande esforço; a classificação das peças revela grande segurança.

A autora dividiu o trabalho em três partes principais: na primeira faz uma caracterização geográfica e geológica e indica também a integração administrativa (freguesias e concelhos) da área abrangida pelo estudo; a segunda parte é dedicada ao registo das estações arqueológicas; por fim, apresenta um estudo pormenorizado de Monte Mózinho.

A parte dedicada à caracterização geográfica e geológica da área a estudar constitui uma boa introdução. Foi dada particular atenção às potencialidades da zona a nível agrícola e mineiro.

Analiseemos então a carta arqueológica. Começemos pela cartografia em si. Fornece-nos primeiro um mapa geral das estações (fig. V). Infelizmente, nesta carta, as estações não estão identificadas nem pelos seus nomes nem por números, de modo que se torna muitas vezes difícil saber a que lugar arqueológico corresponde um determinado ponto da carta. Devemos ainda assinalar que o facto de ter sido escolhido o triângulo como símbolo para o período castrejo e para povoado aberto conduz à confusão (pelo menos de início). Ha ainda algumas discrepâncias entre este mapa geral e os mapas parciais.

Nos mapas parciais há algumas deficiências. Não têm o Norte indicado e não estão todos orientados no mesmo sentido (fig. XI, p. 45). Não possuem escala e não estão todos à escala 1: 25 000 (fig. XXXV, p. 87). As estações não são numeradas, o que dificulta a sua identificação; é certo que a autora dá as coordenadas, mas tal indicação não ajuda a leitura das cartas parciais, visto que estas não contêm coordenadas geográficas.

Estes factos dificultam a localização das estações, situação agravada por algumas discrepâncias entre os mapas e os textos.

Não utiliza sempre a mesma denominação: na p. 85 enumera com o nome de Santa Marta, a estação que na mesma página descreve sob o nome de Necrópole da Estrada.

Não cartografa uma estação que descreve: p. 103, a Necrópole da Igreja-Capela que não assinala no mapa da mesma página.

Não descreve uma estação que enumera: p. 85 — Necrópole de Candaídos.

Cartografa e não enumera nem descreve: na p. 59, assinala no mapa uma inscrição a que depois não se refere; também não é dada qualquer indicação que permita concluir tratar-se das inscrições referidas na parte dedicada a Monte Mózinho (p. 266).

Na p. 44, levanta a hipótese de relação entre a Necrópole da Telha (Vila Boa de Quires) com um povoado aberto (cota 300 m), mas na carta identifica o povoado como um castro romanizado.

De notar ainda a falta de integração administrativa em alguns casos:

- p. 96 — lugar da Póvoa — Marécos;
- p 104 — povoado de Agrads de Ordins — Lagares;
- p. 111 — mina do Fojo — Medas;
- p. 111 — Santa Comba — Sobreda.

Passemos agora ao texto em si. Ao longo do estudo, apercebemo-nos dum grande recolha bibliográfica e domínio da bibliografia regional. É pena que, a par desta, não se tenha dedicado ao estudo da toponímia e micro-toponímia que, como sabemos, é tão importante para este tipo de estudo. Teria sido interessante, por exemplo, relacionar os *Lares Anaeces* (ara de Lagares) com o topónimo Eja, e talvez pudesse ter adiantado algo sobre a

origem deste e localização de Arégia, questão que tanta polémica tem levantado. Um outro topónimo não é aqui referido: Encruzilhada (Luzim), que documenta um troço de via romana, troço que não é assinalado nesta obra. Isto é de estranhar, pois refere a carta de F. Lanhas, na parcela 135-2 ⁽¹⁾, e não fala da parcela 124-6 ⁽²⁾, onde vêm assinalados este troço e outros que a Dr.^a Teresa Soeiro também não referiu nem cartografou. Também nesta parcela (124-6) vêm assinalados achados luso-romanos no Cercado do Papeiro, em Passal e na Bolsa do Ouro, dos quais não temos igualmente referência neste trabalho.

Outra estação que não é assinalada é o Balneário de Canelas. Foi detectado por Fátima Cunha ⁽³⁾ numa batida de campo. Situa-se ao cimo da freguesia, na Tapada do Grilo (Plaina de Nabais), junto a uma nascente de águas férreas a que o povo chama Sorte das Águas que Fervem. É esta nascente que depois vai abastecer o Balneário de São Vicente do Pinheiro, não devendo ficar distante deste. Fátima Cunha afirma ter encontrado no local restos de uma piscina e de vários materiais de construção. Como se trata de uma tese de licenciatura de Coimbra, compreende-se que não tenha chegado ao conhecimento da Dr.^a Teresa Soeiro. É natural que numa batida de campo e em conversa com as gentes da zona seja facilmente encontrado. Mais uma vez teria sido útil ter em atenção a micro-toponímia.

Estamos perante um elevado número de estações localizadas e há um grande esforço de classificação: castro, povoado aberto, necrópole, balneário. Mas é de estranhar que não haja nenhuma *villa* na área. Pode levantar-se a hipótese de Outeiro (Luzim), Codes (Rio de Moinhos), e Santa Luzia (Pehafiel) serem *villae*, pois são identificáveis por fustes de colunas. Talvez também a noção de povoado aberto possa ser substituído pela de *vicus* e casal. Casal seria Vilarinho (Vila Caiz); *vici* seriam as Caldas de Canavezes, São Vicente do Pinheiro e Póvoa. É curioso notar que, fazendo a divisão territorial dos três castros principais, Mózinho, Outeiro do Dino e Penha Grande, temos uma *villa* e um *vicus* em cada território. De notar ainda que temos dois etnónimos obtidos através de inscrições: os *Danigi* na ara da Póvoa (p. 96) e os *Anaeci* da ara de Lagares.

No que respeita à terceira e última parte do trabalho, isto é, ao pormenorizado estudo de Monte Mózinho, seria interessante ter-se feito um desdobramento das plantas, mostrando as construções que pertencem a cada período. Ter-se-ia assim uma ideia mais clara da evolução da ocupação de Mózinho.

⁽¹⁾ LANHAS, Fernando (e Domingos de Pinho BRANDÃO), *Inventário dos Objectos e Lugares com Interesse Arqueológico*, «Revista de Etnografia», vol. VIII, tomo 1, Porto, Janeiro de 1967.

⁽²⁾ IDEM, vol. IV, tomo 2, Porto, Abril de 1965.

⁽³⁾ CUNHA, Maria de Fátima Vila Pouca e, *História Antiga de Penafiel*, Coimbra, 1956, p. 115.

A maneira como se apresenta o espólio não será a mais aconselhável; seria preferível o sistema de catálogo, com descrição peça a peça e indicação da posição estratigráfica. Talvez a autora não tenha encontrado nos relatórios de escavação referências seguras à localização e estratigrafia dos achados. A classificação é, porém, segura e correcta. Uma dúvida se levanta quanto à peça representada na fig. XCIV-18, que na p. 211 é classificada como lucerna. Representa uma figura feminina com manto e está partida, faltando-lhe a cabeça e os pés. Afirma-se que nos pés teria o bico. Mesmo que assim fosse, falta-lhe o orifício de alimentação que com certeza não se situaria na cabeça, mas no peito. Tanto quanto o desenho permite ver não se detecta a existência deste orifício. O que seria então? Uma representação de divindade? Um brinquedo? É difícil de saber só pelo desenho.

No sector *a*, a hipótese de acesso pelo lado sul (p. 135-136) parece difícil de admitir, dado o encosto das casas ao muro de suporte. Parece difícil de admitir que seja muro de defesa o que designa por muralha II, pois uma espessura média de um metro é pouco para uma muralha. O corte estratigráfico da fig. LVII (p. 137) não tem a sua posição assinalada na planta da p. 135; no próprio corte não se indica a orientação.

No sector *g*, o corte da fig. LXXIII (p. 170) teria sido mais esclarecedor se passasse pelo interior das casas, em vez de passar pelo pátio entre elas. Na p. 165 afirma que a ausência de telhas e imbrices sugere que a cobertura das casas seria de materiais vegetais; talvez não se deva tirar uma conclusão assim tão rápida — há todo um leque de factores possíveis que podem ter levado a essa ausência.

Esta terceira parte é um estudo exaustivo da estação, sendo nela focados todos os aspectos e informações disponíveis.

Este comentário deixa apenas entrever parte da grande quantidade de elementos compilados na obra. Constitui um valioso trabalho de recolha de informações dispersas e de detecção de estações desconhecidas. Esperemos que a Dr.^a Teresa Soeiro prossiga a sua carreira tão brilhantemente iniciada.

CRISTINA FERREIRA

(Página deixada propositadamente em branco)

INDEX NOMINVM

A

- A Oliveira* — Tei? (Vigo), 82.
Abdera — Conventus gaditanus, 236.
Abla — Conventus gaditanus, 236.
Ablitas, 94, 95.
Abrunhos a-a-Velha, 220.
Abul, 153, 155, 157-161, 165, 171.
Adriano, 66, 80, 92, 213, 215, 217-221, 223, 225, 238.
Aeminium, 69, 224.
África, 189.
África do Norte, 175, 179, 192.
Agras de Ordins — Lagares, 249.
Agrippa, 80.
Água Derramada — Santiago (Alcácer do Sal), 46.
Águas Pousadas — Santiago (Alcácer do Sal), 46.
Ajuda — Eivas, 101.
Alarcão, Jorge, de 66, 155, 234.
Albertos, Maria de Lourdes, 236.
Alcabideque — Condeixa-a-Velha, 61-63, 69.
Alcabre — Vigo, 83.
Alcácer do Sal, antes Salacia, 35, 41, 43, 46, 153, 157-159, 162, 163.
Alcobaça, 213, 217, 224.
Alcolea del Rio — Espanha, 30.
Aldeia — Ordem (Rabaçal), 68.
Alencarce — Soure, 73.
Alenquer, 216, 220, 221.
Alentejo, 28, 234.
Alfafar — Penela, 68.
Alfeizerão — Alcobaça, 213, 215-217, 219, 222-224.
Alfernim, Rafael, 140.
Algar — Condeixa-a-Velha, 63.
Algar — Ega, 67.
Algarve, 31.
Aljuber — Cadaval, 27.
Almanzora, rio, 236.
Almeria — Espanha, 236.
Alqueidão da Serra — Porto de Mós, 222.
Alta Baviera — Alemanha, 30.
Alto da Madalena — Soure, 70.
Althusser, 237.
Alvaiázere, 27, 31, 40.
Alvarelhos — Santo Tirso, 221.
Alves, Francisco, 163.
Amante, António Pereira, 140.
Amoreira de Óbidos, antes talvez Eburobrittium, 70, 220, 222.
Ampúrias — Espanha, 115.
Anatólia Ocidental, 147.
Ançã — Cantanhede, 139.
Andaluzia Ocidental — Espanha, 115.
Andercus — Conímbriga, 122.
Anobra — Condeixa-a-Nova, 57, 72, 73.
Ansião, 69.
Antanhol — Coimbra, 69.
Antonino Pio, 223.
Antoninos, 195, 200, 240.
Antoninus, M. Aurelius, mais tarde Caracala, 200.
Aquileia, 147.

- Araducta*, povoação citada por Ptolomeu na zona de Alfeizerão, 224.
Arapouco — Santiago (Alcácer do Sal), 47.
A régia, 250.
Areias — Anobra, 57.
Arenal — Vigo, 81, 83.
Argos — Argólida, 30, 35.
Arroniz — Espanha, 182.
Artabrum, promontório, 222.
Arzila — Coimbra, 72.
Astorga — Espanha, 193, 196, 197, 202. — Vide também: *Asturica*.
Asturias — Espanha, 196.
Asturica — Península Ibérica, 220, 221. — Vide também: *Astorga*.
Attius Ianuarius, C., 232.
Augusto, 75, 80, 134, 135, 209, 231, 238.
Aureliano, 98, 240.
Aurelius Antoninus, M., mais tarde Caracala, 200.
Auton — França, 139.
Aveiro, 217.
A ventosa — Eivas, 101.
Avessada — Condeixa-a-Velha, 61.
Avi-Yonah, M., 245, 248.
Avita, Voconia, 237.
Azenha — Coimbra, 72.
Azinhaga da Fonte da Talha — Santa Maria do Castelo (Alcácer do Sal), 43.
Azinhaga das Mastigas — Santiago (Alcácer do Sal), 46.
Azinhaga de Nossa Senhora d'Aires — Santiago (Alcácer do Sal), 47.
Azougada — Moura, 28, 32, 33.
- B
- Babilónia* — Assíria, 242.
Badajoz — Espanha, 26, 33.
Baedorus, vicus de localização desconhecida, 73.
Bairro do Crespo — Santiago (Alcácer do Sal), 45.
Bairro Bio de Clérigos — Santiago (Alcácer do Sal), 46.
Baixo Alentejo, 28, 31.
Bajo, F., 233.
Baleares — Espanha, 231.
Balsa — Tavira, 232.
Bao — Vigo, 77.
Bar-Kochba, 243.
Barag, D., 246.
Barbealho — Rabaçal, 69.
Baria — Conventus carthaginensis, 236.
Barracão — Pombal, 8, 9.
Barrios de Baixo — Ega, 58.
Barroca da Lage, 92.
Bassianus, Septimius, mais tarde Caracala, 200.
Batalha, 70.
Baviera — Vide: *Alta Baviera*.
Beilngries — Alta Baviera, 30.
Beja, antes Pax Iúdia, 28, 37, 50, 211.
Be jar — Espanha, 220.
Belide — Condeixa-a-Nova, 55.
Belide — Ega, 56, 57.
Ben-Dov, M., 248.
Bendafê — Condeixa-a-Nova, 55, 64.
Beth-Sheam — Palestina, 246.
Bélica, 200, 210, 220, 221, 236.
Bolsa do Ouro — Penafiel, 250.
Bom Velho de Cima — Condeixa-a-Nova, 63.
Bonnefanten — Alemanha, 145.
Borradeira — Ervedosa, 93.
Bouzas — Vigo, 82, 83.
Bracara Augusta, 68, 216, 219-221.
Braga, 221.
Bretanha — França, 229.
Britannia, 94.
Briteiros, citânia, 147.
Bruscos — Vila Seca, 64.
Bubierca — Espanha, 91.
Bugio — Alcácer do Sal, 153, 155, 157-159, 162, 163, 172.

G

- Cabo do Mar* — Vigo, 82.
Cabo de São Vicente — Algarve, 28.
Cadaval, 27.
Cafarnaum — Palestina, 243, 245.
Caldas de Canavezes, 250.
Cale, 221.
Caligula, 97.
Calzada — Bejar, 220.
Cambodunum — Alemanha, 122.
Cambridge—Inglaterra, 37.
Camulodunum — Colchester (Inglaterra), 147.
Canárias — Espanha, 231.
Cancho Roano — Zalamea la Serena, 26, 30, 32, 33, 36.
Candaídos — Penafiel, 249.
Canelas — Penafiel, 250.
Can ido — Vigo, 77.
Canto — Condeixa, 60.
Cáparra — Espanha, 220.
Capela — Condeixa-a-Velha, 61.
Capitolinus, Quintus Mamilius, 193, 196-199, 201, 202.
Caracola, 92, 200, 223.
Carálio Seco — Condeixa, 65-67.
Carambolo — Sevilha, 29, 33.
Carcaboso — Espanha, 220.
Carino, 91.
Carrascal — Condeixa-a-Velha, 62.
Cartailac, 25.
Casal da Mota — Nazaré, 116.
Casal Novo — Bendafê, 64.
Cascais, 155.
Cascalheira — Vila Seca, 33, 65.
Casével — Ega, 56, 57.
Castelo Branco, 143, 145, 146, 149-151.
Castro da Cola — Ourique, 32.
Castro Marim, 158.
Castro do Outeiro — Sebal, 57.
Castro de Vigo — Vigo, 79, 81, 84.
Castro de Xián — Galiza, 140.
Cástulo — Espanha, 26, 29, 32, 36.
Cenáculo, Manuel do, 25.
Cercado do Papeiro — Passal, 250.
Cernache, ribeira, 60.
Cerro de la Cabeça — Santiponce, 29.
César, Júlio, 209, 238.
Cesareia — Palestina, 241.
Chaminé — Eivas, 101, 105, 107-109, 111-118, 121-125, 128, 129.
Chaves, 231.
Chipre, 23, 24.
Choisos — Vila Seca, 64.
Chollans — Vendée, 31.
Cícero, 138.
Cíes — Vigo, 81.
Ciladas — Vila Viçosa, 101.
Cimno, 230.
Cirenaica, 245.
Citânia de Briteiros — Vide: *Briteiros*, citânia.
Cláudio, 79.
Cláudio II, 78, 89, 94-96.
Clódio Albino, 195, 196, 200.
Coca — Espanha, 92.
Codes — Rio de Moinhos, 250.
Coia — Vigo, 81.
Coimbra, 223, 229, 250.
Colares — Sintra, 200.
Colina da Ponte — Condeixa-a-Velha, 62.
Colla — Espanha, 28.
Collado de los Jardines — Jaen, 29, 32.
Collipo, hoje talvez São Sebastião do Freixo, 70, 213, 220, 222, 223.
Colónia — Alemanha, 125.
Cómodo, 93, 195, 200.
Condeixa, ribeira, 60.
Condeixa ou Condeixa-a-Nova, 53, 55, 57, 60, 61, 67, 73.
Condeixa-a-Velha — Condeixa-a-Nova, 55, 59-63.
Conímbriga, 5, 7-10, 14, 16-20, 53, 55-57, 62, 68, 69, 71, 73, 115, 116, 121-123, 131, 133, 134, 136, 140, 146-148, 213, 216, 222, 225.
Constâncio II, 78.
Constante I, 78.

Constantino I, 78, 98.
Constantino II, 78.
Coroa do Frade — Évora, 26, 28, 33.
Coria del Rio — Espanha, 29.
Corte do Alho — Pias, 220.
Coulanges, Fustel de, 237, 238.
Covão da Póvoa — Zambujal, 66.
Cramoa — Alto da Madalena (Soure), 70.
Cucuron — França, 146.
Cunha, Maria de Fátima Vila Pouca e, 250.

D

Dabhura — Golan (Israel), 242, 246.
Danúbio, rio, 195.
Décio, 69.
Deus, A. Dias de, 99, 101.
Didio Juliano, 91, 195.
Diocleciano, 98, 231, 246.
Domiciano, 93.
Dothan, M., 245.
Douro, rio, 215, 216, 221.
Dura-Europos — Síria, 244, 247, 248.

E

Ebora, hoje Évora, 49, 50, 232.
Eburobrittium, hoje talvez Évora de Alcobaça ou Amoreira de Óbidos, 70, 213, 220, 222, 223.
Ecija — Espanha, 29.
Éforo, 229.
Ega — Condeixa-a-Nova, 56, 58, 59, 67.
Egeu, mar, 30, 31.
Egítânia, 232.
Eira Pedrinha — Gondeixa-a-Velha, 61.
Eja — Penafiel, 249.
El Berrueco — Espanha, 26, 27.
El Coronil — Sevilha, 29, 30, 33,

Elvage-les-Hovelange, 147.
Eivas, 26, 33, 101.
Emerita ou *Emerita Augusta* — Lusitânia, 184, 219-221, 223.—Vide também: *Mèrida*.
Encarnação, José d' 155.
Encruzilhada — Luzim, 250.
En-Gedi — Palestina, 246, 247.
En Neshut — Palestina, 246.
Ervin, Z., 246.
Escalos de Cima — Castelo Branco, 146, 150.
Éscimno, 36.
Escoriai — Madrid, 199.
Eshtemoa — Palestina, 224, 246.
Estêvão de Bizâncio, 36.
Estrabão, 72.
Estrada — Penafiel, 311.
Estremoz, 27.
Estrimnias — Bretanha, 229.
Étienne, Robert, 238.
Etrúria, 26, 30, 79.
Évora, antes Ebora, 27, 33, 50, 99, 101, 140.
Évora de Alcobaça, antes talvez Ebu-robritium, 70.
Extremadura — Espanha, 31, 233, 234.

F

Faro, 28, 33.
Fernão Vaz — Ourique, 33, 34.
Ferreira, Delfim, 215.
Ferreira, José Ribeiro, 229, 230.
Ferreira do Alentejo, 27.
Figueiras — Cadaval, 27.
Fileu de Atenas, 230.
Filipe I, 92, 93.
Fishbourne — Inglaterra, 123.
Flaminia — região da Itália romana, 196.
Flávio Josefo, 244.
Flavius Titianus, T., 200.
Florida — Vigo, 82.

Foerster, C., 244, 245, 247.
Fojo — Medas, 249.
Fontainhas — Torrão (Alcácer do Sal), 50.
Fonte da Bica — Escalos de Cima, 150.
Fonte Coberta — Zambujal, 69.
Fonte da Moira — Sebal, 58.
Fonte Santa — Lousa (Castelo Branco), 150.
Fonte Santa — Ourique, 35.
Formoselha — Montemor-o-Velho, 70.
Fournier, E., 140-141.
França, 31, 75.
Francisco de Holanda, 199.
Fundiales — Vigo, 83.

G

Gadebridge Park — Inglaterra, 119.
Gades, hoje Cádiz — Espanha, 36.
Galécia—Hispania, 196.
Gália, 94, 95, 97.
Galieno, 78, 93-96, 98.
Galileia, 244.
Galiza — Espanha, 83, 84, 139, 140.
Gallini, Clara, 237.
Galveias — Ponte de Sor, 145.
Gamla — Palestina, 243, 244.
Gaza — Palestina, 246.
Geta, 92.
Golan — Israel, 242, 244, 246, 248.
Gough — Palestina, 247.
Granja — Plasencia, 220.
Guadalquivir, rio, 23, 28-32.
Guadiana, rio, 31.
Guedelhas — Almodovar, 28.
Guijosa — Cáparra, 220.
Guimarães, 27, 231.
Gush Halav — Palestina, 243, 246.
Gutman, S., 244, 246.

H

Hammath-Tiberias — Palestina, 245.
Hebron — Palestina, 244.
Hecateu de Mileto, 230.
Hedernheim — Alemanha, 122.
Helénico de Lesbos, 230.
Heleno, Manuel, 32.
Heliogabalo, 198, 240.
Helvius Pertinax, Publius, 201.
Heracleia — Palestina, 244.
Herbi, hoje La Rabida — Huelva, 36.
Herdade da Bar ros inha — Alcácer do Sal, 158, 159.
Herdade da Enchurrasque ir a — Alcácer do Sal, 159, 161.
Herdade de Guedelhas — Amodôvar, 28.
Herodes, 241, 242, 244.
Herodium — Palestina, 241, 243, 244.
Herodoto, 230.
Hilarianus, 210.
Hilarius, 210.
Hilarius, Iulius, 208, 211.
Hilarus, 210.
Horde io, 133.
Horta do Crespo — Santa Maria do Castelo (Alcácer do Sal), 44.
Horta das Pinas — Eivas, 101, 107, 108, 111, 112, 114, 117-125, 128, 129.
Horvat Shema — Palestina, 243, 245, 246.
Horvat Susiya — Palestina, 246.
Huelva — Espanha, 37.

I

Ianuarius, C. Attius, 232.
Idanha-a-Nova, 140.
Israel, 241.
Itálica— Bética, 219, 221, 223.
Iulia Domna, 92, 199, 200.
Iulius, 209.
Iulius Hilarius, 20.8.

J

Jaén — Espanha, 32.
Janeanes — Zambujal, 67.
Jordão, rio, 243.
Jorge, Susana Oliveira, 231.
Judeia, 243, 246.

K

Kloner, A., 243, 244.

L

La Graufesenque — França, 79.
La Rabida, antes Herbi — Huelva, 36.
Lagares — Penañel, 249, 250.
Lagoa de Óbidos, 224.
Lameiras — Zambujal, 65.
Lanhas, F., 250.
Lantejuela — Espanha, 29.
Las Peñuelas — Espanha, 29.
Lázaro Pérez, Rafael, 236.
Leal, Pinho, 59.
Leiria, 223.
Leptis Magna — Norte de África, 201, 247.
Levine, Lee I., 241-248.
Lima, M. Bravo, 20.
ZJsfcoa, 28, 55, 101, 145, 147, 190, 224.
Loffreda, S., 245.
Londres — Inglaterra, 147.
Longroiva — Meda, 140.
Lopes, Conceição, 140.
Lousa — Castelo Branco, 150.
Lugo — Espanha, 75, 92, 93.
Lusitânia, 41, 72, 209, 210, 215, 220, 223.
Luzim — Penañel, 250.

M

Madeira, José Luís, 145.
Magêncio, 78.
Mainz — Alemanha, 139.
Mamilius Capitolinus, Quintus, 193, 196-199, 201, 202.
Mangas, Júlio, 231, 232.
ATa'oz, Z., 244, 246.
Ma'oz Hayim — Palestina, 246.
Afar — Vigo, 81.
Marateca, ribeira, 156.
Marchena — Espanha, 29.
Marco Aurélio, 97, 200, 223.
Marécos — Penañel, 249.
Maria Pares — Peneia, 67.
Marin, Nicolás, 237.
Mário, 105.
Marselha, antes Massalia — França, 229.
Martin de Cáceres, Enrique Cerrillo, 233.
Martos — Bética, 200.
Masada — Palestina, 241-244.
Massalia, hoje Marselha, 229.
Mauritania Tingitana, 233.
Medas — Gondomar, 249.
Mediolanum, hoje Milão, 94.
Mediterrâneo, mar, 23, 79.
Mediterrâneo Oriental, 30.
Mérida—Espanha, 147.—Vide também: *Emerita e Emérita Augusta*.
Meron — Palestina, 243.
Meseta Ibérica, 115.
Mesopotâmia, 202, 242.
Mestre de Avis, 223.
Meyers, E., 245.
Mira, rio, 33.
Af irambell — Vigo, 77.
Miróbriga, 115, 232.
Moirá — Sebal, 58.
Monte da Batalha — Santa Maria do Castelo (Alcácer do Sal), 43.
Monte dos Carvalhos de Baixo — Santiaço (Alcácer do Sal), 43, 49.

Monte da Cegonha — Vidigueira, 140.
Monte de Famais — Santiago (Alcácer do Sal), 49.
Monte das Fontes — Pedrógão (Vidigueira), 205, 207.
Monte Loheira — Galiza, 140.
Monte Mozinho — Penafiel, 248-250.
Monte Novo — Abul, 157.
Monte de Pontinha — Selmes, 207.
Montemor-o-Velho, 70.
Mopsuestia — Palestina — 248.
Moreira, José Beleza, 215.
Moroços — Ega, 59.
Moroços — Peneia, 67.
Morum — Conventus carthagenensis, 236.
Moselos — Viseu, 220.
Moura, 28, 33.
Mouredes — Vila Seca, 64.
Mozinho — Penafiel, 250.
Muge — Salvaterra de Magos, 231.
Murgi — Conventus gaditanus, 236.

N

Nascente — Condeixa-a-Velha, 62.
Naveh, J., 247.
Nazaré, 217, 219.
Nero, 93, 97.
Nerva, 93, 217, 218.
Netzer, E., 244, 246.
Niger, Pescennius, 200.

O

Oberaden, 161.
Óbidos, 224.
Oia — Vigo, 78.
Oleiro, João Manuel Bairrão, 140.
Olisipo, 49, 68, 213, 216, 221, 222, 225.
Oliva — Cáparra, 220.
Olival dos Cardos — Santiago (Alcácer do Sal), 47.

Olival do José Lince — Santiago (Alcácer do Sal), 47.
Olival da Mina — Santiago (Alcácer do Sal), 47.
Olival de Nossa Senhora d'Aires — Santiago (Alcácer do Sal), 47.
Olival da Pedreira — Santa Maria do Castelo (Alcácer do Sal), 44.
Olival da Senhora Emilia — Santiago (Alcácer do Sal), 46.
Olival de São João — Santa Maria do Castelo (Alcácer do Sal), 43.
Onoba — Bética, 220.
Ordem — Rabaçal (Penela), 67, 68.
Orzalão — Torrão (Alcácer do Sal), 50.
Óstia—Itália, 159.
Ourique, 28, 32, 35.
Outeiro — Luzim, 250.
Outeiro do Dino — Penafiel, 250.
Ovadiah, A., 246.

P

Padrão — Eivas, 101, 107, 109, 110, 112-114, 117, 119, 121, 122, 124, 125, 128, 129.
Padrãozinho — Vila Viçosa, 101, 103, 107, 108, 110-114, 116, 119, 126-129.
Painho — Cadaval, 27.
Paládio, 234.
Palestina, 241-243, 247.
Palheira — Coimbra, 69.
Par símico, 230.
Pascoal, Luís, 155.
Passal — Penafiel, 250.
Pax Iulia, hoje Beja, 50, 205, 207, 220, 232, 233.
Pedrões — Santiago (Alcácer do Sal), 48, 49.
Pedrógão — Vidigueira, 207.
Pedrógãos — Ega, 56.
Peñafior — Sevilha, 29, 33.
Penela, 67, 68.

Penha — Guimarães, 231.
Penha Grande — Penafiel, 250.
Península Ibérica, 23-39, 75, 89, 115, 175, 201, 210, 221, 229.
Península Itálica, 232.
Perachora — Grécia, 23, 24, 30, 35.
Peroguarda — Ferreira do Alentejo, 27.
Pertinax, Publius Helvius, 91, 92, 195, 201.
Pescennius Niger, 200.
Pias — Serpa, 220.
Picacho — Vigo, 83.
Piceno — Itália, 196.
Pinheiro — Alcácer do Sal, 153, 155, 156, 158, 159, 161-163, 165.
Plaina de Nabais — Penafiel, 250.
Plasencia — Espanha, 220.
Plaza de las Gallinas — Vigo, 83.
Pombal, 8, 9, 70.
Ponsich, M., 233.
Ponte da Sancha — Condeixa-a-Velha, 59.
Ponte de Sor, 145.
Pontevedra — Espanha, 83.
Porat, Y., 246.
Porcuna — Espanha, 94.
Portagem — Santa Susana (Alcácer do Sal), 51.
Portalegre, 99, 101.
Porto de Mós, 58, 222.
Póstumo, 94.
Póvoa — Marécos, 249.
Póvoa — Penafiel, 250.
Póvoa de Pegas — Zambujal, 65.
Poyctikoc Ekticen, versão em grego do nome latino do construtor de uma sinagoga, 242.
Pragança — Cadaval, 27.
Priene — Jónia, 244.
Prieto, Alberto, 237.
Promontorium Sacrum, hoje Sagres, 36.
Puente Genii — Espanha, 30.
Puntal del Llops — Espanha, 26.

Q

Queirós, F. Teixeira de, 20.
Quinta da Alegria — Setúbal, 158, 159, 161-164.
Quinta do Bravo — Alenquer, 220.
Quinta da Lapa — Condeixa, 60.
Quinta do Paço — Alvarelhos, 221.
Quinta de São Tomé — Vila Nova de Anços, 70.
Quirinal — Roma, 200.

R

fiabaçal — Peneia, 55, 67-69.
Ramalheiras ou Ramalhiça — Alfeizerão, 217, 221.
Reconcos — Bendafé, 64.
Redinha — Pombal, 70.
Regajo — Bejar, 220.
Rehob — Palestina, 246, 247.
Reigoso — Oliveira de Frades, 217.
Revolta Seca — Gondeixa-a-Velha, 61.
Ribeira de Alcabideque, 61.
Ribeira de Anobra, 57.
Ribeira de Bruscós, 65.
Ribeira de Condeixa, 60.
Rio de Moinhos — Penafiel, 250.
Rio de Moinhos — Torráo (Alcácer do Sal), 50.
Rio dos Mouros — Conímbriga, 60, 71.
Roda — Pombal, 70.
Rodrigues, Severino, 155.
Rodriguez Sobral, José Manuel, 85.
Roma—Itália, 184, 240.

S

Sábrata — Líbia, 246.
Sado, rio, 47, 153, 155, 157, 162, 164.
Saefer, A., 247.

Safara — Moura, 28.
Sagres, antes Promontorium Sacrum — Algarve, 33, 36.
Salada, hoje Alcácer do Sal, 41, 46, 49, 153.
Salamanca — Espanha, 220.
Saleio Basso, 138.
Salir do Porto — Caldas da Rainha, 224.
Salvado, Antonio, 145.
Samos — Grécia, 23, 24, 30, 32, 34, 35.
San Francisco — Vigo, 83.
San Gregorio — Vigo, 83.
Sand Ana — Castelo Branco, 149.
Santa Catarina de Sítimos (De Baixo e De Cima) — Santiago (Alcácer do Sal), 43, 48.
Santa Catarina de Sítimos, ribeira, 49.
Santa Comba — Sobreda, 249.
Santa Luzia — Penafiel, 250.
Santa Maria do Castelo — Alcácer do Sal, 43-45.
Santa Marta — Penafiel, 249.
Santa Olaia — Figueira da Foz, 5, 7, 9, 10, 14, 16-19, 70, 115.
Santa Susana — Alcácer do Sal, 43, 51.
Santiago — Alcácer do Sal, 43.
Santiponce — Espanha, 29.
Santos, Virgílio Pereira dos, 215, 217.
São Bartolomeu de Castro Madm, 158.
São Brás — Eivas, 101.
São Brissos — Trigaches, 48.
São Cucufate — Vidigueira, 234.
São Fausto — Torrão (Alcácer do Sal), 50.
São Fipo — Ega, 58, 59.
São João Baptista — Alfeizerão, 217.
São Mamede de Infesta — Matosinhos, 221.

São Martinho — Castelo Branco, 150, 151.
São Martinho do Porto — Alcobaça, 224.
São Miguel da Serra de Monsanto — Idanha-a-Nova, 140.
São Sebastião do Freixo, antes talvez Collipo — Batalha, 70, 222.
São Tomé de Lamas — Cadaval, 223.
São Vicente do Pinheiro — Penafiel, 248, 250.
Saragoça — Espanha, 92.
Sardis — Ásia Menor, 247, 248.
Scallabis, 216, 221, 233.
Schulten, 230.
Sebal ou *Sebal Grande* — Condeixa-a-Nova, 57-60.
Segóvia — Eivas, 26, 29, 33.
Selão — Sebal, 60.
Sellium, hoje Tomar, 68, 222, 224.
Selmes — Vidigueira, 205, 207.
Séneca, 238.
Septimio Severo, Lúcio, 91, 195-203.
Septimius Bassianus, mais tarde Caracala, 200.
Serra de Aversada — Condeixa-a-Velha, 69.
Serra do Condão — Espanha, 93.
Serra de Janeanes — Zambujal, 66.
Serra Morena — Espanha, 115.
Serra da Ponte — Condeixa-a-Velha, 62.
Serrado dos Pelomes — Condeixa, 60.
Serrones — Eivas, 101, 106, 108, 110, 114, 117, 119, 124, 125, 128, 129.
Setúbal, 155, 157-159, 164.
Severos, 89, 96, 238, 247.
Sevilha — Espanha, 29-31, 33.
Siles, Jaime, 234-236.
Simões, Augusto Filipe, 25.
Sintra, 200.
Sisto V, 199.
Sítimos, ribeira, 48.
Sobreda — Espanha, 249.
Sobreira — Espanha, 77, 78.

Sobreira Formosa — Castelo Branco, 149, 150.
Sobreiro — Sebal, 60.
Soeiro, Teresa, 248, 250, 251.
Sorte das Águas que Fervem, na-scente de águas férreas — Penafiel, 250.
Soure, 70, 73, 223.
Split — Jugoslávia, 246.
Staerman, E. M., 237, 238.
Suetónio, 134.
Susamann, J., 247.
Susiya — Palestina, 244.

T

Tabarka — África do Norte, 192.
Tagil — Conventus carthaginiensis, 236.
T agili, depois Tijola — Espanha, 237.
Talhadas — Sever do Vouga, 217.
Tamazinhos — Rabaçal, 69.
Tapada do Grilo — Plaina de Nabais, 250.
Tarraconense, 210, 215, 236.
Tarradell, Miguel, 231, 233.
Tarragona — Espanha, 200.
Tartessos, 37, 230.
Tavares, António F., 56.
Teis — Vigo, 82.
Tejo, rio, 31, 114, 158, 178, 190, 216, 221.
Telha — Vila Boa de Quires, 249.
Teodósio II, 245.
Tiberias — Palestina, 248.
Tijola, antes Tagili — Espanha, 237.
Titianus, T. Flavius, 200.
Tokarev, S. A., 237, 238.
Toledo — Espanha, 175, 177, 178, 188-192.
Tomar, antes Sellium, 68, 222.
Toralia — Espanha, 77, 82-84.
Torrão — Alcácer do Sal, 43, 50.

Torre das Arcas — Eivas, 101, 102, 105, 107, 121, 122, 124, 126, 128, 129.
Torreblanca — Espanha, 91-93.
Torres Aloe az — Utrera, 29.
Torres Novas, 147.
Torres Yedras, 216, 223.
Toulouse-le-Mirail — França, 220.
Tovar, António, 235.
Trafalgar, cabo — Espanha, 36.
Trajano, 66, 80, 92, 198, 217, 218.
Traveira — Vila Seca, 65.
Treboniano Galo, 91, 94.
Trigaches — Beja, 48, 207, 208, 211.
Trindade, Leonel, 216.
Tróia — Setúbal, 155, 163-165.
Tucidides, 230.
Tunísia, 199.
Tufion de Lara, M., 230.
Turaniana — Conventus gaditanus, 236.
Turchi, Nino, 237.
Tzaferis, V., 246.

U

Úmbria—Itália, 196.
Untermann, J., 235.
Urci — Conventus carthaginiensis, 236.
Urman, U., 242, 246.
Utrera — Espanha, 29.

V

Vai do Fragoso — Vigo, 78.
Vaiada — Condeixa-a-Velha, 62.
Vale — Condeixa-a-Velha, 63.
Vale do Carálio Seco — Conimbriga, 66, 67.
Vale da Cepa — Alcácer do Sal, 159, 162, 163.
Vale de Janes — Ega, 67.
Vale Montum — Alfafar (Penela), 68.

Valeriano, 91.
Varrão, 138.
Várzea — Bendafê, 64.
Várzea do Carálio Seco — Condeixa, 65.
Várzea Redonda — Torrão (Alcácer do Sal), 50.
Várzea da Ribeira de Cernache — — Condeixa-a-Nova, 60.
Vasconcelos, Leite de, 25.
Vega Raja — Toledo, 175, 178, 192.
Veiga, Estácio da, 25.
Venda do Cego — Coimbra, 69.
Venda da Luisa — Anobra, 57.
Vendée—França, 31.
Vergi — Conventus gaditanus, 236.
Verulamium — Inglaterra, 120, 123, 147.
Vespasiano, 79, 93, 223, 242.
Viana, Abel, 99, 101.
Vidigueira, 140, 205, 207, 234.
Vigo — Espanha, 75, 77, 81-85.
Vila Roa de Quires — Marco de Canavezes, 249.
Vila Caiz — Amarante, 250.
Vila Fernando — Eivas, 101.

Vila Nova de Anços — Soure, 70.
Vila Nova de Famalicão, 221.
Vila Seca — Condeixa-a-Nova, 64, 65.
Vila Viçosa, 99, 101.
Vilarinho — Vila Caiz, 250.
Vilar Formoso — Almeida, 217.
Vindonissa — Suíça, 147.
Vinhal — Condeixa-a-Velha, 63.
Viseu, 220.
Vitêlio, 80.
Vitto, F., 246.
Voconia Avita, 237.

Y

Yadin, Y., 244.

Z

Zalamea la Serena — Badajoz, 26, 30, 32, 33.
Zambujal — Condeixa-a-Nova, 65, 66.

(Página deixada propositadamente em branco)

INDEX MONVMENTORVM

A — <i>Fontes litterariae</i>		365	73
		1671	200
AVIENUS, <i>Ora (orla) mar.</i> : 229-230.		1996	236
AVIENUS, <i>Ora mar.</i> , 205-211; 241-		2634	193, 196, 199,
-244: 36, 37.			202, 203
AVIENUS, <i>Ora mar.</i> , 322, 334: 33.		4076	201
CASS. DIO., 77.16: 201.		4101	200
CICERO, FAM. XIII, 33: 210.		4633	220, 221
ESTRABÃO, <i>Geogr.</i> , III: 229.		4656	220
ESTRABÃO, <i>Geogr.</i> , III, 8: 33.		4658, 4659	220
<i>Itin. Ant.</i> : 213, 216.		4661	220
<i>Itin. Ant.</i> , 420, 8-422, 1: 216.		4662	220
MELA, 2.6, 9: 36.		4663	220
PLÍNIO, N. H., IV, 21: 222.		4678	220
PLÍNIO, 4, 120: 36.		4682	220
PTOLOMEU, 2.4.5: 36.		4735	221
PTOLOMEU, <i>Geogr.</i> , II, 5: 224.		4736	221
SHA, Ael. Spartian., <i>Severus</i> , 5.4:		4737	221
259; 10.6, 12.1, 13.7: 195-200.		4738	221
SHA, lui. Capitol., <i>Pertinax</i> , 15.2:		4748	221
201.		4752	221
STRABO — Vide: ESTRABÃO.		5232	223
		6202	220
	VIH 14394		200
B — <i>Corpora epigraphica</i>			
	CIMRM		
BMC	804		196, 199
V			
	198, 200, 201		
	EE		
CIL			
	VIII 301		223
II			
21			
36*-39*			222
259			200
359, 360			224
	II p. 214-240		221

	1129	223	IRCP	
	1311	210		
	1845	220,221		
	1846	221	37	211
	1847	221	40	211
	1848	221	98	210, 211
	1849	221	106	210
	1850	221	114	210
	1851	221	181	210
	1903	220	260	210
	1916	220	313	210
	1917, 1919	220	333	210,211
	1920	220	333a	207
	1921	220	361	210
	1922	220	382	209
	1923	220	399	210
	3123	210	429	210
	4111	210		
	4727	210	PIR	
	4844	210		
	4890	210		
	5006	210	M-94	197
	5639	210		
	6087	210	PIR ²	
	6475	210		
ILS			F-387	201
	2299	196		

INDEX RERVVM

Achados submarinos da época romana

— Vigo, 82.

Agricultura — Conímbriga e sua
área, 70-72.

Água — Representação em mosaico,
186-187.

«*Amici*» dedicantes das inscrições

— Seu papel, 232.

Análises de pastas de cerâmicas

— Métodos, 5-21.

Anforas romanas

Achados e situação geográfica dos
mesmos, 43, 58, 78, 80, 82, 153-
-173.

Formas, 158-165.

Almagro 50, 156, 162.

Almagro 51, 156, 164.

Almagro 51 ABC, 163.

Almagro 51 C, 161, 162.

Beltrán II e III, 158.

Beltrán Y, 158.

Beltrán 56/50 Almagro, 164.

Dressel 1, 80.

Dressel 7/11, 80.

Dressel 14, 156, 157, 160, 165.

Dressel 14/Beltrán IV, 48, 158-
-160.

Dressel 24, 157, 160, 161.

Dressel 28/Oberaden 74, 161.

Dressel 30, 156, 161-162.

Dressel 38/Beltrán II, 162.

Forma II, 164.

Forma 91, 163.

Forma 92, 164.

Forma 93, 164.

Forma 94, 165.

Opérculos, 165, 169, 172.

Parker I e II, 158.

Parker III e IV, 158.

Fornos, 153-173.

Animais

Carneiro, 135.

Cisne, 187.

Crustáceos, 178.

Delfim, 186.

Javali, 81.

Moluscos, 179.

Ovelha, 135.

Peixes, 160, 162, 179.

Serpente, 110.

Vaca, 35.

Veado, 31.

Arqueologia submarina — Vigo, 82.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Lisboa, 55.

B

Basilicapaleocristã — Influência que
recebeu da sinagoga palestina
segundo dados arqueológicos, 241-
-248.

Bibliografia arqueológica, 229-251.

C

Câmara Municipal de Alcácer do Sal,
43.

*Cargos civis, eclesiásticos, militares
e religiosos*

Consul suffectus, 197.

- Dux legionis VII Geminae, 196.
Imperadores e imperatrizes, 238-240. Vide também: Adriano, Antonino Pio, Antoninos, Augusto, Aureliano, Calígula, Carnéala, César, Cláudio, Cláudio II, Cómodo, Constâncio II, Constante I, Constantino I, Constantino II, Décio, Didio Juliano, Diocleciano, Domiciano, Filipe I, Galieno, Heliogábalos, Iulia Domna, Marco Aurélio, Nero, Nerva, Pertinax, Póstumo, Septímio Severo, Severos, Teodósio II, Trajano, Treboniano Galo, Valeriano, Vespasiano, Vitélio.
Legado de Augusto, 196.
Praefectus aerarii Saturni, 196, 197.
Carta arqueológica de Portugal
Conímbriga, 53-73.
Penafiel, 248-249.
Carta geológica a cores da «The Geological Society of America», 10.
Carta militar de Portugal
Alcácer do Sal, 43-51.
Conímbriga, 56-67.
Fernão Vaz, 33.
Castelos
Castelo Branco, 150.
Leiria, 223.
Castros
Azougada, 28, 32.
Monte Mozinho, 248-251.
Outeiro do Dino, 250.
Penha Grande, 250.
Castros romanizados — Vigo, 78-81.
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 229.
Cerâmicas
Ânforas — Vide : Ânforas.
Campaniense dos tipos B e C, 79.
Castreja, 231.
Cinzenta fina, 5-21.
Comum calcítica, 67.
Comum doméstica, 33, 48, 78-81, 104, 121.
Comum romana, 33, 35, 44, 47, 56, 57, 59, 62, 63, 66, 67, 69, 78, 80, 102, 106.
Dolia, 44, 47, 48, 50, 51, 57, 58.
Galaico-romana, 82.
Imbrices, 44, 45, 47, 48, 51, 57-59, 63-65, 69, 78, 251.
Ladrilhos, 78.
Ladrilhos com possíveis representações zodiacais, 82.
Lateres, 44, 45, 47, 50, 51, 207.
Marmorata, 79.
Paredes finas, 80, 106, 116, 121, 122.
Pintada com temas animalísticos e geométricos, 78.
Tegulae ou telhas, 44, 48, 51, 56-59, 61-67, 69, 81-83, 105, 207, 251.
Tijoleiras, 58, 63, 65, 67.
Tijolos de coluna, 48, 57, 58, 60, 61, 64, 65.
Cidade — Conteúdo ideológico dos seus cultos, 238, 239.
Circulação monetária na Hispânia no séc. III D.C. — Áureos, 89-98.
Classes Sociais
Congiaria, 94.
Escravos, 70, 210, 238.
Homens livres, 70.
Ingénuos, 211.
Libertos, 208, 210, 211.
Patronos, 208, 210, 211.
Sacerdotes do culto imperial, 239.
Sêxviros augustais, 239.
Soldados, 94.
Colecção Cenáculo, 28.
Colégio funerário em Balsa, 232.
Colégio Universitário de Almería, 236.
Colégios juvenis
Ebora, 232.
Pax Iulia, 232.

«*Collegia*» — Sua acção ideológico-religiosa, 239.
Colóquio de Setúbal, 3, 1975, 155.
Computador NORD — Análise de pastas de cerâmicas, 12.
Concheiros de Muge, 231.
Construção — Peças metálicas romanas encontradas em diversas necrópoles, 126-127.
Conventus
 Bracaraugustanus, 215.
 Carthaginensis, 236.
 Gaditanus, 236.
 Pacensis, 209-211, 232.
 Scallabitanus, 218, 225.
Corpos militares — Legio VII Gemina, 196.
«*Corpus*» dos espetos do Sudoeste Peninsular, 26.
Culto imperial, 238-240.
Culto solar sírio de Emesa, 198.
Cultos familiares — Sua actuação em Roma como ideologia e não mero formalismo, 237-238.
Cultos religiosos — Espetos de bronze, 30-39.
Cultos urbanos, 238-240.

D

Datação das necrópoles do Sudoeste Peninsular, 35.
Decorações
 Florais — Coluna de mármore, 48.
 Figurativas de «villa» — Mosaico, 175-192.
 Zoomórficas
 Pássaros num espeto de bronze, 31.
 Placa de cinturão de legionário romano, 109.
Departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Extremadura — Cáceres, 233.

Desmonetização do ouro a partir do séc. III D.C. — Causas, 97-98.
Deuses, divindades e figuras mitológicas
 Anubis, 135.
 Apolo, 36.
 Apolo Palatino, 238.
 Ataegina, 34, 36, 37.
 Baco, 201.
 Cibebe, 232.
 Dies natalis patris familiae, 238.
 Domus divina, 238.
 Emesa, 198.
 Génio do imperador, 238.
 Génio individual do pater, 238.
 Génio do pretório (Genius praetorii), 193, 196, 197, 201.
 Genius praetorii consularis, 201.
 Hélios, 243, 245.
 Hera, 23, 24, 30, 33-37.
 Herakles, 23, 24, 30.
 Isis Augusta, 240.
 Jano, 135, 238.
 Juno, 36, 37, 238.
 Jupiter Optimus Maximus, 193, 196-198.
 Juventus, 232.
 Kyon, 135.
 Lares, 238.
 Lares Anaeces, 249.
 Lares viales, 238.
 Liber Pater, 193, 196, 197, 201.
 Manes, 83, 208, 211, 238.
 Mars Ultor, 238.
 Mercúrio, 185.
 Musas, 224.
 Nemesis Augusta, 240.
 Penates, 238.
 Perséfone, 36, 37.
 Priapo, 185.
 Proserpina, 36, 37.
 Sol Invictus, 193, 196-200.
 Vénus, 135.
 Venus Genitrix, 238.
 Vesta, 238.

Difracção de raios X — Sua contribuição para o estudo da cerâmica cinzenta fina de Conímbriga e de Santa Olaia, 5-21.

E

Edificações

Aquedutos romanos, 46, 62.
 Balneários romanos, 248, 250.
 Basílica paleocristã, 241-248.
 Capela românica, 140.
 Cemitério tardo-romano, 163-164.
 Cisterna romana, 43, 44.
 Edifícios romanos, 33, 81-82.
 Forno de fundição, 50.
 Fornos de planta circular, 47.
 Forum flaviano — Conímbriga, 153.

Ginásio, 247.

Heraion

Argos, 30, 35; Chipre, 23, 24;
 Perachora, 23, 24, 30, 35;
 Samos, 23, 24, 30, 34, 35.

Lagares, 50, 51, 208, 212.

Moinhos circulares de mão, 82.

Morteiros de granito, 82.

Muralhas — Monte Mozinho, 251.

Muros romanos, 49.

Oppidum — Segóvia, 26.

«Opus mixtum», 47.

«Opus signinum», 44, 46-48, 51, 61, 65, 78.

Pontes romanas, 59-60, 70.

Santuário — Cancho Roano, 26.

Sinagogas, 241-248.

Tanque romano de planta quadrangular, 48.

Templos, 33, 140, 232.

Termas, 247.

Eliminação do ouro dos circuitos monetários a partir do séc. II D. C., 97-98.

Entes o uramento de moedas romanas — Sua acumulação de acordo com a lei de Gresham, 95-98.

Epigrafia — Interpretação histórico-ideológica de uma inscrição, 193-203.

Epigrafia hispânica — Léxico de inscrições ibéricas, 234-236.

Epigrafia romana — Almería, 236-237.

Equipamento militar romano — Peças metálicas romanas encontradas em diversas necrópoles, 104-109.

Escultura

Aras, 83, 249, 250.

Armela de sítula, 60.

Bases romanas, 81, 82.

Capitel de granito da ordem coríntia, 78.

Colunas romanas, 48, 82.

Cupa, 205-212.

Estatueta de divindade, 251.

Estela anepígrafa, 49.

Estelas romanas, 83.

Fuste de coluna (talvez miliário), 217.

«Hedera», 248.

«Krater» de figuras vermelhas — Alcácer do Sal, 35.

Sarcófago ornado com as nove musas, 224.

Espectroscopia Mossbauer — Sua contribuição para o estudo da cerâmica cinzenta fina de Conímbriga e de Santa Olaia, 5-21.

Espetos de bronze do Sudoeste Peninsular, 23-39.

Interpretação sócio-ideológica, 30-39.

Tipos — hallstático, 24, 26; peninsular, 26.

Estação Agronómica Nacional — Oeiras, 20.

Estações do ano — Representação em mosaico, 175-192.

Estações arqueológicas — Alcácer do Sal, 41-52; Conímbriga, 5-21, 55-

-73; Monte Mozinho, 248-251; Santa Olaia, 5-21.

Estremadura espanhola — Historia da sua agricultura durante a época romana, 233-234.

Etnografia antiga — Contribuição da obra de Avieno, 229-230.

F

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 43, 68.

Família — Conteúdo ideológico dos seus cultos, 237-238.

Fauna marinha — Representação em mosaico, 178-180.

Flora — Etimologia de Alfeizerão, 224.

Flora marinha — Representação em mosaico, 178-180.

Fórmula de Gower — Análise de pastas de cerâmica, 12.

Frutos — Representação em mosaico, 175-192.

Fundação C. Gulbenkian, 37.

G

Gentes

Aurelia, 200.

Iulia, 209.

Geografia antiga: — Contribuição da obra de Avieno, 229-230.

Geological [The] Society of America, 10.

Grafitos em ânforas romanas

P., 159.

Seta, 159-160.

I

Imperador — Conteúdo ideológico do seu culto, 238-240.

Império — Conteúdo ideológico dos seus cultos, 238-240.

Inscrição em anel de ouro, 81.

Inscrições em diversas línguas — Sinagogas da Palestina, 242, 243, 246-248.

Inscrições romanas — Almería, 236-237.

Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 68.

Instituto Gulbenkian de Ciência — Oeiras, 20.

Instrumentos agrícolas — Peças metálicas romanas encontradas em diversas necrópoles, 104.

Instrumentos de carpintaria — Peças metálicas romanas encontradas em diversas necrópoles, 102-103.

J

Jogos modernos — Damas, 139, 141; Xadrês, 139, 141.

Jogos populares da actualidade — Gamão ou triquetraque, 136, 137.

Jogos romanos

Localização geográfica — Conímbriga, 131-141.

Sistemas — Astrágalos ou dados, 134, 135; das doze linhas, 131, 134, 136-139; dos latrúnculos ou do soldado, 138; da moeda ou da cara/coroa, 134, 135; do moinho, 131, 134, 136, 139-141; da morra, 134; do soldado ou dos latrúnculos, 131, 134, 136, 138-139.

Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 3, 1977, 155, 157, 160, 164.

L

- Laboratorio do British Museum*, 35.
Latifúndio do séc. IV — Sua expressão plástica num mosaico de Toledo, 188-192.
Latium minus — Sua concessão à Hispânia por Vespasiano, 223.
Liceu Napoleão — (Lycée Napoléon) — Paris, 92.
Línguas ibéricas — Léxico das inscrições, 234-236.
Livro de Al atrizes Prediais Rústicas — Seu aproveitamento para estudos arqueológicos, 55.
Lucernas, 121, 251.
 De bico redondo, tipo Loeschke VIII, 107.
 De canal curto, 102.
 De tipo Dressel/Lamboglia 30A, 122.
 De volutas, 80.

M

- Marcas de oleiros*
 Avenas, Avernas, Vaernas, 45.
 B. F., 159.
Marcas de oleiros — Localização geográfica
 Vigo, 79-80.
Mai'cos miliários — Vide: *Miliários*.
Al ateriais
 Anfíbolito, 50.
 Argilas, 8, 9, 11, 19, 20, 131, 136, 137, 140, 141.
 Azoto líquido, 12.
 Barbotina, 80.
 Bronze, 23, 25, 26, 30-35, 66, 78, 83, 96, 106, 108-114, 117-125.
 Calcário, 47, 49, 58, 131, 136, 137, 139.
 Chumbo, 120.

- Cobre, 11, 32, 55, 108, 110, 111, 126, 127.
 Diorito, 50.
 Feldspato, 15, 17, 18.
 Feldspatos alcalinos, 8.
 Ferro, 9, 12, 14, 17, 19, 31, 34, 50, 78, 102-104, 107-109, 118, 125-127.
 Garum, 161.
 Ilite, 5, 15, 17-20.
 Mármore, 48, 49, 66, 137, 207, 208, 211, 248.
 Minerais micáceos, 8, 19.
 Ouro, 81, 89-98, 109, 120.
 Plagioclases, 8.
 Prata, 62, 92, 109, 111, 112, 114, 120, 124.
 Quartzito, 50.
 Quartzo, 8, 15.
 Verniz vermelho, 80.
Memórias Paroquiais de 1758 — Seu aproveitamento para estudos arqueológicos, 55.
Métodos de análise de pastas de cerâmica, 5-21.
Miliários romanos, 43, 49, 220, 221, 223.
 De Adriano, 213-225.
 De Caracala, 223.
 De Décio, 69.
Mitologia céltica — Vida além-túmulo, 31.
Moedas romanas, 31, 49, 59, 81.
 Antonianos, 78, 93, 94, 96, 98.
 Asses, 80, 96.
 Áureos, 89-98.
 Denários, 56, 80, 92, 96, 98.
 Dinheiros, 135.
 Dupondios, 96.
 Medianos bronzes, 78.
 Quinário, 80.
 Sestércios, 66, 80, 96.
Moedas romanas de Emerita Augusta — Representação das muralhas em desenho semi-circular, 184.

Mós

- Dormente, 57.
- Fragmento, 65.
- Industrial, 49.
- Manuais, 48, 58.
- Movente, 64.

Mosaicos romanos, 61, 68, 70, 71.

- Musas — Arroniz, 182.
- Polícromo — Moroços, 59, 66.
- Quatro Estações ou dos Peixes — Toledo, 178.
- Quinta de São Tomé — Vila Nova de Anços, 70.
- Representação de «villa» — Toledo, 175-192.
- Sinagogas da Palestina, 243, 245, 246, 248.

Tabarka — África do Norte, 192.

Mosteiro de Alcobaça, 224.*Móveis romanos* — Acessórios, 124-125.*Museus*

- British Museum, 35.
- Carmo, 224.
- Etnográfico e Arqueológico «Dr. Joaquim Manso» — Nazaré, 217, 219.
- «Francisco Tavares Proença Jr.» — Castelo Branco, 143-152.
- Mar — Cascais, 155, 165.
- Monográfico de Conímbriga, 56-59, 61-65, 67-69.
- Moura, 28.
- Municipal «Quiñones de León» — Vigo, 81-83.
- Municipal de Torres Vedras, 216.
- Nacional de Arqueologia e Etnologia — Lisboa, 27, 28, 33, 34, 101, 145, 147, 163.
- Paço Ducal de Vila Viçosa, 99, 101.
- Pontevedra, 83.
- Provincial de Bonnefanten, 145-146.
- Santa Cruz de Toledo, 178, 179.
- Sevilha, 26.

N

Necrópoles romanas

- Distrito de Évora, 99-129.
- Distrito de Portalegre, 99-129.
- Sudoeste Peninsular, 23, 25.
- Termo de Vigo, 82-85.
- Vide também: Bairro do Crespo, Candaídos, El Berrueco, Estrada, Fernão Vaz, Fonte Santa, Igreja-Capela, Santa Catarina de Sítimos, Santa Marta, Telha.

O

Objectos de adorno pessoal

- Agrafos, 119.
- Alfinetes de bronze, 30.
- Alfinetes de cabelo, 109-110.
- Anéis de bronze, 66, 110-111.
- Anéis de ouro, 81, 93.
- Anel de cobre, 110-111.
- Anel romano com apito militar, 62.
- Braceletes, 111-112.
- Brincos, 110, 112-114.
- Contas de colar ou pulseira de diferentes tonalidades, 81.
- Espelhos, 120.
- Fíbulas, 101, 110-112, 114-119.
- Fíbulas penanulares ibéricas, 35.
- Jóias de ouro, 97.
- Pedras preciosas, 112.
- Pendentes de ouro, 93, 97.
- Pérolas, 112.
- Pinças, 120-121.
- Pulseiras de ouro, 97.

Objectos de uso diverso

- Apito romano de prata, 62.
- Brinquedo, 251.
- Estilete de bronze, 83.
- Fichas de jogo em pasta vítrea, 81.
- Machado calcolítico, 33, 35.
- «Obeloi» — objectos rituais, 23-39.

Tabuleiros de jogo, 131-141.
Teares, 57, 58, 64.

Orientalização dos cultos oficiais
— Suas causas, 240.

P

Períodos

Bronze atlântico, 31.
Bronze final, 33-34, 231.
Idade do bronze, 33.
Idade do ferro, 5-21, 33-34, 229.
Mesolítico português, 231.
Paleolítico do território português, 231.

Povoamento na época romana

Casais — Área de Penafiel, 250.
Conímbriga e sua área, 71-73.
Yici — Área de Penafiel, 250.

Povos

Anaeci, 249, 250.
Danigi, 250.
Eubeus, 37.
Fenícios, 37, 141.
Fócios, 37.
Gregos, 136, 140.
Judeus, 242.
Romanos, 136, 138, 140, 195, 232, 234, 244.
Sâmios, 37.

Produções agrícolas

Azeite, 50, 51, 234.
Trigo, 234.
Vinho, 161, 234.

Profissões

Auriga, 80.
Medicus pacensis, 232.
Construtor de sinagoga, 242.

Programas informáticos para a análise de pastas de cerâmicas

NUTAX2, 12, 20.
Stone, 11.

R

Radiogramas de Debye-Scherrer
— Análise de pastas de cerâmicas, 10, 11.

Regressão não-linear de Gauss
— Análise de pastas de cerâmicas, 11.

Religião — Seu papel e concepção sócio-ideológica no Império Romano, 237-240.

Religiões

Cristianismo, 240, 241, 247.
Judaísmo, 240, 241-248.
Mitraísmo, 240.
Paganismo, 247.

Res Publica Tagilitana, 237.

Rituais funerários — Espetos de bronze, 30-39.

Romanização — Noroeste peninsular, 75-87.

S

Salga de peixe na época romana
— Sado, 160, 162.

Septizonium, 199.

Sepulturas romanas

De incineração, 49, 107, 116, 126, 128, 129.
De inumação, 45, 46, 63, 102, 110, 128, 129.
De ladrilhos, 83.
De telhado com duas vertentes, 83.

Vide também: Necrópoles.

Sigilatas

Clara, 47, 48, 80.
Hispânica, 48, 58, 78, 79, 106, 159.
Indeterminadas, 116.
Itálica, 48, 79.
Sudgálica, 48, 79.

Signa militaria, 196, 198, 199.

Sinagogas da «Diáspora», 247-248.

Sinagogas da Palestina: — Interpretação arqueológica dos vestígios e ruínas existentes, 241-248.

Sistema de programas NT-SYS — Análise de pastas de cerâmicas, 12.

Sudoeste Peninsular — Espetos de bronze e sua interpretação, 23-39.

T

Tesouros monetarios, 89-98.

Topónimos — Etimologia de Alfeizerão, 224.

U

Universidade de Coimbra, 43, 229.

Universidade de Extremadura — Cáceres, 233.

Universidade de Toulouse-le-Mirail, 220.

Utilização diversa

Peso (pondus), 77.

Pesos de lagar de azeite, 50, 51, 208, 212.

Pesos de tear, 57, 58, 64.

Pico de ferro, 78.

Pila hexagonal, 82.

Utensílios domésticos

Almofariz de mármore, 66.

Asa de sítula em bronze, 121, 122, 124.

Colheres de bronze, 121, 122, 124.

Copos de bronze, 121-123.

Pés de vaso de bronze, 121-124.

Pratos de prata de balança grego-romana, 124.

Púcaro, 102.

Sítula, 60.

Taças de bronze, 121-123.

V

Vegetais — Representação em mosaico, 175-192.

Vias romanas

Itinerários no ocidente da Península Ibérica, 49, 213-225, 250.

Itinerários na zona de Conímbriga, 68-70.

Vestígios de calçadas romanas, 43, 50.

Vidros romanos, 46, 48, 78, 81, 116, 117.

Localização — Museu de Castelo Branco, 143-152.

Formas e tipos

Contas de colar, 148, 151.

Garrafas Isings 50 ou 51, 146, 149.

Garrafas prismáticas Isings 50a, 145, 146, 149.

Taças, 52, 54, 147-148, 150.

Unguentários Isings 61, 146, 150.

Unguentários Isings 82 B 2, 146, 149-150.

Villas romanas — Localização

Condeixa-a-Nova, 53-73.

Nossa Senhora d'Aires, 47.

Palheira, 69.

Penafiel e sua área, 250.

Santa Catarina de Sítimos, 43, 48-49.

São Cucufate, 234.

Toledo, 175-192.

Vigo, 77-78, 82, 84.

Villas romanas — Sua organização estrutural na Estremadura espanhola, 233-234.

índices elaborados por

JOAQUIM TOMÁS MIGUEL PEREIRA

Com o patrocínio da

DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE GERAL

J. M. PEIXOTO CABRAL, J. C. WAERENBORGH, M. O. FIGUEIREDO, P. H. M. MATIAS — <i>Contribuição para o estudo da cerâmica cinzenta fina de Conímbriga e de Santa Olaia por espectroscopia Mössbauer e difracção de Raios X</i>	5
TERESA JÚDICE GAMITO — <i>Os espetos de bronze do sudoeste peninsular — sua interpretação sócio-ideológica</i>	23
JOÃO CARLOS L. FARIA, MARISOL A. FERREIRA — <i>Estações inéditas da época romana do concelho de Alcácer do Sal — breve notícia</i>	41
MIGUEL PESSOA — <i>Subsídios para a carta arqueológica do período romano na área de Conímbriga</i>	53
JOSÉ MANUEL HIDALGO CUÑARRO — <i>Aproximación al Vigo romano (España)</i>	75
LUÍS SAGREDO SAN EUSTAQUIO — <i>La circulación del aureo en la Hispania del siglo III d.C</i>	89
SÁLETE DA PONTE — <i>Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora</i>	99
SÁLETE DA PONTE — <i>Jogos romanos de Conímbriga</i>	131
MARÍA HELENA SIMÕES — <i>Vidros romanos do Museu de Castelo Branco</i> . ..	143
GUILHERME CARDOSO — <i>Fornos de ânforas romanas na bacia do rio Sado: Pinheiro, Abul e Bugio</i>	153
JEAN-GÉRARD GORGES — <i>À propos d'une représentation de villa sur une mosaïque de Tolède (Espagne)</i>	175
MARIA MANUELA ALVES DIAS — <i>CIL, II, 2634: a posição político- -religiosa de Q. Mamilius Capitolinus</i>	193
MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES — <i>Uma cupa funerária da Vidigueira</i>	205
VASCO GIL MANTAS — <i>Um miliário de Adriano em Alfeizarão</i>	213
Recensões bibliográficas.....	227

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra

750 ex. — Novembro de 1987

Depósito legal n.º 2892 / 84

C0NIMBR1GA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

PUBLICAÇÃO ANUAL

COLABORAÇÃO SOLICITADA

PEDIDOS À LIVRARIA DISTRIBUIDORA:

Casa do Castelo, Editora—Rúa da Sofia, 47-49
3000 **Coimbra**—Portugal

Solicitamos permuta. On pne de bien vouloir établir Véchange.

Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehr erwünschi.

